

**SÔNIA REGINA PINTO SOARES**

**JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SIEVA: HISTORIADOR  
UM OLHAR SOBRE MINAS GERAIS COLONIAL**

**Campinas - 2002**

**UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL**

SÔNIA REGINA PINTO SOARES

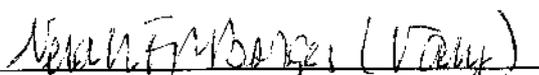
**JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SILVA: HISTORIADOR  
UM OLHAR SOBRE MINAS GERAIS COLONIAL**

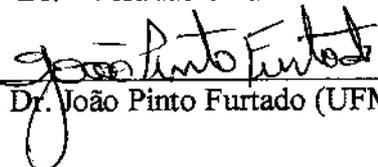
Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Mezan Algranti

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida e aprovada pela comissão examinadora em 22/03/2002.

**Banca examinadora:**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Mezan Algranti (Unicamp) - orientadora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Hercília Faria Pacheco Borges (Unicamp)

  
Prof. Dr. João Pinto Furtado (UFMG)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Maria Marinho de Azevedo (Unicamp) - suplente

MARÇO - 2002

Doc. 82  
UNICAMP  
011 y  
48365  
16-837102  
R\$ 11,00  
18104102

810-0.0327102

CM00165609-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

So 11 j Soares, Sônia Regina Pinto  
Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador – um olhar sobre  
Minas Gerais colonial / Sônia Regina Pinto Soares. -- Campinas,  
SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Leila Mezan Algranti.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Silva, Joaquim Norberto de Souza, 1820-1891.
2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3. Historiadores – Brasil - Biografia. 4. Brasil – História – Império, 1822-1889.
5. Brasil – História – Conjuração mineira, 1789. I. Algranti, Leila Mezan. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Ouro Preto

autora: Ingeborg S. Bielefeld

gravura em nanquim - cedida pela autora

*À*

*Natalie, filha e meu amor maior.*

*Flávia, mãe mais do que presente.*

*Zilda, tia grande fortaleza.*

*“(...) Pensar-se-á alguma vez que poetizei, que se lêem as páginas de um romance, mas aí estão as fontes donde emanaram. (...)”*

*Joaquim Norberto de Souza Silva  
História da Conjuração Mineira, p. 16.*

## RESUMO

Este estudo buscou traçar os passos percorridos por Joaquim Norberto de Souza Silva, um dos intelectuais da geração romântica que, por cinquenta anos, abraçou os ideais e os projetos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em todos esses anos de atividade intelectual, Norberto desenvolveu inúmeros trabalhos em história, história da literatura, teatro, crítica literária, biografias, poesia, contos e novelas. Nosso estudo teve como objetivo maior destacar a visão do historiador, principalmente o historiador do movimento ocorrido nas Minas Gerais do século XVIII, exposto na sua obra *História da Conjuração Mineira* e em outros trabalhos seus, que foram desenvolvidos sobre o mesmo tema.

## ABSTRACT

This essay examines Joaquim Norberto de Souza Silva's history. He was one of intellectuals from the romantic generation and, for fifty years, he believed in Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)'s ideals and projects. During this time of intellectual activity, Norberto developed several works related to History, Literature History, Theater, Literary Review, Biographies, Poetry, Tales and Novels. As the main aim, our work has had the purpose of emphasizing the historiographer's vision, especially the historiographer from the rebellion which took place in Minas Gerais in the eighteenth century, which was exposed on his book *História da Conjuração Mineira* and on other Norberto's works which were developed about the same topic.

## RESUMEN

Este estudio analiza la historia de Joaquim Norberto de Souza Silva, uno de los intelectuales de la generación romántica que creyó en los ideales y proyectos del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante cincuenta años. Durante estos años de actividad intelectual, Norberto desarrolló muchos trabajos relacionados con historia, historia de la literatura, teatro, crítica literaria, biografía, poesía, cuentos y novelas. El objetivo más importante de nuestro estudio ha sido resaltar el punto de vista del historiador, principalmente el historiador de la sublevación ocurrida en Minas Gerais en el siglo XVIII, expuesta en su obra *História da Conjuração Mineira* y en otros trabajos suyos que se desarrollaron sobre el mismo tema.

## **ABREVIATURAS**

- AIHGB** - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- ANRJ** - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro
- ADIM** - Autos da Devassa da Inconfidência Mineira
- BNRJ** - Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro
- IHGB** - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RIHGB** - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## ***AGRADECIMENTOS***

*“E, cada um de nós só pode carregar a tocha do conhecimento uma parte do caminho, até que outro a assumia.....”*

*Jung*

A vida é um eterno caminhar, e nesse percurso encontramos alguns companheiros de viagem. Alguns permanecem conosco por pouco tempo, outros nos acompanham por um longo período. Deixo aqui meus agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou outra, acompanharam esse meu caminhar; muito provavelmente, esquecerei de citar alguns companheiros e peço, desde já, que com muita indulgência me desculpem.

Em um primeiro momento gostaria de agradecer a três seres de luz que muito têm me auxiliado. Deus sabe seus nomes.

À professora Leila Mezan Algranti, uma professora no que a palavra tem de mais excepcional, o meu mais sincero muito obrigada. Foi ela quem iluminou os caminhos da pesquisa, tão novos para mim.

O CNPq financiou todo o tempo da escrita dessa dissertação. Esse auxílio possibilitou que eu não desviasse meus pensamentos do que, neste ano, era realmente importante.

Impossível agradecer devidamente à ‘república das amazonas’, sem elas eu certamente não estaria aqui. À minha mãe Flávia, que me ensinou a maior parte dos passos que dei nesta minha trajetória. À minha tia Zilda, essa rocha, que por maiores que sejam as tempestades que cruzem meu caminho sempre está lá. E à minha filha Natalie, aquela que enche de alegrias o meu trajeto e também aquela que ainda me faz sorrir para a vida, com suas descobertas e seu ânimo adolescente. E, finalmente, à minha tia Yvonne que mostra a todos que sempre há tempo para a luta.

Alguns homens foram admitidos nessa ‘república’, e, só por isso, já mereceriam ser lembrados. Ao Márcio que, com muita paciência, percorre há muitos anos, este caminho comigo. Ao tio Lelo, essa grande presença que nos anima e nos empurra para a frente nos momentos em que a estrada se torna mais penosa.

Não posso, de forma alguma, deixar passar em branco a maneira gentil com que fui recebida pela família de Joaquim Norberto. Em especial a Reinaldo de Souza e Silva Cardoso e Stella Leonardos deixo aqui as minhas saudações norbertinas.

Tenho também que registrar o auxílio recebido de todo o pessoal que trabalha no IHGB, que cuida, com muito carinho, dessa que para sempre será a “Casa da Memória Nacional”. Entre os muitos que me auxiliaram nas pesquisas, gostaria de deixar um abraço ao Sr. Carlos Wehrs pelas indicações valiosas.

Carla Lopes, no Arquivo Nacional e Ana Virgínia Pinheiro, da sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional, ambas desvendaram os meandros desses dois arquivos para mim e muito me auxiliaram. E também, citando arquivos, não posso deixar de lembrar o auxílio que tenho recebido daqueles que trabalham no Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central e os que estão nas Bibliotecas do IFCH e do IEL aqui na Unicamp.

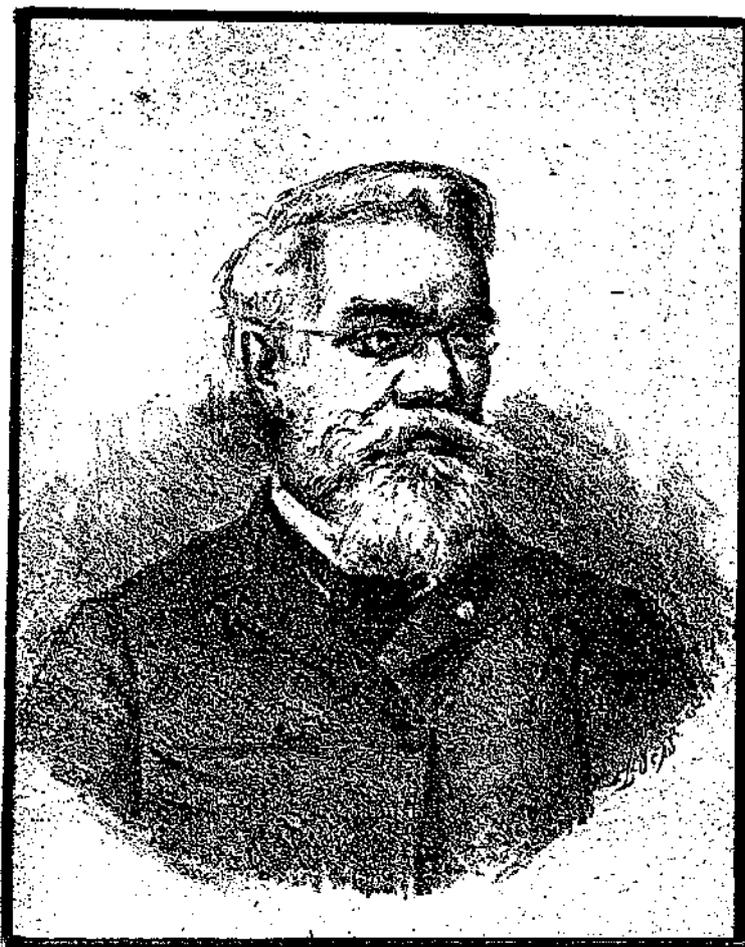
Nessas minhas andanças contei com o auxílio, o exemplo e a grande amizade de Luciane Munhoz de Omena, que compartilhou comigo as trilhas mineiras por Ouro Preto e Mariana e o amor que dedico a essas cidades e aos seus espíritos imortais. Também muito me auxiliou pelos caminhos do Rio de Janeiro a minha amiga Luciana Gandelman, sem ela o andar teria sido muito mais penoso.

Falando em caminhos, os da informática foram-me iniciados pelo Leandro e pelo André, dois jovens que tiveram muita pena desta que nada sabe desses novos rumos eletrônicos. E os caminhos da língua portuguesa foram traduzidos pela amiga Ivete. Às amigas Lunalva, Maraliz e Dilma que sempre me ouviram, muito obrigada. Deixo aqui também um abraço às jovens e eternas alunas Daniela e Veridiana.

Agora sigamos nossos caminhos, tendo sempre em mente que se estas pessoas permanecerem juntas, a jornada, sem dúvida, será sempre mais fácil.

# SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais</b> .....	p. XIX
<b>Capítulo 1:</b>	
<b>Joaquim Norberto de Souza Silva: um esboço biográfico</b> .....	p. 33
1.1.O literato e o historiador.....	p. 37
1.2.Os temas mineiros.....	p. 65
1.3. No IHGB em busca de reconhecimento.....	p. 86
<b>Capítulo 2:</b>	
<b>Joaquim Norberto: o historiador das Minas colonial</b> .....	p. 101
2.1. Romantismo e a cidade letrada.....	p. 103
2.2. Norberto: historiador do séc. XIX .....	p. 119
2.3. O discurso fundador da Conjuração Mineira.....	p. 134
<b>Capítulo 3:</b>	
<b>História da Conjuração Mineira</b> .....	p. 161
3.1. Conjuração x Inconfidência: sob o olhar de Joaquim Norberto.....	p. 163
3.2. Método, fontes, notas e epígrafes na óptica norbertina.....	p. 179
3.3. As personagens da Conjuração Mineira.....	p. 190
<b>Considerações Finais</b> .....	p. 221
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	p. 231
<b>Anexos</b> .....	p. 257



Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva

Presidente do IHGB

Rio de Janeiro: 6 de junho de 1820 / Niterói: 14 de maio de 1891

Fonte: **RHGB**, Rio de Janeiro, 1888. Suplemento ao tomo LI da Revista Trimestral. Homenagem ao Quinquagenário, em 21 de outubro de 1888.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*"Vila Rica! Que de reminiscências recorda este nome!"*

*Joaquim Norberto de Souza Silva*

*Brasileiras Célebres, p. 176.*

Há mais de um século a cidade de Ouro Preto circula no imaginário do povo brasileiro, com suas riquezas minerais e históricas. A cidade, assim como toda a região aurífera das Minas Gerais do séc. XVIII conquistou definitivamente um lugar na memória do brasileiro. Da mesma forma, o Rio de Janeiro do séc. XIX também tem lugar nesse imaginário.

Foi na capital do império que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) uniu esses dois monumentos de memória. Nessa “Casa da Memória Nacional” surgiram alguns ‘venerandos senhores’, dignos representantes dos tempos românticos da cidade imperial. Temos como nosso objetivo destacar, dentre esses ‘senhores’, o historiador e literato **Joaquim Norberto de Souza Silva** (1820 – 1891).

Já faz pelo menos três anos que convivemos com a vida e a obra norbertina. Nosso historiador, pelas poucas fotografias que sobreviveram ao tempo, nos pareceu austero e extremamente compenetrado de sua tarefa maior: ajudar a montar a história deste país que, de acordo com seus relatos, ele amava acima de tudo. Nas poucas informações deixadas por alguns amigos, surge um homem espirituoso, conversador, mas sempre extraordinariamente responsável.<sup>(1)</sup>

Em um momento da história brasileira em que as grandes questões eram a busca da identidade nacional, a noção de pátria, a questão da nacionalidade e a recuperação da memória nacional, pensadores, literatos e historiadores foram chamados a contribuir e participarem dessa tarefa. Muitos desses nomes, membros do IHGB, permanecem na lista de intelectuais da jovem nação: Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Manoel de Macedo e **Joaquim Norberto de Souza Silva**. Esta gama de intelectuais que gravitava em torno dos ideais e dos projetos do Instituto Histórico

---

(1) Podemos, por exemplo, destacar o que expressou Silvio Romero, em sua obra *História da Literatura Brasileira*, de 1888: “(...) Dão bem todos a conhecer a índole bonacheirona, pacata e calma do escritor. Homem de estudo e de trabalho, é certo, não se afadigava, fugia de aborrecer-se e irritar-se; era alegre, bem humorado, palestrador, na conversação era cheio de anedotas e gaiatices.” Para Romero uma palavra definia Joaquim Norberto: otimista. A respeito, ver: Silvio Romero. *História da Literatura Brasileira* 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980, p. 841, v. 7.

produziu importantes estudos sobre a História do Brasil no compasso dos padrões historiográficos do séc. XIX.

Parece-nos que, tendo como meta a busca pelas respostas de algumas questões como o surgimento da nação e o que era específico do Brasil, esses intelectuais se propuseram a pesquisar um momento na história colonial brasileira que poderia guardar em si alguns caminhos que os conduziriam, talvez, a algumas respostas, tão ansiosamente procuradas.

Durante os mais de cinquenta anos de intensa atividade intelectual desenvolvida por Joaquim Norberto, este cruzou diversas direções desde as questões indígenas até as questões demográficas, realizando um dos primeiros trabalhos de estatística e demografia no Brasil. Foi também comentador e biógrafo, o que demonstra essa sua expressiva atividade intelectual e seu interesse sobre certas personagens que marcaram, de alguma forma, a história nacional.

É nos trabalhos de História e História da Literatura Brasileira que as melhores qualidades do estilo Joaquim Norberto vêm à tona; nesses trabalhos reinam, segundo Silvio Romero, o acuramento das pesquisas, critério, bom senso e conhecimento do assunto.<sup>(2)</sup>

Norberto cresceu e viveu respirando os ares do Rio de Janeiro. Mas, diferentemente de muitos contemporâneos seus, resolveu virar as costas ao litoral de seu país, e buscou conhecê-lo melhor voltando seus olhos para os ‘verdes mares de morros’ que cortam as Minas Gerais. Talvez isso tenha ocorrido por tentar repetir mentalmente os caminhos (e quem sabe as aventuras!) de seus antepassados que se deslocaram da capitania de São Paulo para as áreas auríferas das Minas Gerais no início do século XVIII. Ou talvez simplesmente tenha se apaixonado pelos poetas árcades das Minas, que tão bem conseguiram cantar sua bela região.

Embora não tenhamos conhecimento formal sobre o principal motivo responsável por fazer nosso historiador se voltar para as Minas Gerais, a única certeza que

---

(2) *Idem*, *ibidem*, p. 850 – 851, v.7.

possuímos é que ele, de alguma forma, desenvolveu uma grande paixão pelo que ocorreu na região aurífera. E foi esse sentimento pelos acontecimentos que tiveram como palco as Minas Gerais que embalou os longos anos em que nosso historiador se dedicou a descobrir, decifrar e defender o “drama lúgubre” e as personagens da Conjuração Mineira.

Dessa forma, o que nos chamou especialmente a atenção e que não tem sido estudado com os detalhes de que nos parece merecedor foi o seu legado voltado para as questões históricas e, principalmente, sua intensa produção relacionada com o que denominamos ‘temas mineiros’, os quais ele discutiu com pioneirismo surpreendente, dedicando-lhes muitos anos de sua vida e uma das mais férteis etapas de sua produção.

Cabe ressaltar nesse momento que, ao proceder a um levantamento inicial sobre a vida e a obra de Joaquim Norberto, constatamos algumas informações que nos chamaram a atenção. Em um primeiro momento, percebemos que existem poucos estudos sobre a vida do historiador da Conjuração. O texto que chega próximo a isso foi escrito por Almir Câmara de Matos Peixoto, intitulado *Direção em crítica literária (Joaquim Norberto de Souza Silva e seus críticos)*, publicado no Rio de Janeiro, em 1951, alguns anos após a publicação da segunda edição da obra maior de Norberto, a *História da Conjuração Mineira*.<sup>(3)</sup> Mas o próprio Almir Câmara deixou bem claro que não havia de sua parte uma preocupação em realizar uma biografia do membro do Instituto Histórico.

Assim, após conseguir reunir um número considerável de informações que se encontravam dispersas em inúmeras obras e documentos espalhados em textos de estudos literários, em artigos publicados por periódicos especializados e, principalmente, nos arquivos do próprio IHGB e na Biblioteca Nacional, procuramos montar um esboço biográfico sobre a personagem que foi Joaquim Norberto e também sobre seus escritos.

---

(3) A obra *História da Conjuração Mineira* foi publicada por duas vezes, sendo que a primeira foi em 1873 e a segunda em 1948, ambas no Rio de Janeiro. Devemos esclarecer que todas as citações referentes a essa obra de Joaquim Norberto, utilizadas nesta dissertação, foram baseadas na edição de 1948. Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos em originais existentes em várias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: MEC - INL, 1948, 2 v.

Descobrimos, durante a pesquisa, a dificuldade que vem a ser a realização de uma tarefa dessa envergadura. Mas o obstáculo maior, sem dúvida, foi selecionar as informações que realmente mereceriam vir à tona por conterem dados relevantes para decifrar tanto a vida quanto a obra de Joaquim Norberto.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a inexistência de uma análise sobre a obra desse importante membro da *cidade letrada*. Com base nos documentos encontrados durante a nossa pesquisa, pudemos perceber que existe pouco, ou quase nada, publicado sobre a produção histórica do nosso autor e sobre a maneira como ele percebia o ofício do historiador. Ele que, durante muito tempo, foi o único historiador a tentar decifrar, com fôlego, a Conjuração Mineira.

A conjuração havia sido objeto de alguns poucos estudos, inserida em obras gerais de história. Francisco A. de Varnhagen, por exemplo, em sua *História Geral do Brasil*, dedicou um breve espaço “ao conluio de Vila Rica”, ampliando-o somente na segunda edição, e mesmo assim com poucos detalhes. Dessa forma, percebemos ser digno de nota o fato de Joaquim Norberto ter produzido um estudo tão minucioso e amplo sobre o movimento, em uma época em que os ‘temas mineiros’ pouco impressionavam os historiadores brasileiros.

Para os principais historiadores do séc. XIX, o movimento mineiro não representou um acontecimento relevante da história do Brasil, visto que a maior parte desses historiadores elegeram como marcos fundadores da nossa história o descobrimento do Brasil e o momento da nossa emancipação política em 1822. Podemos tomar como exemplo Varnhagen, para quem, como foi dito, a conjuração era um conluio, um encontro de poetas, que não passou de conversações. Mais incisivo do que Varnhagen foi Capistrano de Abreu, que nem ao menos citou a conjuração mineira em sua obra *Capítulos da História Colonial*. Em vista disso, chamou-nos a atenção o pioneirismo de Joaquim Norberto. Entre outros historiadores de seu tempo, ele se destaca por eleger um outro momento da história nacional, relegado a um segundo plano por grande parte desses historiadores brasileiros. O movimento de Vila Rica era lembrado, de acordo com Antônio Cândido, somente por poetas e por aqueles que, no período inicial do romantismo brasileiro, se interessavam por

nossa literatura.<sup>(4)</sup> Também Murilo de Carvalho e Fábio Lucas identificaram que, em um momento inicial, a conjuração mineira se encontrava em destaque entre os literatos brasileiros, principalmente por contar em primeiro plano com o conjurado Tomás Antônio Gonzaga e o seu idílio com a jovem Maria Dorotéia.<sup>(5)</sup>

Após ter acesso a certas informações e detalhes sobre a vida de Joaquim Norberto de Souza Silva, e observarmos que ele se dedicou a um tema tão pouco caro aos historiadores do início do séc. XIX, uma questão nos apareceu seguidamente: o historiador da Conjuração Mineira foi simplesmente um homem do seu tempo ou estava um passo à frente dele?<sup>(6)</sup>

Joaquim Norberto nasceu a 6 de junho de 1820 no Rio de Janeiro e faleceu a 14 de maio de 1891 na cidade de Niterói; foi dividido entre essas duas cidades que Norberto passou seus anos. Nascido de uma família abastada, mas longe da vida na corte. Frequentou alguns cursos elementares, mas não cursou direito ou medicina, como era costume na época. Alguns relatos nos informam que seu pai desejava que ele seguisse uma carreira voltada para o comércio. Mas a paixão de nosso historiador era, sem dúvida, a literatura. E essa paixão o levou a trabalhar na Biblioteca Nacional e a se envolver com a

---

(4) Cf.: Antonio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1975, v. 2 (1836 – 1880), p.50.

(5) “A literatura começou a se ocupar do tema antes que a historiografia o fizesse. As líras de Gonzaga foram publicadas ainda na década de 1840. (...) Bernardo Guimarães publicou em 1867 seu conto ‘A cabeça de Tiradentes’. Nesse mesmo ano, Castro Alves escreveu a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, (...)” A respeito, ver: José Murilo de Carvalho. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 60. Na seqüência desse mesmo pensamento podemos destacar uma informação de Fábio Lucas: “A Inconfidência Mineira, como tema político e literário, não ganhou grande importância na primeira fase romântica. A motivação mais freqüentemente despertada concentrou-se na vicissitude do amor frustrado entre Maria Dorotéia e Tomás Antônio Gonzaga. (...)” Cf.: Fábio Lucas. *Luzes e Trevas. Minas Gerais no séc. XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 126.

(6) De acordo com José Murilo de Carvalho, a conjuração mineira era um tema delicado para a elite do segundo reinado embora permanecesse viva na memória popular. “Afinal o proclamador da independência era neto de d. Maria I, contra quem se tinham rebelado os inconfidentes. O bisneto da rainha louca governava o país. O Brasil era uma monarquia governada pela casa dos Braganças (...). Não era fácil exaltar os inconfidentes, (...) sem de alguma maneira condenar seus algozes e o sistema político vigente. (...)” A respeito, ver: José Murilo de Carvalho, op. cit., p.59.

escrita, sendo que desde cedo escreveu alguns trabalhos que foram publicados em diversos periódicos da corte.

Nesse momento, de acordo com os estudiosos de literatura, o movimento romântico brasileiro adquiriu um reflexo excepcional. O Brasil vivia o período de definição da nacionalidade e de valorização de nosso passado histórico. Uma vez que era em épocas antigas que a literatura romântica buscava seus ambientes, tipos e argumentos, podemos considerar nosso historiador como um digno representante da primeira geração romântica brasileira, por assumir as principais características do romantismo: a busca de uma literatura brasileira e de uma história nacional.<sup>(7)</sup>

Ao buscar repostas para seus questionamentos sobre a literatura e a história brasileiras, e levado também por recordações da infância, Joaquim Norberto voltou sua atenção para os poetas árcades das Minas Gerais. Até esse momento, ele se comportava como um homem de seu tempo e seguindo a sua geração. Mas foi por intermédio desses poetas que nosso historiador se envolveu com a Conjuração Mineira, movimento este, que ele estudou como poucos. A partir desse instante, ele começou a se distanciar de seus pares,

---

(7) O movimento romântico brasileiro ocorreu em ondas sucessivas, formadas por grupos de escritores que nem sempre apresentavam o mesmo ponto de vista ideológico e temático. Para Afrânio Coutinho, classificar o movimento romântico e dividir seus diferentes autores em grupos é um problema extremamente complexo. Mas uma das classificações mais aceitas faz a seguinte divisão: a) pré romantismo (1808 – 1836); b) primeiro grupo (1836 – 1840); c) segundo grupo (1840 – 1850); d) terceiro grupo (1850 – 1860); e) quarto grupo (depois de 1860). As principais características do primeiro grupo, iniciado nas revistas *Niterói* e *Revista Brasiliense*, a partir de 1836, são “poesia religiosa e mística, nacionalismo, lusofobia; influência inglesa e francesa (Marmontel, Chateaubriand, Hugo, Vigny, Lamartine). As idéias românticas procuram impor-se, através de novos temas, (...), nova sensibilidade; a ficção esboça-se; o gosto pela natureza espalha-se; intensifica-se o interesse cultural (científico, filosófico, histórico, sociológico). O gênero preferido é a poesia lírica, mas a ficção e o teatro dão os primeiros passos e continua o intenso cultivo ao jornalismo.” Afrânio Coutinho citou como representantes dessa geração, entre outros: Joaquim Norberto de Souza Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen, Luís Carlos Martins Pena, Manuel de Porto Alegre. A respeito, ver: Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa (direção). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1990, v. 2, pp. 1172 - 1178. Sobre o romantismo no Brasil, ver também: Massaud Moisés. *História da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1995, v. 2.

pois voltou seus olhares para um acontecimento que não era considerado relevante em sua época.

Ao tomar conhecimento das personagens da Conjuração, Joaquim Norberto teve acesso aos seus dramas, amores e paixões. Nesse momento, ele olhou com uma atenção especial para as mulheres que se envolveram no movimento, acrescentando mais um aspecto importante para a história da revolta de Vila Rica, o papel desempenhado por Bárbara Heliodora e por Maria Dorotéia.<sup>(8)</sup> Essa atenção se transformaria, mais tarde, em um capítulo de sua obra *Brasileiras Célebres*, capítulo que ele denominou *Poesia e Amor*. Assim, por tratar da Conjuração e de suas personagens, Norberto distanciou-se ainda mais dos caminhos seguidos por outros estudiosos do período.

Não podemos nos esquecer também que ele foi o primeiro historiador a indicar uma mulher como sócia para o IHGB, a poetisa Beatriz Francisca de Assis Brandão, o que acabou não se transformando em realidade, pois os responsáveis pela comissão de admissão de sócios, Gonçalves Dias e J. M. Macedo, acharam que no Instituto uma mulher não se sentiria à vontade.<sup>(9)</sup>

Outra questão que exemplifica, muito bem, a forma pioneira com que Joaquim Norberto encarava o ofício do historiador, foi a preocupação que ele teve em dar voz aos acusados de conjuração. Segundo ele, até o momento em que começou a trabalhar com a história da Conjuração Mineira, os historiadores julgavam com os juízes e juravam com suas palavras sem ouvirem os implicados. Até aquela ocasião trabalhava-se somente com alguns poucos documentos, principalmente com a sentença da alçada. Joaquim Norberto considerava que trabalhar com esses poucos documentos, entre os inúmeros que compunham os Autos da Devassa, era uma “falta essencialíssima”.<sup>(10)</sup> Se fosse possível, ele nos diria que utilizou as vozes dos acusados para ficar mais próximo da ‘verdade’. Observemos que o homem de seu tempo está de volta.

---

(8) Acrescidos também de nomes como Maria Isabel de Sá Bittencourt e Hipólita Jacinta Teixeira.

(9) Cf.: “220ª Sessão em 25 de outubro de 1850.” *RIHGB*. Rio de Janeiro: 1850, tomo 13, p. 530 – 531.

(10) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, pp. 11 – 14, v. I

Ao organizar o Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Joaquim Norberto deparou-se “com a preciosíssima coleção de documentos originais das duas devassas”, realizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro no ano de 1789.<sup>(11)</sup> Esses mesmos documentos permaneceram na Secretaria do Império até 1874, quando foram divididos entre o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Mas foram publicados no periódico *Brasil Histórico*, a partir de 1861, por Mello Moraes.<sup>(12)</sup>

Ao olhar para a Conjuração Mineira, nosso historiador privilegiou um aspecto de nossa história colonial, no qual, segundo ele, se encontrava a semente de um nacionalismo e a busca da liberdade em relação à metrópole. De acordo com José Murilo de Carvalho, por revelar documentos até então inéditos, “a obra de Norberto tornou-se o ponto de referência obrigatório nos estudos da Inconfidência que vieram posteriormente, seja para elogiá-lo, seja para criticá-lo.”<sup>(13)</sup> Luciano Figueiredo, ao apresentar os historiadores que trataram da conjuração mineira, também destacou que a obra norbertina representa uma das leituras matrizes do movimento, podendo, seu autor, ser considerado o primeiro historiador da conjuração, visto ter utilizado pela primeira vez os *Autos da Devassa da Inconfidência*

---

(11) De acordo com Maria de Fátima Silva Gouvêa, “desde o séc. XIX haviam sido descobertos os documentos essenciais para a análise do movimento, obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva que, na sua *História da Conjuração Mineira (1873)* utilizou pela primeira vez os *Autos da Devassa*.” A respeito, ver: Maria de Fátima Silva Gouvêa. “Inconfidência Mineira” In: Ronaldo Vainfas (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000, p. 301 – 303. (itálico da autora)

(12) Com base no trabalho de Márcio Jardim, Luciano Figueiredo afirmou que a publicação dos documentos foi feita pela primeira vez por Mello Moraes Filho. Por outro lado, de acordo com a “V – Explicação - Transcrição do Prefácio da 1ª ed. dos Autos da Devassa”, esses documentos foram publicados por Mello Moraes (pai) no *Brasil Histórico* e por Mello Moraes (filho) no periódico do Arquivo do Distrito Federal. A respeito, ver: Luciano Figueiredo. “Painel Histórico”. In: Domicio Proença Filho (org.) *A Poesia dos inconfidentes. Poesia Completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1996, pp. XXI - XXII Ver também: Rodolfo Garcia. “V – Explicação - Transcrição do Prefácio da 1ª Edição.” In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, 1976, v. I, p. 67.

(13) Cf.: José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 62.

*Mineira (ADIM).*<sup>(14)</sup>

Isto posto, gostaríamos de recorrer ao presidente do IHGB, Arno Wehling, quando na Conferência de Encerramento do I. Seminário Internacional sobre Fontes Documentais para a História do Brasil Colonial, afirmou que nos “manuais de metodologia da história é freqüente o ensinamento de que tudo começa com uma pergunta”. Assim, qual foi ou quais foram as perguntas que fizemos?<sup>(15)</sup>

Com essas informações em mente sobre o IHGB um fato nos chamou primeiramente a atenção. Alguns outros historiadores do séc. XIX e suas respectivas obras já haviam sido estudados, tendo como exemplo: Varnhagen, Oliveira Lima, João Francisco Lisboa e Capistrano de Abreu. Mas, Joaquim Norberto não havia merecido igual atenção. Dessa maneira, a questão que tomou forma: quem foi o homem, o literato e o historiador Joaquim Norberto de Souza Silva?

E na busca dessa resposta, outra questão se formou: de que maneira e por quê Joaquim Norberto olhou para a Conjuração Mineira? Além do fato de ter utilizado uma documentação, até então, inédita o que até hoje é ressaltado pelos historiadores, o que mais nosso historiador deixou de legado com a *História da Conjuração Mineira*? Para nós, foi importante a maneira como ele destacou o papel de certas personagens que merecem ser lembrados, como é o caso do jovem José de Sá Bittencourt e as personagens femininas. Outro fato que merece destaque, pode ser representado pela forma com que Norberto tratou a maneira com que a justiça cuidou da proteção de algumas personagens, principalmente o contratador Rodrigues de Macedo.

Dessa forma, este que era um momento pouco privilegiado no Instituto Histórico, chamou sobremaneira a atenção de nosso historiador, isto ficou evidenciado ao percebermos que o seu período de maior produção e seus melhores textos desenvolveram questões com os ‘temas mineiros’ e são, principalmente, esses fatos levantados por Joaquim Norberto que, sobremaneira, nos interessaram.

---

(14) Cf.: Luciano Figueiredo, op. cit., p. XXI

(15) Cf.: Arno Wehling. “As fontes da História do Brasil Colonial para a Memória e História. Retrospectiva e Prospectiva.” *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 160, n. ° 402, p. 31 – 40, jan./mar. 1999.

Com esses questionamentos apresentamos o nosso trabalho que se divide em três capítulos. Abordaremos inicialmente um primeiro esboço biográfico do nosso historiador. Para melhor concretizar esse esboço, optamos por um enfoque cronológico, o que nos pareceu ser um critério apropriado por possibilitar ordenar melhor a extensa série de informações coletadas, sendo que uma considerável parte dessas informações são inéditas, por não existir nenhuma biografia completa e sistematizada sobre Joaquim Norberto.<sup>(16)</sup>

Esse esboço biográfico se fez necessário para que tivéssemos uma visão mais consistente da produção histórica e literária de Joaquim Norberto. Assim, conhecendo melhor sua vida compreenderemos de forma mais profunda a sua produção. A obra norbertina é vasta. De acordo com Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, são mais de setenta trabalhos. Por outro lado, Almir Câmara de M. Peixoto, em sua obra *Direção em Crítica Literária*, chega a enumerar cerca de cento e oitenta textos, entre livros, discursos, poesias, biografias, propostas e relatórios para o IHGB, além de publicações em diversos periódicos.<sup>(17)</sup> Mas para o presente trabalho a nossa preocupação foi fazer um recorte, privilegiando entre essas obras as que se referem às Minas Gerais do século XVIII.

Isso nos conduzirá ao segundo capítulo, onde buscamos destacar o fato de que Joaquim Norberto, na metade do século XIX, realizou uma obra sobre um tema pouco valorizado, utilizando documentos inéditos, o que, segundo nossas pesquisas, confere a obra de Norberto o título de discurso fundador da Conjuração Mineira. Buscamos também informações sobre o pensamento romântico no Brasil, tentando situar nosso historiador em sua época. E iremos ainda, demonstrar o papel de Joaquim Norberto enquanto historiador

---

(16) Como nos propusemos a fazer, para o mestrado, um esboço biográfico de Joaquim Norberto, gostaríamos de, no futuro, realizar uma biografia de maior fôlego.

(17) A respeito, ver: Augusto Victorino Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 7 v.. E também: Almir Câmara de Matos Peixoto. *Direção em crítica literária (Joaquim Norberto de Souza Silva e seus críticos)* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951.

do século XIX e a apropriação que a historiografia fez de algumas das informações levantadas por ele, referentes ao movimento de Vila Rica.

Tendo por base os dois capítulos anteriores discutiremos no terceiro capítulo alguns aspectos da obra norbertina voltada para as Minas Gerais. Essa obra merece um estudo mais detalhado, mas, neste momento, vamos destacar alguns aspectos dentre os muitos possíveis, buscando fazer uma apreciação de algumas contribuições historiográficas de Joaquim Norberto.

O despotismo colonial, o amor pela pátria e pela independência e as vicissitudes por que passaram alguns conjurados são alguns dos aspectos que iremos destacar da obra norbertina. E, dessa forma, observemos a maneira como nosso historiador viu a revolta de Vila Rica, como construiu suas personagens e de que forma ele trabalhava, quais fontes utilizou e quais leituras realizou dessas mesmas fontes.

Em vista disso, podemos nos deslocar inicialmente para o Rio de Janeiro do século XIX e para a “Casa da Memória Nacional” e, mais adiante, nos emaranhar nas teias que formam a Conjuração Mineira.

**CAPÍTULO 1:**  
**JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SILVA**  
**UM ESBOÇO BIOGRÁFICO**

*"(...) São mortos que falam: não podemos ressuscitá-los, mas nos arriscamos a 'matá-los uma segunda vez' amortalhando suas palavras excessivamente sob nossas interpretações, negligenciando a particularidade dessas 'vidas encahadas em arquivos'(...)"*

*Jean Boutier e Dominique Julia*  
*Passados Reconstituídos*

1891.

### Rio de Janeiro.

Segundo a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, o ano de 1891 foi de profundo pesar para a ‘Casa da Memória Nacional’. Um total de quinze sócios do Instituto foram “arreatados da mansão da vida”(1). Entre essas perdas, destaca-se para nós a de seu presidente efetivo: **Joaquim Norberto de Souza Silva**.(2) “É uma voz de menos, e que autorizada voz! no seio do Instituto, ao qual o velho bardo amava com todos os estremecimentos de um coração patriota; (...)”, escreveu Damasceno Vieira, em 1893(3).

Poeta, historiador, literato, crítico literário, desde muito cedo ligado ao mundo das letras e preocupado com as ‘cousas pátrias’, Joaquim Norberto “adormecia nos braços da morte” ao romper da aurora do dia 14 de maio, sendo sepultado no mausoléu da família no Cemitério São Pedro Muruhy, em Niterói.(4) Nesse momento, “de consternação, dor, saudade e luto” em respeito ao falecimento do homem que dedicou 50 anos de vida ao IHGB, a agremiação prestou todas as homenagens como testemunho de tanta dedicação e encerrou suas atividades, cumprindo luto oficial por três dias.(5)

---

(1) Cf.: José Luiz Alves “Elogio dos sócios falecidos desde 15 de dezembro de 1890 até hoje.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1892, tomo 55 parte II, p. 455.

(2) Sacramento Blake, em seu elogio ao sócio do IHGB Monsenhor Manoel da Costa Honorato, afirmou: “Quantos golpes sucessivos senhores, e em tão poucos dias nos têm sido atirados pela mão da fatalidade! Quanto mais sangrava, ferido o coração do Instituto com a perda do nosso nunca assaz pranteado presidente (...) vimos tombar, descer a campa um após outro (...)” A respeito, ver: Sacramento Blake. “Monsenhor Manoel da Costa Honorato”. *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1893, tomo 56, parte II, p. 64.

(3) Cf.: Damasceno Vieira. “Notícia sobre Joaquim Norberto de Souza Silva.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1893, tomo 56, parte II, p. 38.

(4) Cf.: José Luiz Alves, *op. cit.*, p. 484.

(5) *Idem*, *ibidem*, p. 484.

Os estatutos do IHGB determinavam a eleição anual de três vice-presidentes para, no caso de uma eventualidade, o Instituto não ficar sem o comando de sua mesa diretora. Dessa forma, seguindo o estatuto, a primeira sessão ordinária da agremiação após a morte de Joaquim Norberto foi conduzida pelo vice-presidente Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, que em seu discurso de abertura afirmou:

*“(...) triste e doloroso dever tenho a cumprir neste momento, comunicando-vos que faleceu no dia 14 do corrente, na cidade de Niterói, onde residia, o nosso prezado e muito respeitável consócio, Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva.(...)”*<sup>(6)</sup>

Pelas páginas da Revista do Instituto Histórico foram prestadas algumas homenagens póstumas aos sócios falecidos entre 15 de dezembro de 1890 e 15 de dezembro de 1892. O responsável pelo elogio foi o sócio e orador Comendador José Luiz Alves, para quem, se fazia necessário gravar os feitos dos sócios nas páginas da *Revista* para, assim, ser possível glorificar suas memórias.

Alves afirmou também, em seu relatório, que o nome Joaquim Norberto “não se apagará jamais da memória do tempo, por que, por tantos títulos não fora lembrado com saudade, a Revista deste Instituto seria a pregoeira de seu mérito literário.”<sup>(7)</sup>

Foi também pelas páginas da *RIHGB* a única notícia publicada exclusivamente sobre Joaquim Norberto e sua obra até 1893, escrita por Damasceno Vieira. No texto, este afirmou que Joaquim Norberto fora surpreendido pela morte

---

(6) Cf.: Olegário Herculano de Aquino e Castro. “6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1891.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1891, tomo 54, parte II, pp. 194 – 195.

(7) Cf.: José Luiz Alves, op. cit., p. 488.

“(...) em meio de seus trabalhos, rodeado de produções inéditas (...) um trabalho incessante, que ele dominava por uma vontade de ferro. (...) Organização de rija têmpera, s  a morte conseguiu prostr -lo.”(8)

## O LITERATO E O HISTORIADOR

Manoel José de Souza e Silva, abastado comerciante e rico industrial, contraiu primeiras n cias com Emerenciana Joaquina da Natividade Dutra e Silva em 1809.(9) Dessa união nasceram oito filhos(10), sendo que em 6 de junho de 1820, nasceu no Rio de Janeiro o filho do casal, criança de complei o fraca, que a história conheceu como

---

(8) Cf.: Damasceno Vieira, op. cit. 38. (Ver anexo 1)

(9) Manoel José de Souza e Silva, nascido na freguesia de Santo Antônio de Itatiaia, Bispado de Mariana (MG), em 9 de novembro de 1776 era um abastado comerciante e também um rico industrial, filho de Manoel José de Souza e Silva, fazendeiro de Minas Gerais, nascido na cidade do Porto (Portugal) e de Ign cia Maria de Jesus, nascida na freguesia de Santo Antônio de Itatiaia, originária de família paulista. Após a morte, em 7 de janeiro de 1833, de sua primeira esposa, Emerenciana Joaquina, nascida em 8 de setembro de 1791 na freguesia de São João Batista de Icaraí, Manoel José se casou mais duas vezes. Em segundas n cias com Thereza de Jesus Silva (11 de maio de 1833) e em terceiras n cias com Jesu na Carolina da Rosa e Silva (4 de junho de 1836), sendo que dessas uniões não nasceram descendentes. Com a morte de Manoel José, em 1853, João José de Souza e Silva Rio (o primog nito de Manuel José) e Jesu na Carolina foram seus inventariantes. A respeito, ver: Almir Câmara de Matos Peixoto. *Direc o em crítica literária. (Joaqu m Norberto de Souza e Silva e seus críticos)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educa o e Saúde, Serviço de Documenta o, 1951, pp. 103 – 112. Ver ainda: Manoel José de Souza e Silva. Arquivo Nacional, inventário, processo 3361, caixa 14.

(10) Os herdeiros de Manoel José eram seus oito filhos: João José de Souza e Silva Rio, Emerenciana Leocádia da Silva, Maria Januária da Silva, Salustriano José de Souza e Silva, Francisco José de Souza e Silva, Joaquim Norberto de Souza Silva, Cândida Carolina da Silva e Bárbara Carolina da Silva. E também o menor Leopoldo Luiz Caetano Pereira de Mello. A respeito, ver: Manoel José de Souza e Silva, idem.

Joaquim Norberto de Souza Silva<sup>(11)</sup>.

A trajetória de vida de Joaquim Norberto nos seus primeiros anos é escassa em informações. De acordo com Matos Peixoto, muitos receios inspirou aos pais a figura fraca que era Joaquim Norberto na infância. “Por isso, retardaram-lhe os estudos primários e evitaram se desenvolvessem estes normalmente. Só mais tarde ao tomar físico, trataram de educá-lo.”<sup>(12)</sup> Sabemos que ele estudou inicialmente no Seminário São Joaquim, por volta de 1827, aproximadamente dez anos antes do Seminário ser transformado por decreto no Imperial Colégio D. Pedro II.<sup>(13)</sup>

Nos finais da década de 1830, Joaquim Norberto estudou na Aula de

---

(11) Cf.: Almir Câmara de Matos Peixoto, *op. Cit.*, p. 106.

(12) Da união entre Manoel José e Emerenciana, provavelmente na Rua do Senado ou na Rua do Lavradio, onde Manuel José possuía imóveis, nasceu o filho do casal que ficou conhecido como Joaquim Norberto de Souza Silva. Consta em uma nota de Nelson Werneck Sodré a afirmação de que “Joaquim José de Sousa e Silva, conhecido como Joaquim Norberto (1820 – 1891) nasceu no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos (...)”. A respeito, ver: Nelson Werneck Sodré. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9. ed., 1995, p. 335, nota 28. Em outros dois textos, aparece também a informação de que Joaquim Norberto foi registrado como Joaquim José de Souza Silva, mas que somente mais tarde, quando começou a frequentar o Colégio Inglês, foi que seu diretor começou a chamá-lo de Joaquim Norberto, por ter vários alunos chamados Joaquim José. Segundo Peixoto, o diretor teria afirmado que: “(...) Já temos por aqui muitos Joaquins, muitos Sousas e muitos Silvas, um Sousa Silva e outro Silva Sousa. É uma confusão ... Norberto é que não temos nenhum. O Sr. chamar-se-á Norberto. (...)”. Ver também: Almir Câmara de Matos Peixoto, *op. cit.*, p. 107 – 108. “Joaquim Norberto de Souza Silva, registrado Joaquim José de Souza Silva.” A respeito, ver: Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, [1997], pág. 91. Sobre a questão da troca de nomes, Alencastro afirma que “não havia no Império nenhuma lei civil fixando normas a respeito”, podendo, dessa forma, irmãos possuírem sobrenomes diferentes ou até mesmo batizar os filhos somente com os sobrenomes maternos. Luiz Felipe de Alencastro. “Vida privada e ordem privada no Império” In: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. Coleção Dirigida por Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. II, p. 55.

(13) Fundado em 1733, segundo Lilia M. Schwarcz, a instituição teve diversas denominações, “até ficar conhecida como Imperial Colégio Pedro II (...) definitivamente patrocinada por D. Pedro II e receberia seu nome em 2 de dezembro de 1837 (...) é reinaugurado em 25 de março de 1838 pelo imperador, (...). De orfanato humilde, o ‘Pedro II’ - como era chamado - se transformaria na ‘glória’ do nosso ensino; uma espécie de ‘símbolo de civilidade’, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro.” A respeito, ver: Lilia Moritz Schwarcz *As Barbas do Imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150.

Comércio, na Escola de Arquitetos e Agrimensores e também na Escola de Belas Artes.<sup>(14)</sup> No ano de 1838 estudou língua inglesa no Colégio Inglês, situado na Rua Santa Tereza n.º 15, “sempre mostrando muita aplicação e talento” segundo consta em um atestado fornecido pela escola. Além dessas escolas, estudou também Filosofia e Retórica no Colégio Emulação, em aulas ministradas por Domingos José Gonçalves de Magalhães, o qual atestaria, anos mais tarde, que Joaquim Norberto apresentava “grande aproveitamento e bom procedimento; mereceu-me sempre particular estima.”

Na busca de maiores conhecimentos, Joaquim Norberto também fez curso de língua francesa, como era costume na época. Segundo C. Delamare, que assinou um atestado quando em 1846 Norberto precisou comprovar seus estudos, seu aluno adquiriu “todo conhecimento necessário para qualquer emprego ou estudo, tanto em tradução como composição e falas”, sendo sempre uma pessoa de máxima educação e aplicação como bom estudante.<sup>(15)</sup>

Entre 1838 e 1840, Joaquim Norberto começou a publicar seus primeiros estudos na imprensa da corte: no *Minerva Brasiliense*, na *Guanabara*, na *Semana* e no *Jornal do Comércio*. Segundo Nelson Werneck Sodré, as pessoas que se dedicam a atividades literárias tendem a se agrupar. Isso também se verifica na imprensa da época. A *Minerva Brasiliense* era um jornal voltado para as ciências, letras e artes e “publicado por uma ‘associação de literatos’; reunia Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem, (...), Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Caetano da Silva, Joaquim Norberto de Souza Silva e outros.” Ainda segundo esse crítico, a *Guanabara* também foi redigida “por uma associação de literatos,” sendo uma revista mensal que se dedicava a questões artísticas, científicas e literárias.<sup>(16)</sup>

---

(14) A respeito, ver: Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, op. cit., p. 91. E, também: Almir Câmara de Matos Peixoto, op. cit., p. 108.

(15) Esses atestados encontram-se no AIHGB, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva *Documentos referentes a JNSS: atestados, tempo de serviço, notas... 14 docs.* AIHGB, [S.l.], [18 \_\_], lata 845, pasta 56, Coleção Alencar Araripe.

(16) Cf.: Nelson Werneck Sodré, op. cit., p. 219 e 245, nota 47.

Um dos primeiros trabalhos, consideravelmente importante para sua carreira, foi a *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. A importância desse trabalho se deve à abertura das portas do IHGB a esse literato.<sup>(17)</sup> Como exemplo de trabalhos publicados na imprensa da corte, podemos citar os impressos na *Minerva Brasiliense*<sup>(18)</sup>, onde Joaquim Norberto publicou um conjunto denominado *Cantos de um Trovador*, composto por três

---

(17) O *Bosquejo* apareceu primeiramente em 1840, publicado no *Despertador*. No ano seguinte foi incluído em outra obra, *Modulações Poéticas*. Em seu *Bosquejo*, Norberto foi o primeiro a propor uma maneira de se dividir a história da literatura Brasileira em seis épocas e isso, de acordo com Wilson Martins, conferiu a ela certa importância pela contribuição para a nossa história da literatura, sendo que essa importância foi reconhecida rapidamente. A respeito, ver: Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira (1794 – 1855)*. São Paulo Editora Cultrix, Edusp, 1976, p. 259, v. II. Ainda comentando a importância do *Bosquejo* para a vida de Joaquim Norberto, podemos observar que, para Almir Peixoto, foi essa obra que abriu as portas da ‘sala dos literatos’ da Biblioteca Pública da Corte para Norberto. Era nesse espaço que o jovem autor se encontrava com o visconde de São Leopoldo, com o marquês de Maricá, com Manuel de Araújo Porto Alegre e também com Januário da Cunha Barbosa. E foi sob o patrocínio deste último que Norberto publicou seu *Bosquejo* e também conseguiu trabalhar na própria Biblioteca. Ainda, segundo Peixoto, foi essa obra que permitiu-lhe a “entrada no Instituto Histórico onde foi admitido, como sócio correspondente (...) amparado por ‘homens da estatura moral’ do visconde de São Leopoldo” A respeito, ver: Almir Câmara de Matos Peixoto, op. cit., pp. 109 – 110. Ver também: José Américo Miranda. “Apresentação.” In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, pp. 9 – 15.

(18) *Minerva Brasiliense*, revista literária na qual eram publicados artigos e notas bibliográficas de vários autores brasileiros como Santiago N. Ribeiro e Joaquim Norberto, este encarregado de escrever sobre literatura brasileira e argentina. A respeito, ver: Antonio Cândido. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp. 1988, p. 26. Na seqüência do mesmo tema, podemos apoiar-nos em Massaud Moisés quando afirma em seu texto que “(...) o jornalismo se identificou com a revolução romântica. A tal ponto que é impossível equacionar a magnitude da segunda sem apelo ao impacto exercido pelo primeiro (...). Não poucos escritores românticos colaboraram na imprensa, às vezes por longos períodos, às vezes durante a juventude (...). Não raro o jornal servia de trampolim para o ingresso no governo, na diplomacia ou em cargos públicos. (...) os escritores colaboravam na imprensa como atividade paralela, a fim de trazer a público imediatamente o produto de suas elucubrações mentais. (...)” A respeito, ver também: Massaud Moisés. *História da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995, v. II - Romantismo, pp. 22 – 23. (grifo nosso)

baladas: *As vítimas da saudade*, *O último abraço* e *A morte da filha*.<sup>(19)</sup>

A partir do ano de 1841, pode-se perceber que as produções de Joaquim Norberto foram guiadas por duas grandes forças: seu amor pela literatura e pela história brasileiras. Podemos observar essas questões já na introdução do seu *Bosquejo*. Para Norberto o povo brasileiro foi o primeiro que tentou “constituir-se nação livre e independente, foi também o primeiro que ensaiou-se nos diversos ramos da literatura. Ainda não éramos nação e já tínhamos historiadores (...) e poetas que celebrassem as vitórias de seus concidadãos. (...)” Ainda para o autor do *Bosquejo*, a natureza exuberante do Brasil “inspirava, e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas.” Assim, com base em nossas pesquisas, podemos supor que, mesmo decorrendo poucos anos da independência, para Norberto a literatura e a história brasileiras precisavam apenas ser descritas para a posteridade e é essa missão a que ele se propôs.<sup>(20)</sup>

Esse ano foi extremamente proveitoso para o historiador que editou várias poesias; entre elas destaca-se uma “obrinha, fruto de seis noites”, as chamadas *Modulações Poéticas*, junto com as quais podemos encontrar o seu *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, num momento em que Joaquim Norberto tinha como objetivo “esboçar essas fases a que chamamos de épocas” da poesia brasileira. Segundo Wilson Martins, as “*Modulações Poéticas*, se pouco valem como poesia, valem pelo ‘Bosquejo’ histórico

---

(19) De acordo com Antônio Geraldo Cunha, balada é uma “peça musical, outrora acompanhada de canto e dança ou ainda um pequeno poema narrativo de assunto lendário ou fantástico,” também tratado por balata. Da mesma maneira Massaud Moisés, em seu *Dicionário de Termos Literários*, afirmava que a balada é uma forma literária que reúne elementos de poesia e de narrativa, com poucos detalhes. Ainda de acordo com Moisés, ela é “um embrião do teatro, (...) o autor se omite para que na sua voz ressoem as expectativas e os valores do seu povo. A balada foi uma forma literária que exerceu considerável influência sobre o lirismo romântico.” Moisés informou também que Southey, Walter Scott e Victor Hugo foram alguns dos autores que procuraram imitá-la. A respeito, ver: Antônio Geraldo Cunha. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 93. E, também: Massaud Moisés. *Dicionário de Termos Literários*. 8.ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997, pp. 53 – 56.

(20) Sobre a maneira como Joaquim Norberto apresentou suas idéias sobre a literatura brasileira, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Edição, apresentação e notas ao texto por José Américo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, pp. 25 – 27.

que as precede e que desde logo anuncia em Joaquim Norberto o homem que lançaria entre nós os fundamentos de uma história literária sistemática.”(21)

Podemos ainda observar que de acordo com José Américo Miranda, Joaquim Norberto foi o primeiro estudioso a propor uma divisão que pode ser considerada razoável para a história da literatura brasileira.(22) Com base no texto de Sacramento Blake, Miranda afirmou que o *Bosquejo* pode ser considerado “a única história da literatura brasileira anterior à de Silvio Romero (...).”(23)

Na introdução de sua obra, o próprio Joaquim Norberto afirmou que a “publicação deste livro é uma tentativa, um primeiro vôo de quem deseja de voar muito(...)” ou ainda como ele mesmo definiu sua obra: “Partos da nossa infância e puberdade...” Ao apresentar suas *Modulações Poéticas*, afirmou estar extremamente preocupado com a situação que o país vivia, com diversas revoltas e o fantasma do esfacelamento do território brasileiro em inúmeras novas repúblicas, além de outra grande preocupação, que ele chamava de indiferença, demonstrada pelos literatos em relação aos acontecimentos pelos quais o Brasil passava:

“(...) é esse desprezo que preme os nossos literatos, essa indiferença que pesa sobre a única literatura da América meridional; essa hidra, cujas cabeças são a mediocridade, a intriga, o egoísmo, a imoralidade, a corrupção, a

---

(21) Cf.: Wilson Martins, op. cit., p. 259.

(22) Para Norberto a literatura brasileira podia ser dividida em seis épocas: 1.ª) Desde o descobrimento do Brasil até fins do séc. XVII; 2.ª) Do começo até meado do séc. XVIII; 3.ª) Do meado até fins do séc. XVIII; 4.ª) Do começo do séc. XIX até a proclamação da Independência Nacional; 5.ª) Desde a proclamação da Independência Nacional até a reforma da poesia [com o aparecimento de inúmeras figuras como: Januário da Cunha Barbosa, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Delfina Benigna da Cunha, Gonçalves de Magalhães entre outros]; 6.ª) Da reforma da poesia [com destaque para Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto Alegre]. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit. Antonio Cândido também destacou esse pioneirismo norbertino. De acordo com o pesquisador a “Norberto devemos ainda a primeira tentativa de distinguir períodos configurados em nosso passado literário, o que fez no “*Bosquejo*”, (...).” Ver também: Antonio Cândido, op. cit., p. 335.

(23) Cf.: José Américo Miranda. “Apresentação” In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, pp. 9–15.

*irreligiosidade e o desamor da pátria, se agitando em todos os ângulos do império, entoando a celeuma da anarquia e impedindo o engrandecimento da nação; esse centauro da anarquia nos labirintos da rebelião ao sul e ao norte, que devoram os filhos da pátria e consomem suas riquezas (...).”*<sup>(24)</sup>

Entre as poesias existentes nessa obra destacam-se a poesia inicial dedicada ao Sol, a poesia para a mãe, já então falecida, ou ainda para Niterói. A poesia de encerramento era dedicada à Lua, cuja epígrafe era de Silva Alvarenga, e Joaquim Norberto terminava assim:

“(…)  
*Silêncio! – Tudo é silêncio*  
*Vou minha lira vibrar,*  
*Para ver se de meu peito*  
*Posso as penas abrandar.”*<sup>(25)</sup>

Em 6 de julho de 1841, na 67.<sup>a</sup> Sessão do Instituto Histórico, surgiu o parecer da Comissão de Geografia, assinada por José Silvestre Rebello e Felisardo Pinheiro de Campos; nesse parecer, eles justificavam a indicação de Joaquim Norberto para membro correspondente do IHGB, por ser ele uma “pessoa muito amante da literatura brasileira.”<sup>(26)</sup> Já na sessão seguinte, presidida pelo Visconde de São Leopoldo, ocorrida a 12 de agosto, o parecer foi aprovado e Norberto aceito oficialmente no IHGB, na seção de Geografia, com somente 21 anos de idade. Juntamente com Joaquim Manoel de Macedo, com o Barão do

---

(24) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Modulações Poéticas. Precedidas de um Bosquejo da História da Poesia Brasileira, por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841, pp. 5 – 9.

(25) Idem, ibidem p. 164.

(26) Sobre a indicação e a aprovação do nome de Joaquim Norberto para membro do Instituto Histórico, ver: “67 Sessão em 6 de julho de 1841.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1841, tomo 3, p. 352. Consultar também: *AIHGB*, docs. não catalogados (Ver também anexo 2).

Rio Branco e o Barão de Capanema, nosso historiador formava um seleto grupo de importantes membros do IHGB que ingressaram no Instituto com pouco mais de vinte anos.(27)

Além de iniciar sua trajetória no IHGB, o ano de 1841 marcou também a vida de Joaquim Norberto em outras atividades. Esse fato se deve à sua admissão, com portaria datada de 25 de outubro, como praticante na Biblioteca Pública da Corte, por indicação do Cônego Januário da Cunha Barbosa, devido à sua aptidão para as letras, sendo que iniciou seus trabalhos em 7 de novembro. (28)

Durante seu trabalho na Biblioteca Pública da Corte, já demonstrando sua preocupação com o arquivamento dos documentos, salvou da negligência e do desleixo “cerca de doze caixões cheios de papéis impressos e manuscritos” que seriam queimados ou vendidos como papel velho.(29) Anos mais tarde em carta a um amigo, quando Joaquim

---

(27) De acordo com L. M. Schwarcz e tendo por base o regulamento do IHGB, existem as seguintes classes de sócios do Instituto: “1) *efetivos*, para os quais era exigida a residência na Capital Federal e apresentação de trabalhos sobre a história, a geografia ou a etnografia do Brasil, abonando a capacidade literária do autor; 2) *correspondentes*, para quem era exigida a mesma condição de idoneidade intelectual, mas não havia a exigência de local de residência; 3) *honorários*, que teriam como condição, além da ‘idade provecta’, seu ‘consumado saber e distinta representação’, 4) *beneméritos*, os sócios efetivos que por serviços relevantes tornar-se-iam merecedores de tal distinção, ou pessoas que teriam feito doações (...) em dinheiro ou outros objetos de valor; 5) por fim o título de *presidente honorário*, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações.” A respeito, ver: Lília K. Moritz Swarcz. *Os guardiões de nossa história oficial: os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*. São Paulo: Idesp., 1989, p. 10. (itálico da autora) Sobre a idade de ingresso de Joaquim Norberto no Instituto, ver: Plínio Doyle Silva. “Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1971, tomo 291, p. 165. Especificamente sobre J. Norberto, Peixoto, ao comentar a precocidade no início de atividades e a diversidade das mesmas, afirma: “Assim, aos 21 anos era funcionário público, membro do Instituto Histórico, e estava lançado como historiador literário e político, como polemista, poeta e novelista, com periódicos onde escrever.” A respeito, ver: Almir Câmara de Matos Peixoto, *op. cit.*, p. 110.

(28) O cargo de praticante, muito utilizado no Brasil do séc. XIX e início do XX, referia-se à pessoa que não era formada em determinada atividade mas que possuía grande experiência na atividade desempenhada, no caso de Joaquim Norberto, experiência em pesquisa com documentos. Sobre a admissão e a demissão de Joaquim Norberto como praticante da então Biblioteca Pública da Corte, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. BNRJ, Seção de Manuscritos. *Avisos 1839 – 40 (encadernado) – 25/out/1841 e Avisos 1833 – 44 (encadernado) – 30/jan/1843 – (Arquivo Histórico)*.

(29) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. BNRJ, Sessão de Manuscritos. Correspondência Avulsa. Rio de Janeiro, 28/jun./1882. *Carta a destinatário ignorado*.

Norberto requereu uma certidão de tempo de serviço como praticante na Biblioteca Pública, ele afirmava que:

*“(...) um dia salvei de um auto de fé (senão à venda como papel de embrulho) doze caixões cheios de papéis impressos e manuscritos que um espanhol aí empregado dizia que eram papéis inúteis. Salvaram-se até os Tratados de Limites de 1777 de que não havia exemplares na Secretaria de Estrangeiros também. (...)”<sup>(30)</sup>*

Joaquim Norberto permaneceu em atividades junto à Biblioteca Pública até o início de 1843, quando foi dispensado de suas funções. Isso ocorreu, muito provavelmente, devido ao fato de que o historiador muitas vezes relegava seu trabalho ao segundo plano em troca de pesquisas próprias junto aos arquivos da Biblioteca Pública. Ao ter acesso a um número cada vez maior de documentos, sendo a maior parte inéditos, Norberto passou a se dedicar, cada vez mais, às suas próprias pesquisas. Inicia-se a fase de produção de trabalhos junto ao IHGB. Este período se estendeu até o momento de sua morte.

As atas das sessões do IHGB demonstram que a primeira participação efetiva de Joaquim Norberto no Instituto ocorreu a 4 de novembro, quando ele propôs que fosse realizada uma pesquisa para levantar informações sobre as Amazonas, buscando saber se elas realmente existiram, e em caso positivo, quais seriam seus usos e costumes e por que desapareceram.<sup>(31)</sup>

Nesse mesmo ano Joaquim Norberto assumiu uma das importantes linhas de

---

(30) Nessa mesma correspondência, Joaquim Norberto afirmou ainda que, enquanto trabalhava na Biblioteca e algum tempo depois, toda a glória do salvamento dos documentos recaiu sobre o Cônego Januário da C. Barbosa; em tom de queixa, o historiador terminou a carta dizendo: “foi ele [ Cônego Januário] que me cortou a carreira e me fez entrar para a biblioteca em paga da dedicatória da história da literatura brasileira que publiquei aos vinte anos de idade, e por sua causa deixei de ir estudar na Europa.” Joaquim Norberto de Souza Silva BNRJ, Seção de Manuscritos. Correspondência Avulsa, 28/6/1882. *Carta a destinatário ignorado.*

(31) Cf: “74ª Sessão em 4 de Novembro de 1841.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1841, tomo 3, p. 497.

atuação dentro do Instituto Histórico: a escrita de biografias. A função dessas biografias era, dentro das diretrizes do Instituto, legar às gerações futuras ‘exemplos’ a serem seguidos e contribuir para a construção de uma galeria de personalidades e heróis brasileiros.<sup>(32)</sup> Enquanto alguns sócios, entre eles Varnhagen, Macedo e Januário da C. Barbosa se dedicaram a biografias masculinas, Joaquim Norberto inovou e escreveu para a Revista do IHGB duas biografias femininas: uma sobre Rosa Maria da Siqueira e outra sobre Maria Úrsula de Abreu Lencastre. Foi o início de uma série de trabalhos baseados na vida de diversas mulheres; em 1862, essas duas biografias iniciais comporiam com outras dezoito o livro *Brasileiras Célebres*.<sup>(33)</sup>

---

(32) Ao analisar o IHGB, Francisco Iglésias ressaltou o papel das biografias para o Instituto. De acordo com o pesquisador pretendia-se “fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares.” A respeito, ver: Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

(33) Para Joaquim Norberto essas duas brasileiras representavam exemplos que ele resumiu como sendo de “armas e virtudes”, visto ambas terem pego em armas e lutado em sua própria defesa e em defesa de seus ideais. Rosa Maria Siqueira ia, com o esposo, em viagem à Lisboa em março de 1714 quando, já próximo das terras lusitanas, o navio Nossa Senhora do Carmo e Santo Elias foi atacado duramente por corsários argelinos. Conforme a descrição de Joaquim Norberto a batalha durou dias e Rosa Maria, trajada com roupas masculinas, lutou dia e noite, ora pegando em armas ora curando os feridos. “Dona Rosa tornou-se por muito tempo o alvo da curiosidade dos habitantes da metrópole portuguesa (...). A coragem da distinta Brasileira deu assunto à conversação, e fez com que seu nome viesse à posteridade (...)” Para Joaquim Norberto a outra corajosa brasileira, Maria Úrsula de Abreu Lencastre foi ainda mais longe. Em setembro de 1700 a jovem de dezoito anos assentou “praça de soldado sob o nome de Balthazar do Coito Cardozo, passando ao Estado da Índia.” Envolveu-se em inúmeras batalhas e só deixou as armas catorze anos depois. Ainda de acordo com Joaquim Norberto “não quis o rei Dom João V deixar de remunerar os importantes serviços prestados por uma mulher, na carreira das armas, e por despacho de 8 de março de 1718, lhe fez mercê do paço de Panguim, (...)” Maria Úrsula morreu em Goa, anos mais tarde. Outros ‘exemplos’ compõem o livro *Brasileiras Célebres*, como aquelas que deixaram como modelo a sua vida religiosa ou ainda aquelas em que a história se preocupou em registrar, de acordo com Norberto, o amor ao Brasil e que se envolveram, de alguma forma, na Conjuração Mineira, como é o caso de Bárbara Heliódora e de Maria Dorothéia. Recentemente, em 1997, o Senado Federal publicou uma edição fac-similar dessa obra, na coleção Memória Brasileira. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Brasileiras Célebres*. Rio de Janeiro: Livraria B.L. Garnier, 1862, pp. 83 – 99.

Na publicação da Revista, Joaquim Norberto fez suas as palavras do Cônego Januário da Cunha Barbosa, introduzindo seu texto da seguinte forma:

*“Biografia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes etc. Não será ingrato aos leitores ler em nossa revista os nomes e feitos de algumas distintas Brasileiras, que honram as páginas da nossa história. Pede a justiça que tiremos à luz ações gloriosas, que levem ao conhecimento do mundo as senhoras que as praticaram: elas devem ocupar o mesmo distinto lugar que ocupam os varões afamados por letras, armas, virtudes etc.”*<sup>(34)</sup>

De acordo com o relatório do primeiro secretário do IHGB, Cônego J.C. Fernandes Pinheiro, pronunciado na sessão magna realizada em dezembro de 1862, o conjunto das biografias femininas publicadas por Joaquim Norberto constituía na óptica do Cônego “um espelho de heroísmo, um incentivo de grandes virtudes, numa palavra, a obra mais proveitosa para a infância feminina que em língua portuguesa jamais se escreveu.”<sup>(35)</sup>

Norberto publicou, em 1849, o livro de poesias dedicadas a sua mulher, denominado *O Livro de Meus Amores*.<sup>(36)</sup> De acordo com a introdução do trabalho, Joaquim Norberto escreveu suas poesias no decorrer do relacionamento entre ele e Maria Tereza, assim, por mais de oito anos se dedicou a estas “curtas e breves poesias eróticas, encerram-se as fases da existência amorosa de um poeta.” O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte é a **visão**, representa o ser ideal, a necessidade e a busca pelo amor desde a infância; a segunda denominada **carlina** já não é a idealização do amor, mas o

---

(34) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, “Biografia dos Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes etc.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1841, tomo 3, pp. 222 – 227.

(35) Cf.: Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. “Relatório do primeiro secretário o Sr. Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1862, tomo 25, p. 716.

(36) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *O Livro dos Meus Amores. Poesias Eróticas de Joaquim Norberto de Souza Silva*. Niterói: Typ. Fluminense de Lopes & Cia., 1849.

amor real, muitas vezes sofrido, já que levou o autor a um exílio voluntário “entregando-se a sós com sua alma aos sítios de sua infância, à terra do berço e sepulcro de sua mãe.” A terceira e última parte, denominada *armia* é o amor e a necessidade de “reproduzir os encantos de sua amada em versos, de eternizar a sua paixão.”<sup>(37)</sup>

Um ano após a publicação de *O Livro dos Meus Amores*, em 25 de outubro de 1850, Joaquim Norberto, João José de Souza e Silva Rio e Luiz Antonio de Castro propuseram que o

“(…) IHGB, como ilustre representante do movimento e progresso das letras no Novo Mundo, honre o talento e mérito das senhoras brasileiras na pessoa da Ilma. Sra. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, distinta poetisa, já conhecida e estimada nos círculos literários pelas suas composições, admitindo-a na classe de seus sócios honorários, para incentivo e estímulo às nossas patricias receosas de se darem à cultura das letras e afrontar os preconceitos da nossa velha educação publicando as produções de seu espírito.”<sup>(38)</sup>

O parecer da comissão responsável pela admissão de novos sócios, composta por Joaquim Manoel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias, rejeitando a proposta acima, foi lido durante a sessão de 5 de dezembro. Na recusa a comissão afirmou, entre outros detalhes, que era favorável, em princípio, à colaboração feminina e que não existia nada no estatuto que impedisse a nomeação da poetisa. Mas os pareceristas destacaram ainda a existência de um projeto para a criação de uma academia de literatura onde, segundo a comissão, “a senhora estaria mais à vontade.”

De acordo com Brito Broca, Joaquim Norberto alegou não só os méritos da poetisa, prima de Maria Dorotéia de Seixas, a *Marília de Dirceu*, mas também a

---

(37) Idem, *ibidem*, pp. 11 à 20. (Ver anexo 3)

(38) Cf.: “220ª Sessão em 25 de outubro de 1850.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1850, tomo 13, p. 530 – 531.

necessidade de combater “a convenção que impede as senhoras de dar expansão às produções de seu espírito.” Ainda conforme B. Broca, a academia proposta pelos pareceristas “não se fundou e o Instituto não concorreu para combater na época a convenção a que se referia Joaquim Norberto.”<sup>(39)</sup>

Nesse mesmo ano, já casado com Maria Thereza<sup>(40)</sup>, recebeu uma licença, na forma do art. 26 da Lei Provincial de 02 de janeiro de 1837, para abrir uma “Escola de Instrução Elementar na Freguesia de São João Batista”, em Niterói, nesse momento vemos surgir mais um aspecto da vida de nosso historiador: o seu lado educador. Essa licença foi assinada por João Carlos Vianna, presidente da Província do Rio de Janeiro. Infelizmente não foi possível achar registros sobre a efetivação do funcionamento ou não dessa escola. Mas isso demonstra, mais uma vez, que Joaquim Norberto incorporou fielmente as diretrizes propostas pelo IHGB de publicar e arquivar documentos necessários para a história e para a geografia do Império e também promover o conhecimento dessas disciplinas por meio do ensino público.

Alguns anos mais tarde, entre 1854 – 55, Joaquim Norberto foi nomeado

---

(39) Cf.: Brito Broca. “As mulheres na literatura brasileira.” In: *Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos. Vida Literária e Romantismo no Brasil*. Obras Reunidas 1. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., MEC - Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 78.

(40) O casamento de Joaquim Norberto com Maria Thereza Alves Pereira realizou-se na Catedral de Niterói, no dia 01 de outubro de 1842, e consta do livro 1, folha 107 nos registros da Catedral. De acordo com a introdução do *Livro de Meus Amores*, o pedido de casamento foi feito por Joaquim Norberto através de uma carta lacrada: “Ganhou ela, perdeu ele de boa vontade, e nesse envoltório lacrado patenteou-se esse mistério que por tanto tempo fizera talvez palpitar de amor e de incerteza dois corações ardentes(...)” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *O Livro de Meus Amores*, p. 18. Dessa união nasceram seis filhos: Leonor Albertina de Souza e Silva (nascida em 7/8/1843, casada em 1864 com Augusto de Castro redator chefe do Jornal do Comércio e diretor da Semana Ilustrada com Machado de Assis); Arthur Nictheroyno de Souza e Silva; Júlia Norbertina de Souza e Silva (nascida em 22/10/1850, teve como padrinhos de batismo Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisca Norris; casada com Francisco Avelino de Oliveira); Oscar Guanabardino de Souza e Silva (nascido em 29/11/1851, casado com Matilde Leal, foi importante maestro e jornalista no Rio de Janeiro seus filhos terão como sobrenome somente Guanabardino). J. Norberto e M. Thereza tiveram ainda dois filhos militares: Armando Fluviano de Souza e Silva e João Sapucahyno de Souza e Silva. Sobre os filhos de Joaquim Norberto, ver: Almir Câmara de Matos Peixoto, op. cit., pp. 111 – 112. Agradeço a Reinaldo de Souza e Silva Cardoso – trineto de Joaquim Norberto e genealogista da família Souza Silva – muitas das informações sobre o casamento e os filhos do historiador do IHGB.(Ver anexo 3)

Inspetor das Escolas das Paróquias de São João Batista (Niterói), onde ele já residia, dando prêmios do seu próprio bolso para os meninos que mais se destacassem em seus estudos.<sup>(41)</sup> Mas ao iniciar o ano de 1855, Joaquim Norberto já não era mais Inspetor das Escolas; em 20 de março, recebeu uma correspondência de Ângelo do Amaral pedindo-lhe que entregasse os papéis da inspetoria ao novo inspetor, Luiz de Almeida Brandão, nomeado para assumir o seu lugar.<sup>(42)</sup>

Joaquim Norberto também realizou um trabalho na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, onde atuou como praticante na Contadoria de 6 de maio a 5 de setembro de 1844, atividade esta que igualmente seria desenvolvida, mas por um período maior, por seu irmão João José de S.S. Rio. Nesse ano, não abdicando de sua atividade com a literatura, publicou em dois tomos, na *Revista Mosaico Poético*, a sua obra *História da Literatura Brasileira*, sobre a qual Antonio Cândido afirmou que, percorrê-la “é ler o que o Romantismo produziu de mais completo no assunto como quantidade e sistematização.”<sup>(43)</sup>

Em um determinado período do ano de 1844, J. Norberto escreveu o ensaio *Indagações sobre a literatura argentina contemporânea*; esse texto foi publicado pela

---

(41) Em 1827 foi promulgada a lei que determinava os critérios de admissão dos professores, que para serem contratados passariam por um processo de seleção, por meio de uma comissão de examinadores nomeados pelo Governo. No mesmo momento foi criada uma forma de fiscalizar tanto as escolas públicas quanto as particulares. Segundo Selma R. de Mattos, para se prover os cargos de professores, estes seriam examinados publicamente sendo também que a “tarefa de inspecionar as escolas passava a ser incumbência das Câmaras Municipais, acompanhando certamente o movimento geral das discussões políticas em direção à descentralização político-administrativa.” Para ser professor primário era necessário ter alguns requisitos básicos: “ser brasileiro, maior, ter moralidade e capacidade profissional. Com a finalidade de avaliar este último requisito instituiu o exame escrito e oral, criando para tanto uma comissão de examinadores nomeados pelo Governo.” A respeito, ver: Selma Rinaldi de Mattos. *O Brasil em Lições. A História como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000, pp. 36 – 39.

(42) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondências enviadas a Joaquim Norberto de Souza Silva: agradecimentos, solicitações, comunicações etc. ...* AIHGB, Lata 845, pasta 54, doc. 69, Coleção Alencar Araripe.

(43) Cf.: Antonio Cândido, op. cit., 339. Podemos também citar que o AIHGB possui uma cópia manuscrita dessa obra. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Resumo publicado no Mosaico Poético em 1844 pelos Srs. Joaquim Norberto de Souza Silva e E. Adet seguido de breves notícias acerca de alguns poetas brasileiros de maior nomeada por João Rodrigues da Fonseca Jordão. (Estas notícias são inéditas e o resumo foi impresso mas é hoje raríssimo)*. AIHGB, [18\_\_], lata 222, doc. 30.

*Minerva Brasiliense*. Nesse momento, foi o crítico literário quem se destacou, tornando-se um dos primeiros e poucos pensadores brasileiros a encarar tal empreendimento.<sup>(44)</sup>

Em um de seus trabalhos Luiz Cairo afirmou que ao analisarmos *Indagações sobre a literatura...* é possível perceber

“(...) o instinto de americanidade e o entusiasmo em relação aos feitos heróicos do povo das Províncias Unidas do Rio da Prata, os quais não passam despercebidos pelo olhar de Joaquim Norberto, que além de crítico, foi historiador, (...) um dos responsáveis (...) [pela] pesquisa da história brasileira e a construção paralela de uma literatura nacional. Talvez esta experiência o tenha inconscientemente levado a realizar um ensaio tão relevante para o estudo da formação da literatura argentina.”<sup>(45)</sup>

Nesse momento de sua vida, Norberto já havia realizado pesquisas que se concretizaram nas obras *Bosquejo da História da Poesia Brasileira* e *História da*

---

(44) De acordo com Luiz Roberto Velloso Cairo, que realizou uma análise desse trabalho, o crítico brasileiro traçou um panorama da literatura argentina. Sendo que, nesse panorama, nosso crítico olhou para a literatura argentina e a observou, comparando-a com a também iniciante literatura brasileira. Se por um lado, as literaturas latino-americanas olhavam para a literatura européia como o exemplo a ser seguido, por outro, podia existir uma troca de olhares entre estas mesmas literaturas, visto que compartilhavam uma situação semelhante: a construção de uma literatura nacional. Cairo mencionou ainda que o pesquisador Félix Weinberg ao analisar as *Indagações sobre a literatura...* considerou-a também como uma das primeiras análises a respeito da literatura argentina. Dessa forma podemos afirmar, apoiados no trabalho de Cairo, que Joaquim Norberto apresentou um estudo que para muitos pesquisadores ibero-americanos não existe. Esse desconhecimento levou outros tantos pesquisadores a afirmarem, de forma errônea e exagerada na opinião do professor da Unesp, que existe um “desconhecimento recíproco entre os escritores de literatura de expressão hispano-americana e luso-americana, a ponto destes últimos, em muitos momentos, referirem-se às literaturas latino-americanas, como um bloco no qual não se vêem”. Luiz Roberto Velloso Cairo. “Joaquim Norberto de Souza Silva, leitor de literatura latino americana”. In: Maria Eunice Moreira (org.). *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p. 37.

(45) Idem, *ibidem*, p. 40.

*Literatura Brasileira*, o que o colocou em contato com as obras de inúmeros literatos, principalmente com os poetas árcades: Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga.

Assim foi que no ano de 1845<sup>(46)</sup> Joaquim Norberto começou a demonstrar seu envolvimento, cada vez maior, com as ‘cousas mineiras’ que tanto marcaram suas atividades no decorrer da vida. Norberto trouxe a público o trabalho *Dirceu de Marília*, que ele mesmo denominou como sendo imitações líricas escritas em resposta às líras de Tomás Antônio Gonzaga<sup>(47)</sup>. Na introdução desse trabalho fez a seguinte afirmação:

*“Não serei eu que afirmarei ou negarei a autenticidade da presente coleção de líras extraídas de uma cópia que se me afirma ter sido tirada de manuscritos autênticos, cuja ortografia não pude conservar que não me permitiu a brevidade do tempo que tinha a dispor.”*<sup>(48)</sup>

---

(46) Nesse ano de 1845, em 19 de junho, Joaquim Norberto e Manoel de Araújo Porto Alegre propuseram para sócios correspondentes do IHGB, na seção de História, Joaquim Manoel de Macedo, “residente em Itaboraí e autor de várias obras impressas”, e João José de Souza e Silva Rio, “contador da Secretaria da Guerra, literato conhecido.” Cf.: “136<sup>a</sup> Sessão em 19 de junho de 1845.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1845, tomo 7, p. 258 – 3. ed. 1931.

(47) Em sessão de 22/8/1844 consta que o IHGB recebeu uma correspondência do sócio José Maria do Amaral, enviada da cidade de S. Petersburgo, a qual continha “a certidão de matrícula do poeta Tomás Antônio Gonzaga na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra; documento pelo qual prova haver o mencionado poeta nascido na cidade do Porto e não no Brasil, como era geralmente acreditado.” Cf.: “126<sup>a</sup> Sessão em 22 de agosto de 1844.” RIHGB, Rio de Janeiro, 1844, tomo 6, p. 383.

(48) Essa frase inicia a introdução do texto *Dirceu de Marília*, publicado em 1845. Mas foi suprimida em uma edição posterior quando o texto compôs uma reedição crítica de Tomás Antônio Gonzaga com o poema Marília de Dirceu, que Joaquim Norberto organizou em 1862 para a edição Garnier. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sobre as presentes líras” In: *Dirceu de Marília. Líras atribuídas à Sra. D. M.J.D. de S. (Natural de Vila Rica)*. Rio de Janeiro: Typ. De J.E.S. Cabral, 1845. Ver, ainda: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Dirceu de Marília. Líras atribuídas a D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas.” In: Tomás Antônio Gonzaga. *Marília de Dirceu. Líras de Tomás Antônio Gonzaga precedidas por uma notícia biográfica e de juízo crítico estrangeiros e nacionais e das líras escritas em respostas as suas acompanhadas dos documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Paris: Garnier Irmãos Editores, 1862, pp. 181 – 189.

Afirmava ele que as poesias foram escritas na então Vila Rica pela própria Maria Dorothéia e enviadas em sua maior parte para a cadeia pública do Rio de Janeiro, para o prisioneiro Tomás Antônio Gonzaga. Afirmou ainda, que essas líras seguiram o exemplo de Gonzaga que adornava

*“(...) seus versos com rima, que por certo muito concorre para a harmonia, (...); lástima é, porém, que como Tomás Antônio Gonzaga reproduzisse cenas da Arcádia nos pitorescos sítios do Brasil, e assim nos privasse de quadros interessantes nos quais assaz se prezaria a cor local (...).”(49)*

Ao encerrar a sua introdução ao texto *Dirceu de Marília*, Joaquim Norberto afirmou que essas poesias foram recebidas fria e silenciosamente pela imprensa da época. Nosso historiador destacou que somente Santiago Nunes Ribeiro, no *Nova Minerva*, se pronunciou a respeito.

Joaquim Norberto transcreveu uma parte da crítica feita por Ribeiro, sendo que, de acordo com essa crítica, a publicação desses versos não desmereceu a expectativa do público. Ribeiro destacou ainda que Norberto era o editor do opúsculo e “não o dá como sua produção, mas também não o nega; deixa uma dúvida .... e d’essa dúvida nasce o desejo da leitura a ilusão .... as líras são da celebrada amante de Gonzaga!....”(50) Anos mais tarde, Silvio Romero afirmaria que Joaquim Norberto era pródigo em algumas informações, o “autor era fácil nestas pequenas fraudes, capazes de iludir aos espíritos pouco perspicazes. Obedecendo a este sestro, deu as pretendidas respostas de Marília às líras de Gonzaga.”(51)

Em 1846, Joaquim Norberto entrou, como ele sempre fez questão de frisar, por concurso público, na Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por um espaço de “12 anos, 10 meses e 6 dias” como ele mesmo

---

(49) *Idem*, *ibidem*, p. 184

(50) *Idem*, *ibidem*, pp. 185 – 186.

(51) “Noto isto e lho censuro, por que, como já fiz ver, ele é um homem de merecimento, e a exatidão histórica é um dos seus fortes.” A respeito, ver: Silvio Romero. *História da Literatura Brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980, p. 839, v. 3.

contabilizou. (52) Durante esse tempo de serviço, teve acesso a um número considerável de documentos que “estavam em tanta confusão que ninguém se animava a consultá-los” e que foram extremamente úteis como fontes para suas produções futuras, sendo que muitos desses documentos foram por ele doados para o Arquivo do IHGB.(53)

Em sessão de 19 de julho, o Conservatório Dramático Brasileiro escolheu, por 15 votos a 3, entre diversas peças, um drama em cinco atos intitulado *Amador Bueno ou a Fidelidade Paulistana* de autoria de Joaquim Norberto para ser encenado na reabertura, após a reforma, do Teatro São Francisco (RJ).(54)

Existiam somente duas cópias da peça *Amador Bueno*, uma na tipografia para ser impressa e outra no teatro, mas ambas em um determinado momento desapareceram. Joaquim Norberto tentou reescrevê-la de memória e com uns poucos rascunhos que restavam, mas o Comendador João Caetano dos Santos, então responsável pelo teatro, veio em seu auxílio e encontrou a segunda cópia entre papéis esquecidos. A

---

(52) Para o IHGB o ano de 1846 começa marcado pela doença e morte do Cônego Januário da Cunha Barbosa (às 7 horas, do dia 22 de fevereiro). Manoel de Araújo P. Alegre, então orador do Instituto, fez o discurso durante o sepultamento do Cônego Januário: “(...) O novo mundo não foi talhado para ser medido pelos palmos de um pigmeu; as fozes do Amazonas, do Madeira, do Xingú, do Guaíba, foram rasgadas pela Providência para um povo de gigantes; para serem regidos por um príncipe, que deve um dia do alto do seu trono conferenciar com o universo, e talvez traçar a rota do seu destino.” A respeito, ver: “145ª Sessão em 8 de março de 1846.” RIIHGB, Rio de Janeiro, 1846, tomo 8, p. 145. No ano seguinte, Joaquim Norberto havia proposto, juntamente com Manoel de Araújo Porto Alegre e Manoel F. Lagos, a criação da Sessão de Arqueologia e Etnografia do IHGB. A justificativa utilizada foi: “Reconhecendo os abaixo assinados a urgente necessidade de se ampliarem os estudos históricos e geográficos do Instituto de uma maneira mais vasta e mais conforme com a civilização atual: propõem que seja criada uma nova seção no seio do Instituto, e que esta se aplique à arqueologia e etnografia americana, e goze da mesma categoria que as duas seções atuais que compõem o mesmo Instituto.(...)” Essa proposta foi aprovada na sessão do IHGB em 16 de setembro e Manoel de Araújo Porto Alegre foi eleito para dirigir a nova seção. Cf.: “Sessão em 16 de setembro de 1847.” RIIHGB, Rio de Janeiro: 1847, tomo 9, p. 443.

(53) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Petição de aposentadoria de Joaquim Norberto de Souza Silva*. AIHGB, [S.l.] [18\_\_], lata 121, doc. 12, p. 5.

(54) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Amador Bueno ou a fidelidade paulistana*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dez. de P. Brito, 1855. Ver também: Almir Câmara de Matos Peixoto, op. cit., pp. 62 – 63. Podemos observar nesse período foi publicada na RIIHGB parte do texto *História do Brasil*, de Southey, que teve como tradutor um dos conjurados mineiros, o sócio do Instituto, Conselheiro José Rezende da Costa (filho). Cf.: Robert Southey. “História do Brasil” RIIHGB, Rio de Janeiro: 1846, tomo 8, p. 296 a 355. (trad. José R. da Costa - filho)

peça *Amador Bueno* foi publicada somente em 1855, e dedicada ao pai de Joaquim Norberto, nesse momento já falecido. Na página de rosto da publicação, escreveu:

*“A meu pai  
Manoel José de Souza Silva  
Descendente pela parte materna dos  
antigos, nobres e empreendedores paulistas  
(...) Como uma lembrança de amor filial, como uma lembrança de  
sauidade.”*<sup>(55)</sup>

Na introdução da peça, aparece a crítica de L. C. Martins Pena afirmando que o drama *Amador Bueno* tinha boas cenas e “se o todo pareceu frio; é que o assunto nada tem de dramático. O público o recebeu com benignidade e seu autor, o sr. Joaquim Norberto de Souza Silva, deve ver nesse acolhimento animação futura.(...)”<sup>(56)</sup>

Podemos observar que a partir desse momento os trabalhos com teor

---

(55) De acordo com uma análise feita pela professora Sílvia M. Azevedo, da Unesp/Assis, para os nossos literatos do séc. XIX, a primeira geração romântica nutriu uma atração maior pelo teatro do que pelo romance “preferência só ultrapassada pela poesia. Como observou Décio de Almeida Prado: *Escrever romances era facultativo. Escrever peças, praticamente obrigatório.* A prova do prestígio incondicional do teatro estava no tipo de intelectual que acabava se rendendo aos apelos do palco: *nem historiadores, como Varnhagen e Joaquim Norberto, escaparam à regra, (...).*” A respeito, ver: Sílvia Maria Azevedo. “Joaquim Norberto e a invenção do folhetim nacional.” In: Maria Eunice Moreira (org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto.* Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p. 53. (itálico da autora) Sabe-se que a peça *Amador Bueno*, foi encenada duas vezes, uma no referido Teatro em 19 de setembro, e outra ocorrida a 20 de outubro em Niterói. Sobre a peça, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Amador Bueno ou a Fidelidade Paulistana...*, pp. V – VIII. Nesse mesmo ano, Joaquim Norberto publicou ainda a peça de teatro *Clymenestra, a Rainha de Mycenae*, sendo que um exemplar da mesma foi doado, pelo autor, para o IHGB. A respeito, ver: “172ª Sessão em 10 de julho de 1847.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1847, tomo 9, p. 415. De acordo com Vasco Mariz, em seu *Dicionário Biográfico Musical*, Joaquim Norberto possuía um teatro no Rio de Janeiro denominado Coliseu Teatro, onde foram encenadas diversas peças escritas pelo jovem Oscar Guanabara, filho do próprio Joaquim Norberto. Cf.: Vasco Mariz. *Dicionário Biográfico Musical. Compositores, intérpretes e musicólogos.* 3. ed. revista e aumentada. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Villa Rica, [19\_\_].

(56) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. VI.

histórico apareceram cada vez mais na produção norbertina. Assim, no final de 1849 foram inauguradas as novas instalações do Instituto, no Paço da Cidade, quando D. Pedro II distribuiu quatro assuntos para dissertações aos sócios presentes.<sup>(57)</sup> A Joaquim Norberto coube escrever sobre a intencionalidade ou não do descobrimento do Brasil – *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido à intencionalidade ou teve indícios para isso?* Nessa oportunidade, nosso historiador aproveitou para informar ao IHGB que possuía pronta uma memória sobre as aldeias de índios da província do Rio de Janeiro e pediu a permissão, que lhe foi concedida, para apresentá-la nas próximas sessões.<sup>(58)</sup>

Durante inúmeras sessões do IHGB, no primeiro semestre de 1850, Joaquim Norberto leu aos presentes a sua *Memória sobre os índios da Província do Rio de Janeiro*. Essa memória foi remetida à comissão de história para seu julgamento, o que levou praticamente um ano. A referida comissão, somente em 31 de outubro de 1851, apresentou seu parecer favorável e indicou a mesma para ser impressa na revista do IHGB.<sup>(59)</sup>

Mas as repercussões desse trabalho não haviam terminado. Joaquim Manoel de Macedo elogiou em duas situações a *Memória (...) das aldeias de índios...* escrita por

---

(57) Podemos considerar que o Imperador passou a ser mais atuante no IHGB “contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras.” Cf.: Manuel Luís Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: 1988, n.º 1, p. 10.

(58) Em 17 de dezembro Joaquim Norberto recebeu uma correspondência oficial do IHGB, assinada pelo primeiro secretário perpétuo Manoel Ferreira Lagos, para lembrá-lo da incumbência dada pelo Imperador: “Havendo Sua Majestade o Imperador designado a V.S.ª, em sessão de 15 do mês corrente, para desenvolver por escrito o programa incluso, o qual deverá oportunamente ser submetido à discussão apresso-me a comunicá-lo a V. S.ª, para sua inteligência e execução, ficando na certeza de que com o bom desempenho desta honrosa incumbência muito concorrerá também para o progresso intelectual do país.” A respeito, ver: AIHGB, 1849, lata 845, pasta 54, Coleção Alencar Araripe.

(59) De acordo com o parecer da comissão de história, a memória escrita por Joaquim Norberto foi mandada à comissão de redação para posteriormente “ser dada a estampa em nossa Revista cujas páginas não deslustrará, sendo como é, produto de um estudioso consócio...” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1854, tomo 17, p. 109–552.

Norberto. Esses elogios ocorreram no relatório anual do IHGB e na sessão da Assembléia Provincial.<sup>(60)</sup>

Já na sessão do dia 13 de outubro de 1855, da Assembléia Provincial, Joaquim Manoel de Macedo defendeu o trabalho *Memória (...) das aldeias de índios...* e defendeu também uma gratificação para Joaquim Norberto. A gratificação foi aprovada por unanimidade e ocorreu de acordo com a lei provincial n. 848. Segundo o próprio Joaquim Norberto, essa gratificação mal chegou para pagar a edição que foi distribuída gratuitamente para as repartições e bibliotecas.<sup>(61)</sup>

Nessa época, J. Norberto foi redator da comissão de história, juntamente com Cândido B. de Oliveira e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. A comissão foi encarregada de apresentar um parecer acerca de um manuscrito entregue ao Instituto Histórico por Francisco Nunes de Souza. Esse parecer pode ser útil como um exemplo do pensamento corrente no IHGB. Segundo a comissão, o manuscrito intitulado “*Geografia histórica, física e política do Brasil*, não pode merecer as honras da publicação” por diversos motivos, entre eles, devido ao fato de que a história

*“(...) não guarda a ordem cronológica, não rigorosa, mas necessária, nem se dá o autor ao trabalho de averiguar os pontos contestados, e decide-se*

---

(60) No relatório anual do IHGB apresentado a 25 de dezembro de 1854, Macedo, ao analisar as produções publicadas pela revista do Instituto, afirmou que estava “(...) seguro de que ninguém haverá que não aquilate devidamente os diversos trabalhos que foram já este ano publicados, ninguém que desconheça especialmente o alto valor da memória do nosso infatigável colega o sr. Joaquim Norberto de Souza Silva acerca das aldeias dos índios do Rio de Janeiro, material que regurgita de importância principalmente agora que tratando-se de atender a questões bem intrincadas relativas a aquele objeto.(...)” Cf: “Sessão Pública Aniversária em 15 de dezembro de 1854. Relatório do Primeiro Secretário Joaquim Manoel de Macedo.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1854, tomo 17, p. 653.

(61) Em nota, Guimarães cita dois trabalhos com a temática indígena que foram premiados pelo governo imperial. Os trabalhos foram o de Joaquim Norberto e o de José Joaquim Machado de Oliveira, “Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios desde o seu começo até a atualidade”, este publicado também pela *RIHGB*, no ano de 1846 (tomo 8, pp. 204 – 250). De acordo com Manoel L. S. Guimarães, a concessão de prêmios “visava à coleta de abundante material e à produção de um saber sobre o Brasil capazes de fornecer as bases seguras de um projeto de escrita da história nacional.” (grifo nosso) A respeito, ver: Manoel Luís Salgado Guimarães, op. cit., p.19 e 26, nota 42.

*pela opinião que se apresenta em mais harmonia com a sua, sacrificando a imparcialidade do historiador às paixões mesquinhas dos partidos. (...)*<sup>(62)</sup>

No manuscrito, Nunes de Souza afirmava que o Brasil marchava “também na retaguarda das repúblicas da jovem América.” A réplica da comissão não demorou muito: “Felizmente tais expressões não são senão ditadas pela parcialidade política do autor (...) e não nascidas de sua consciência.”<sup>(63)</sup>

Alguns anos mais tarde, ainda pertencendo à comissão de história, agora em parceria com Joaquim Manoel de Macedo, J. Norberto voltou a demonstrar como deveria ser desempenhada a função do historiador.

A referida comissão entregou um parecer sobre uma proposta apresentada ao IHGB pelo sócio Felizberto Pinheiro de Campos. Esse sócio propôs que o Instituto criasse um livro onde fossem registrados todos os fatos de relevância política, moral e religiosa ocorridos no reinado de D. Pedro II. A comissão não aceitou a proposta e justificou sua objeção afirmando que os historiadores não deveriam escrever

*“(...) sobre fatos da história contemporânea do seu país, é porém certo que, usando desse direito, o escritor é sempre um juiz mais ou menos suspeito, e portanto incompetente para desempenhar cabalmente a empresa difícil a que se arroja.”*<sup>(64)</sup>

Durante a sessão do Instituto onde foi discutida a proposta, J. Norberto e J. Macedo afirmaram ainda que ao se dedicar à história contemporânea o pensador fica preso às paixões, às simpatias e antipatias e escreve “um pouco de sua própria história, preside ao processo das idéias que tem sustentado e das idéias que tem combatido.” Norberto afirmava também que à “imprensa compete registrar esses fatos e ela o registra....”<sup>(65)</sup>

---

(62) Cf.: “12ª Sessão em 19 de setembro de 1856.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1856, tomo 19, p. 33 – 34.

(63) Idem, *ibidem*, p. 34.

(64) Cf.: “4ª Sessão em 8 de maio de 1863.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1863, tomo 26, p. 854.

(65) Idem, *ibidem*, p. 859.

O parecer afirmava que de acordo com a proposta o Instituto Histórico deveria escolher os fatos a serem registrados, isso faria com que por haver escolha não seria possível escrever todos os fatos e conseqüentemente poderia surgir “uma obra incompleta pelo esquecimento premeditado de fatos que por erro de que é susceptível, o Instituto deixasse de considerar dignos de serem registrados (...)”<sup>(66)</sup>

Para finalizar, os pareceristas afirmaram ainda que a empresa deveria ser realizada por uma pessoa, porque embora o trabalho pudesse ser suspeito de parcialidade, a posteridade pesquisaria nesses escritos a verdade dos fatos comparando-os com outros já estudados. Assim, “o que um indivíduo pode fazer nesse sentido, não convém que o faça o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo caráter que tem, pelas condições de sua organização e de sua alta importância.”<sup>(67)</sup>

Nesse momento a ordem cronológica, a imparcialidade do historiador, os senões à história contemporânea, tudo isso nos permite observar que alguns aspectos da História estavam inquietando cada vez mais nosso historiador. É o historiador ocupando cada vez mais a mente do literato.

Na sessão de 9 de dezembro de 1853, entrou em discussão o trabalho de Joaquim Norberto sobre a intencionalidade do descobrimento do Brasil, que havia sido anteriormente lido nas sessões do IHGB e que provocou uma das grandes discussões de que o Instituto Histórico foi palco. Segundo consta na ata dessa sessão, dois sócios se colocaram contra as informações levantadas por Joaquim Norberto: Duarte da Ponte Ribeiro e Gonçalves Dias; este “em brilhantes elucidações e analisando alguns pontos da memória, procura demonstrar que Pedro A. Cabral fora arrastado pelas correntes pelágicas às costas do Brasil.”

Tomando conhecimento dessas informações, Norberto afirmou a conveniência da reprodução na revista do Instituto das questões apresentadas por Gonçalves Dias. Essa proposta foi aceita e a discussão foi dada por encerrada, mas só

---

(66) *Idem, ibidem*, p. 856.

(67) *Idem, ibidem*, p. 857.

temporariamente, visto que a mesma seria retomada posteriormente.<sup>(68)</sup>

Assim, nas sessões do IHGB, de setembro a dezembro de 1855, após a publicação das informações de Gonçalves Dias, nosso historiador leu sua *Refutação às Reflexões* em que retrucou as críticas do ilustre consócio à sua memória sobre a intencionalidade do descobrimento do Brasil.

Durante a década de 50, Joaquim Norberto se tornou cada vez mais atuante no IHGB, voltando seus olhos também para os cargos da mesa diretora do Instituto, onde um grupo seleto de homens da “boa sociedade” gravitava em torno do Instituto e, portanto, do Imperador. Joaquim Norberto, Joaquim Manoel de Macedo, Cândido José de Araújo Viana, entre outros, a cada ano se candidatavam a diversos cargos da diretoria. Norberto, mais especificamente, se candidatou a todos os cargos possíveis, tanto na mesa diretora, quanto nas mais diversas comissões, além de ter sido por vários anos consecutivos um dos escrutinadores nas eleições.

Assim, como exemplo, podemos observar que em 23 de maio de 1851 ocorreram as eleições anuais para a mesa diretora do IHGB. Essa foi a primeira das muitas vezes que Joaquim Norberto concorreu e foi eleito para os cargos do Instituto. Nessa ocasião, ele disputou os cargos de secretário, para a comissão de trabalhos históricos e para a comissão de estatutos e redação, sendo eleito secretário suplente e para a comissão de trabalhos históricos, ambos com 25 votos.

Podemos ainda utilizar dois outros anos como exemplos da sua insistência em concorrer aos cargos do IHGB. Na eleição de dezembro de 1852, referente ao exercício do ano posterior, ou seja, 1853, candidatou-se a secretário, à comissão de história, à comissão de estatutos e redação e à comissão de etnografia. Foi eleito para a comissão de história e como segundo secretário suplente. No ano seguinte, 1854, para o exercício de 1855, ele se candidatou a sete cargos: primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo secretário suplente, para as comissões de revisão de manuscritos, de etnografia e de história, sendo que nesse ano o único cargo a que ele conseguiu se eleger foi para a

---

(68) Sobre a proposta de Joaquim Norberto, ver: “Sessão em 9 de dezembro de 1853.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1853, tomo 16, p. 609–610.

comissão de história.(69)

Nesse momento, um assunto começou a rondar o Instituto Histórico. Joaquim Norberto tomou conhecimento de um artigo publicado no jornal *Constitucional* (números 25 e 26 de 16 e 23 de julho respectivamente), da cidade de Maceió, com informações sobre o Quilombo dos Palmares. Aproveitando as informações apresentadas no artigo, Norberto requereu junto ao IHGB uma investigação sobre “este episódio da nossa história” que deixava “ainda muito a desejar aos que se ocupam com as coisas da pátria.” Joaquim Norberto afirmou em uma memória que apresentou ao IHGB, que por tradição ainda se realizava uma festa em Alagoas que marcava o triunfo sobre Palmares; “era, sem dúvida, uma recordação muito mais histórica do que moralizadora. (...) Conviria, porém, saber em que dia e mês se costuma celebrar essa festa (...) e se nesse ato se afigura a antiga habitação dos vassallos do intrépido Zumbi, (...)” Encerrou seu pensamento mostrando a necessidade de se conhecer os pormenores para com isso ter uma idéia do que realmente acontecia naquela região.

Para conseguir ter acesso a todas essas informações, Joaquim Norberto propôs que o Instituto Histórico requeresse junto ao Ministro do Império uma cópia

*“(...) da carta de sesmaria de Urucu, pois consta do mesmo jornal que o presidente da província de Alagoas acaba de obter o original do presidente de Pernambuco; outrossim que se nomeie uma comissão composta de sócios ali residentes a que se incumba o exame dos vestígios das habitações dos antigos negros de Palmares, que ainda em 1827 foram vistos na Serra da Barriga, que também se assinala como sede de sua bárbara República.”*(70)

---

(69) As informações sobre as candidaturas e as eleições de que Joaquim Norberto participou estão registradas nos relatórios das eleições do Instituto Histórico publicados anualmente, em dezembro, na *Revista do Instituto*. A respeito, ver as diversas Sessões de Assembléias Gerais de Eleições. **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1851 – 1855.

(70) Cf.: “233ª Sessão em 22 de agosto de 1851.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1851, tomo 14, p. 491. Para maiores informações, visto que a **RIHGB**, publicou somente uma parte da memória encaminhada por Joaquim Norberto, consultar: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Memória de Joaquim Norberto de Souza Silva lida no IHGB sobre as tradições do Quilombo dos Palmares e Carta de Sesmaria do Urucu concedida ao Major Alexandre de Brito, em 1827*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1851. **AIHGB**, Lata 177, doc. 72, Coleção **IHGB**.

Muito provavelmente essas informações foram a base de um texto que Norberto lançou no final de 1851, *Os Palmares -- Fragmentos de um poema: Zumbi*. Pelo título é possível perceber que se tratava de uma parte de um projeto maior, sendo que esses fragmentos foram publicados na *Revista Guanabara*, segundo Maria Eunice Moreira, que acredita “tratar-se de um número publicado após o mês de novembro, em virtude de informações nele contidas.”<sup>(71)</sup>

Outra pesquisadora da história da literatura brasileira, Regina Zilberman, afirmou que J. Norberto já contava mais de 30 anos quando escreveu esse texto e já havia publicado diversos trabalhos voltados para a literatura mas não “tinha, porém, experimentado assuntos de interesse histórico, que, depois, alimentarão seu teatro; o poema sobre o quilombo de Palmares talvez tenha” constituído o primeiro passo nessa direção.<sup>(72)</sup>

A partir de julho de 1853 ocorreu o período de maior ausência de Joaquim Norberto das sessões do IHGB, retornaria às sessões do Instituto somente em finais de outubro. Essa ausência aconteceu devido à doença que levou seu pai à morte. Manoel José de Souza e Silva ao morrer deixou certos bens para serem divididos entre seus herdeiros. A relação desses bens que constam de seu inventário é extensa e demonstra uma fortuna composta por mobiliário, louças, vestimentas e pratarias. Constavam ainda de 70 apólices de fundos públicos, no valor de um conto de réis cada uma e também 13 escravos, que deveriam ser alforriados após trabalharem por três anos para os herdeiros. Entre os escravos existiam praticantes de determinados ofícios, como: carpinteiro, marceneiro, cozinheiro, pedreiro e costureira. Além desses, compunham também a herança onze imóveis, sendo

---

(71) O poema *Zumbi* foi composto por três seções: a) Narração da fundação da República de Palmares; b) Canto de Dana embalando seu filhinho durante o cerco de Palmares por ocasião do ataque às trincheiras; c) Conjuração dos negros cativos de Palmares reunidos na gruta dos fantasmas. Cf.: Maria Eunice Moreira. “Apresentação.” In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Fragmentos de um poema: Zumbi*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. Porto Alegre: v. 3, n.º 2, jun. de 1997, p. 46.

(72) Para maiores detalhes sobre o tema Palmares em Joaquim Norberto e em Ferdinand Denis ver: Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: v. 3, n.º 2, junho de 1997.

seis na cidade do Rio de Janeiro, e desses, dois eram sobrados situados na Rua do Lavradio (n.º 37 e 39) e quatro situados na Rua do Senado (n.º 3,5,7, e 7 a). Em Niterói, Joaquim Manoel possuía cinco imóveis, sendo que três eram localizados na Rua da Glória (n.º 69 – sobrado, e n.º 53 e 57 – térreos); consta ainda do inventário que a propriedade de número 57 era ocupada, em usufruto, pelo herdeiro Salustriano José de Souza e Silva. Os outros dois imóveis localizados em Niterói estavam situados na Rua d’El Rei, números 8 e 10. A casa de n.º 10, construída aproximadamente em 1835, também era ocupada em usufruto por outro herdeiro Joaquim Norberto de Souza Silva.<sup>(73)</sup>

No início do ano seguinte, Joaquim Norberto foi eleito novamente secretário suplente e membro da comissão de trabalhos históricos.<sup>(74)</sup> Na sessão de 26 de maio, entrou em discussão uma proposta de Joaquim Norberto que foi aprovada posteriormente. Nessa proposta, Norberto coloca para o IHGB a necessidade e conveniência da conclusão do monumento à independência nacional no Ipiranga, além de erigir-se uma estátua equestre

---

(73) Em 11 de dezembro de 1856, segundo comunicado oficial da municipalidade, a casa teve seu número alterado para 34 e em 22 de julho de 1858, Joaquim Norberto recebeu uma outra correspondência oficial da municipalidade de Niterói agradecendo a doação de 50 mil réis, “feita pelo ilustre morador com a finalidade de possibilitar o calçamento da Rua D’ El Rei.” A respeito, ver: Manuel José de Souza e Silva. ANRJ – inventário – processo 3361, cx. 14. Ver também: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência enviada a Joaquim Norberto de Souza Silva: agradecimentos, solicitações, comunicações, etc.* Sl, 1835 – 1882 (30 docs.). AIHGB, lata 845, pasta 54, folha 16, Coleção Alencar Araripe.

(74) Joaquim Norberto desenvolveu nesse período outras atividades. A 22 de maio de 1854, nosso historiador recebeu um ofício do Palácio da Presidência da Província do Rio de Janeiro afirmando que foram dadas ordens às Câmaras Municipais e às Delegacias de Polícia para prestarem todas as informações de que nosso historiador necessitasse para a realização de sua resenha estatística da Província do Rio de Janeiro, enquanto ainda trabalhava na Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial. Em 1870, após trabalhar em outras secretarias e ter tido acesso a um número ainda maior de documentos, J. Norberto foi incumbido de examinar informações enviadas pelas diferentes províncias relativas ao censo da população. Com esses documentos, surgiu o trabalho *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Esse trabalho foi enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro Paulino José Soares de Souza e compôs o relatório da Secretaria, vindo ainda a auxiliar na organização dos quadros da divisão eleitoral do Império. Anos mais tarde, na década de 1920, essas investigações fez parte do Resumo Histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. A última edição é de 1986, publicada, em São Paulo, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas.

do fundador do Império na praça da Constituição e também “de erguer-se uma cruz colossal e monumental em Porto Seguro, que restaure a que Pedro Álvares Cabral ali implantara em 1° de maio de 1500.”<sup>(75)</sup>

O mês de setembro marcou a nomeação de Joaquim Norberto para a comissão encarregada de erigir na corte a estátua equestre do fundador do Império.

Na sessão de 24 de novembro, Joaquim Norberto e Cláudio Luiz da Costa apresentaram uma proposta à comissão de História em que pediam que o Instituto entrasse em contato com as províncias do Pará, de Pernambuco e da Bahia para saber se essas três províncias guardavam despojos militares das respectivas disputas contra os franceses, contra os holandeses e a favor da independência do Brasil. Justificando seu pedido, Joaquim Norberto observou que era

*“(...) necessário principiarmos a coligir alguns troféus, e a formar padrões de nossa glória, que tanto podem servir para tornar objetiva a história de nossos feitos de armas, como podem servir para estimular os brios nacionais, propõe à comissão que quantos troféus e bandeiras se possa ajuntar, e os que consta existirem aqui, na fortaleza da Conceição (...) sejam todos recolhidos à Igreja da Cruz dos Militares, para que aí sejam cuidadosamente conservados e expostos em suas festividades.”<sup>(76)</sup>*

Nessa justificativa de Joaquim Norberto, podemos identificar que nosso historiador novamente assumiu os ideais do IHGB, “estimular os brios nacionais, coligir troféus e formar padrões de nossa glória” e, com esses exemplos, podemos observar que ele buscou a nação fundamentada nesses que seriam locais de memória.

---

(75) Nesta proposta podemos observar que Joaquim Norberto elegeu o que para eles representavam alguns marcos fundadores do Brasil. Cf: “Sessão em 26 de maio de 1854.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1854, tomo 17, p. 619.

(76) A respeito, ver: “Sessão em 25 de novembro de 1854.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1854, tomo 17, p. 639.

## OS 'TEMAS MINEIROS'

Neste item queremos tratar de uma parte da produção norbertina que eu designarei a partir de agora como sendo o conjunto de 'temas mineiros'; esse conjunto engloba diversas obras entre biografia, poesias, crítica literária e, principalmente, sua maior obra histórica, a *História da Conjuração Mineira*.

O ano de 1859 ficou gravado na vida de Joaquim Norberto, tanto em suas atividades, enquanto funcionário público, quanto e principalmente em suas atividades junto ao Instituto Histórico.

O ano começou com a ocorrência de uma reforma nas secretarias do Império. Com a reforma, Joaquim Norberto foi nomeado Chefe da 9ª Seção (Arquivo) da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Nessa secretaria, nosso historiador deu "nova forma e métodos a esta seção," separou alguns documentos mais importantes que encontrou, remetendo aqueles que eram possíveis para o Arquivo Público.(77)

Na sessão de 6 de agosto do Instituto Histórico, Norberto encaminhou um ofício ao secretário do IHGB, Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, em que comunicou que durante seu trabalho de organização do Arquivo da Secretaria encontrou "vários documentos sobre a história nacional", entre os quais, chamaram-lhe a atenção alguns pertencentes a José Bonifácio.(78)

Alguns meses mais tarde, nosso historiador apresentou outra proposta ao IHGB. Com a seqüência da organização do Arquivo da Secretaria, ele teve acesso a um

---

(77) A nomeação como chefe de seção ocorreu em 5 de março. Sobre essa nomeação, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. Documentos referentes a Joaquim Norberto de Souza Silva: atestados, tempo de serviço.... AIHGB, Lata 845, pasta 56, Coleção Alencar Araripe.

(78) Ainda segundo o ofício enviado ao IHGB, J. Norberto encontrou, entre esses documentos, alguns que diziam respeito a José Bonifácio, como os estatutos formulados para a Sociedade de Economia de São Paulo e que tinham "sua respeitável assinatura e patenteiam o quanto se esmerava ele pela prosperidade da nossa pátria (...)." A obra Poesias Avulsas (1825) de José Bonifácio, segundo Massaud Moisés, foi reeditada "com o título Poesias e com novos acréscimos, em 1861, graças ao empenho de Joaquim Norberto de Souza Silva." A respeito, ver: Massaud Moisés. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1985, p. 319, v. 1. Sobre o ofício enviado ao IHGB por Norberto, ver: "6ª Sessão em 6 de agosto de 1859." RIIHGB, Rio de Janeiro: 1859, tomo 22, pp. 649 -- 652.

sem-número de importantes documentos, tanto para a geografia quanto a história pátria, e que, segundo ele, “muito interessam aos fins do Instituto.” Ainda nessa proposta, Norberto sugeriu ao Instituto Histórico e Geográfico que “lembrasse aos poderes competentes a conveniência da remessa de tais documentos ou cópias deles, (...)”, principalmente para o arquivo do IHGB.<sup>(79)</sup>

Infelizmente, tanto nas atas das sessões do IHGB quanto nas correspondências do próprio Norberto, não conseguimos localizar informes mais detalhados sobre essa documentação. Mas, ao que tudo indica, esses documentos encontrados na Secretaria do Império aguçaram o faro de “rato de arquivo” do nosso historiador. De posse e com base em tais documentos ele iniciou sua fase mais produtiva, a fase voltada para os ‘temas mineiros’.<sup>(80)</sup>

Assim, podemos supor que, ao somar esses documentos com aqueles levantados anteriormente, quando nosso historiador se ocupava em conhecer a vida dos poetas árcades, teremos uma forte base inicial para as atividades que ocuparam os próximos anos de produção norbertina. Podemos observar ainda que durante o ano de 1859, Norberto começou a esboçar suas idéias no que, vários anos depois, se transformou na *História da Conjuração Mineira*. Na Sessão de 18 de novembro de 1859, Joaquim Norberto apresentou sete propostas ao IHGB referentes à Conjuração Mineira; elas foram enviadas à secretaria do Instituto, que deveria encaminhá-las aos respectivos departamentos. As propostas referiam-se à requisição – junto às diversas repartições públicas e ordens religiosas – de documentos que eram necessários para que ele conseguisse preencher as lacunas que considerava ainda existir na história da conjuração mineira. Com essas requisições, ele começou a invadir um território que ainda não fora explorado.<sup>(81)</sup>

---

(79) Cf.: “10ª Sessão em 7 de outubro de 1859.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1859, tomo22, p. 665.

(80) A respeito, ver: Antonio Cândido. *O método crítico de Silvio Romero...*, p. 21.

(81) A respeito das propostas encaminhadas por Joaquim Norberto, ver: “13ª Sessão em 18 de novembro de 1859.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1859, tomo 22, p. 673 – 675. Essas propostas serão retomadas no segundo capítulo desta dissertação.

No final dessa mesma sessão foram abertas as inscrições para a leitura de trabalhos para o ano seguinte. Sete sócios do IHGB se inscreveram, entre eles, o Cônego Fernandes Pinheiro, Caetano Figueiras e Joaquim Norberto. Nosso historiador apresentou a primeira versão do seu trabalho da seguinte maneira: *A conspiração mineira – Estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional, baseados em documentos oficiais existentes na Secretaria do Império – J. Norberto de Souza Silva.*

O jornal *Correio Mercantil* de Minas Gerais publicou extratos dessa sessão já no dia seguinte. Esse assunto chamou a atenção de Joaquim Mariano Augusto Meneses, morador de Ouro Preto (MG), que se interessou e resolveu auxiliar na pesquisa. Segundo o próprio Joaquim M. A. Meneses, em correspondência enviada a J. Norberto em dezembro, ele se encheu de “prazer por ver que tão importante assunto ia ser tratado como merece por V. S<sup>a</sup> cuja reputação literária é bem conhecida em todo o país.”

Na seqüência da correspondência, Meneses afirmava que embora não tivesse entrado em contato prévio com Joaquim Norberto, havia tomado certa liberdade de “(...) publicar no *Correio Oficial* o pequeno artigo sob a epígrafe = Estudos históricos = dando conhecimento do trabalho que V.S<sup>a</sup> empreendia, e apelando para o patriotismo das pessoas ilustradas que também quisessem contribuir com seu contingente (...).”<sup>(82)</sup>

Além do referido artigo publicado no *Correio Oficial* de Minas Gerais, Joaquim Meneses, em 19 de novembro, entrou em contato com Luis Maria da Silva Pinto – que entre 1799 e 1802 trabalhou como Oficial Maior da Secretaria Provincial de Minas Gerais – questionando-o sobre os documentos existentes na referida secretaria a respeito da Conjuração Mineira. De acordo com Silva Pinto, a ele coube espanar os poucos mapas persistentes da secretaria, já que o governo da província foi extremamente cauteloso e se preocupou em guardar, sob sua própria tutela, os documentos oficiais referentes aos anos de 1788 a 1797, deixando na Secretaria requerimentos e documentos particulares, e que mais

---

(82) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta de Joaquim Mariano Augusto Meneses a Joaquim Norberto de Souza Silva. Ouro Preto, 23 de dezembro de 1859.* BNRI, Seção de Manuscritos, original e cópia, Ouro Preto (MG), 23/12/1859, 8 folhas, 3 docs., 31,31,7.

tarde, foram queimados.(83)

Meneses, na seqüência de sua correspondência, informava a Joaquim Norberto que encontrou e lhe enviou uma cópia fiel da portaria do Governo Provincial dirigida ao juiz de fora mandando demolir o padrão de infâmia erigido no local onde existia a casa de Tiradentes na então Vila Rica. Entre as atitudes tomadas após a execução de Joaquim José e o degredo dos demais conjurados tivemos o arrasamento da “casa do Tiradentes, e salgado o lugar. Substituiu-a o padrão de infâmia que reza o acórdão (...)”.(84) O próprio Meneses o trazia gravado na memória e o descreve a Joaquim Norberto: o referido padrão era de cantaria lavrada como pedestal de coluna, com 6 a 8 palmos de altura, 3 ou 4 de largura e na face frontal uma inscrição que ninguém comentava em Ouro Preto “(...) a indiferença e talvez o horror com que era olhado esse monumento fazia com que não ousasse alguém demorar-se para ler, ou transcrever a inscrição que hoje seria vista com interesse. (...)”(85)

Ainda de acordo com Joaquim Norberto, pouco tempo após ser anunciado o “sistema constitucional e constituiu-se em Vila Rica ou Ouro Preto o governo provisório”, sob a administração de Jorge Benedito Otoni, as autoridades se preocuparam em ordenar a demolição, que o historiador da Conjuração denominou de “espantinho”, sendo que logo após foi construído em seu lugar um novo edifício.(86)

---

(83) Idem, *ibidem*. Nesse ponto, é interessante notar que para Joaquim Norberto era certo achar os documentos referentes a conjuração mineira na secretaria provincial visto ter o governo de Minas Gerais ordenado que uma cópia de todo o processo permanecesse na secretaria. De acordo com o próprio historiador, “mandou o governo que antes da entrega dos autos originais ao juiz devassante se tirassem duas cópias autênticas, das quais seria uma remetida para a Corte de Lisboa e ficaria outra na secretaria de seu governo.” Assim, conforme a declaração do oficial responsável pela secretaria nem dez anos haviam se passado e os documentos já não se encontravam mais na secretaria. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira Estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos e originais existentes em várias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: MEC – INL, 1948, p. 103, v. II.

(84) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 217, v. 2.

(85) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta de Joaquim Mariano Augusto Meneses a Joaquim Norberto de Souza Silva. Ouro Preto, 23 de dezembro de 1859* BNRJ, Seção de Manuscritos, 3 docs., II – 31,31, 7.

(86) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira.....*, p. 217, v.2.

Antes de finalizar sua correspondência, J. Meneses apresentou duas informações complementares. Primeiramente, descreveu a cerimônia ocorrida em Vila Rica quando da colocação da cabeça de Tiradentes na praça central da cidade, com o acompanhamento de uma multidão. Em um segundo ponto, informou sobre a morte de Cláudio M. da Costa; de acordo com essa carta, a notícia oficial era de que Cláudio M. da Costa havia se suicidado, mas “a tradição aqui constante é que foi ele assassinado na mesma noite do dia em que chamado à presença do Governador (...).”

No mês de maio do ano seguinte, J. Norberto apresentou outros dois programas ao Instituto Histórico, sendo que um deles era referente ao seu trabalho sobre a Conjuração Mineira e a pesquisa desse programa foi atribuída a um sócio do instituto pelo então presidente Visconde de Sapucahy. O objetivo de nosso historiador era descobrir se o acontecimento da Independência reabilitou “por si só a memória dos réus da inconfidência de Vila Rica de 1789.” Além disso, ele desejava também saber se seria necessário uma medida especial para essa reabilitação e se havia precedentes na legislação do Império.<sup>(87)</sup>

Já em agosto, nosso historiador apresentou uma outra proposta para o IHGB. Nela Norberto pedia que o Instituto Histórico entrasse em contato com Miguel Maria Lisboa, o então enviado do Império junto a república norte-americana, na busca de uma comunicação feita ao congresso americano por Thomas Jefferson. A busca de nosso historiador era para conhecer o que ‘realmente’ aconteceu no encontro, na França, entre T. Jefferson e José Joaquim da Maia, um estudante brasileiro. Esse encontro versava sobre independência do Brasil, “como se vê não só da correspondência do mesmo T. Jefferson

---

(87) Essa informação pode ser consultada em: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Programa apresentado sobre os meios mais convenientes de conseguir a reabilitação histórica dos Inconfidentes Mineiros.” Rio de Janeiro, AIHGB, 25/5/1860, lata 177 – doc. 104 – I e II, 2 docs. Ver também: “4ª Sessão em 22 de junho de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, p. 624. (Ver anexo 4).

como da devassa (...) de Minas Gerais no ano de 1789.”<sup>(88)</sup>

Joaquim Norberto, tudo leva a crer, portanto que, na tentativa de reunir o maior número possível de fontes acerca da Conjuração Mineira, recebeu inúmeras outras colaborações. Em 26 de outubro, Camilo Luiz Maria, da cidade de Ouro Preto, ofertou ao IHGB “vários manuscritos relativos à província de Minas, os quais foram entregues ao sr. Norberto para examiná-los e apresentar um relatório sobre sua utilidade.”<sup>(89)</sup>

Em 23 de novembro, J. Norberto leu para os membros do IHGB, pela primeira vez, uma parte do que viria a ser sua *História da Conjuração Mineira*. Após esse momento, parou seu trabalho por tempo indeterminado na espera de documentos que iriam, segundo ele, complementar seu texto.<sup>(90)</sup>

Como ocorre normalmente no IHGB, para marcar o encerramento das atividades a agremiação realiza uma Sessão Magna Aniversaria. Na Sessão Magna de 1860, ao apresentar seu relatório anual o segundo secretário do Instituto, Caetano Alves de Souza Filgueiras, fez um balanço de todos os trabalhos apresentados ao Instituto Histórico durante o ano.

---

(88) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Proposta de Joaquim Norberto de Souza Silva para que o consócio Miguel Maria Lisboa examine o que se passou entre Thomas Jefferson e José Joaquim da Maia em 2/10/1786, na ruína de Nimes.” AIHGB, Rio de Janeiro, 1860, lata 574, pasta 20. Ver também: “9ª Sessão em 31 de agosto de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, p. 640. Segundo consta na ata da Sessão de 6 de julho de 1883, D. Pedro II ofertou os seguintes documentos ao IHGB, que haviam sido enviados dos USA pelo conselheiro Felipe Lopes Neto: “(...) cópias autênticas de quatro cartas trocadas entre um brasileiro residente em Montpelier e Thomas Jefferson, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, em França, sobre o projeto da independência do Brasil. Essas cartas, cujos autógrafos estão depositados na biblioteca da secretaria de estado de Washington, são uma de Vendek à Jefferson em 2 de outubro de 1786, outra de 2 de novembro do mesmo ano, e outra de 5 de janeiro de 1787 e uma de Jefferson a Vendek datada de Paris em 26 de dezembro de 1786. Essas cópias são acompanhadas de um certificado, em original, de Theodore F. Dwight, chief of bureau of roles and library, datado de 11 de abril de 1883 de que foram elas feitas em vista dos originais.” Cf.: “2ª Sessão Ordinária em 6 de julho de 1883.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1883, tomo 46, p. 572. Essas cartas foram publicadas na Revista do Instituto no ano seguinte, com o título “Idéias de Independência no Brasil em fins do século passado (troca de correspondência entre Vendek e T. Jefferson).” RIHGB, Rio de Janeiro: 1884, tomo 47, parte I, pp. 123 – 132. (Ver anexo 5)

(89) Cf.: “12ª Sessão em 26 de outubro de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, p. 647.

(90) Consta nas atas das sessões do IHGB que o historiador da Conjuração Mineira leu os capítulos de sua obra entre novembro de 1860 e abril de 1863. A respeito, ver: RIHGB, Rio de Janeiro: 1860 – 1863, tomos 23 – 25.

Referindo-se ao trabalho de J. Norberto, Souza Filgueiras afirmou que nosso historiador “pagou o tributo a que se obrigara para com o Instituto, quando inscreveu-se nas leituras que deveriam ter lugar no ano social ...”(91)

Para o secretário do IHGB, o trabalho sobre a Conjuração Mineira cresceu em proporções, principalmente devido ao fato de J. Norberto ter se preocupado com os procedimentos utilizados e a busca de fontes documentais, empregando um elevado número de documentos oficiais encontrados na Secretaria do Império, no próprio arquivo do Instituto e até mesmo no exterior.

Eram documentos preciosos para o historiador da Conjuração Mineira

*“(...) escritos com a tinta do tempo, o nosso laborioso consócio entregou-se com ardor ao seu minucioso estudo; examinou-os acuradamente; compulsou-os página por página, (...), e sempre de pena em punho, colimando confeccionar uma história conscienciosa e baseada nos preciosos monumentos que tinha à sua disposição, não esqueceu nota (...), não assegurou data que não fosse necessária (...).”(92)*

O segundo secretário Souza Filgueiras ainda fez uma observação de que naquele momento de “tempos tenebrosos” alguns acontecimentos não haviam sido esclarecidos e isso era necessário; assim, foi por esse motivo que “nosso consócio tratou da reabilitação da memória desses nossos compatriotas que expiaram no patíbulo e nas praias do exílio a idéia grandiosa da independência da nossa pátria.”(93)

---

(91) Cf.: Caetano Alves de Souza Filgueiras. “Relatório do Segundo Secretário Caetano Alves de Souza Filgueiras”. RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, pp. 658 – 685.

(92) Idem, ibidem, p. 679.

(93) A respeito, consultar: Caetano A. de S. Filgueiras, op. cit., p. 661. É interessante poder observar ainda no relatório do segundo secretário do IHGB uma frase sobre a questão da independência: “(...) Num povo que o acaso reúne, que o interesse liga, sem tradições de avós, sem educação de sangue, mas que antes de um século sonha com a independência, antes de dois morre pela liberdade e que apenas completa três proclama e firma ambas sobre fundamentos sólidos, sem terríveis abalos, sem sangue e sem horrores; num povo que assim tão rapidamente se transforma é tão clara e eficaz a intervenção da Providência (...).” Idem, ibidem, p. 677.

Em 1873, no ano da publicação da primeira edição da *História da Conjuração Mineira*, o secretário do IHGB Cônego J. Caetano Fernandes Pinheiro, em seu relatório anual, afirmou que havia chegado ao fim um trabalho de longo fôlego, “(...) e folgo de declarar-vos, que ligeiras e acidentais são as modificações operadas em meu ânimo após sua atenta integral leitura.”<sup>(94)</sup>

Na seqüência de seu texto, Fernandes Pinheiro afirmou ainda que compulsando uma série de documentos inéditos, Joaquim Norberto descobriu a

*“(...) teia araquinídea que envolvia a opulenta capitania de Minas Gerais; e com anormal solicitude iniciou-nos nas intimas práticas de Maia com Jefferson, (...). Entreviu na caligem da servidão os róseos horizontes da liberdade; mostrou-nos o contágio da grande idéia da independência nacional levada por Maciel às auríferas terras que sombreiam o Itacolomy e o Itatiaia, (...) em que Cláudio, Gonzaga, Alvarenga (...) prelibavam nos livros dos enciclopedistas franceses o néctar da liberdade, e suspeitando em Freire de Andrade um novo Washington, auguravam para Xavier a gloriosa missão de Franklin.”<sup>(95)</sup>*

No início de 1862, ainda envolvido com as ‘cousas mineiras’, juntamente com a casa de B.L. Garnier, Joaquim Norberto publicou uma edição documentada da obra *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga. Nessa edição, com data de 28 de março de 1861, o historiador do IHGB escreveu uma *Notícia sobre Thomaz Antônio Gonzaga e suas obras*.

Joaquim Norberto justificou a nova edição da já famosa obra de Gonzaga devido ao encontro de novos documentos acerca do poeta conjurado. Esses documentos inéditos foram encontrados pelo próprio historiador no Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

---

(94) Cf.: Cônego J. Caetano Fernandes Pinheiro. “Relatório do Primeiro Secretário Cônego J. Caetano Fernandes Pinheiro”. *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1873, tomo 36, parte II, p. 618.

(95) *Idem*, *ibidem*, p. 619.

Se Joaquim Norberto escreveu essa *Notícia* nos meses iniciais de 1861, podemos observar que os anos de 59 e 60 foram realmente de intenso trabalho, para nosso historiador, sobre os mais diversos aspectos dos acontecimentos que marcaram as Minas Gerais. O próprio Norberto afirmou na introdução de sua obra *História da Conjuração Mineira*, dedicada ao IHGB, que:

“(...) Pouco a pouco, foram-se desassombrando os ânimos da funesta e bárbara impressão das cenas de sangue (...) veio depois a publicação das liras de Gonzaga (...). Desde então desejaram todos quantos o liam saber notícias suas, inteirar-se da história de suas desgraças e apenas a tradição (...) referia um ou outro acontecimento (...).”<sup>(96)</sup>

Nesse ano de 1861, Joaquim Norberto publicou também uma obra dedicada a D. Pedro II, composta por seis longos textos. A obra foi denominada *Cantos Épicos*, e segundo Carlos Alexandre Baumgarten, surgiu em “um momento de plena maturidade do autor.”

Parece-nos interessante ressaltar, nesse momento, que o primeiro texto, cujo título é *A Cabeça do Mártir*, tem como pano de fundo os acontecimentos de Vila Rica, nos finais do séc. XVIII. De acordo com Baumgarten esse texto “é uma celebração da Inconfidência Mineira, na figura de Tiradentes, seu principal herói. O episódio narrado circunscreve-se basicamente à manhã em que Tiradentes teve sua cabeça exposta em praça pública.”<sup>(97)</sup>

Ainda destacando outro detalhe do texto norbertino, Baumgarten observou que

---

(96) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 10.

(97) A respeito, ver: Carlos Alexandre Baumgarten. “Joaquim Norberto: Quando o poeta se volta contra o historiador.” In: Maria Eunice Moreira (org.). *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p.84.

“(…) nesse primeiro texto, embora sem nomeá-la o poeta inclui a figura de Marília, que frente à cabeça exposta, desconfia ser a mesma pertencente a Tomás Antonio Gonzaga. Elevada à condição de personagem, dirige ela uma série de imprecações contra a injustiça que se abateu sobre os conjurados, bem como registra sua angústia frente à possibilidade de o martirizado exposto publicamente ser Gonzaga. (...)”<sup>(98)</sup>

A produção intelectual de J. Norberto utilizando como tema os acontecimentos de Vila Rica não param por aí. Ainda aproveitando os documentos encontrados na Secretaria do Império, o historiador da Conjuração apresentou ao IHGB, durante a sessão de 24 de outubro de 1862, seu trabalho intitulado *Notícia sobre Silva Alvarenga*, que foi muito bem recebido pelos sócios do Instituto.<sup>(99)</sup>

Anos mais tarde, ainda trabalhando com esses mesmos ‘temas mineiros’, Norberto publicou seu texto denominado *Tiradentes perante os historiadores de seu tempo*. De acordo com o relatório do primeiro secretário do IHGB Manoel Duarte M. de Azevedo, esse texto foi uma

“(…) resposta a um injusto reparo dos críticos da conjuração mineira. Procurou provar o autor da conjuração mineira, que escreveu seu livro firmado em documentos, que no texto enxertou 1211 notas, invocou os nomes de milhares de escritores, e fundamentou todas as suas asserções, e que se suas apreciações podem parecer menos simpáticas, não são falsidades nem mentiras, nem nele havia interesse para deprimir um mártir.”<sup>(100)</sup>

---

(98) Idem, *ibidem*, pp. 84-85.

(99) Cf.: “12ª Sessão em 24 de outubro de 1862.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1862, tomo 25, p. 688. Ver também: “Relatório do Primeiro Secretário o Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1862, tomo 25, p. 710.

(100) Cf.: Manoel Duarte Moreira de Azevedo. “Relatório do Primeiro Secretário Manoel Duarte Moreira de Azevedo”. *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1881, tomo 44, parte II, p. 440.

Nos meses iniciais de 1868, realizou-se, de acordo com o decreto n.º 4154 de 13 de abril de 1868, nova reforma na organização da Secretaria do Império; harmonizaram-se todas as secretarias reduzindo o número de seções e suprimindo a do Arquivo, bem como todo seu pessoal. Joaquim Norberto, como funcionário concursado, tornou-se adido à Secretaria do Império.

Algum tempo após essa reforma na Secretaria, Joaquim Norberto escreveu uma carta ao seu chefe na qual colocava algumas informações interessantes sobre a sua vida funcional. Nessa correspondência, Joaquim Norberto requeria um outro posto de trabalho por se sentir melhor capacitado do que a pessoa que exercia a chefia imediata. Como funcionário, argumentava que por já ter tido seu trabalho reconhecido e também por tempo de serviço ele merecia ter um cargo melhor. Norberto também afirmava que se pudesse trabalhar em uma sala particular da Biblioteca Pública e prestar contas diretamente para a chefia, ele não ousaria reclamar.(101)

Ele iniciou uma outra correspondência informando que o Imperador em uma sessão do IHGB afirmou que desejava que nosso historiador terminasse a *História da Conjuração Mineira*. Mas, de acordo com o próprio autor, essa obra era muito grande, pois só os processos constavam de duas grandes devassas, a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais e numerosos autos que ocupavam cerca de seis resmas de papel, cujo estudo e notas tinha levado cerca de cinco anos de trabalho “e desanimado tenho parado algumas vezes arrependido do acometimento que empreendi (...)” Afirmou ainda que o “espírito dirigido para um certo objeto não pode ser distraído para outro. O escritor quando se apodera de um assunto, como que se individualiza nele encarnando-o em si. Preciso pois de tempo e de

---

(101) Em uma outra correspondência ele também expressou algumas informações sobre sua vida particular, como por exemplo, sua rotina diária para trabalhar na corte residindo em Niterói, além de citar todo o tempo e o trabalho para conseguir organizar os inúmeros documentos utilizados na *História da Conjuração Mineira*. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva (minutas): assuntos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império; conclusão de sua obra: História da Conjuração Mineira de 1789 e construção de uma nova matriz em Itaguaí. Rio de Janeiro, 1867 – 1874*. AIHGB, DL 845.51, 5 docs.. Coleção Alencar Araripe.

repouso para concluir esse trabalho (...).”(102)

Ainda analisando a correspondência de nosso historiador com o chefe da Secretaria do Império, conseguimos recolher alguns detalhes de sua vida pessoal na tentativa de justificar essa falta de tempo que ele vinha reclamando. Podemos tomar, como exemplo, um rascunho de uma outra correspondência. Segundo Norberto, por morar em Niterói, ele se via obrigado a ‘almoçar’ muito cedo, às 7 horas, para poder utilizar a barca, que deixava Niterói às 7:45, com destino à capital do império, onde ele exercia suas atividades na Secretaria do Império, retornando para sua residência somente por volta das 4 horas, o que o obrigava a ‘jantar’ próximo às 5 horas.(103) Nessa mesma correspondência nosso historiador ainda informava que lhe restava uma parte muito pequena do dia para seu descanso e que tornava-se “assim de todo em todo impossível qualquer estudo sério e consciencioso e não me é dado entrar pela alta noite, como outrora, pois sinto o enfraquecimento de meus olhos depois de tantas lucubrações.”(104)

Na seqüência da correspondência, colocou também que suas atividades na Secretaria vinham preenchendo todo o seu tempo com uma variedade de trabalhos, entre os quais ele não tinha prática nem tempo para estudar e meditar sobre o assunto. Eram trabalhos que precisavam ser realizados, e ele expressou sua opinião sobre essas atividades: “(...) eu creio que assaz lucraria a nação me dando tempo e folga para me ocupar com a história pátria (...).”

Mais adiante, afirmou que o IHGB poderia interferir junto à Secretaria do

---

(102) *Idem*, *ibidem*.

(103) Na corte, segundo Schwarcz, “(...) jantava-se às quatro da tarde uma boa refeição: sopa, bife, arroz com galinha, espinafre, marmelada e doce de figo, um bom “caldo de substância” (preparado à base de legumes e galinha escaldada) completava a refeição; além do vinho do Porto, das frutas, do pudim de laranja ou de arroz de leite de canela, que selava um bom menu. Após esse cardápio todo sobrava lugar para a ceia, tomada em geral em casa, lá pelas oito horas da noite. (...)” A respeito, ver: Lilia Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador....*, p. 107.

(104) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva (mínutas)...* AIHGB, DL 845.51, 5 docs.. Coleção Alencar Araripe.

Império para pedir a dispensa de seu comparecimento à repartição. Mas antes de se dirigir ao IHGB ele preferiu escrever ao chefe da sessão “cujas luzes e amor da pátria são dignos de todo acatamento” e requerer junto ao responsável pela Secretaria pedindo que concedesse “a necessária licença para ir trabalhar em casa com todos os meus vencimentos”, sendo que o próprio IHGB poderia fiscalizar sua dedicação e os resultados de seu trabalho.

Mas, apesar das petições, não conseguiu atingir suas reivindicações, e, segundo consta, ele continuou com suas atividades, já que sua obra sobre a Conjuração Mineira ainda não havia sido publicada e só o seria anos mais tarde.

O mês de setembro teve importância para nosso historiador. No dia 10, ele foi elevado à categoria de sócio honorário do IHGB. Dias mais tarde enviou uma correspondência ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, então primeiro secretário do Instituto. Nessa correspondência agradeceu profundamente essa honra e assim escreveu:

*“É grande o galardão para insignificantes serviços prestados pelo mais obscuro de seus sócios. Cumpre-me pois aceitá-lo como uma nova dívida contraída para com tão ilustre associação, e assim empregarei todos os meus esforços para satisfazê-la como me for possível e não desmerecer de seu conceito.”*<sup>(105)</sup>

Em 1871<sup>(106)</sup>, Joaquim Norberto trabalhou ainda na Secretaria do Império,

---

(105) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. Rio de Janeiro: AIHGB, docs. não catalogados.

(106) Em uma correspondência de 6 de outubro de 1871, destinada ao Visconde de Sapucahy, Joaquim Norberto apresentou ao então presidente do IHGB o “ilustre e ameno literato” Machado de Assis, que desejava receber exemplares da Revista do Instituto. J. Norberto afirmou ainda que por estar “indeflexado não” acompanhava Machado de Assis, por que estava receoso do percurso de volta para casa “que devia ser molhada”. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta de... ao Visconde de Sapucaí, apresentando-lhe o ilustre poeta e ameno literato Machado de Assis que deseja uma coleção da RIHGB. Rio de Janeiro, 1871.* AIHGB, lata 574, pasta 30.

na 4ª Seção (Negócios Eclesiásticos) e logo após na 2ª Seção (Graças, Pensões e Eleições). Nesse mesmo ano, nosso historiador remeteu uma correspondência ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, requerendo um exemplar da obra *Apontamentos Religiosos*, de autoria do referido cônego, para fazer parte da biblioteca da Seção Eclesiástica, ao cargo de Joaquim Norberto. O livro seria utilizado para consultas em um estudo “a respeito da faculdade teológica ainda em embrião.”<sup>(107)</sup>

Segundo consta na *RIHGB*, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Barão Homem de Mello, indagou a Joaquim Norberto enquanto funcionário da secretaria e literato, sobre a possibilidade da criação de uma universidade no Brasil. A resposta a essas indagações transformaram-se em um texto que foi lido em dezembro de 1884, durante uma sessão do Instituto Histórico, e quatro anos mais tarde foi publicado na própria Revista do IHGB.

Nesse texto, Norberto procurou reunir todos os trabalhos que trataram desse assunto, sendo que na construção cronológica utilizada em seu texto, nosso historiador inicia apontando para o fato de que

*“(...) alguns patriotas da capitania de Minas Gerais se lembraram em suas palestras de tratar da independência do Brasil (...) a idéia da criação de uma universidade tornou-se intuitiva aquelas imaginações (...). Pareceu-lhes (...) uma das primeiras necessidades de que se deveria cuidar imediatamente.”*<sup>(108)</sup>

Mas essa idéia, que Norberto denominou de “majestosa”, foi esquecida juntamente com a prisão, morte e desterro dos conjurados mineiros e lembrada somente após a independência nas sessões da assembléia constituinte, quando foi apresentado um

---

(107) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. BNRJ, Seção de Manuscrito, [S.l.], 23/6/1871, I – 3.10.69 – autógrafo. *Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*.

(108) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Criação de uma universidade no Império do Brasil”. *RHIGB*, Rio de Janeiro: 1888, tomo 51, parte II, p. 1.

projeto que continha as propostas básicas para a sua execução, mas os deputados não chegaram a um acordo a respeito do local mais propício para a instalação da universidade.

Os debates entre os representantes de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais intensificaram-se, o que Joaquim Norberto descreveu desta forma:

*“(...) Elevou-se a discussão à altura de seu assunto, mas baixou na arena da acrimônia, quando para encarecer as localidades de que cada um era natural procurava amesquinhar as localidades, que não lhe mereciam as simpatias.(...)”*(109)

Para alguns simpatizantes de Minas Gerais a idéia da criação das universidades foi aprovada, já que desde os conjurados a idéia dessas escolas se encontrava latente, pois defendiam que um povo precisa ser instruído e conhecer muito bem seus recursos naturais. Assim, essa idéia “(...)foi bem aceita, principalmente na província de Minas Gerais, a qual pareceu acordar depois de 34 anos de pesado sono e como cheia das reminiscências do sonho dourado dos inconfidentes.”(110)

Finalmente os deputados tiveram de “recorrer ao expediente da criação de duas universidades, uma na cidade de Olinda e outra na cidade de São Paulo”, mas somente mais tarde, em agosto de 1827, um decreto legislativo sancionou o que ficou deliberado pela assembléia constituinte.(111)

---

(109) Idem, ibidem, p. 6.

(110) Idem, ibidem, p. 11.

(111) “Em 1º de março de 1828 inaugurou-se o curso jurídico de São Paulo, e no dia 15 de maio o de Olinda.” Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *“Criação de uma Universidade no Império do Brasil...”*, p. 19. Em uma outra correspondência, já de caráter administrativo, Norberto reclamava do pequeno número de pessoal existente na sua Seção, o que dificultava seu trabalho. Conforme se observa no trecho a seguir, a repartição contava “(...) no tempo do Conselheiro Correa seis empregados, tem hoje três comigo e atualmente somos dois para tratar dos Negócios. (...) Peço pois, a V. Exª se digne de atender ao estado em que se acha a Seção a meu cargo, sem pessoal, sendo necessário grande esforço para não deixar o expediente atrasar-se (...)” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva *Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva (mimutas): assuntos.... Rio de Janeiro, 1867 – 1874. AIHGB, DL 845.51, 5 docs. Coleção Alencar Araripe.*

Segundo ainda o relatório, esse assunto voltou a ser debatido anos mais tarde com uma proposta de reformulação da instrução pública, e, portanto, um plano geral para toda a instrução nacional. Esse plano não foi melhor sucedido que os anteriores, e também caiu no esquecimento. Joaquim Norberto terminou seu relatório afirmando que

*“Agita-se de novo a idéia do estabelecimento da universidade com assento na capital do império, que se ufanando com ser a primeira cidade da América do Sul, não possui ainda um estabelecimento em que se concentrem todas as luzes da instrução pública (...), pois sem a instrução nenhum povo pode ser grande.”*<sup>(112)</sup> (grifo nosso)

O ano de 1872 marcou a celebração de um contrato de direitos autorais entre Joaquim Norberto e B. L. Garnier, provavelmente um dos editores de maior prestígio na corte. Esse contrato representou a liquidação de um acordo firmado dez anos antes. Segundo esse documento, o literato entregou os direitos autorais das composições: *Roda da Fortuna* e *Dados do Destino*, dois volumes das obras de Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, um volume das obras de Ignácio José de Alvarenga Peixoto, um volume das obras *Flores entre Espinhos*, *Cantos Poéticos* e *Brasileiras Célebres*. No contrato, no qual também estavam presentes os direitos autorais de cartões de amor e as cartas do jogo de conversação (perguntas e respostas), ocorreu o acordo para liquidação das contas, por uma quantia de um conto de réis. E assim

*“(...) dissemos por finda e saldas as contas da sociedade que tínhamos na impressão das sobreditas obras e de compras e vendas de livros (...)*

---

(112) Idem, *ibidem*, pp. 22 – 23.

*ficando ao segundo todos os direitos de propriedade dos volumes impressos e das obras literárias, para dispor ou fazê-las reimprimir a sua custa e vendê-las para si, como se fossem suas. (...)*<sup>(113)</sup>

Segundo a pesquisadora Eliana R. de Freitas Dutra, da Universidade Federal de Minas Gerais, a livraria B.L.Garnier comprou os direitos autorais e editou um considerável número de renomados literatos brasileiros, ou pelo menos, escritores que escreviam sobre o Brasil, embora, “diga-se de passagem em contratos bastante desfavoráveis aos escritores.”<sup>(114)</sup>

A pesquisadora fez ainda, em uma nota, uma interessante consideração sobre a empresa Garnier. Segundo ela, a editora mantinha uma lista de títulos que apresentavam a intenção de ‘desvendar’ os mais diversos aspectos do Brasil. Nessa lista constavam, entre outros, os seguintes títulos: *História Geral do Brasil*, de Varnhagen; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Aspectos da Literatura Colonial*, de Oliveira Lima e a *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto de Souza Silva.<sup>(115)</sup> Nesse ponto a pesquisadora nos chama a atenção para a posição de Garnier, ao colocar em uma mesma lista autores que demonstravam posições diferentes em suas análises do país, mas que possuíam qualidades

---

(113) Infelizmente não conseguimos localizar nenhum exemplar das obras *Roda da Fortuna* e *Dados do Destino*, mas tivemos acesso, na BNRJ, ao contrato firmado entre Joaquim Norberto e B.L. Garnier. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. BNRJ, Seção de Manuscritos, Rio de Janeiro: 6/7/1872, 2 p., I – 7,9,28. *Contrato celebrado entre Joaquim Norberto de Souza Silva e o editor Baptista Luis Garnier para a edição das obras Roda da Fortuna e Dados do Destino.*

(114) Cf.: Eliana Regina de Freitas Dutra. “O Almanaque Garnier (1903 – 1914). Ensinando a Ler o Brasil, Ensinando o Brasil a Ler.” In: Márcia Abreu (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2000, p. 479.

(115) *Idem*, *ibidem*, p. 595.

intelectuais.(116)

Durante toda a vida de Joaquim Norberto sua relação para com os livros, sempre foi muito intensa, quer nos momentos em que trabalhou junto deles na Biblioteca Pública, quer analisando-os enquanto crítico, quer consultando-os, ou ainda, doando-os. E, sem dúvida, escrevendo-os.

Em correspondência recebida em 31 de março, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro requereu uma doação de suas obras, visto que a referida Câmara estava decidida a criar uma biblioteca no Paço Municipal para as escolas da cidade. A correspondência afirma que o pedido de doação foi feito para “cada uma de suas produções pelas quais V. Ex.<sup>a</sup> tanto se tem recomendado no mundo das letras e a gratidão da Pátria, que se ufana de contar com V. Ex.<sup>a</sup> como um dos seus mais diletos filhos.”(117)

Em anos posteriores, Joaquim Norberto recebeu diversas cartas requisitando, da mesma forma, a doação de seus próprios livros. Em 27 de outubro de 1874, a Câmara

---

(116) Ao examinarmos as correspondências de Joaquim Norberto, outros aspectos nos chamaram a atenção. Um deles foi, sem dúvida, o relacionamento que a ‘boa sociedade’ do Rio de Janeiro tinha para com os livros, livrarias, editoras. Segundo Delso Renault, em uma cidade pobre, como o Rio de Janeiro, existia um contraste muito grande entre a situação econômica e sua relação para com os livros. Renault afirmou ainda que “para uma população com elevadíssimo índice de analfabetos, as livrarias estão abarrotadas de obras clássicas no idioma estrangeiro de elevado nível cultural (...)” Assim, os livros distinguiam as pessoas da ‘boa sociedade’. Na mesma linha de pensamento podemos também utilizar as informações de Selma R. de Mattos, segundo a qual “(...) Livros conduzem a bibliotecas, livrarias e casas tipográficas. A tarefa de civilizar provocava uma revolução, nem sempre silenciosa, tendo como centro o livro (...) capaz de forjar sujeitos que, por sua vez, forjavam um Império civilizado(...)” Ainda de acordo com Mattos, em 1850, o Rio de Janeiro contava com 15 livrarias e inúmeros editores que se tornaram famosos como B.L. Garnier, E. Laemmert, Evaristo da Veiga, entre outros. Surgiam também as bibliotecas públicas, além dos gabinetes de leitura e as “bibliotecas particulares – ou ‘livrarias’, como alguns ainda insistiam em dizer.” A respeito da relação do Rio de Janeiro com as livrarias, ver: Delso Renault. *Indústria, Escravidão, Sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 134. É interessante consultar também a relação entre o Rio de Janeiro e os diversos editores em: Selma Rinaldi de Mattos, op. cit., pp. 46 – 47.

(117) Joaquim Norberto de Souza Silva *Correspondência enviada a Joaquim Norberto de Souza Silva: agradecimentos, solicitações, comunicações etc. .... Rio de Janeiro, 1835 – 1882*. AIHGB, Lata 845, pasta 54, 30 docs., folha: 83, Coleção Alencar Araripe.

Municipal da cidade de Valença (RJ) pediu a doação de um ou mais exemplares de cada obra do nosso historiador para a então recentemente fundada biblioteca municipal. A comissão responsável pela biblioteca desejava que nosso historiador, “cujo nome é ornamento e glória da nossa literatura, rogando a V. S.<sup>a</sup> de habilitar a Comissão a abrilhantar com as obras de V. S.<sup>a</sup> a Biblioteca.”

Um outro exemplo ocorreu, já no ano seguinte. O historiador do IHGB recebeu uma correspondência da diretoria da recém criada Associação – Recreio Literário (Curitiba – PR). Essa associação, conhecedora do interesse de Joaquim Norberto pelas letras e pelo acesso à instrução se dirigiu a ele, assim como a outros “talentos nacionais”, pedindo exemplares de suas produções. Na mesma correspondência a diretoria afirmou que se dirigia a ele “cônsua do culto que V. S.<sup>a</sup> consagra às letras e do vivo interesse que costuma tomar por instituições como estas, que tendem ao desenvolvimento da instrução, dirige-se à V. S.<sup>a</sup> cheia de confiança (...).”<sup>(118)</sup>

O ano de 1873 foi definitivamente importante para a vida do nosso literato, visto que nesse ano ocorreu a publicação de sua obra maior, a *História da Conjuração Mineira*. Mas se houve o reconhecimento do seu trabalho, Norberto também se viu às voltas com problemas de saúde, como podemos observar pela correspondência trocada com José Alexandre Teixeira de Mello, seu amigo pessoal. Em 20 de março, Joaquim Norberto escreveu a José Alexandre e questionou-lhe sobre a saúde de sua esposa e em contrapartida afirmou

*“Nós aqui vamos vivendo com as moléstias da quadra, mas não tão exageradamente como se pensa lá por fora. A homeopatia está combatendo o vômito negro com ergotina e isto milagrosamente. A alopatia combate-o também*

---

(118) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *idem*, folhas 31 e 84.

*com bom sucesso com laranja e ácido fênico.(...)*<sup>(119)</sup>

Outro aspecto interessante da vida na corte pode ser observado também na correspondência entre Joaquim Norberto e José Alexandre T. de Mello. Nosso historiador tinha por objetivo ter acesso a plantas, assim pediu ele ao amigo:

*“Saberá V. S.<sup>a</sup> me informar quem é um senhor residente em Campos que possui a mais completa coleção de palmeiras? Seria fácil obter por dádiva ou por compra uma coleção de sementes? Ou por troca? (...)*

*Há na cidade de Campos quem venda sementes, bulbos de flores de jardim, horta e pomares também? Quem é ou quem são, seus nomes e moradas.”*<sup>(120)</sup>

Em junho Joaquim Norberto remeteu outra correspondência para José Alexandre na qual acusou o recebimento das sementes tão desejadas e enviou outras “pelo

---

(119) De acordo com Nilo Cairo o Ergotinum (ou Ergotin) embora não seja, atualmente muito utilizado, é um remédio que auxilia no combate à diarreia crônica, anemia e gangrena das extremidades. Cf.: Nilo Cairo. *Guia de Medicina Homeopática*. [S.l.]: Ed. Livraria Teixeira, [19 \_\_ ], p. 339. A respeito, ver também: Joaquim Norberto de Souza Silva. BNRI, Seção de Manuscritos, correspondência avulsa. *Cartas à José Alexandre Teixeira de Mello. Niterói, março – junho/ 1873*. Um outro membro do IHGB, o médico Alexandre José de Melo Moraes também foi ‘convertido’ à homeopatia. Essa mudança ocorreu em 1847, por insistência de João Vicente Martins. Moraes “começou escrevendo sobre matéria médica para depois dedicar-se a vários gêneros literários e históricos (...) com sua grande clientela, nova que era a introdução homeopática no Brasil, e os seus livros populares em homeopatia, procurados pela facilidade da aplicação,(...)” Melo Moraes ganhou muito dinheiro de acordo com informações que José Honório Rodrigues conseguiu obter em uma correspondência de Capistrano de Abreu. A respeito, ver: José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, p. 91. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, a homeopatia incorporou, no Brasil, “práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena.” Havia toda uma curiosidade médica na corte, o que facilitou a rápida divulgação da homeopatia no Império. Ainda conforme cita Alencastro, foi através “da homeopatia – e da valorização da fitoterapia tropical – a medicina científica europeia vincula-se à medicina popular indígena e afro-brasileira. Vínculo que contribuiu para popularizar no país esse novo sistema terapêutico.” A respeito, ver: Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., pp. 74 – 77.

(120) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, idem.

correio em carta registrada”, como ele mesmo fez questão de frisar. Na seqüência da correspondência, ele acusava também

*“(…) a recepção das sementes de palmeiras dadas pelo sr. Jeronymo Pereira Pinto, e agradeço tanto a ele como a V. S. <sup>a</sup> tanto obséquio.*

*Remeto-lhe um pacote com sementes de flores que ofereço à sua Ex. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup>; e alguns números de jornais ilustrados e caricatos para divertimentos seus nas horas vagas. Continuarei a remetê-los caso V. S. <sup>a</sup> me permita essa satisfação.”(121)*

Essa preocupação com plantas e jardins caracterizaram diversas localidades no Brasil. De acordo com o pesquisador Delso Renault, a arte do adorno e a preocupação com os jardins surgiu na corte e se espalhou às diversas residências das províncias. Ainda conforme o pesquisador, a partir da década de 1860, o Brasil não vivia mais a fase de grandes construções, mas sim “a fase das vivendas e jardins. Para isso se tece uma arte de adorno: a topiaria. Verdadeiro culto da flor e dos pomares se difunde entre as famílias.”(122)

Essa é mais uma característica do romantismo brasileiro. Ao buscar conhecer o país, sem dúvida nenhuma, os aspectos naturais tiveram grande destaque, isso demonstra, novamente, a ligação de nosso historiador para com esse movimento. Mas toda essa atenção para as questões naturais tinha como objetivo central traçar uma moldura para as questões históricas que foram ansiosamente investigadas por Norberto.

Dentre esses aspectos históricos investigados por Joaquim Norberto, a preocupação maior era evidenciar a construção da nação considerada por ele como sendo muito importante. Dessa forma, tendo por base as informações levantadas, podemos observar que para conhecer o país e buscar suas origens, Norberto se voltou para a história de Minas Gerais, mas não para qualquer ocasião dessa história. Por isso, ele elegeu um

---

(121) *Idem, ibidem.*

(122) *Cf.: Delso Renault, op. cit., pp. 136 – 137.*

momento que se destacou por estar ligado à questão da independência, voltando seus olhos para a Conjuração e suas personagens e tornando-se assim o historiador da Conjuração Mineira.

### No IHGB em busca de reconhecimento

Em meados de 1874 as Secretarias do Império passaram por novas mudanças, uma outra reorganização. Em 11 de julho, Norberto foi designado membro da comissão encarregada dos trabalhos de organização dos catálogos da Biblioteca Pública da Corte. Após seis dias dessa designação, escreveu uma carta, na qual não consta o destinatário, mas o tom das queixas sobre a situação que ele estava vivenciando são interessantes.

Após tantos anos de funcionalismo público, Joaquim Norberto se queixa por não ter sido merecedor da confiança de seus superiores para reger a secretaria, mas embora aceitando essa nova situação, ele não se conformava por terem lhe exigido que se submetesse ao comando de alguém a quem considerava inferior hierarquicamente. Norberto afirmava ainda que se

*“(...) eu ocupasse na Biblioteca Pública uma sala particular e respondesse diretamente à V. Ex.<sup>a</sup> pelo meu trabalho, nem essa reclamação teria de mim. Mal convalescente de uma grave enfermidade colaborei no Relatório de V. Ex.<sup>a</sup>; (...). Instalar pessoa na sala daquele diretor, confundido com seus empregados, e recebendo ordens dele, é por certo rebaixar-me a essa categoria, por que o referido empregado é inferior em grau ao Diretor da Secretaria do Império.”(123)*

Joaquim Norberto terminou a carta dizendo esperar a compreensão e a

---

(123) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva...*, AIHGB, DL 845.51. Passados alguns anos, Norberto requereu sua aposentadoria junto ao funcionalismo público. (Ver sua contagem de tempo no anexo 6)

reparação da situação, lembrando que já havia trabalhado na Biblioteca como praticante, mas naquele momento ele era, na verdade, um chefe de seção da Secretaria de Estado.

Em uma outra ocasião, Joaquim Norberto escreveu a Paulino José Soares de Souza reclamando da situação que vivia tanto na vida privada, com sua esposa doente havia três meses, em um estado de fraqueza que só tenderia a aumentar, quanto na vida profissional. Ele então aproveitou a oportunidade para requerer ao destinatário da correspondência que intercedesse junto ao Ministro do Império para nomeá-lo para o lugar do Conselheiro Fausto Augusto de Aguiar que estava afastado de seu cargo prestando outros serviços à Secretaria, existindo assim uma vaga de diretor ou subdiretor na Secretaria. Norberto afirma ainda que há “três anos tudo se conspira contra mim! Tenho sido vítima de injustiça, de infelicidade e de moléstias.(...)”<sup>(124)</sup>

No início de 1877, março, morreu, após 35 anos de casamento, a esposa do historiador da Conjuração Mineira, Maria Thereza.

Nesse mesmo ano, Joaquim Norberto publicou *Galicismos, palavras e frases da língua francesa...* Esse estudo é uma reflexão de vários autores, coligidos e anotados por ele próprio e editado pela casa de Garnier. Nosso historiador dedicou esse trabalho à esposa, externando dessa forma uma das grandes perdas da sua vida utilizando a seguinte epígrafe:

“(...) *Goza a luz da suprema Divindade,  
Que eu, ai triste de mim! Eu gemo, eu choro  
Neste inferno de dor e de saudade (...)*”<sup>(125)</sup>

---

(124) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência enviada a Joaquim Norberto de Souza Silva...* AIHGB, Lata 845, pasta 54, folha 27.

(125) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Galicismos. Palavras e frases da língua francesa introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade na Língua Portuguesa. Estudos e reflexões de vários autores coligidos e anotados por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: B.L. Garnier, Livreiro – Editor, 1877. Um ano após essa publicação nosso historiador tem seus trabalhos reconhecidos internacionalmente, quando em abril de 1878 Joaquim Norberto recebeu um convite para participar de um congresso de literatura internacional programado pela Societé de Gens de Lettres de France, realizado de 4 a 15 de junho durante a Exposição Universal e que teve a presidência de Vitor Hugo. Joaquim Norberto de Souza Silva. *Cartas do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva.* AIHGB, IL 20.97.

O ano de 1886 também marcou a vida de Joaquim Norberto por grandes perdas e ao mesmo tempo por grandes realizações. Nesse ano, em 12 de agosto, morre o Visconde de Bom Retiro, durante muitos anos presidente do IHGB e seu companheiro no Instituto. Após esse acontecimento, nosso historiador chegou ao cargo de presidente do Instituto Histórico, cargo que ele tanto almejava, pois lhe daria o reconhecimento da ‘cidade letrada’. Alguns dias após, em 20 de agosto, ainda como vice-presidente, fez o elogio ao sócio falecido e aproveitando esse momento afirmou:

*“Srs. o luto reveste de saudade a cadeira da presidência (...)*

*Revelou-se sempre o Visconde de Bom Retiro o cidadão que não teve outro objetivo que não fosse a grandeza da pátria, que não é um mito vão na crença brasileira. (...)*

*Peço que se lance na ata um voto de profundo pesar por tamanha perda.”* (126)

Antes de encerrar seu elogio, Norberto comunicou ao Instituto o falecimento de seu irmão mais velho, João José de Souza e Silva Rio, aquele que, entre os irmãos, esteve mais presente na sua vida. Podemos recordar, nesse momento, que foi João José quem organizou, para a família, todo o inventário quando ocorreu o falecimento do pai, Manoel José. Foi também João José quem compartilhou com Norberto um período de trabalho na Secretaria da Guerra, onde o primogênito se aposentou com honras de Oficial Maior. Grande parte da vida no IHGB também foi compartilhada pelos dois irmãos, embora J. José não tenha tido a oportunidade de dividir com Norberto a realização de um dos maiores sonhos do nosso historiador, a posse da presidência da “Casa da Memória Nacional”.(127)

Norberto observou dessa forma, o que denominou como sendo seu dever:

---

(126) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “6ª Sessão Ordinária em 20 de agosto de 1886.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1886, tomo 49, parte II, pp. 446 – 449.

(127) De acordo com informações fornecidas por Reinaldo de Souza e Silva Cardoso, foi João José o autor da letra do hino à coroação de D. Pedro II, com música de Francisco Manuel da Silva.

*“Tenho ainda que cumprir um dever bastante doloroso para mim. No dia primeiro deste mês, perdemos também um sócio na pessoa de meu irmão e amigo o comendador João José de Souza e Silva Rio, que era membro efetivo do Instituto desde 1845, e que durante muitos anos exerceu o cargo de tesoureiro nessa associação e nele prestou muitos bons serviços.”*(128)

Nessa mesma sessão Norberto, por ser o primeiro vice-presidente, assumiu interinamente a cadeira da presidência do Instituto e nomeou o Barão Homem de Mello para substituí-lo na comissão de trabalhos históricos.

Em 15 de dezembro, na sessão magna aniversaria, nosso historiador, em seu discurso, como presidente interino do Instituto, afirmou que o dever lhe obrigava a substituir provisoriamente a presidência, embora fosse um “simples obreiro, alquebrado” por muitos anos de serviço prestado, e se “a tanto me atrevo é por que me escoro e confio na indulgência de tão ilustre auditório.”(129)

Na seqüência de seu discurso, ao fazer um balanço sobre a criação do IHGB, o então comendador J. Norberto apresentou algumas colocações, aproveitando o momento para demonstrar a importância dessa “Casa da Memória Nacional” para alguns críticos do Instituto e lembrando-lhes que foi a partir do Instituto Histórico que se abriram e se

---

(128) Joaquim Norberto e Manoel de Araújo Porto Alegre foram os sócios que propuseram ao Instituto tanto o nome de João José quanto o de J. Manoel de Macedo, este último falecido em 1882. Na ocasião do enterro de Macedo, J. Norberto foi convidado a ler algumas palavras: “(...) E eu, que o precedi no berço uns 18 dias, sobrevivo-o para chorá-lo, como ele chorou comigo o ente, que me foi tão caro nesta vida, pedindo a Deus que o fizesse anteceder na morte à sua esposa-egoísmo, dizia ele – do santo amor conjugal (...)” A respeito, ver: “1ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1882.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1882, tomo 45, parte II, p. 440. Segundo Plínio Doyle Silva “(...) Joaquim Norberto de Souza Silva, que 37 anos antes lhe havia proposto o nome para membro do Instituto, leu, (...) as palavras que diria à beira do túmulo do grande brasileiro.” Plínio Doyle Silva, op. cit., p. 171 – 172. A respeito da morte de João José de Souza e Silva Rio, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. **AIHGB**, docs. não catalogados. Ver também: “6ª Sessão Ordinária em 20 de agosto de 1886.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: tomo 49, parte II, p. 449.

(129) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sessão Magna Aniversaria do IHGB no dia 15 de dezembro de 1886. Discurso do Presidente Interino o Sr. J. Norberto de Souza Silva.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1886, tomo 49, parte II, p. 489.

intensificaram as relações científicas e literárias entre o Brasil e a Europa. O comendador<sup>(130)</sup> também destacou, nessa oportunidade, a necessidade que foi a criação do IHGB e deixou um recado aos críticos: “Há queixosos e pessimistas entre nós que não conhecem trabalho algum do Instituto que tenha utilidade ou haja produzido benefício para o país.”<sup>(131)</sup>

Em 21 de dezembro de 1886, quando ocorreu a eleição para a mesa diretora do Instituto Histórico, nosso historiador foi confirmado presidente dessa “Casa da Memória Nacional”. Segundo consta nas atas das sessões do IHGB, no dia primeiro de março de 1887 a mesa administrativa eleita nos finais do ano anterior reuniu-se e tomou posse, preenchendo-se assim, pela primeira vez desde a sua fundação, essa formalidade em conformidade com a lei orgânica da instituição.

---

(130) Joaquim Norberto foi agraciado por D. Pedro II com o grau de comendador. Esta não foi a primeira titulação recebida pelo nosso historiador. Em 1868, durante seus trabalhos na Secretaria do Império, elaborou importantes trabalhos utilizando documentos da própria secretaria, sendo que muitos desses trabalhos foram incluídos em relatórios do império, o que levou D. Pedro II a oferecer-lhe o Oficialato da Ordem da Rosa. Anos mais tarde, em uma correspondência, o próprio Joaquim Norberto assim se referiu a essa conquista: “(...) tirei o mérito que pude do estudo dos papéis (...) que reorganizei, e assim mereci não só uma honrosa medalha de ouro que me conferiu o Instituto Histórico.(...)” Mas não deixou de demonstrar também um certo amargor. Ao comentar, na mesma correspondência, o trabalho realizado por Ferdinand Wolf, – trabalho este que teve por base estudos literários realizados pelo próprio Joaquim Norberto – nosso historiador afirmou que seus estudos foram muito bem recebidos na Europa e que pelo trabalho realizado com seus estudos, o pensador alemão “mereceu a recompensa imperial de uma condecoração, honra de que o Governo de S.M.I. nunca me julgou merecedor.” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva (minutas)*... AIHGB, DL 845.51, folha 46. Sobre títulos de nobreza, Lília Schwarcz afirma que em 1889, D. Pedro II distribuiu 107 novos títulos de nobreza e onze elevações. “(...) Curiosamente, no período de maior popularidade do imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado. Por outro lado, os agraciados também pareciam aprovar, apreciar e desejar elevações e títulos. Raras vezes, esses últimos foram rejeitados (...)” A respeito, ver: Lília M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador ...*, pp. 175 – 176.

(131) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sessão Magna Aniversaria do IHGB no dia 15 de dezembro de 1886. Discurso do Presidente....” RIHGB, Rio de Janeiro: 1886, tomo 49, parte II, p.493.

J. Norberto ao comandar, pela primeira vez, como presidente eleito, uma sessão magna aniversaria, afirmou em seu discurso, referindo-se aos novos sócios admitidos no Instituto, que

*“(...) os obreiros que há muito erguem o monumento de honra e glória nacional sobre os corações, que pulsam pelo amor da pátria e que visam a grandeza e a prosperidade do país para essas novas e afortunadas gerações, às quais temos de legar a história da fundação de tão grande império, compreendida em documentos autênticos, arrancados com tenacidade à destruição do tempo, e interpretados à luz da verdade.”*(132)

Observamos nesse primeiro discurso enquanto presidente do IHGB que nosso historiador não se distanciou de suas origens, relembrando questões que ainda eram importantes para ele, como é o caso da ‘história da fundação de tão grande império’, ou ainda, a interpretação dos fatos ‘à luz da verdade’, possibilitada pelo uso de documentos inéditos.

Nesse discurso nosso historiador, fazendo jus à sua própria história, também não perdeu a oportunidade de tecer agradecimentos à presença de diversas senhoras na solenidade. Para Norberto, a mulher brasileira não devia ignorar

*“(...) a história do seu país, quando tantas de suas compatriotas figuram em páginas escritas com áureas letras.*

*Desvaneço-me de have-las arrancado do olvido em que jaziam e feito figurá-las entre as heroínas que ilustram os anais da humanidade.”*(133)

---

(132) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sessão Magna Aniversaria do IHGB no dia 25 de dezembro de 1887. Discurso do Sr. Presidente, o sócio laureado Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1887, tomo 50, p. 393.

(133) Idem, ibidem, p. 394.

Com a intenção de destacarmos a importância que Joaquim Norberto demonstrava em relação à busca das fontes podemos, mais uma vez, utilizar um de seus discursos. Como exemplo, nos ocupamos de sua fala feita durante a solenidade que marcou a comemoração do quinquagésimo aniversário do IHGB. Nesse momento, o historiador da Conjuração Mineira fez questão de demonstrar que

*“(...) os numerosos escritos que jaziam privados da luz da imprensa, sobretudo os roteiros, cuja publicação era proibida no tempo colonial, estavam em mãos avaras, extinguíam-se no pó das bibliotecas de nossos conventos, achavam-se recolhidos aos arquivos de nossas repartições em sacos cosidos e lacrados. Não poucos e importantes documentos pertenciam aos governos de Portugal, de Espanha, da Holanda e de Roma, que não permitiam facilmente o seu exame.”*<sup>(134)</sup>

Na seqüência desse discurso, o então presidente do IHGB deixou um recado para a geração futura de historiadores. Para nosso historiador as novas gerações deveriam continuar se dedicando ao que ele chamou de missão. Ele pediu, ainda, que trabalhassem com persistência para conseguirem complementar os estudos históricos e geográficos que há muito tempo vinham sendo desenvolvidos pelos sócios do Instituto Histórico.<sup>(135)</sup>

Ao iniciarem-se as atividades do IHGB no ano seguinte<sup>(136)</sup>, J. Norberto fez

---

(134) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Discurso de Abertura do Quinquagenário do Instituto Histórico pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1888, tomo 51, p.6. Suplemento.

(135) Ao finalizar seu discurso, em uma circunstância tão ansiosamente esperada e por tão longo tempo, J. Norberto se despediu dos presentes. Nessa despedida Norberto, já apresentando sinais de cansaço, afirmou: “durante quarenta e sete anos sirvo à ilustre associação, que me admitiu em seu grêmio, enganando-se ... pois tomou por talento o amor da pátria em que sempre ardeu meu peito.” *Idem*, *Ibidem*, p. 9

(136) Nesse ano o IHGB realizou uma solenidade em comemoração ao Centenário da Morte de Cláudio Manuel da Costa. A respeito, ver: *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1889, tomo 53.

um pequeno balanço da situação de funcionamento da biblioteca do Instituto Histórico. Segundo o presidente, havia uma necessidade de maiores verbas para os trabalhos de encadernação e para um melhor acondicionamento dos mapas geográficos, para que estes se “prestem prontamente ao estudo, como que ocupem um menor espaço.”

Outras preocupações, por diversas oportunidades apresentadas pelo então presidente da “Casa da Memória Nacional”, estavam relacionadas com a questão do número de empregados que trabalhavam para o IHGB e também o fato de que esses empregados não eram “obrigados a freqüentar a casa senão em dias intercalados. Da falta de contínua freqüência resultam numerosas dificuldades para regular o serviço do Instituto.” Essas preocupações de Joaquim Norberto para com o número de empregados e com o tempo de dedicação ao IHGB, vieram ao encontro a uma outra, a preocupação com a organização do Instituto. Ele mesmo afirmava que havia muitos anos lutava para que no Instituto “tudo entre em ordem e método.”<sup>(137)</sup>

Durante a primeira sessão ordinária de 1891, Joaquim Norberto, enquanto presidente do Instituto, muito se preocupou com as condições das instalações do IHGB, que necessitavam de manutenção e reformas. Outras três questões, de caráter geral, ainda o incomodavam sobremaneira: a questão do dinheiro, do espaço e da falta de mão-de-obra.

O instituto vinha passando por uma crise financeira considerável, pois com o fim da monarquia, a subvenção estatal que o IHGB recebia havia muitos anos fora reduzida pela metade. Em relação ao espaço para a biblioteca, Norberto observava que este não era suficiente para receber as inúmeras doações que aconteciam regularmente, os novos números da própria revista do IHGB e muito menos possibilitava novas aquisições por parte da diretoria.

A terceira preocupação que atormentava Norberto era a falta de mão-de-obra para a realização de trabalhos necessários no Instituto. Podemos exemplificar essas questões quando temos por base, novamente, a ata da primeira sessão ordinária do Instituto Histórico no ano de 1891. De acordo com a referida ata, a “Casa da Memória Nacional”, passava por um momento de dificuldade, pois o “(...) auxílio votado pela comissão de

---

(137) Cf.: “1ª Sessão Ordinária em 1 de março de 1889.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1889, tomo 52, parte II, p. 375.

orçamento para melhorar alguns objetos e conservá-los, encontrou dificuldades na falta de operários que se tem dado entre nós.(...)”<sup>(138)</sup>

Nosso historiador reclamava também da falta de ordenação e catalogação dos livros da biblioteca do Instituto. Pediu, em seu discurso, que o IHGB contratasse dois moços para fazer esse inventário, tão necessário; um trabalho que deveria durar de três a seis meses. Sobre esses melhoramentos, Norberto lembrava da conveniência de “não esquecer a escada e a iluminação da casa e se o governo não auxiliar, não deve o Instituto cuidar em adia-los.”<sup>(139)</sup>

No dia seguinte à reunião do IHGB, J. Norberto escreveu ao Conselheiro Alencar Araripe para retomar o mesmo assunto. Ele queria substituir as

*“(...) lanternas de querosene, empregadas comumente em escadas e corredores. Por quatro liras elegantes, mas andam por 50\$000 cada uma, que perfazem 200. É despesa de que não podemos prescindir mas não sei se temos verba para ela (...) nem pude ainda verificar se os dois contos votados para as precisas despesas de conservação de objetos existentes se podem suportar essa despesa de 200\$000 réis.”*<sup>(140)</sup>

Nosso historiador retornou ao assunto em um outro relatório sobre as reformas necessárias na sede do Instituto Histórico, na época situado na Praça Quinze, e, também, sobre as providências a serem tomadas para melhorar a forma de arquivar os documentos. De acordo com esse relatório, cujo manuscrito original ainda se encontra nos arquivos do instituto, uma de suas preocupações era com a troca da iluminação, já que da forma que estava tornava-se “inconveniente senão indecente (...). Ali as quatro lanternas

---

(138) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva “1ª Sessão Ordinária em 6 de março de 1891.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1891, tomo 54, p. 164.

(139) Idem, ibidem, p. 165.

(140) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta ao Conselheiro Alencar Araripe*. AIHGB, lata 360, doc. 8.

mais próprias de escadas e tavernas do que de uma sala nobre como essa e que em vez de luz dão sombras ao relógio (...).”(141)

Ainda conforme o relatório percebemos outras reformas no IHGB, determinadas por Joaquim Norberto. Dentre elas podemos citar o aproveitamento de duas vitrines doadas por D. Pedro II para o “medalheiro do museu”, a limpeza dos quadros do salão de reuniões, a construção de mais um armário para manuscritos, a troca do papel de parede, entre outras.

Nessa altura do relatório, o presidente do IHGB levantou uma questão interessante. Segundo Norberto, a sala de sessões era pouco simpática ao bom gosto “com falta de harmonia e boa disposição dos objetos.” Para melhorar essa situação, nosso historiador, buscou “haver os retratos de nossos (...) consócios já falecidos.” Nessa busca alguns retratos foram ampliados e outros foram requisitados junto às famílias dos sócios.(142)

Nesse momento, Joaquim Norberto demonstrava, cada vez mais, sinais de cansaço e afirmava que vinha mendigando “aos parentes dos retratados o favor do empréstimo de qualquer fotografia e o resultado tem sido a completa indiferença. Dos estranhos a quem tenho me dirigido recebi melhor acolhimento.”(143) Isso também fica patente em um outro documento. Em resposta a uma correspondência do presidente do Instituto, Machado de Assis, a quem Norberto se dirigia como “ilustre e ameno literato”, afirmava que conseguira do Ministro o consentimento para a “retirada por dias do retrato do conselheiro Bellegard” bastando para isso que nosso historiador mandasse buscá-lo.(144)

---

(141) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Relatório do então presidente do IHGB Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva sobre as providências para melhor guardar o acervo do Instituto, e melhoramentos na sua sede, sita à Praça Quinze*. AIHGB, lata 575, pasta 61, 9 p.

(142) Idem, ibidem.

(143) Idem, ibidem.

(144) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta de Joaquim Maria Machado de Assis ao Conselheiro Norberto de Souza Silva, a respeito do empréstimo do retrato do Conselheiro Bellegard*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1891. AIHGB, lata 320, doc. 37.

Ainda com base em seu relatório, percebemos que Norberto considerava os retratos e também os bustos dos sócios do IHGB como monumentos que formavam uma alternativa artística, o que, de acordo com nosso historiador, “por certo não tem as galerias dos retratos dos ministros que se ostentam nas secretarias de estado em simétricas linhas e que por não serem coroados escaparam a sorte do retrato do imperador.”<sup>(145)</sup>

Nosso historiador demonstrou novamente sinais de cansaço com as inúmeras atividades por ele desenvolvidas, mas ao mesmo tempo, preocupado em concluir aquelas com que tinha se comprometido. Joaquim Norberto, o presidente cada vez mais atuante e cuidadoso, assim se colocava a respeito

*“(...) não baste o que tenho feito e se o Instituto não quer que pare é necessário que resolva a dar igual quantia para prosseguir nos melhoramentos encetados aos quais tenho me dedicado como nunca esperei que o fizesse pois por estas alturas em que ando necessito antes de descanso de que de trabalho feitos em continuação aos prestados durante cinqüenta anos! Folgarei com tudo se Deus quiser que conclua a missão a que me impus.”<sup>(146)</sup>*

A saúde de Joaquim Norberto começou a dar sinais de fragilidade, tanto que na segunda sessão ordinária do ano de 1891, marcada para o dia 20 de março, ele não compareceu por “incômodos de saúde.”

Já algum tempo depois, na quarta sessão ordinária, Norberto sofreu um dos mais duros golpes de sua vida pública, devido ao seu respeito e lealdade a D. Pedro II que já não estava mais presente no Brasil, mas que ainda falava muito alto para os membros do Instituto Histórico. O primeiro secretário, José Alexandre Teixeira de Melo, que nosso

---

(145) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Relatório do então presidente do IHGB Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva*..... AIHGB, lata 575, pasta 61.

(146) Idem, *ibidem*.

historiador considerava o pior secretário que o Instituto já teve, leu a seguinte proposta:

*“Propomos para presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o generalíssimo Deodoro da Fonseca, em homenagem às suas virtudes e serviços à pátria. Sala das sessões, 17 de abril de 1891. Joaquim Norberto de Souza Silva, Olegário H. d’Aquino e Castro, Tristão de Alencar Araripe (...) A proposta foi considerada aprovada.(...)”*<sup>(147)</sup>

Essa proposta foi feita inicialmente pelo sócio Alencar Araripe e sua leitura conseguiu assustar o presidente do Instituto, pois, segundo ele afirmou em uma correspondência, quando assinou a proposta não sabia que a indicação era para o cargo de presidente honorário. Nessa correspondência, com data do dia 20 de abril, que pode ser considerada uma de suas últimas, enviada para o Conselheiro Olegário Herculano, Norberto afirmou que na sessão seguinte apresentaria para sócio honorário “o Ouro Preto (...) e contrabalançar a admiração que foi a nomeação do Theodoro.(...)” Além, disso seguem na correspondência dois desabafos, um em relação a Alencar Araripe, ele “manda agora no Instituto como Ministro e quer mudar a sala das sessões para a nova sala por causa do busto e da cadeira do Imperador!” E outro quando no encerramento da carta Norberto afirmou que em “todo caso se o Theodoro for ao Instituto como seu presidente honorário eu não apareço.”<sup>(148)</sup>

O dia primeiro de maio de 1891 marcou a última sessão do IHGB presidida pelo comendador Joaquim Norberto de Souza Silva, o historiador da Conjuração Mineira. Ele veio a falecer em Niterói no dia 14 de maio, véspera da data marcada para a 6ª sessão ordinária (em 15 de maio). Segundo Barreto e De Laet, no seu livro *Antologia Nacional*,

---

(147) Cf.: “4ª Sessão Ordinária em 17 de abril de 1891.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1891, tomo 54, p. 183 – 184.

(148) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Carta de JNSS ao Conselheiro Olegário H. de Aquino e Castro, sobre a eleição do Marechal Deodoro da Fonseca para presidente do IHGB. Rio de Janeiro, 1891. AIHGB, lata 360, doc. 16.*

“desgostoso pela mudança de regime e sobretudo pelo banimento do Imperador, de quem era amigo, J. Norberto pouco sobreviveu à monarquia (...),” somente nessa antologia encontramos essa referência sobre o fato de que Joaquim Norberto pouco sobreviveu ao fim da monarquia.<sup>(149)</sup>

Os últimos momentos da vida de Joaquim Norberto foram devotados quase que com exclusividade para seus afazeres na cadeira da presidência do IHGB. A dedicação do nosso historiador ao cargo era exemplar, assim produziu poucos textos nesses momentos. Podemos observar ainda que, embora ele tenha conseguido atingir parte de seu sonho, ser eleito para o lugar mais alto do Instituto Histórico, algo ainda lhe faltava.

Para Norberto o reconhecimento *da cidade letrada* não ocorreu nas proporções almejadas. E os postos no funcionalismo público, por exemplo, por ele pleiteados também não aconteceram. Mas, pudemos perceber que seu nome foi imortalizado juntamente com outros poucos nomes da primeira geração de românticos que buscavam construir a história da nação.

**1892.**

**Rio de Janeiro.**

Na 18ª sessão ordinária do IHGB realizada em 2 de abril de 1892 o então presidente do Instituto Olegário H. de Aquino e Castro demonstrou preocupação quando ao receber um livro, *O Primeiro Reinado* de Francisco Luiz da Veiga, em doação oferecida pelo sócio Joaquim de Toledo Piza e Almeida, o mesmo apresentava uma dedicatória do autor doando anteriormente o exemplar ao Instituto Histórico. O sócio Joaquim de T. P. e Almeida afirmou que o havia adquirido de um livreiro da Rua São José, que por sua vez

---

(149) A respeito, ver: Fausto Barreto e Carlos De Laet. *Antologia Nacional ou coleção dos principais escritores da Língua Portuguesa do 19º ao 16º séc.* 6.ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1913.

tivera acesso ao livro pois o adquirira no espólio de J. Norberto; esse fato fez com que a mesa diretora do IHGB pedisse o recolhimento de todos os livros que se achavam em poder dos sócios.<sup>(150)</sup>

O relatório anual do primeiro secretário do IHGB, referente às atividades do biênio 1891/92, escrito por Henri Raffard, apresenta uma citação de que no ano de 1891 o sócio Alfredo do Nascimento Silva doou para o IHGB, além de um total de 150 moedas diversas, um retrato do nosso historiador, em 1841, quando o então jovem Joaquim Norberto foi admitido como sócio da “Casa da Memória Nacional”.<sup>(151)</sup>

---

(150) Cf.: “Sessão Ordinária em 1 de abril de 1892.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1892, tomo 55 p. 271.

(151) *Idem*, *ibidem*, pp. 411 – 442.

**CAPÍTULO 2:**  
**JOAQUIM NORBERTO:**  
**O HISTORIADOR DAS MINAS COLONIAL**

*“(…) O pensamento da independência nacional era o pensamento de todos eles; borbulhava-lhes na mente como fogo sagrado, como imagem brilhante, como sonho realizável, (...)”*

**JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SILVA**

## O ROMANTISMO E A CIDADE LETRADA

Se o Brasil ‘surgiu’ como “um país único” no fim do primeiro quartel do séc. XIX, por que “os líderes locais já se consideravam vinculados a outros através de todo o território”? A pergunta sobre o tema da não-fragmentação do território da ex-colônia portuguesa, refeita por Richard Graham, tem mobilizado um número considerável de pensadores.(1)

Para responder ao seu próprio questionamento, Graham, utilizando-se de um texto de José Murilo de Carvalho, comentou que para o Brasil, em seu primeiro momento de ‘construção’, foi importante o fato de que muitos brasileiros letrados tenham desempenhado funções administrativas em Portugal, na Índia, na África ou ainda, no Brasil, compartilhando da “crença nas virtudes do poder centralizado (...)”.(2)

Ainda de acordo com Graham, o aparecimento no Brasil de um forte estado centralizado foi possível somente devido à existência de uma classe poderosa, composta basicamente por latifundiários escravocratas e alguns políticos/estadistas, que tudo dominavam, desde o total do território até vários segmentos da população.

Para o historiador americano esse grupo de homens ricos e fazendeiros “foram agentes ativos do processo” da aceitação de uma autoridade central, sendo que “dois fatores – a ameaça da desordem social e o apelo de uma monarquia legítima – explicam o motivo por trás” das ações desse grupo, que contribuíram decisivamente para a

---

(1) Cf.: Richard Graham. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado.” *Diálogos* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: v. 5, n.º 1, 2001, pp. 11 – 47.

(2) O texto de José Murilo de Carvalho citado por Graham é “*Political Elites and State Building. The Case of Nineteenth Century Brazil*”, *Comparative Studies in Society and History* 24, n.º 3 (julho 1982), pp. 378 – 399. A respeito, ver: Richard Graham, op. cit., p. 23, nota 26. Gostaríamos, nesse momento, de fazer uma ressalva. Sabemos da complexidade que representa o trabalho com conceitos como Estado, Nação e Nacionalismo, por isso nosso objetivo, nesta altura do nosso trabalho, é apresentarmos algumas informações como um ‘pano de fundo’, para tentarmos justificar a posição de Joaquim Norberto frente à Conjuração Mineira.

formação de uma nação.<sup>(3)</sup>

No segundo quartel do século XIX, esses mesmos homens ricos, latifundiários e/ou políticos “começaram a ver o governo central como sua única esperança.” Esperança que afastava o medo de ver seu poder local ou regional reduzido drasticamente. Dessa forma, podemos perceber que esse grupo dominante temia muito mais a ‘desordem’ do que uma autoridade central.<sup>(4)</sup>

Assim, também é possível considerar que o fato do Brasil possuir uma casa real fixada em seu território facilitou essa aceitação da autoridade central. Os líderes locais possuíam recursos econômicos e alianças políticas, mas precisavam que seu poder fosse considerado legítimo.<sup>(5)</sup>

Para o historiador americano, ao optar por um governo centralizado, as elites não perderam o apego regional, mas cresceu, sobremaneira, o apego à nação. Ao transitar entre as regiões e a cidade imperial esses líderes acabaram forjando um sentido de unidade.

Assim, foi no cenário do pós-independência que, na busca de um perfil para a nação brasileira, um grupo de homens pertencentes à ‘boa sociedade’ começou a fortalecer, nos dizeres de Angel Rama, a “cidade letrada”, que “compunha o anel protetor do poder e executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais.”<sup>(6)</sup>

---

(3) Cf.: Richard Graham, *op. cit.*, p. 25.

(4) *Idem*, *ibidem*, pp. 26 – 27.

(5) E foram buscar essa legitimidade no governo de uma monarquia. Para completar seu pensamento, Graham afirmou ainda que o “governo central não foi imposto às pessoas influentes ou até mesmo ‘vendido’ a eles. Eles o escolheram. (...) A monarquia tinha sua utilidade.” *Idem*, *ibidem*, pp. 32 – 34.

(6) Cf.: Angel Rama. *A cidade das Letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 43. Tomando por base as idéias presentes no texto de Angel Rama, podemos observar que seus componentes demonstravam a sua função poética que era um “patrimônio comum de todos os letrados, dado que o traço definatório de todos eles foi o exercício da letra, dentro do qual cabia tanto uma escritura de compra-venda, como uma ode religiosa ou patriótica.” Angel Rama, *op. cit.*, p. 46. De acordo com o professor Ilmar R. de Mattos os “anos que se seguiram à Abdicação foram, no dizer de um contemporâneo, (...) anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições. De sonhos frustrados e de intenções transformadas em ações vitoriosas. Foram, sem dúvida, anos emocionantes para aqueles que viviam no Império do Brasil. (...)” A respeito, ver: Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987, p.2.

Com essa marca elitista, unida à inquietação intelectual do período e à curiosidade acerca do país, alguns representantes dessa ‘boa sociedade’ se agruparam em torno de diferentes instituições, como por exemplo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 28 de fevereiro de 1827. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu no seio dessa Sociedade Auxiliadora, no dia 21 de outubro de 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris.

Podemos observar, dessa forma, que, apoiados em bases bem alicerçadas em um modelo político centralizador e também em um modelo social centrado na grande propriedade escravocrata, os primeiros membros do Instituto Histórico, dignos representantes da ‘cidade letrada’, partiram em busca do conhecimento sobre nossas raízes. Arno Wehling, presidente do IHGB, em recente conferência, afirmou que:

*“A concepção de que a origem da nacionalidade estava na colônia e de que em consequência as fontes de pesquisa para a história do Brasil eram predominantemente coloniais costuma ser corretamente associada ao primeiro historicismo, de que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o elemento mais emblemático.”*(7)

Ainda de acordo com Wehling, existiu “também nesse contexto um modelo simbólico, que consistiu no esforço consciente da construção de um universo simbólico que desse coerência ao novo país”. Com essa intenção foram fundados o Colégio D. Pedro, o Arquivo Nacional e, o também já mencionado, Instituto Histórico.(8)

Para completar essa informação podemos citar Afrânio Coutinho, quando ele observou que o Rio de Janeiro além de abrigar a sede do governo tornou-se também a capital literária. “À agitação intelectual que caracteriza a fase posterior à independência, há

---

(7) A respeito, ver: Arno Wehling. “Fontes da História do Brasil Colonial como Memória e História. (Retrospectiva e Perspectiva)” Conferência do I Seminário Internacional sobre Fontes Documentais para a História do Brasil Colonial. RIHGB, Rio de Janeiro: a. 160, n.º 402, p. 32, jan./mar. 1999.

(8) Idem, ibidem.

Para Francisco Iglésias, na busca de valorizar o que era nacional, podemos perceber os traços mais importantes do jovem instituto que eram “o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa.” É a história tida principalmente pela sua função pedagógica, o “velho conceito da história como mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares,” que mereciam ser copiados. Iglésias destacou também que, ainda mais importante do que a busca de vultos exemplares, o IHGB sobressaía pelo

*“(...) gosto pela pesquisa, o cuidado com a documentação. Repercute aqui a palavra de ordem de ponderável corrente da historiografia européia, notadamente alemã, pregadora da necessidade do uso de fontes para abonar todas as afirmativas.”*<sup>(16)</sup>

Percebemos também que esses pontos fundamentais – representados pelo gosto pela pesquisa, a importância dada às fontes e o estudo dos vultos exemplares – não podem ser estudados separadamente “das pesquisas biobibliográficas, das formulações críticas e interpretações históricas”. Não é possível ainda, deixar de levar em conta a tarefa de reeditar o material produzido no período colonial realizada pelos nossos primeiros historiadores, biógrafos e críticos. Entre estes: Varnhagen, Gonçalves de Magalhães, Manuel de Macedo e “destacadamente, Joaquim Norberto de Souza e Silva”; não importando mesmo se esses pioneiros tenham sido levados muito mais “pela ideologia nacionalista que dominava na época,” do que pelas teorias literárias.<sup>(17)</sup>

Mas quem realmente eram esses homens, essa ‘boa sociedade’ que passou a se integrar e participar ativamente do IHGB? Quais suas origens? Aqueles que se dedicam a

---

(16) Cf.: Francisco Iglésias. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, pp. 61 – 62.

(17) Cf.: José Aderaldo Castello. *A literatura brasileira, origens e unidade (1500 – 1960)*. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 516 – 517, v. II

essa questão afirmaram que inicialmente a indicação para integrar o IHGB ocorria muito mais por determinantes sociais do que pelos valores de suas produções. Esses intelectuais pertenciam a uma elite urbana e letrada, com formações diversas, embora um número considerável se destacasse na hierarquia interna do Estado ocupando diferentes funções como “procuradores, desembargadores e chefes da Secretaria de Negócios do Império, formando um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade da corte.”<sup>(18)</sup>

Segundo Lilia Schwarcz, no IHGB a escolha dos sócios não era aleatória mas “estava aí reunida a nata da política imperial (...) fiel defensora da Casa de Bragança. Essa lealdade tenderá inclusive a fortalecer-se com o estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos de D. Pedro II.”<sup>(19)</sup> Rama foi ainda mais longe, quando afirmou que “os letrados, ainda que formassem uma classe ambiciosa, foram a classe mais leal, cumprindo um serviço mais devoto à Coroa do que o das ordens religiosas, inclusive da Igreja.”<sup>(20)</sup> Para essas personagens a monarquia representava o único sistema capaz de impedir que se repetisse no Brasil o esfacelamento do território, como ocorreu nas áreas da América Espanhola, porque o poder monárquico evocava a idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio, necessário para a manutenção da unidade política e territorial. <sup>(21)</sup>

Joaquim Norberto, enquanto representante dessa ‘cidade letrada’, demonstrou na *História da Conjuração Mineira*, que sua grande crítica ao movimento ocorrido nas Minas Gerais, e sua grande preocupação, era o fato de que os acontecimentos atingiriam somente três províncias, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com isso provocando o possível desmembramento do território nacional. Ao encerrar seu livro, Norberto escreveu que era “sublime o pensamento da independência nacional, mas instituir um, dois ou quando muito três províncias em república, desanexando-as desse todo que deve sempre permanecer unido e constituir um forte e poderoso império”, significaria

---

(18) Cf.: Lilia M. Schwarcz. *O espetáculo das raças...*, pp. 101 – 102.

(19) Idem, *ibidem*, p. 102.

(20) Cf.: Angel Rama, *op. cit.*, p. 60.

(21) Cf.: Lilia K. M. Schwarcz. “Um debate com Richard Graham,.....”, p. 57. Ver também: Manoel L. Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional.” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n.º 1, 1988, pp. 5 – 27.

retalhar a herança de nossos antepassados.(22)

Outra característica da intensa relação entre o Estado e a intelectualidade brasileira também pode ser percebida a partir do fato de que foram os cargos públicos e os incentivos do próprio imperador que tornaram possíveis tanto o trabalho intelectual quanto a expansão do Instituto Histórico. Essa relação entre Estado e intelectualidade, e a conseqüente expansão do IHGB, faziam parte de um grande projeto que objetivava, não somente o fortalecimento da monarquia e do Estado, mas também a busca e o desenvolvimento de um sentimento nacionalista.(23)

Nota-se que na década de 1840 começou a se formar um grupo intimamente ligado ao Imperador, dentro do próprio IHGB, podendo ser identificados entre esses componentes, alguns representantes do primeiro grupo de românticos brasileiros, tais como: Domingos J. Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Norberto de Souza Silva e Francisco A. de Varnhagen.(24)

---

(22) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos em originais existentes em várias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: MEC – INL, 1948, p. 223, v. II. Maria Efigênia Lage de Resende em um de seus textos chegou até mesmo a afirmar que Joaquim Norberto e Lúcio dos Santos, “homens de suas épocas”, embora separados pelo tempo e pela localidade em que suas obras foram produzidas, apresentam pontos de vistas próximos quando tratam da viabilidade da Conjuração e que também concluem de forma semelhante que “a independência sob o regime monárquico foi importante e necessária ao país”. A respeito, ver: Maria Efigênia Lage de Resende. *Inconfidência Mineira: Leituras e Releituras ou para Ler a História da Inconfidência Mineira. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez. 1989, pp. 92 – 93.

(23) De acordo com Richard Graham, o estado centralizado nomeava para os mais diversos cargos públicos (entre eles os mais procurados eram: oficial da Guarda Nacional, delegado de polícia e a designação como juiz substituto) aquelas pessoas que possuíam uma certa influência. Ao alcançar os altos cargos, esses líderes locais apresentavam um aumento em seu círculo de poder e se, por um acaso, se envolvessem diretamente com política, sua clientela cresceria ainda mais. Para manter seu poder esses líderes não se esqueciam de sua clientela local. Para Graham, paradoxalmente esse “esforço para formar uma clientela local enaltecia o apelo de um estado centralizado e, portanto, da unidade nacional.” Cf.: Richard Graham, op. cit., p. 36.

(24) Antonio Cândido, em *A Formação da Literatura Brasileira*, descreveu, de forma geral, essa nossa primeira geração de românticos: “(...) Suiças veneráveis, cabelos arrumados, óculos de aro de ouro, pose de escritório. Homens de ordem e moderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circumspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicam seus livros.(...)” A respeito, ver: Antonio Cândido. *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1975, v. 2 [1836 – 1880], p. 49.

Podemos observar que, por estarem sempre atentos ao que ocorria no Instituto Histórico, esses homens letrados fizeram da Revista do Instituto, de acordo com Lília Schwarcz, o principal órgão de divulgação de suas idéias. Por outro lado, a respeitabilidade do estabelecimento auxiliou na aceitação do grupo e de seu projeto de renovação literária, principalmente devido à presença do imperador, lembrando que essa presença se tornou cada vez mais constante com o passar dos anos do segundo reinado. Observamos, dessa forma, o fortalecimento da ‘cidade letrada’, e a consolidação de um projeto romântico que forneceu um caminho próprio para o Brasil, permitindo afirmar as particularidades brasileiras, fazendo “da diferença algo a mais: um ícone da nacionalidade”(25)

A criação de associações, institutos ou gabinetes de leitura não foram iniciativas tomadas isoladamente durante o século XIX. Para Marisa Lajolo e Regina Zilberman essas iniciativas integravam “o movimento em direção a uma cultura letrada, que precisava tanto viabilizar-se, quanto visibilizar-se. Por isso, sociedades, institutos e bibliotecas constituem uma rede”, onde os nomes e os objetivos se repetem.(26)

Podemos considerar também as idéias de Angel Rama, para quem, na América Latina, a ortografia representava um problema central que voltou a ser encarado pela equipe letrada com o surgimento dos estados independentes, tudo isso visando a

---

(25) De acordo com Schwarcz, em seu texto *O espetáculo das raças*, na década de 1840, D. Pedro II começou a organizar duas tarefas que pertenciam ao regente: “conformar uma cultura própria e oficial, criar uma nobreza particular”. Com base nessas tarefas, D. Pedro II passou a ser um assíduo frequentador e incentivador dos trabalhos do IHGB, do qual já era protetor desde 1838, quando o Estado entrava com 75% das verbas do Instituto. A pesquisadora, em outro texto, completa a informação comentando que na busca de uma autonomia cultural do país, D. Pedro II se tornou um mecenas da arte e o “IHGB se tornará de modo crescente seu local de predileção”; esse fato pode ser confirmado ao levantarmos a informação de que o monarca brasileiro presidiu entre os anos de 1839 e 1889, 506 sessões do IHGB, enquanto que aos trabalhos da Câmara ele comparecia anualmente, somente nas solenidades de abertura e de encerramento dos trabalhos. A respeito, ver: Lília M. Schwarcz. *O espetáculo das raças* ..., p.102. Ver ainda da mesma autora: *As Barbas do Imperador*..., p.131. Sobre a busca da originalidade brasileira, ver: Lília K. M. Schwarcz. “Um debate com Richard Graham, ...”, p. 65.

(26) Cf.: Marisa Lajolo e Regina Zilberman. *A leitura rarefeita. Livro e Literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991, p. 139.

'criação' de uma literatura nacional. Para Rama existia dificuldade na aprendizagem da escrita, o que

*“(...) era um problema pedagógico concreto, mas além disso seu empenho tinha uma fundamentação teórica mais alta, pois essa solução permitia vislumbrar uma sonhada independência letrada, harmonizando-a com a política que se havia alcançado, o que conduziria à criação da literatura nacional.(...)”*(27)

Outro ponto destacado por Rama diz respeito ao fato de que foi no Brasil que a produção literária contribuiu de forma mais articulada à constituição nacional. Ele também observou que a “constituição das literaturas nacionais que se cumpre no final do século XIX é um triunfo da cidade das letras (...).”<sup>(28)</sup>

Se a constituição da literatura nacional é um triunfo das ‘cidades das letras’, o é dos homens letrados. Assim, podemos observar que para compreendermos melhor o nosso Romantismo e o período em que ocorreu, é indispensável o estudo desses homens letrados e suas obras, como por exemplo a obra política dos Andradas, a jornalística de Januário da Cunha Barbosa e de João Francisco Lisboa, a obra de alguns parlamentares, além da obra de historiadores como Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Norberto.<sup>(29)</sup>

Tendo como ‘pano de fundo’ essas considerações iniciais sobre o romantismo brasileiro, devemos aproveitar esse momento para observarmos com mais atenção a trajetória de Joaquim Norberto, ‘objeto maior’ do nosso estudo, enquanto pensador romântico.

Se considerarmos que os românticos levantaram algumas questões voltadas

---

(27) Cf.: Angel Rama, *op. cit.*, p. 70.

(28) “O conceito de literatura tornou corpo, substituindo o de belas-letas, (...) legitimou-se no sentimento nacional que era capaz de construir. (...) a concepção nacional se enriqueceu com o ingrediente popular, cuja longa história e cujo conservantismo outorgaram ampla base legitimadora à nacionalidade. Era previsível que fosse o Brasil, país cuja produção literária mais articuladamente havia contribuído à construção nacional, onde primeiro se recorresse à rica contribuição popular, (...)”. *Idem, ibidem*, pp. 92 – 93.

(29) Cf.: Antônio Soares Amora, *op. cit.*, pp. 50 – 52.

para a nacionalidade (tanto da literatura quanto dos próprios literatos), para a periodicidade literária, para o mítico e também para a evolução histórica do Brasil, podemos verificar que Joaquim Norberto, representante da primeira geração de românticos, também apresentava essas mesmas preocupações, estando assim em sintonia com as principais questões desse movimento.

Nosso historiador, que sempre lutou em prol da afirmação da literatura brasileira, também buscou levantar os dados biográficos dos primeiros homens de letras do país com a intenção de confirmar a sua nacionalidade. No texto *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, realizou a primeira periodização da literatura brasileira.<sup>(30)</sup> Destacando a busca do mítico e lendário, outra característica comum ao romantismo, não podemos esquecer que Norberto, em sua primeira participação no IHGB, levantou a questão da existência ou não das Amazonas. Já com relação às questões históricas, ele teve como preocupação central a Conjuração Mineira, movimento este que contou com o envolvimento dos expoentes do arcadismo brasileiro, além da preocupação com reflexões sobre o descobrimento do Brasil e sobre Palmares, momentos que podem ser considerados como ‘fundadores’ na história do Brasil.

As buscas da formação da nação e de uma literatura nacional fizeram com que os primeiros românticos detivessem sua atenção, principalmente, nos poetas árcades e, com isso, essa geração se tornou responsável pela manutenção dos poetas mineiros como

---

(30) “O papel que coube a Joaquim Norberto de Souza Silva no processo de nomeação e identificação da literatura brasileira, foi o de ter visto com clareza e avaliado com alto grau de sensibilidade o objeto de que se tratava. No *Bosquejo da História da Poesia Brasileira* o autor apresenta, no grau máximo de acuidade possível para o seu tempo e para o estágio em que encontravam as pesquisas, uma visão completa do objeto. (...) Como se pode constatar, as linhas gerais tratadas por Joaquim Norberto permanecem válidas.” A respeito, ver: José Américo Miranda. “Apresentação” In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira* Edição, Apresentação e Notas ao texto por José Américo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, pp. 9 – 15. Podemos observar que para Norberto, a literatura brasileira, até seu tempo, dividia-se em seis partes: a) Primeira época – desde o descobrimento do Brasil até fins do XVII século; b) Segunda época – do começo até meado do XVIII século; c) Terceira época – do meado até fins do XVIII século; d) Quarta época – do começo do XIX século até a proclamação da Independência Nacional; e) Quinta época – desde a proclamação da Independência Nacional até a reforma da poesia; f) Sexta época – da reforma da poesia.

uma das pedras fundamentais na criação da nação.

Referindo-se a essas questões, Antonio Cândido afirmou que um dos momentos mais vivos da história pátria para a primeira geração de românticos foi a Conjuração Mineira, pois

*“(...) praticamente definiram, estudaram e incorporaram ao patriotismo dos brasileiros, vinculando os poetas arcádicos ao processo de construção nacional, ao proclamarem seu papel de precursores da Independência. Desse modo se elaborou uma concepção coerente da literatura como fator nacionalista, (...).”*<sup>(31)</sup>

Com o pensamento na busca do nacionalismo literário alguns representantes da ‘cidade letrada’ se voltaram para o estudo da história literária. De acordo com Antonio Cândido, Joaquim Norberto “foi talvez a figura central da crítica romântica, pela operosidade e constância com que se dedicou ao estudo da nossa história literária.”<sup>(32)</sup>

Ao procurarmos informações sobre a vida e a obra de Joaquim Norberto, um detalhe que muito nos chamou a atenção foi seu interesse pelas Minas Gerais do séc. XVIII. Não podemos esquecer que ele era um homem de seu tempo, um literato preocupado em auxiliar na formação de uma literatura nacional e, conseqüentemente, preocupado com a história nacional. E considerando esses aspectos percebemos que os acontecimentos das Minas Gerais setecentista são emblemáticos, pois uniram um grupo de poetas árcades que escreveram sobre o Brasil e lutaram em um movimento cuja idéia principal, para Joaquim Norberto, era a busca da independência nacional.

As convicções nacionalistas sempre estiveram presentes nos diversos trabalhos de Joaquim Norberto e se tornaram a principal estrutura de sua contribuição crítica. Maria Eunice Moreira, em um texto recente, afirmou que dentre todos aqueles que

---

(31) Cf.: Antonio Cândido. *Formação da Literatura...*, p. 50.

(32) Idem, *ibidem*, p.334.

se preocuparam em estudar a produção dos poetas árcades, “nenhum, contudo, demonstrou tanto interesse em estudá-los, reeditá-los e valorizá-los” quanto Joaquim Norberto. O historiador da conjuração mineira realizou, desde muito cedo, estudos que situavam a poesia dos poetas mineiros na história da literatura nacional. Norberto também se preocupou em analisar diversos autores e suas respectivas obras, além de colaborar para reedições dos autores por ele estudados.<sup>(33)</sup>

Maria Eunice Moreira também afirmou que a intenção de Norberto em estudar tanto os poetas árcades quanto a própria Conjuração Mineira era buscar motivos ocorridos em território nacional para serem utilizados por autores brasileiros na construção da literatura nacional. Para a pesquisadora, foi por isso que a Conjuração impressionou Norberto duplamente; do

*“(...) ponto de vista histórico, constitui a primeira tentativa de emancipação política e seus idealizadores apresentam-se como os construtores de uma nação independente; do ponto de vista literário, considera o aproveitamento dessa matéria política relevante para singularizar a literatura nacional e seus produtores podem ser nomeados os primeiros autores nacionais.(...)”*<sup>(34)</sup>

Nesse mesmo sentido, podemos lançar mão das considerações feitas por Júnia F. Vieira Machado. Em seu trabalho de doutoramento, Júnia afirmou que

*“A importância literária do Arcadismo brasileiro não se manifesta*

---

(33) Cf.: Maria Eunice Moreira. “De árcades e românticos: os poetas mineiros e seu colega nacionalista.” In: Maria Eunice Moreira. (org.) *Falas Diversas: Quatro Estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p.16.

(34) Idem, *ibidem*, pp. 17 – 18. J. A. Castello retomou esse comentário sobre alguns dos motivos que levaram os primeiros românticos a voltarem suas atenções para os poetas árcades. Entre esses motivos destacou a procura “por parte deles mesmos de uma criação anterior e pela ligação do episódio da Inconfidência com a ideologia nacionalista.” A respeito, ver: José Aderaldo Castello, *op. cit.*, p.23.

*apenas no plano estético, mas também no histórico, pois a relação entre linguagem e a ideologia cristalizou-se na voz de poetas como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, que posteriormente se envolveram no movimento da Inconfidência Mineira.(...)"*(35)

De acordo com Fábio Lucas, devido às circunstâncias existentes na época, pela primeira vez, no Brasil, compartilhavam idéias semelhantes as inteligências “pioneiras do país, insufladas pelos sentimentos nativistas e pela percepção vivencial do mundo que incluía a descontinuidade cultural em relação às fontes européias.” Lucas afirmou também que é possível perceber “aqui e ali, sinais distintivos que iriam caracterizar a brasilidade.”(36)

Embora seja recente a discussão sobre se é possível observar o surgimento da nação, pudemos perceber com nossas pesquisas que Joaquim Norberto foi buscar a semente da nação brasileira entre os poetas árcades mineiros e entre aqueles brasileiros, como Joaquim José da Maia, que foram estudar na Europa. Eram sementes que não haviam germinado ainda, como se pode observar na *Introdução do Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, onde Norberto assinalou que entre os povos americanos, o brasileiro foi o primeiro a reconhecer a necessidade de independência e tentar, em alguns momentos, sacudir a submissão junto a metrópole e, portanto, “constituir-se nação livre e

---

(35) Cf.: Junia Focas Vieira Machado. *Inconfidência Mineira - A história dos sentidos de uma história*. 1993, Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas/SP, p. 28.

(36) Cf.: Fábio Lucas. “Apresentação” In: \_\_\_\_\_. *Luzes e Trevas. Minas Ferais no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. De acordo com Richard Graham, em texto publicado na revista *Diálogos*, a monarquia facilitou bastante a tarefa das elites em aceitar um governo centralizador que tomava decisões para um todo do território, mas Graham deixou claro que, na sua opinião, o movimento ocorreu da formação “de um estado central para uma nação”. Thomas H. Holloway, na mesma revista e ao comentar o artigo de Graham, argumentou que “o sentimento de brasilidade que já existia no recente período colonial, reforçado pela experiência comum de muitos membros da elite intelectual de Coimbra, e (...) pela experiência denegridora de representantes brasileiros para as cortes em 1821, certamente precedeu o estabelecimento das instituições de estados independentes no Brasil. (...)” A respeito, ver: Richard Graham, op. cit., p. 45. Ver, ainda: Thomas H. Holloway. “Comentário a ‘Construindo uma nação no Brasil no século XIX: visões antigas e modernas sobre a classe, a cultura e o estado’, de Richard Graham. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. ° 1, 2001, pp. 49 – 51,

independente, foi também o primeiro (...) nos diversos ramos da literatura. Ainda não éramos nação e já tínhamos historiadores, (...) ainda não éramos nação, mas uma colônia vexada pelo cativo”; para concluir, nosso historiador continuou criticando a idéia metropolitana que transformou a instrução em delito e os livros terminantemente proibidos.(37)

A pesquisadora Maria Eunice Moreira, trabalhando nessa mesma temática, afirmou que Joaquim Norberto e os poetas mineiros formam “um par indissolúvel e atraente aos olhos da jovem nação brasileira”. Moreira afirmou ainda que Norberto observou, em suas obras, elementos temáticos que poderiam demonstrar o que era específico e, portanto, próprio da literatura brasileira, mesmo em se tratando de seus tempos iniciais.(38)

Moreira vai além, destacando que a esses elementos juntou-se um outro, agora de caráter político, que pode talvez nos auxiliar no entendimento da preferência do crítico romântico pelos poetas árcades:

*“Os poetas mineiros envolveram-se nos episódios da insurreição de 1789 que, se bem sucedida, poderia ter levado a colônia a declarar independência. Isso significa que, além de iniciar um procedimento literário autonomista, foram também os árcades os primeiros a discutir uma proposta política emancipatória.”(39)*

Mais adiante, Moreira ainda afirmou que “retroceder ao século XVIII é associar autonomia política com autonomia literária é descobrir o momento inicial da literatura pátria.” Nesse momento vivenciado pelos românticos brasileiros, ‘criar’ ou ‘descobrir’ uma literatura nacional era comprovar a existência de uma outra realidade, mais

---

(37) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Introdução.” In: \_\_\_\_\_. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Edição, Apresentação e Notas ao texto por José Américo Miranda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 25.

(38) Cf.: Maria Eunice Moreira. “De árcade e românticos.....”, p.28.

(39) Idem, *ibidem*.

interessante e de importância muito maior, a existência da própria nação. “Essa era a tarefa patriótica na qual Joaquim Norberto de Souza Silva estava imbuído e para a qual os árcades podiam colaborar lançando a pedra fundamental.”<sup>(40)</sup>

Mas essas informações seriam suficientes para levar um letrado a dedicar tantos anos de sua vida a um estudo? Na busca de uma resposta para essa questão nos deparamos com uma informação muito interessante. Ao escrever o prólogo do livro *Marília de Dirceu*, para uma edição da casa Garnier, Joaquim Norberto escreveu uma *Notícia sobre Thomaz Antonio Gonzaga e suas obras*. Nessa *Notícia...*, justificando a nova edição, ele observou que muitas pessoas gostariam de possuir um exemplar desses poemas escritos pelo inconfidente, visto que todos “desejavam identificar-se com sua dor e chorar ainda e sempre com ele as suas desgraças.” Para corroborar essa afirmação, em uma nota, Norberto afirmou que:

*“Levam-se, decoraram-se e cantaram-se todas essas liras. Ouvi pessoas que as recitavam de cor; assim as sabia meu pai; e foram elas os primeiros versos que soaram em meus ouvidos, depois daquela canção patriótica, com que minha mãe embalara o berço (...).”*<sup>(41)</sup>

Talvez o historiador da Conjuração Mineira, nesse momento, estivesse somente cumprindo as ordens que, possivelmente, lhe foram dadas pelo Imperador para tratar de assuntos relevantes à história pátria, ou talvez o literato estivesse indicando os passos a serem seguidos; ou melhor ainda, talvez o romântico da primeira geração estivesse ditando as regras. Mas muito provavelmente todos esses ‘talvez’ estivessem trabalhando conjuntamente, na busca do surgimento da nação e do sentimento de independência nacional.

---

(40) Idem, *ibidem*, pp. 29 – 30.

(41) A respeito, ver: Thomaz Antonio Gonzaga. *Marília de Dirceu. Liras de Thomaz Antonio Gonzaga precedidas de uma notícia biográfica e de juízo crítico dos autores estrangeiros e nacionais e das liras escritas em respostas as suas acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1862, p. 44 e nota 30, p. 98.

## JOAQUIM NORBERTO: HISTORIADOR DO SÉCULO XIX

Foi durante o período Romântico que “a tomada de consciência da nossa particularidade” se tornou mais importante, “não poderíamos mais continuar considerando-nos ‘europeus’ ou portugueses, (...)” Dessa forma, perguntas como: “Quem éramos então? O que era ser brasileiro? O que deveria ser o brasileiro? De onde vínhamos e para onde íamos?”, entre outras, “fervilhavam” e “inquietavam os homens cultos da época.”<sup>(42)</sup>

A ‘cidade letrada’ se organizou em busca de respostas a essas perguntas, valorizando, para isso, cada vez mais “as manifestações culturais próprias locais.” Com isso, o que passou a chamar a atenção dos ‘homens de letras’ de uma forma mais intensa foram as diferenças que eles encontraram. Dessa forma, foi possível “(...) aos autores nacionais transformarem aquilo que era mais característico e pitoresco da terra brasileira em símbolos e forças, elementos condicionantes que transformavam os homens que viviam em contato com suas auras em seres distintos: brasileiros.(...)”<sup>(43)</sup>

A questão da valorização do nosso passado histórico realizada por nossos românticos foi também levantada, em tempos recentes, por outros ‘homens letrados’, como por exemplo Afrânio Coutinho, quando este afirmou que em nosso país “a valorização da história e do passado nacional constituiu uma das mais importantes atividades durante o Romantismo”, e que tivemos durante esse movimento literário a constituição “da carreira literária e a compreensão da figura do homem de letras na comunidade.”<sup>(44)</sup>

Antonio Cândido e J. Aderaldo Castello, ao comentarem também sobre o

---

(42) Roncari, nesse texto, faz uma interessante análise sobre a independência política e a literatura nacional. A respeito, ver: Luiz Roncari. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 278.

(43) Idem, *ibidem*, p. 289.

(44) Cf.: Afrânio Coutinho, *op. cit.*, pp. 171 – 175. Entendemos assim, que neste momento, desvincular o estudo da historiografia nascente no Brasil e algumas informações dos estudos literários, dificultaria uma visão abrangente do período. Embora, não seja nosso objetivo nos deter em uma análise mais profunda desse vínculo.

movimento romântico, afirmaram que na literatura brasileira esse movimento “adquiriu um reflexo excepcional. Coincide com o momento decisivo da definição da nacionalidade com propósitos expressos de reconhecer e valorizar o nosso passado histórico, embora recente (...).”<sup>(45)</sup>

Em sua análise sobre as origens da literatura brasileira, José Aderaldo Castello afirmou que existem dois pontos fundamentais na contribuição dos historiadores e críticos do período romântico:

*“(...) o primeiro é o empenho pela implantação de uma temática nacional, inclusive de retorno às nossas origens americanas, às lendas indígenas e à inspiração da natureza selvagem e no próprio passado histórico colonial, embora próximo; segundo, o problema da nacionalidade da nossa literatura, diríamos hoje, de sua identidade e unidade, envolvendo então língua e nacionalidade civil dos escritores (...) brasileiros.(...)”*<sup>(46)</sup>

Seguindo essa linha de raciocínio, Roncari também afirmou que foi importante a identificação das nossas características em uma época em que se buscava a

---

(45) Cf.: Antonio Cândido e José Aderaldo Castello. *Presença da Literatura Brasileira. I. Das origens ao Romantismo*. 7. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 214. “(...) No Brasil, a valorização da história e do passado nacional constituiu uma das mais importantes atividades durante o Romantismo. (...) o brasileiro encontrou nas recordações da história local, nas lendas do nosso passado e na glorificação do indígena, as sugestões para uma desejada volta às origens próprias, (...)” A respeito, ver: Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa (direção). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Fundação de Assistência ao Estudante, 1990, p. 1176, v. 2.

(46) Ainda de acordo com Castello, as principais questões levantadas durante o período romântico brasileiro podem ser citadas dessa maneira: “(...) a nacionalidade da Literatura Brasileira; o problema da língua com a diferenciação brasileira em relação a Portugal; o da nacionalidade civil dos escritores do Período Colonial; o da periodicidade literária independente ou comprometida com a formação e evolução histórica do Brasil; o nativismo, o americanismo, a representação do histórico, mítico e lendário, e do social contemporâneo do Brasil, com base na discussão dos fatores de nossa literatura.” A respeito, ver: José Aderaldo Castello. *A literatura brasileira, origens e unidade...*, pp. 516 – 519.

nacionalidade, “pois criava os distintivos que diziam quem e como éramos (...)”. Os elementos mais necessários, nesse momento, eram os elementos afirmativos, que “contribuíram para responder às inquietações acerca da nossa identidade e que estimularam a participação na organização da nação”.(47)

De acordo com Afrânio Coutinho, o Romantismo teve papel fundamental nessa busca da nação, quando ocorreu também a orientação “para a valorização da ‘cor local’,” além do que, os representantes da cidade letrada encontraram “nas recordações da história local, nas lendas do nosso passado e na glorificação do indígena, as sugestões para uma desejada volta às origens”, a fonte de inspiração não somente para a literatura, mas para todo “o espírito e civilização brasileira.”(48)

Assim, para Coutinho, através da investigação das nossas origens “foi-se acumulando todo um corpo de dados, fatos, estudos, ensaios, teorias, que constituem o que se batizou, com muita propriedade e felicidade de ‘brasíliana’.” Um conjunto de estudos em que se misturaram e cooperaram, entre si, desde a literatura até a história, a geografia e economia etc., criando dentro do importante grupo de ‘pessoas letradas’ “toda uma linguagem de pensamento e pesquisa acerca da terra e da gente brasileiras, para conhecer e revelar o país e o povo, a fim de dar aos brasileiros a consciência da sua civilização e cultura, e consolidar sua fisionomia.” Essa interpretação e definição do Brasil “é a função da brasíliana e, ao mesmo tempo, a essência de nosso Nacionalismo – conhecer o Brasil para afirmá-lo tal como é (...).”(49)

---

(47) Cf.: Luiz Roncari, op. cit., p. 289.

(48) Afrânio Coutinho assim caracteriza o primeiro grupo de românticos brasileiros: “Tendências contraditórias, (...). Poesia Religiosa e mística; nacionalismo, lusofobia; influência inglesa e francesa(...). As idéias românticas procuraram impor-se, através de novos temas, aspirações espirituais e religiosas, nova sensibilidade; a ficção esboça-se; o gosto pela natureza espalha-se; intensifica-se o interesse cultural (científico, filosófico, histórico, sociológico). O gênero preferido é a poesia lírica, mas a ficção e o teatro dão os primeiros passos, e continua o intenso cultivo do jornalismo. Representantes do 1º grupo de românticos: Manuel de Porto Alegre (1806 – 1879); Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811 – 1882); (...) Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878); (...); Joaquim Norberto de Souza Silva (1820 – 1891); (...)” A respeito do Romantismo no Brasil, ver: Afrânio Coutinho, op. cit., pp. 1172 - 1178, v. 2.

(49) Idem, ibidem, p. 956.

Para conhecer o Brasil ‘tal como ele é’, ou seja, buscar elementos que demonstrassem a identidade nacional que buscavam apreender, algumas ‘pessoas letradas’ voltaram-se para estudar e, assim, conhecer nosso passado. No caso brasileiro, pela não existência da Idade Média, diferentemente dos românticos franceses e portugueses, os nossos representantes do IHGB, entre eles podendo-se destacar Joaquim Norberto e Varnhagen, buscaram no passado colonial os elementos para demonstrar essa identidade e igualmente a importância da unidade do território.<sup>(50)</sup> Dessa forma, foi muito importante não somente descrever alguns acontecimentos como também localizá-los, delimitando assim esses “lugares de memória.”<sup>(51)</sup>

Para Maria de Lourdes Janotti esses historiadores tinham consciência de seu papel e, portanto, escreviam por missão buscando criar “as bases tradicionais do país que nasce.”<sup>(52)</sup> Assim, esses historiadores, que sabiam ser sua missão escrever, escreveram com

---

(50) Para Arno Wehling, o projeto para uma “política da memória nacional” desenvolvida no século XIX ocorreu em três níveis. “O mais espontâneo (...) foi o plano literário, com a ‘busca da identidade nacional’ através do romantismo, de Domingos de Magalhães a Gonçalves Dias e José de Alencar.” Os outros níveis dependeram, de acordo com Wehling, de uma “ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, (...) e o estímulo oficial à criação (...) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas, culturais educacionais e administrativas claramente enunciadas.” A respeito, ver: Arno Wehling. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 33 – 34.

(51) Tanto os lugares físicos, quanto os acontecimentos e as obras históricas transformaram-se em “lugares de memória” de acordo com Pierre Nora. Sobre os “lugares de memória” em Nora, ver: Pierre Nora. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História – PUC/SP. São Paulo: n.º 10, dez/93, pp. 13 – 24. (tradução Yara Aun Khoury). Também foi observado por A. Wehling, que “Varnhagen elegeu cenários nos quais se desenrolaram acontecimentos que avaliou como fundamentais para a afirmação nacional.” Para o historiador do IHGB, de acordo com Wehling, da “mesma forma que os lugares, haveria também eventos emblemáticos ou axiais, (...), que determinavam, o curso posterior dos acontecimentos e contribuíram para definir posteriormente a identidade nacional.” A respeito, ver: Arno Wehling, op. cit., p. 69 – 71.

(52) Para Maria de Lourdes M. Janotti existiu um grupo de historiadores do séc. XIX que muitos pesquisadores, preocupados “em estudar a historiografia dentro de uma perspectiva da História da literatura”, denominavam de ‘historiadores românticos’. A respeito, ver: Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ed. Ática, 1977, p. 15.

a intenção óbvia de serem lidos. E qual o mecanismo utilizado para criar um vínculo com o público leitor? De acordo com Maria de Lourdes Janotti, além da questão de estilo da escrita foi imposta uma temática e um tratamento próprios: “não somente a escolha entre a história regional, local ou geral, mas acima de tudo a pesquisa das fontes, o surgimento da preocupação pela documentação,” porque nesse momento o próprio público exigia que as afirmações fossem documentadas.<sup>(53)</sup>

No início do séc. XIX surgiu uma geração de historiadores que não se contentavam mais com simples afirmações, mas se preocupavam, como vimos, com a análise e a documentação dos acontecimentos, embora muitas vezes “limitadas pelo autoritarismo e pela formação literária”.<sup>(54)</sup> Essa geração fundou em 1838 o IHGB com base no jovem Instituto Histórico de Paris fundado em 1834, tendo em suas fileiras nomes como Lamartine, Michelet, Chateaubriand e Thierry. O IHGB surgiu, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, com a proposta de criação assinada por dois membros da sociedade que também eram “sócios do Instituto Histórico de Paris, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa (...)”<sup>(55)</sup> Os ‘homens de letras’ responsáveis pela criação do Instituto possuíam entre seus objetivos a reconstrução da “história pátria para consolidar o ideal nacional.”<sup>(56)</sup> Foi também essa geração que passou a ler os economistas ingleses, pediu auxílio para pensadores alemães como o caso de Spix e von Martius para criar um plano demonstrando como escrever a História do Brasil e passaram também a ler Humboldt. Esse era um grupo que fazia pesquisas, procurava a valorização da cultura nacional, com a intenção de mostrar “ao

---

(53) Idem, *ibidem*, p. 15.

(54) Para Janotti a historiografia brasileira nasceu ligada ao processo de independência do país e aos homens que participaram desse processo, desenvolvendo-se nas lutas da regência, contando com o aparecimento das histórias regionais, e a maturidade da historiografia brasileira ocorreu “no séc. XIX com Varnhagem e a idealização do Império Brasileiro como fórmula política da integração nacional.” Cf.: Maria de Lourdes M. Janotti, *op. cit.*, p. 17.

(55) Cf.: Jefferson Cano. *O Fardo dos Homens de Letras, o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001, 390 f. Tese de Doutorado – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, pp. 6 – 7 e nota 13.

(56) Cf.: Arno Wehling, *op. cit.*, p. 36.

mundo que o Brasil também é independente através de sua elite intelectual.”(57)

Janotti, ao analisar esse conjunto representando os ideais do IHGB, observou que esse grupo de ‘historiadores românticos’ – formado por Joaquim Norberto, Varnhagen, Pereira da Silva e João Francisco Lisboa, entre outros – possuía características em comum, como a “preocupação com a documentação, o mesmo tipo de público e a temática” que abordavam. Eles representavam também “o momento histórico da época, a vanguarda da independência cultural de um povo que se emancipa.”(58)

Pensando nessa busca da nacionalidade, podemos utilizar um estudo de José Américo Miranda que, ao fazer a apresentação para uma nova edição do *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, destacou, na introdução escrita por Norberto, a preocupação nacionalista de nosso historiador. Miranda escreveu que o historiador da Conjuração encarnou “o entusiasmo de seu tempo, exaltando-se em tudo que dizia respeito à pátria”.

De acordo com Miranda, o autor desse *Bosquejo* não se preocupava em poupar “elogios aos sucessos do nosso passado histórico e aos seus protagonistas. Se havia o que reprovar, em nosso passado, era o regime de escravidão imposto pela metrópole à colônia, (...)” E, por outro lado, a grande lástima para o Brasil era a dificuldade de impressão e divulgação das obras de autores brasileiros.(59)

Esse assunto que mobiliza inúmeros estudiosos também foi comentado por João Hernesto Weber, para quem, entre o grupo da ‘cidade letrada’, os representantes dos românticos brasileiros, Gonçalves de Magalhães, Santiago N. Ribeiro e Joaquim Norberto podem ser considerados os “maiores ideólogos da nacionalidade em atuação no centro do Império”. Weber chegou a afirmar que se a existência “da nação após a Independência, é

---

(57) Cf.: Maria de Lourdes M. Janotti, op. cit., p. 17.

(58) Idem, ibidem, pp. 19 – 20. Ao analisar a obra de Varnhagen, o pesquisador Arno Wehling também afirmou que para um grupo de historiadores do IHGB – entre eles Varnhagen, Joaquim Norberto, Cândido Mendes de Almeida, Joaquim Caetano da Silva e Joaquim Felício dos Santos – apresentavam algumas concepções em comum, podemos citar a “explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, domínio de técnicas de análise documental e não observação ou experimentação inspiradas na física ou na biologia (...)” A respeito, ver: Arno Wehling, op. cit., p. 45.

(59) A respeito, ver: José Américo Miranda, op. cit., pp. 9 – 15.

considerada,” como algo já estabelecido, cabia à literatura, portanto, o papel de indicar as peculiaridades dessa nação diante ‘do outro’. No meio da originalidade, da peculiaridade, surge um país novo: o Brasil. (60)

Ainda segundo João H. Weber, para F. Denis e Joaquim Norberto, a literatura era o meio necessário para cumprir a importante tarefa de construção da nação. Nesse sentido fazia-se necessário identificar e comprovar as nacionalidades de nossos literatos, “eles compunham um quadro de referências para pensar a própria nação, ou imaginá-la, ou, em última instância, inventá-la, para além inclusive da simples existência formal do Estado nacional.” Para isso, nossos românticos poderiam seguir o caminho indicado por Ferdinand Denis e buscar a

*“(...) natureza, diferenciada da europeia. Inversamente, era relativamente simples identificá-la na literatura, e, com isso, atestar a nacionalidade do texto e da própria ‘Nação’ que se criava: um maracujá é um maracujá, e não é europeu. Uma descrição dos frutos, das flores, (...) realizada por um brasileiro – e aí entra o critério do local de nascimento, (...) poderia, nesse sentido, ser critério infalível. Na natureza se incluem a fauna, o clima, (...) ‘a cor local’ em suma, e se compõe assim uma parte do espectro da ‘Nação’.”(61)*

Tendo por base essas informações, podemos observar, de acordo com nossas pesquisas, que três acontecimentos foram trabalhados por Joaquim Norberto na busca desses sentimentos nacionalistas e, portanto, da identidade nacional.

---

(60) Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto, “os maiores ideólogos da nacionalidade em atuação no centro do Império, recorrendo-se apenas lateralmente a Varnhagen e Alencar, (...)” Na seqüência de seu texto, Weber fez também um comentário, em que discutiu como os elementos da natureza, a ‘cor local’, o indígena e a nação estão unidos. Para esse comentário sobre o nacionalismo romântico, Weber utilizou como pilares, entre outras, a obra de F. Denis e uma obra norbertina sobre a história da literatura brasileira, impressa, em 1860, na *Revista Popular*, na qual J. Norberto reviu as informações por ele publicadas, em anos anteriores. Cf: João Hernesto Weber. *A Nação e o Paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, pp. 35 – 36.

(61) Idem, *ibidem* pp. 36 – 37.

O primeiro desses acontecimentos transformou-se, em agosto de 1843, às instâncias do cônego Januário da Cunha Barbosa, na peça de teatro *Amador Bueno ou a fidelidade paulistana*.<sup>(62)</sup> Esse drama em cinco atos em prosa foi selecionado, em 1846, por concurso idealizado por João Caetano, para ser encenado na reabertura do Teatro São Francisco (RJ). A peça foi dedicada, por Joaquim Norberto, ao pai descendente de paulistas e “como uma lembrança cara ao descendente, pela parte materna, desses antigos empreendedores paulistas, nascido na pátria de Cláudio Manoel da Costa, de Basílio da Gama, de Santa Rita Durão (...).”<sup>(63)</sup>

Outro acontecimento estudado por Joaquim Norberto diz respeito ao descobrimento do Brasil. Na sessão de 15 de dezembro de 1849, D. Pedro II distribuiu quatro assuntos para que quatro sócios do instituto, previamente escolhidos pelo próprio regente, preparassem dissertações que seriam apresentadas à agremiação concorrendo “também para o progresso intelectual do país.”<sup>(64)</sup> Durante o ano de 1853, nas sessões do IHGB, Joaquim Norberto leu seu trabalho: *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a intencionalidade ou teve indícios para isso?* Nesse trabalho publicado pela revista do IHGB, Norberto sustentou a tese de que Cabral havia procurado intencionalmente pelo Brasil. Na introdução de seu texto Norberto afirmou que:

---

(62) Podemos observar que certos acontecimentos transformaram-se em temas para mais de um historiador do IHGB. De acordo com Arno Wehling, o ficcionista Varnhagen produziu em 1847 o drama *Amador Bueno ou A Coroa do Brasil em 1641*, “em que projetou para os paulistas do séc. XVIII sentimentos nacionalistas, como os românticos franceses ou portugueses contemporâneos faziam com os temas medievais.” A respeito, ver: Arno Wehling, op. cit., p. 64.

(63) De acordo com Almir Câmara de M Peixoto, a peça *Amador Bueno* foi publicada no “Guanabara” somente anos mais tarde, em 1855/56, sendo considerada por parte da crítica da época a “obra prima do gênero.” E era “uma das obras de mais íntimas recordações para o seu autor.” A respeito, ver: Almir C. de Matos Peixoto. *Direção em crítica literária (Joaquim Norberto de Souza Silva e seus críticos)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951, p. 62. Sobre a peça de Joaquim Norberto, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Amador Bueno ou a fidelidade paulistana*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1855.

(64) Conforme consta na correspondência do Primeiro Secretário do Instituto Histórico Manoel Ferreira Lagos enviada a Joaquim Norberto. A respeito dessa correspondência ver nota 58 do capítulo 1 desta dissertação.

“(…) Não; – o descobrimento do Brasil foi devido a um mero acaso, e se para mim é difícil a solução do programa, que me falecem os conhecimentos profissionais, todavia pelo seu desenvolvimento nascido do estudo das investigações a que me dei e da confrontação dos autores que compulsei, li e estudei, intentarei mostrar, que Pedro Álvares Cabral teve alguns indícios para isso.”(65)

Essa tese suscitou protestos de inúmeros sócios do Instituto Histórico, sendo que o mais exaltado foi Gonçalves Dias. A troca de protestos entre os dois sócios da agremiação transcorreu por muito tempo, até dezembro de 1855, quando Joaquim Norberto leu durante as sessões do IHGB sua *Refutação às reflexões* do consócio G. Dias.(66)

Nesse trabalho de Joaquim Norberto pudemos observar a escolha pelo acontecimento. Mas após a publicação do texto pela *RIHGB*, nosso historiador elegeu também, partindo da preocupação com a delimitação física, o seu “lugar de memória”. Na sessão do IHGB de 26 de maio de 1854, Norberto apresentou uma proposta, aprovada pelo Instituto Histórico, na qual ele requereu que a agremiação se organizasse para fazer erguer “uma cruz colossal e monumental em Porto Seguro, que restaura-se a que Pedro Álvares Cabral ali implantara em 1º de maio de 1500.”(67)

E finalmente, outro acontecimento eleito por Joaquim Norberto para demonstrar os sentimentos nacionalistas e a identidade nacional foi, sem dúvida, foi o que sucedeu nos palcos das Minas Gerais nos fins do séc. XVIII e que Norberto transformou em sua maior obra histórica: *História da Conjuração Mineira*.

---

(65) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sobre o Descobrimento do Brasil.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1852, tomo 15, p. 130.

(66) Sobre o texto a respeito do Descobrimento do Brasil, ver: *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1852, tomo 15, pp. 125 – 204. Para acompanhar os desdobramentos das discussões entre Norberto e G. Dias, ver: *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1855, tomo 18, pp. 293 – 421.

(67) Para outras informações a respeito das propostas apresentadas por Joaquim Norberto, ver o primeiro capítulo desta dissertação. E, ainda: *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1854, tomo 17, p. 619.

Talvez ele, enquanto representante do movimento romântico e principalmente do IHGB, em busca do que era próprio do Brasil, tenha divisado na Conjuração Mineira o cenário ideal, com destaque para as riquezas da natureza, as pedras preciosas e o ouro que brotavam da terra, além da participação de poetas árcades que já ‘produziam’, segundo o próprio Norberto, uma literatura brasileira. É, em última análise, a busca da nação, de se conhecer a nação.

Após observarmos essas questões, podemos tecer alguns comentários sobre essa obra e a maneira com que Joaquim Norberto encarava o ofício de historiador. Por isso, destacamos um aspecto da forma como nosso historiador tratou o seu objeto de estudo. Característica da época e também dos trabalhos desenvolvidos por Norberto, a preocupação com os registros documentais era forte, em seus trabalhos. Assim, utilizamos como exemplo dessa preocupação norbertina com as fontes documentais, três citações feitas pelo próprio historiador. Ao apresentar sua obra ao IHGB, nosso historiador escreveu que, tendo por base um considerável número de documentos, muitos dos quais inéditos, confrontou-os com cuidado em um longo trabalho, no qual “não deixei de documentar uma só das minhas asserções. Pensar-se-á alguma vez que poetizei, que se lêem as páginas de um romance, mas aí estão as fontes donde emanaram.” Norberto também fazia questão de deixar claro que ele não havia ficado “estacionário e mudo no meio das riquezas que tão benignamente” lhe haviam confiado.”<sup>(68)</sup>

Outro exemplo dessa preocupação de Joaquim Norberto foi destacado igualmente por Janotti. No texto de 1881 em que Norberto respondeu às críticas que fizeram ao seu trabalho, ele escreveu que uma “obra, que nas suas quatrocentas e trinta páginas de texto contém mil, duzentas e onze notas e não sei quantos milhares de citações, nas quais se firmam as minhas asserções, pode apresentar apreciações menos simpáticas, mas não falsidades e mentiras, (...)”<sup>(69)</sup>

---

(68) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira.....*, pp. 16 – 17, v. I

(69) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “O Tiradentes perante os historiadores de seu tempo.” In: \_\_\_\_\_, *História da Conjuração Mineira....*, p. 235, v. II. Ver também: Maria de Lourdes M. Janotti, op. cit., pp. 15 – 16.

Maria Efigênia L. de Resende afirmou também que Joaquim Norberto, na linha do IHGB, buscou identificar os marcos da ideologia do Estado Imperial, além de modelos que auxiliaram o ato de forjar a nacionalidade. A pesquisadora ainda destacou que Norberto fez uma severa crítica aos métodos da colonização portuguesa aliada a uma “apologia dos nacionais e a grandeza da sociedade de Minas na segunda metade do séc. XVIII.” Ainda, de acordo com Resende, a leitura dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)* a que Joaquim Norberto se propôs revelou “certa percepção do sentido político-ideológico, subjacente à sentença, única parte do processo à qual até então se tivera acesso. No que se refere, porém, à outra parte, a dos depoimentos, embora capte os interrogatórios como cheios de ‘argúcias e artificios’ ele não consegue transcendê-los.”<sup>(70)</sup>

Norberto também teve o cuidado de separar seu trabalho como poeta do trabalho desenvolvido como historiador. Para ele, como historiador era possível demonstrar suas deduções através do uso dos documentos, que considerava como sendo “as testemunhas da história em que me baseei, ou a bússola da verdade, que me apontou o caminho a seguir (...). Do contrário fora trair a história, e mentir aos contemporâneos.” Com essa constante preocupação com os documentos, Norberto visava, enquanto historiador, reconstruir os acontecimentos ‘exatamente como ocorreram’. Mas, na inexistência desses documentos escritos, existiam outras fontes que eram aceitas e utilizadas pelo historiador da conjuração, como por exemplo a “tradição”.<sup>(71)</sup>

---

(70) Cf.: Maria Efigênia Lage de Resende, op. cit., p. 88.

(71) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “O Tiradentes perante os historiadores de seu tempo.....”, p. 228, v. II. Ao apresentar seu texto sobre o descobrimento do Brasil, por exemplo, Joaquim Norberto, como era seu costume em diversos trabalhos, demonstrou as fontes por ele utilizadas. Entre elas, Norberto citou a própria Carta de Pero Vaz de Caminha, Ferdinand Denis, Robert Southey, Rocha Pitta, Jaboatão, Ayres de Casal, Monsenhor Pizarro, Madre de Deus, “sem falar em outros ainda serão analisados no desenvolvimento desse programa, tocaram de passagem neste acontecimento, em que raros concordam, em que quase todos se contradizem, apesar de se copiarem uns dos outros (...)” As questões levantadas por Norberto, para o próprio historiador representavam questões um tanto quanto difíceis de serem respondidas, e que para isso dependiam “— já das tradições dos autóctones, — já das investigações literárias e científicas de antigos e modernos escritores — já dos vestígios físicos, vagos e incertos” que haviam sido descobertos até aquele momento. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Sobre o descobrimento do Brasil....”, pp. 129 – 130.

Uma outra questão que surge ao estudarmos os textos norbertinos, por ele considerada como sendo fundamental, é a questão da cronologia. Joaquim Norberto afirmou que ao consultar os trabalhos de alguns historiadores que se ocuparam com a história da conjuração achou falta de uma preocupação maior com essa questão, o que na sua opinião chegou até mesmo a deixá-los sem um rumo definido.

Como exemplo dessa preocupação cronológica, podemos observar um trecho do texto norbertino que, ao se referir à vida de Gonzaga, Norberto afirmava que grande parte do público leitor da conjuração desejava “saber notícias suas, inteirar-se da história de suas desgraças e apenas a tradição incerta – hesitante – referia um ou outro acontecimento vago – perdido – sem data!...”<sup>(72)</sup>

A busca e a identificação do local de nascimento de nossos autores, principalmente árcades, foi também outra das grandes preocupações de Joaquim Norberto. Lembremos, por exemplo, os diversos prólogos e biografias que ele realizou, contribuindo, significativamente enquanto historiador do período romântico, para o conhecimento desse momento e de suas personagens.

Podemos observar, nesse momento, uma outra forte preocupação do autor, desta vez com um possível desmembramento do território brasileiro. Essa preocupação foi apontada como uma crítica às personagens da Conjuração Mineira, visto que muitos estudiosos afirmavam que os conjurados estavam interessados em conseguir a independência para somente uma pequena parte do território brasileiro, composto por Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

É interessante observar que o receio provocado por um possível desmembramento do território brasileiro era extremamente forte entre os representantes da ‘cidade letrada’. Tanto Joaquim Norberto quanto Varnhagen mencionam essa questão em suas mais importantes obras. Varnhagen, ao fazer uma pequena reflexão sobre a Conjuração Mineira, na sua *História Geral do Brasil*, afirmou que

---

(72) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 10, v. II.

*“(...) triunfasse a revolução, estaria hoje o Brasil em melhor estado? Essa pequena república, encravada no meio do majestoso império de Santa Cruz não seria um mal? Não teria alguma nação poderosa procurado um pretexto de guerra para buscar nesse território uma Guiana?(...)” (73)*

No momento em que tratou também da Conjuração Mineira, Joaquim Norberto nos apresentou um pensamento de forma semelhante. Isso pode nos dar uma indicação de que Norberto e Varnhagen tiveram acesso às mesmas fontes e, também, pensamos poder ser essa semelhança uma indicação de que Norberto foi um leitor atento de Varnhagen, visto seu texto ser posterior ao do historiador sorocabano.

O historiador da Conjuração afirmava que

*“(...) A idéia de uma república naquele empório de ouro e de diamantes, a qual quando muito estender-se-ia ao Rio de Janeiro e a S. Paulo, deixando o resto da colônia entregue ao cativo colonial, como uma vasta Guiana, pertence a um indivíduo que a formulou hipoteticamente. Foi Gonzaga o seu autor (...)” (74)*

---

(73) Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p.323, tomo quarto. Na primeira edição dessa obra, essa informação também aparece. De acordo com Arno Wehling, ao tratar da Conjuração Mineira Varnhagen foi “para seus padrões, benevolente, chegando à ambigüidade. Condenou o movimento pela influência norte-americana e pelos riscos de fragmentar a unidade política, mas não deixou de reconhecê-la ‘tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes e tão habilmente premeditada’.” Wehling também apresentou os juízos emitidos por Varnhagen sobre algumas importantes personagens históricas envolvidas nos acontecimentos mineiros. Com relação às personagens da conjuração, Wehling destacou que para Varnhagen os papéis desempenhados no movimento por Tomás Antônio Gonzaga e Joaquim Silvério dos Reis foram vistos com juízos contrários e Tiradentes “com opinião oscilante, com juízos favoráveis e contrários.” A respeito das opiniões de Varnhagen destacadas por A. Wehling, ver: Arno Wehling, op. cit., pp. 176 e 185.

(74) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, pp. 71 – 72, v. I. E, também: nota 85, p. 231, onde Norberto afirmava as fontes em que se baseou para afirmar as idéias de Gonzaga: “*Interrogatório 2 de julho. 1789, Ap. 4, Dev. De M. Ger.*”, e “*Off. De 16 de julho de 1789 dirigido a Martinho de Melo.*”

Affonso Ávilla não percebeu no movimento mineiro a real possibilidade de fracionamento do território brasileiro, com o surgimento de até mesmo uma nova ‘Guiana’. Para Ávilla,

*“(...) não se pode colocar em dúvida o caráter federalista, unionista e brasileiro que os inconfidentes pretendiam conferir à intentada república, (...). Era consensual, (...), que o objetivo final devesse ser a implantação de uma nação livre com base em Minas e a partir de Minas e não um país independente circunscrito ao território montanhês. (...)”*(75)

Lilia Schwarcz comentou também que a casa imperial apareceu, nesse contexto, “como o único sistema capaz de garantir a unidade do vasto território, e impedir” um possível desmembramento. D. Pedro II, de acordo com Schwarcz, ou as elites, segundo Graham, ou quem sabe, ambos, se preocuparam em construir uma imagem **do e para** o Brasil. Para isso a relação entre o Estado e a ‘cidade letrada’ se fortaleceu a cada dia.(76)

Por enquanto, tentamos unir algumas das pontas desse enorme tecido, no qual circulam questões como a literatura nacional, a busca da nação, a identidade dos nossos poetas árcades e a visão de Joaquim Norberto, com base em todos os seus estudos que a respeito dessas questões apontavam de forma incessante para as Minas Gerais.

De acordo com João Pinto Furtado, sem o reexame das fontes não será possível decidir “se a Inconfidência Mineira de 1789 é uma das últimas rebeliões do Antigo Regime português, a primeira que prefigura a ‘nacionalidade’ brasileira como defendida” por Joaquim Norberto, Lúcio dos Santos, K. Maxwell e Márcio Jardim, “ou mesmo um processo híbrido entre estas duas alternativas, (...)”.(77)

---

(75) Affonso Ávilla. “Inconfidência: projeto de nação possível.” *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez. 1989, pp. 71 - 72.

(76) Lilia K. M. Schwarcz. “Um debate com Richard Graham,....”, p. 57.

(77) Os autores acima citados foram buscar na Conjuração Mineira, “com seus próprios tons e gradações, o suposto projeto republicano inconfidente como precursor básico da idéia de nação e, ainda, introdutor do conceito da política representativa no Brasil.” A respeito, ver: João Pinto Furtado, op. cit., p. 53.

Furtado afirmou ainda que Joaquim Norberto, por exemplo, atribuiu “um grande peso aos intelectuais, e às idéias, na geração e desenvolvimento do projeto de nação problemática típica do esforço que se empreendeu no interior do IHGB.”<sup>(78)</sup>

De acordo com a pesquisadora Maria Efigênia L. de Resende, Joaquim Norberto, na linha do IHGB, buscava encontrar “na história modelos que serviriam ao processo de forjar a nacionalidade.” Nessa ‘busca norbertina’, parece-nos que, a preocupação principal do historiador da Conjuração Mineira não era discutir a viabilidade ou não do projeto defendido pelos conjurados; o problema era outro. De acordo com a pesquisadora, a conjuração apoiava-se em três idéias básicas: “Independência, Universidade e Indústria”, as quais trazem em si as idéias de “liberdade política, a preparação de novas elites e a autonomia econômica.”<sup>(77)</sup> E isso, sem dúvida, Joaquim Norberto percebeu.

Pensamos ser realmente necessário não somente um retorno às fontes, mas também um estudo específico sobre essas questões devido a complexidade dos conceitos que estão nela implicados. Por isso, neste momento, nosso objetivo é, simplesmente,

---

(78) Idem, *ibidem*, pp. 56 – 57. Gostaríamos, nesse momento, de acrescentar mais um fio a esse tecido que estamos procurando tecer. Em texto escrito na efeméride do movimento da Conjuração Mineira, Affonso Ávilla demonstrou que existia, em Minas Gerais, desde o início da mineração, um certo desejo social de fixação, “os habitantes das Minas estavam realmente, na sua atitude localista, explicitando” esse desejo de fixação. Ávilla, ao lançar um olhar na tentativa de observar/compreender o que ocorria nas Minas Gerais, afirmou que esse desejo social de fixação pode ser exemplificado pelas construções das primeiras matrizes, estas já construídas em alvenaria, “reflexo estabilizado das comunidades afinal argamassadas em desígnio histórico e opção geográfica. (...) a igreja magnífica de cada localidade mineira do ouro e do diamante é um signo religioso e cultural de um desejo coletivo de fixação.” Esse desejo de fixação evoluiu com o tempo e também com o estreitamento dos laços de identificação com as regiões povoadas, “na direção de um outro fator da mentalidade auto-afirmadora que é o sentimento nativista, (...)”. Tudo isso levou, em um movimento crescente, a um outro fenômeno, o instinto de nacionalidade. Todos esses “sentimentos” e identificações transformaram-se, mais tarde, de acordo com Affonso Ávilla, em discursos de contestação política, como no caso das *Cartas Chilenas*, de T. Antônio Gonzaga. Fica-nos aqui uma questão que, por enquanto, não conseguimos responder. Teria Joaquim Norberto, de alguma forma, com base em seus estudos sobre as Minas Gerais do séc. XVIII, intuído, de alguma forma, esse “desejo social de fixação”? Se a resposta for afirmativa ficaria mais fácil entender por que buscar a nação em Minas Gerais. Cf.: Affonso Ávilla, *op. cit.*, pp. 63 – 64.

(79) Cf.: Maria Efigênia Lage de Resende, *op. cit.*, p, 85.

destacar algumas informações sobre essa questão e, principalmente, observarmos o pensamento de Joaquim Norberto a respeito.

Assim, ao analisarmos a produção histórica de Joaquim Norberto alguns aspectos de seu trabalho ganham um real destaque. Na busca pela identidade nacional o historiador da conjuração mineira procurou se alicerçar em um número considerável de documentos, porque para ele a ‘verdade histórica’ se encontra nos documentos. Outra questão desenvolvida por Norberto, foi a preocupação com a cronologia, para o historiador da conjuração mineira somente seguindo a cronologia dos acontecimentos seria possível reconstruí-los de uma forma integral.

Ainda podemos destacar que preocupados em conhecer o Brasil, os historiadores do IHGB elegeram alguns acontecimentos da história nacional que seriam ocorrências exemplares, podendo ser citados a questão do descobrimento do Brasil e os acontecimentos vividos por Amador Bueno. E nessa escolha temática, Norberto se afastou de seus pares do Instituto e dedicou boa parte de sua produção para um outro período e local, para um outro “lugar de memória”, isto é, para a Conjuração Mineira.

## **O DISCURSO FUNDADOR DA CONJURAÇÃO MINEIRA**

Joaquim Norberto teve uma intensa produção relacionada com o que denominamos ‘temas mineiros’, como dissemos em um outro momento; dedicou-lhes muitos anos de sua vida e uma das mais férteis etapas de sua produção. Com seus olhos voltados para as Minas Gerais do séc. XVIII, nosso historiador realizou atividades que segundo Silvio Romero “devem ser consideradas dos melhores serviços pelo operoso

fluminense prestados às letras pátrias (...).”<sup>(80)</sup>

Como também já foi citado anteriormente, com a atenção voltada para as Minas, ele escreveu prólogos e notas com verificações de datas e fatos que acompanharam as edições dos trabalhos de Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, escreveu pequenas biografias de Maria Dorotheia Joaquina de Seixas e Bárbara Heliodora, produziu para o IHGB um discurso sobre o centenário da morte de Cláudio Manoel da Costa, e finalmente, a sua mais importante e polêmica obra, *História da Conjuração Mineira*.

Provavelmente esse texto começou a ser esboçado entre os anos finais da década de 1830 e os anos iniciais da década seguinte, durante o período em que o historiador buscava reunir informações sobre a literatura brasileira, o que o colocou mais profundamente em contato com os poetas árcades mineiros, que viveram e produziram seus trabalhos nas Minas Gerais do séc. XVIII, e que foram, eles próprios, alguns dos protagonistas da Conjuração Mineira. Após esse período, os poetas árcades passaram a ser personagens constantes nas obras norbertinas.

Durante o período em que Joaquim Norberto trabalhava para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império e auxiliou em uma reorganização nos arquivos dessa secretaria, encontrou documentos que atizaram seu faro de historiador.

Provavelmente, nesse momento, pelos indícios de que dispomos, ele começou a organizar essas informações encontradas e a delimitar algumas lacunas que deveriam ser preenchidas para a concepção da sua *História da Conjuração Mineira*, começando assim a esboçar suas idéias no que, mais tarde, se transformou na sua obra maior.

No texto intitulado “*Ao Instituto Histórico Brasileiro*”, Joaquim Norberto descreveu seu ‘encontro’ com os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*. No Arquivo da Secretaria do Império, Norberto deparou-se com os documentos originais das

---

(80) “(...) Tenho pressa de avistá-lo nos seus trabalhos de história e crítica literária. É onde ele é mais apreciável, por ser onde ele está mais a gosto e em harmonia com sua índole (...). Os méritos principais do historiador são a clareza na exposição e o acuramento das pesquisas (...). Tais e tantas pesquisas sobre a história mineira no descambar do século XVIII devem ser consideradas dos melhores serviços prestados às letras pátrias. (...)” A respeito, ver: Silvio Romero. *História da Literatura Brasileira*. 7. ed.. Rio de Janeiro: MEC – INL, 1980, pp. 850 – 852.

duas devassas que se procederam nas capitais das capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos informando que “absorto ante o tesouro, que examinei rapidamente, parando apenas a cada assinatura respeitável de tantas celebridades, dei-me os parabéns na idéia de poder trazer à presença do Instituto Histórico tão rico cabedal de notícias, (...)”.(81)

Mas no prefácio da primeira edição dos *ADIM* assinado por Rodolfo Garcia, podemos observar que o processo movido contra os conjurados vieram pela primeira vez à público “dispersos em vários periódicos como o ‘Brasil Histórico’, por Mello Moraes (pai), a Revista do Instituto Histórico Brasileiro, pelo Barão Homem de Mello, o Arquivo do Distrito Federal, por Mello Moraes (filho), para citar apenas os principais.”(82)

De acordo com José Honório Rodrigues, em texto publicado em 1965, o médico Mello Moraes (pai) ao buscar documentos para complementar seus trabalhos históricos teve a felicidade de realizar

“(...) *uma descoberta de importância na historiografia brasileira: a do processo da conjuração mineira, que foi o primeiro a divulgar. Ele próprio relata que estando próximo à Casa da Relação, encontrou-se com João Xavier de Araújo Pelada, que o informou ter visto, há anos, o processo original na Secretaria do Império, dentro de um saco verde.*”(83)

---

(81) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p.14.

(82) Cf.: Rodolfo Garcia. “V – Explicação – Transcrição do Prefácio da 1ª Edição.” In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976, p. 67. Por outro lado, Luciano Figueiredo, com base no trabalho de Márcio Jardim, afirmou que ao pesquisar alguns documentos para o seu trabalho “o diligente historiador Mello Moraes Filho tem notícias desse material, conseguindo licença do ministro conselheiro Pedreira para examiná-lo e copiá-lo. A distração do ministro custaria felizmente a divulgação do corpus documental mais importante da Inconfidência, publicado quase integralmente no Brasil Histórico a partir de 1861.” A respeito, ver: Luciano Figueiredo. “Painel Histórico.” In: Domicílio Proença Filho (org.). *A Poesia dos Inconfidentes. Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1996, pp. XXI – XXII

(83) Cf.: José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, p. 92.

Mais adiante, Rodrigues afirmou que essa descoberta dos processos referentes à Conjuração Mineira ocorreu em 1855, sendo que Mello de Moraes (pai) achava “difícil copiá-lo tendo dessa tarefa se desincumbido Manoel Álvares de Meireles, escriturário de um tabelião de Iguaçu, mediante recompensa pecuniária.”<sup>(84)</sup> À esta afirmação de Mello Moraes podemos acrescentar uma outra de Joaquim Norberto, de teor semelhante, ainda se dirigindo ao Instituto Histórico, quando, ao ter acesso aos autos do processo, afirmou lembrar-se “porém, igualmente que a reprodução de tantos documentos por meio de cópia era trabalho meramente material e repugnante para mim”.<sup>(85)</sup>

Rodrigues, com base em informações divulgadas por Capistrano de Abreu, chegou até mesmo a afirmar que além de pagar copistas, pelas transcrições “e, o que é pior, nem sempre na íntegra”, Moraes também “apossava-se de documentos quando podia, usando o suborno (...)”. Podemos exemplificar esse fato se lembrarmos que Mello Moraes enviou de presente, (in)devidamente autografada, para a Biblioteca de Santa Catarina “a tradução francesa da Constituição norte-americana que estava apensa ao Processo dos Inconfidentes, documento da Secretaria do Império.”<sup>(86)</sup>

Essa mesma ‘doação’ também não passou despercebida aos olhos de

---

(84) Idem, *ibidem* p. 94.

(85) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p.14. Aproveitamos a oportunidade de acrescentar uma informação que somente uma vez a obtivemos, e que, portanto, não nos foi possível averiguar, mas embora não considerando-a exata, achamos melhor apresentá-la. Segundo José Feliciano após descobrir os manuscritos dos autos da devassa, Norberto os retirou da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, levando-os “para sua casa, onde os conservou largos anos, aproveitando-os em seus trabalhos múltiplos e finalmente em sua Conjuração Mineira, (...)”. A respeito, ver: José Feliciano. *Tiradentes e a educação cívica*. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1907. Separado da *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, vol. XII, de 1907. Gostaríamos de agradecer ao arquivo do Museu da Imagem e do Som de Campinas pela possibilidade de consulta desse material.

(86) Rodrigues, em nota, demonstrou que retirou essas informações do *Brasil Histórico* (2ª série, 3º ano, 1868, 179, nota), do próprio Mello de Moraes. A respeito, ver: José Honório Rodrigues, *op. cit.*, pp. 93 – 94. Para confirmar essa informação, ver: José Feliciano, *op. cit.*, p. 41, nota 1. De acordo com Fábio Lucas, recentemente “o governo catarinense restituiu ao mineiro o importante documento.” Sobre a devolução do livro ao governo de Minas Gerais, ver: Fábio Lucas, *op. cit.*, p. 159.

Joaquim Norberto. Em nota, nosso historiador demonstrou a sua surpresa (!?! ) perante o fato:

*“O apenso 26º à devassa (...) de Minas Gerais constava de um livro em 8º tendo por título Recueil des lois constitutives des Etats Unis de l’Amérique. À alguém foram confiados tão importantes documentos e não duvidando separa o livro do processo, o ofereceu em seu nome a biblioteca da capital da província de Santa Catarina!...” (87)*

Podemos citar um outro exemplo desta situação, que julgamos ser possível também contar com o envolvimento de Mello Moraes, e que igualmente desagradou Joaquim Norberto. Este sentiu-se, no mínimo, desconfortável, com o fato de não ter tido acesso aos originais da Sentença da Alçada e também a outros documentos. Ao apresentar seu texto ao IHGB, Norberto afirmou que ao ter contato com os documentos da devassa e realizar um “acurado exame das peças oficiais achei ainda uma falta; encontrei-me como que num espaço vazio (...). Ignorava a história (...) desse entreato da agonia que mediou da intimação da sentença à sua execução.(...)” (88)

Esse fato, somado ao conhecimento de que na época foram feitas cópias do processo, chamou a atenção do nosso historiador. Seria interessante recordarmos, neste momento, que por intermédio da correspondência de um colaborador mineiro, Norberto ficou sabendo que Luis Maria da Silva Pinto, Oficial Maior da Secretaria Provincial de Minas Gerais e responsável pelo arquivamento dos documentos oficiais da secretaria, ao procurar, a pedidos, alguma informação sobre a Devassa nos arquivos da Secretaria, nada

---

(87) Joaquim Norberto registrou também que retirou essas informações do *Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva*. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p 220, v. I, nota 40.

(88) Em nota o historiador registra que havia encontrado o conjunto de documentos, “já incompleto, faltando-lhe a Sentença, bem como alguns apensos”. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., v. I, pp. 14 – 15 e também nota 23, p. 216.

encontrou.<sup>(89)</sup>

É por esse conjunto de bons motivos que o historiador da Conjuração afirmou, de acordo com uma nota no segundo volume de sua obra, que no momento em que se fez necessário, utilizou a sentença proferida contra os inconfidentes impressa na Revista do IHGB, pois considerou-a “mais exata, por não ter visto o original que indevidamente pára em mãos particulares tendo sido subtraído à secretaria do Império.”<sup>(90)</sup>

Cabe ainda destacar uma outra ressalva feita por J. Honório Rodrigues ao trabalho de Mello Moraes junto aos Autos, e que está relacionada ao fato de que Moraes por várias vezes decidiu

*“(...) retirar trechos que lhe pareceram sem importância, como os referentes aos bens dos presos. (...) ele nunca declara de onde extraiu, pois não é seu costume citar a fonte e se a informação faz parte de um documento, então ele não tem origem (às vezes não poderia confessá-la), ou não está reproduzido integralmente.(...)”<sup>(91)</sup>*

J. Honório Rodrigues comentou ainda uma certa polêmica envolvendo Moraes e Joaquim Norberto. De acordo com José Honório, o historiador da Conjuração publicou uma crítica a Mello Moraes acusando-o de plagiar José de Moraes. Ainda conforme Rodrigues, em resposta Mello Moraes lembrava em sua *Corografia História*, que Norberto “de empregado subalterno de uma repartição de província passou a ser chefe

---

(89) Joaquim Norberto afirmou que “mandou o governador que antes da entrega dos autos originais ao juiz devassante se tirassem duas cópias autênticas, das quais seria uma remitada para a Corte de Lisboa, e ficaria outra na secretaria de seu governo.” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, p. cit., v. II, p. 103. O responsável pela secretaria ao procurar os documentos para o correspondente de J. Norberto encontrou somente documentos pessoais do governador. Para maiores informações sobre essa troca de correspondência ver p. 47, capítulo 1 desta dissertação.

(90) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., v. II, p. 373, nota 1165.

(91) Cf.: José Honório Rodrigues, op. cit., p. 102.

do Arquivo da Secretaria do Estado dos Negócios do Império.”<sup>(92)</sup>

Muito provavelmente, por ter acesso as informações que compunham os *Autos da devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)* é que Norberto teve condições de buscar outros documentos que poderiam compensar a falta de alguns detalhes importantes por ele percebidos na leitura do processo. Assim foi que, na Sessão de 18 de novembro de 1859, Joaquim Norberto apresentou sete propostas ao IHGB referentes à Conjuração Mineira; estas foram enviadas à secretaria do Instituto, que deveria encaminhá-las aos departamentos responsáveis pelo arquivamento dos documentos requeridos. As propostas foram as seguintes<sup>(93)</sup>:

- 1) o IHGB deveria pedir ao Ministro do Império “a sentença proferida pela alçada contra os conjurados Mineiros de 1789” e quaisquer outros documentos que existissem na biblioteca pública, sendo que estes seriam devidamente restituídos após a consulta;
- 2) requerer junto ao Ministério da Guerra uma cópia de quaisquer documentos relativos à Conjuração Mineira e uma “cópia da ordem do dia relativa a formação dos corpos pagos do exército existente nesta capital por ocasião da execução” de Tiradentes, sendo que se a mesma não fosse encontrada no respectivo arquivo, deveria ser procurada alguma cópia existente na fortaleza da Lage;
- 3) solicitar ao presidente da Província de Minas Gerais “a remessa de cópias dos atos oficiais, tanto ostensivos como reservados, do Visconde de Barbacena (...) relativos à

---

(92) Apud, José Honório Rodrigues, op. cit., p. 107. Sobre a polêmica entre Joaquim Norberto e Alexandre José Mello de Moraes, é interessante observarmos que, tendo por base os documentos que ‘encontrou’, Moraes escreveu a sua obra *Corografia histórica, cronológica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*, com a qual foi admitido como sócio no IHGB por indicação do Cônego J.C. Fernandes Pinheiro e pelo próprio Norberto. A respeito, ver: “Relatório do Primeiro Secretário Interino Cônego J. C. Fernandes Pinheiro.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1859, tomo 22, p. 699.

(93) Para maiores detalhes com a apresentação, na íntegra, das propostas encaminhadas por Joaquim Norberto, ver: “13ª Sessão em 18 de novembro de 1859.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1859, tomo 22, pp. 673 – 675.

- conjuração mineira”, e também toda correspondência entre o vice-rei e o Governador;
- 4) pedir ao Rev. Ministro Provincial do Convento de Santo Antônio uma cópia de toda a correspondência trocada entre as autoridades civis e eclesiásticas sobre as “ordens dadas relativamente às confissões dos indivíduos que figuravam na conjuração mineira, (...) bem como tudo o mais que puder servir à história da mesma conjuração;”<sup>(94)</sup>
  - 5) pedir à administração “da venerável Ordem Terceira da Penitência desta corte, cópia de quaisquer ordens dadas pelo vice-rei D. Luiz de Vasconcellos e Sousa, quando mandou praticar, no edificio do hospital da mesma ordem, segredos para os presos incomunicáveis da conjuração mineira;”<sup>(95)</sup>
  - 6) pedir ao “Rev. Prior do Convento das Carmelitas desta corte cópia do sermão que pregou Frei Fernando de Oliveira Pinto no Te-Deum que se cantou em ação de graças pelo benefício de ficar esta cidade livre do contágio da conjuração mineira, na Ordem Terceira do Carmo no dia 26 de abril de 1792, e as instruções que teve para isso do respectivo Bispo”;
  - 7) solicitar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro “cópia de todos os atos relativos à conspiração mineira de 1789 existentes no seu arquivo, bem como o que constar das

---

(94) Consta na RIHGB que o Instituto recebeu um officio do Rev. Ministro Provincial do Convento de Santo Antônio em resposta ao enviado em 5 de janeiro pela Secretaria do IHGB. Em seu officio, o Rev. Ministro afirmou que nada existia “da correspondência pública ou reservada entre as autoridades civis e eclesiásticas, acerca das confissões dos indivíduos comprometidos na conjuração de Minas (...) sendo baldado o cuidado que teve em folhear os livros do Ponto Geral, e dos diferentes conventos da provincia, oferecendo ao mesmo tempo os arquivos do convento aos membros do Instituto que desejarem consultá-lo.” A respeito, ver: “2<sup>a</sup> Sessão em 25 de maio de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro:1860, tomo 23, p. 613 – 614.

(95) O Instituto recebeu a resposta de seu officio à Ordem Terceira; nela afirmavam que não existiam “na secretaria da ordem ou nos seus arquivos, as cópias pedidas pelo Instituto em officio de 5 de janeiro próximo passado, acerca de quaisquer ordens dadas pelo vice-rei L. de Vasconcellos quando mandou praticar no edificio do hospital da mesma ordem alguns segredos para as pessoas incomunicáveis da conjuração mineira de 1789.” A respeito, ver: “3<sup>a</sup> Sessão em 8 de junho de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, p. 622.

atas do antigo senado relativo ao mesmo objeto desde 1789 até 1792.”<sup>(96)</sup>

No final dessa mesma sessão foram abertas as inscrições para a leitura de trabalhos para o ano seguinte. Sete sócios do IHGB se inscreveram, entre eles, o Cônego Fernandes Pinheiro, Caetano Figueiras e Joaquim Norberto. Este último apresentou a primeira versão do seu trabalho da seguinte maneira: *A conspiração mineira – Estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional, baseados em documentos oficiais existentes na Secretaria do Império – J. Norberto de Souza Silva.*

Antes do trabalho de Joaquim Norberto, a Conjuração Mineira já havia sido objeto de alguns poucos estudos, inserida somente em obras gerais de história, como é o caso do texto de Sir George Stauton (1798), do historiador inglês Robert Southey (cuja primeira edição, em Londres, surgiu entre 1810 e 1819), de Charles Ribeyrolles (1859), e do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857).

Podemos observar como foram poucos os estudos que trataram o movimento da Conjuração Mineira, ainda no período colonial e também no início do Império, sendo a maior parte escrita por autores estrangeiros. De acordo com Afonso Arinos de Melo Franco, isso demonstrou não somente a violência com que foi reprimido o movimento, como também o seu significado político. Foi

*“(…) uma espécie de terror póstumo que cercou a rebelião nati – morta, uma verdadeira onda de pânico que, naqueles tempos de absolutismo, fazia com que o assunto da Inconfidência fosse cuidadosamente evitado da órbita de*

---

(96) O 2º Secretário do IHGB Caetano Alves de Sousa Figueiras, na primeira sessão do Instituto, em 11 de maio de 1860, fez ver que havia recebido um ofício do “presidente da Ilma. Câmara Municipal, Dr. João de Oliveira Fausto, em resposta ao ofício que o Instituto lhe dirigiu em 5 de janeiro último, sobre a remessa do que houvesse no arquivo da mesma Câmara, respeito à conjuração mineira, e o que constasse dos atos do antigo senado sobre o mesmo objeto (...) e remetendo, em solução à exigência do Instituto, as cópias da vereação de 21 de abril de 1792, em que se deliberou fazer cantar missa festiva e Te-Deum por se ter descoberto a conspiração antes de sua execução, sem que nela fossem manchados os povos desta capital.” Sobre esse ofício, ver: “1ª Sessão em 11 de maio de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, p. 607.

*ação dos cronistas e pesquisadores prudentes. (...) na vida do povo brasileiro, o drama mineiro, como uma lembrança má, levou muitos anos comprimido nos desvãos da lenda, da tradição oral, ou dos escritos clandestinos e disfarçados, sem poder subir até a superfície livre da análise histórica. (...)*”(97)

Dessa forma, de acordo com Luciano Figueiredo, que teve por base as pesquisas de Márcio Jardim, “o primeiro registro a respeito da Inconfidência Mineira dataria de 1798 na obra *An Authentic Account of an Embassy From the King of Great Britain to the Emperor of China*, editada em Londres, em 3 volumes,(...)”.(98) De acordo com Mathias, George Staunton – secretário do Conde de Macartney, primeiro embaixador inglês na China, que passou com sua comitiva pelo Rio de Janeiro em 1792 – recolheu informações e escreveu seu texto poucos anos depois. Segundo Mathias, a parte referente à Conjuração Mineira “encontra-se nas páginas 184/185, do vol. I”, em edição de dois volumes, com data de 1798.

Em busca de maiores informações sobre esse texto, nos deparamos com uma publicação de Herculano Gomes Mathias na Revista do IHGB, com cerca de 60 documentos referentes à Conjuração Mineira, alguns com informações inéditas e que podem auxiliar os estudiosos do movimento mineiro. Entre esses documentos encontram-se o que ele considerou como sendo as primeiras linhas sobre a Conjuração Mineira impressas na Europa.(99)

Para a Revista do Instituto Histórico, H. Mathias apresentou tanto o documento original, em inglês, quanto uma tradução sua. O pequeno texto refere-se à Conjuração Mineira dizendo que havia um espírito de revolta

*“(...) do povo, irritado com as duras medidas impostas a ele pelo*

---

(97) A respeito, ver: Afonso Arinos de Melo Franco. *Terra do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, p. 5.

(98) Cf.: Luciano Figueiredo. *Painel Histórico...*, p. XLV, nota 9.

(99) Cf.: Herculano Gomes Mathias. “Novos documentos sobre a Inconfidência Mineira”. **RIHGB**, Rio de Janeiro: a 153, n.º 375, abr./jun. 1992, pp. 114 – 194.

*modesto país (Portugal), levaram, não há muito tempo a uma conspiração em Minas Gerais, notável, por que alguns dos principais funcionários do Governo nessa Capitania, tanto leigos como sacerdotes, participaram dela. (...)* (100)

Seguindo nessa análise, podemos então observar que o primeiro trabalho de fôlego, sobre o movimento ocorrido nas Minas Gerais, foi a obra de Joaquim Norberto de Souza Silva, *História da Conjuração Mineira*. Em nota, no seu recente trabalho, o historiador João Pinto Furtado complementou essas informações declarando o pioneirismo norbertino. Furtado afirmou que nos meados do Império surgiram os

*“(...) primeiros estudos monográficos de fôlego empreendidos sobre o tema que nos ocupamos. Embora tendo sido mencionado inúmeras vezes em compêndios gerais e obras não dedicadas exclusivamente ao tema, o movimento de 1789 em Minas não conheceu até 1860 estudos que o tomassem como tema central ou exclusivo. Foi naquele ano de 1860, que Joaquim Norberto de Souza e Silva deu início às primeiras leituras (...).”*(101)

A obra *História da Conjuração Mineira* é importante porque criou uma nova tradição, deu um novo significado ao movimento das Minas Gerais, e é a partir desse trabalho, que novos estudos surgiram e, ainda hoje, é utilizado como fonte por inúmeros pesquisadores que se dedicam aos estudos da Conjuração Mineira. Portanto, ele pode ser

---

(100) Na seqüência, o texto destacava também que, com exceção do vice-rei, os outros funcionários não se viam obrigados a retornar à Europa, e assim mesmo sendo portugueses por nascimento, “em breve tempo trocavam a afeição pela pátria, em favor de um apego ao país em que estavam servindo e onde deveriam provavelmente findar seus dias; (...)”. Idem, *ibidem*, pp. 186 - 187.

(101) Cf.: João Pinto Furtado. *Inconfidência Mineira: história e diálogo com a historiografia*. 2000, Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 44, nota 53.

considerado como sendo o **discurso fundador** dessa historiografia.<sup>(102)</sup>

Se a noção de discurso fundador, por nós apreendida como tal, representa o fato de ele dar um novo significado a um discurso anterior, gostaríamos, nesse momento, de apresentar alguns novos aspectos do discurso produzido por Joaquim Norberto, comparando-o em alguns momentos a determinados historiadores, como Varnhagen, quando estes também trataram da Conjuração Mineira, lembrando que o próprio Norberto afirmou ter lançado “os olhos pelas páginas de nossos historiadores que tiveram de julgar essa conjuração patriótica.”<sup>(103)</sup>

Quando confrontamos os trabalhos de alguns dos historiadores que trataram do movimento acontecido nas Minas Gerais, devemos observar que, por exemplo, tanto autores como Varnhagen ou como Southey estavam preocupados em escrever uma ampla história do Brasil e, para eles, o movimento da conjuração nada mais foi do que um fato a mais para ser descrito no intuito de ilustrar o processo de formação de uma nação chamada Brasil. Por outro lado, Joaquim Norberto escreveu um extenso trabalho valorizando extremamente esse acontecimento da nossa história.

A *História da Conjuração Mineira* é obra pioneira, visto ter utilizado, pela primeira vez, a mais importante fonte primária existente sobre o movimento ocorrido em Minas Gerais: os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*. Essa coleção de documentos compõe-se das duas devassas que foram produzidas no Rio de Janeiro (a partir de 7 de maio de 1789) e em Minas Gerais (a partir de 12 de junho de 1789).

Ao utilizar os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*, Joaquim Norberto iniciou um novo caminho para o estudo desse momento da nossa história, ele não

---

(102) A noção de discurso fundador, por nós utilizada, é a noção apresentada por Eni P. Orlandi. Segundo a pesquisadora, o discurso fundador “(...) cria uma nova tradição, ele resignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra(...)” Orlandi também nos chama a atenção, com base nas idéias desenvolvidas por Foucault, que um ‘discurso’ se torna um **discurso fundador** “(...) quando os autores não são apenas autores de suas obras (...)” mas quando tornam possíveis as formações de outros textos que terão como base o que o autor escreveu. A respeito, ver: Eni Puccineli Orlandi. “Vão surgindo os sentidos”. In: Eni Puccineli Orlandi (org.) *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas/SP: Ed. Pontes, 1993, pp. 13 e 24.

(103) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 13.

utilizou apenas a sentença dos juizes, mas consultou todo o processo, toda a Devassa.<sup>(104)</sup> Ele considerava essa atitude muito importante, visto que até aquele momento “julgava-se com os juizes, jurava-se em suas palavras sem ouvir-se os implicados (...) sem dar-se a esse drama (...) os seus autores com seus caracteres e fisionomias, com seus pensamentos e palavras (...)”. Para Joaquim Norberto era necessário dar voz aos acusados, pois dessa forma teríamos uma visão mais abrangente da revolta das Minas Gerais.<sup>(105)</sup>

Por ter utilizado pela primeira vez os *Autos da Devassa...*, que se tornaram até mesmo a sua primeira e mais importante fonte, Joaquim Norberto, nos dizeres de Luciano Figueiredo, transformou sua obra no “verdadeiro marco que reinaugurou a historiografia da Conjuração, sobretudo por revelar movimentos e ações inexistentes nas obras de seus antecessores.” Figueiredo afirmou também que, se a historiografia da época não reconhecia a importância do movimento mineiro, com a “descoberta dos autos, sua apropriação e divulgação”, foi obrigada a fazê-lo. “Densamente documentada, a obra de Joaquim Norberto Souza Silva abria definitiva e irreversivelmente caminhos de investigação. Pode-se dizer que aí começava a historiografia da Conjuração.(...)”<sup>(106)</sup>

O historiador da Conjuração Mineira, no início do seu livro, nos informava lamentando que, mesmo trabalhando na Secretaria do Império, ele não conseguira ter acesso ao conjunto completo das Devassas, pois faltavam a sentença e alguns apensos, como já foi dito anteriormente. Mas, mesmo assim, essa documentação era de extrema importância para seu trabalho.

Outro comentário que, da mesma forma, demonstrou a originalidade do texto norbertino, foi escrito na década de 1970, por José Honório Rodrigues. Este salientou, em sua obra *História, corpo do tempo*, o pioneirismo de Joaquim Norberto:

*“A História da Conjuração Mineira escrita por Joaquim Norberto de*

---

(104) Segundo J.P. Furtado esse “corpus documental”, que constitui os ADIM, sofreu um processo de seleção por parte da historiografia que utilizou-o como fonte. Esse tipo de seleção deu origem a um “processo de transformação, também das fontes, em monumento de memória.” Cf.: João Pinto Furtado, op. cit., p. 79.

(105) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 11 – 12. A maneira como Joaquim Norberto trabalhou com as fontes e destacou algumas personagens será tratada no próximo capítulo.

(106) Cf.: Luciano Figueiredo, op. cit., p. XXII.

*Souza e Silva tem muitos méritos. Foi a primeira obra orgânica sobre o movimento, a primeira baseada em pesquisas metódicas, na consulta aos Autos da Devassa e outros documentos, desfez o caráter mitológico do acontecimento e deu-lhe um aspecto histórico, isto é, crítico, reflexivo e analítico.(...)”*(107)

José Murilo de Carvalho também reafirmou o encontro de Joaquim Norberto com suas principais fontes. De acordo com Carvalho, o historiador da Conjuração “descobriu os Autos da Devassa nos arquivos da Secretaria. Chegaram-lhe também às mãos a Memória de autor anônimo e o depoimento de Penaforte. Era uma autêntica revolução no estudo da Inconfidência.”(108) Podemos observar, nesse momento, que a *Memória* foi doada ao IHGB por Varnhagen, e o depoimento do *Frei Penaforte* foi doado ao Instituto pelo próprio Norberto.

Ainda na seqüência dessa afirmação podemos, por exemplo, citar mais uma vez as palavras do historiador José Murilo de Carvalho, quando este afirmou que Joaquim Norberto por revelar

*“(...) importantes documentos até então desconhecidos, a obra de Norberto tornou-se ponto de referência obrigatório nos estudos da Inconfidência que vieram posteriormente, seja para elogiá-la, seja para criticá-la.(...)”*(109)

Luciano Figueiredo, por sua vez, ao montar um “Painel Histórico” sobre a conjuração e suas principais personagens, apresentou as leituras que se transformaram em fontes da *História da Conjuração Mineira*. Referindo-se ao trabalho realizado por Joaquim Norberto, destacou o fato deste ter utilizado como fonte primordial de seu estudo, pela primeira vez, os Autos da Devassa: “(...) Nesse novo aparelhamento – diz ele – reside o destaque para o seu trabalho, podendo merecer o justo título de primeiro historiador da

---

(107) Cf.: José Honório Rodrigues. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976, p. 92.

(108) A respeito, ver: José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 62.

(109) Idem, *ibidem*.

Conjuração.”<sup>(110)</sup>

Ao agruparmos essas informações, percebemos que um considerável número de pesquisadores, das mais diversas linhas, reconhecem Joaquim Norberto como o autor responsável por uma das obras matrizes da Conjuração Mineira. Observamos ainda que, dentre esses pesquisadores, vários estão muito mais ligados à literatura do que à história. E, com base em nossas pesquisas, gostaríamos de completar essa informação, acrescentando que Joaquim Norberto escreveu, na verdade, o **discurso fundador** da conjuração mineira.

Brito Broca, ao tecer alguns comentários sobre o texto norbertino, pouco tempo após a publicação da segunda edição da *História da Conjuração Mineira*, afirmou haver considerado positivamente essa reedição, visto que a primeira “tornara-se uma absoluta raridade bibliográfica”, mas lamentava o fato da nova publicação não ter suscitado nenhum comentário mais profundo por parte daqueles que se entregam “aos estudos dos problemas históricos.”<sup>(111)</sup> Broca afirmou, ainda, que gostaria de deixar registrado que esse texto, por possuir alguns “erros e defeitos de visão”, ao ser editado provocou “os mais vivos protestos” – muito mais acalorados devido a pintura que Norberto fez de Tiradentes – principalmente entre aqueles, inúmeros, que desconheciam os Autos. “Aos seus opositores respondia, no entanto, o historiador, com os documentos. Eles ali estavam para ser examinados; nada afirmara que não fosse rigorosamente baseado nos textos.” Brito Broca citou dois contundentes críticos de Norberto, os historiadores mineiros Diogo de Vasconcelos e Machado de Castro. <sup>(112)</sup>

---

(110) Cf.: Luciano Figueiredo, op. cit., p. XXI

(111) A respeito, ver: Brito Broca. “A *Conjuração Mineira* Joaquim Norberto”. In: \_\_\_\_\_. *Machado de Assis e a Política, mais outros estudos*. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1983, pp. 270 – 274. Seria interessante fazermos um pequeno parênteses sobre o fato da *História da Conjuração Mineira* ser uma raridade bibliográfica, essa informação é ainda mais verdadeira hoje, por ser relativamente difícil o acesso à obra. Tanto nas bibliotecas Central e do Instituto de Ciências Humanas, da Unicamp, como na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a obra se encontra junto às obras raras, com um número muito reduzido de exemplares da primeira edição.

(112) De acordo com Brito Broca, nesse texto publicado pela primeira vez em 1950, Diogo de Vasconcelos afirmava que J. Norberto lera todas as fontes “mas não soubera ler, lera errado.” Machado de Castro publicara um texto na *Revista do Arquivo Público Mineiro* para ‘corrigir’ os erros de Norberto. Cf.: Brito Broca, op. cit., p. 271.

Podemos também observar que em sua primeira edição essa obra norbertina foi recebida com diferentes reações. De alguns representantes da diretoria do IHGB, como era de se esperar, Joaquim Norberto recebeu somente elogios e por parte de um outro grupo, mesmo dentro do IHGB, recebeu severas críticas. O próprio Norberto, ao se referir ao acolhimento que seu texto teve, também observou que a *História da Conjuração Mineira* foi em seu aparecimento saudada por uma bateria de aplausos e reprovações.”<sup>(113)</sup>

Assim, voltando um pouco mais no tempo, pudemos perceber que durante a Sessão Magna Aniversaria de 1860, o então segundo secretário do IHGB, Caetano Alves de Sousa Filgueiras, ao ler seu relatório, onde fazia um balanço geral das atividades realizadas durante o ano, afirmou que o Instituto esperava ansioso, havia um ano, pelos resultados da pesquisa norbertina sobre “o drama imponente da conspiração mineira do alferes Tiradentes. Sua expectativa foi satisfeita com a leitura da primeira parte da magistral memória.” Dessa forma, Joaquim Norberto “pagou pois o tributo a que se obrigara para com o Instituto, quando inscreveu-se nas leituras que deveriam ter lugar no ano social, cujas sessões relaciono.”<sup>(114)</sup>

Treze anos mais tarde, quando a *História da Conjuração Mineira* veio a público em sua primeira edição, o Cônego Fernandes Pinheiro referiu-se ao texto norbertino em seu relatório de fim de ano para o IHGB. O secretário do Instituto afirmou ter realizado uma atenta leitura do texto, no qual, segundo ele, Norberto demonstrou “o contágio da grande idéia da independência nacional levada por Maciel as auríferas terras que sombreiam o Itacolomi e o Itatiaia, penetrando com uma réstia de sol no modesto

---

(113) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., v. II, p. 229.

(114) Filgueiras afirmou também que Joaquim Norberto, preocupado em realizar “uma história conscienciosa e baseada nos preciosos monumentos que tinha à sua disposição, não esqueceu nota”, nem data. Para encerrar seus comentários o secretário do IHGB se referiu ainda ao público: “quando o público vir na Conspiração Mineira o fruto suado de um profundo e pertinaz estudo, reconhecerá nele o infatigável e ilustrado autor das monografias sobre o descobrimento do Brasil (...) sobre as Brasileiras Célebres e sobre a história da literatura brasileira.(...)” A respeito das informações sobre Joaquim Norberto presentes no relatório do secretário do IHGB, ver: “Sessão Magna Aniversaria. Relatório do Segundo Secretário Caetano Alves de Sousa Filgueiras.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: 1860, tomo 23, pp. 677 – 682.

cenáculo de Vila Rica, (...)”<sup>(115)</sup>

E um pouco mais adiante, em seu relatório, Pinheiro nos demonstrou que realizou uma leitura interessante do que circulava entre os membros da ‘cidade letrada’. O primeiro secretário do IHGB se manifestou afirmando que quaisquer “que sejam os dissentimentos que possam por ventura aparecer sobre as apreciações e conclusões do autor, é fora de dúvida, que prestou ele com a publicação da” obra, mais um serviço para as letras brasileiras.<sup>(116)</sup>

O Cônego Pinheiro estava certo, essas críticas não tardaram a aparecer, o que levou nosso historiador a publicar, anos mais tarde, também nas páginas da Revista do Instituto, um artigo no qual tentava se justificar. No texto *O Tiradentes perante os historiadores oculares do seu tempo*, Norberto explicou o fato de não ter respondido, mais cedo, às críticas que lhe impuseram porque, como autor, entendeu que devia se abster frente à polêmica que estava acontecendo enquanto não observasse seu juízo “formalmente destruído e substituído por outro de melhor peso, senso e valia.”<sup>(117)</sup>

Norberto chegou mesmo a afirmar que as críticas menores ele deixou de lado, porque acharam somente pequenos senões em seu trabalho. Mas outras duas críticas

*“(...) mais extensas tornaram-se notáveis, uma pela exageração, outra pela moderação de sua linguagem. Desprezei a primeira, que saiu na República, não tendo concluído a sua leitura, e tratava de responder à segunda, publicada na Reforma (...). O seu autor, que se assinava Um Mineiro, chamou à minha pobre produção, não sei com que visos de ironia - livro do literato do*

---

(115) De acordo com nossas observações percebemos que Norberto também defendia a idéia de que o jovem Maciel ‘contaminou’ Minas Gerais com as idéias que ele trouxe da Europa. Sobre o relatório anual do Cônego Pinheiro, ver: “Sessão Magna Aniversaria. Relatório do Primeiro Secretário Cônego J. Caetano Fernandes Pinheiro”. RIHGB, Rio de Janeiro: 1873, tomo 36, parte II, p. 619.

(116) Idem, ibidem.

(117) Esse texto norbertino também foi publicado na segunda edição da *História da Conjuração Mineira*, de onde foram retiradas essas informações. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., v. II, p. 229.

Indignado e sem compreender bem o porquê dessa qualificação, Joaquim Norberto continuou comentando a crítica – publicada na *Reforma*, e que utilizou quinhentos e vinte e dois centímetros de colunas – que recebeu desse ‘mineiro’; esse “meu ilustrado crítico (...) não devia torcer por vezes o sentido de minhas frases, e concluir dizendo que o meu gosto era todo amesquinhar a inconfidência, (...)”<sup>(119)</sup>

De acordo com Hélio Gravatá, o crítico de Norberto que escreveu na *Reforma* era Cristiano Benedito Ottoni. O historiador mineiro transcreveu um trecho do texto autobiográfico de Ottoni, onde este informava que, em 11 de novembro de 1873, após um período de abstinência da imprensa publicou “na *Reforma* uma série de artigos, vingando a memória do simpático Tiradentes deprimida por Joaquim Norberto(...). Fora ele, com relação ao ilustre enforcado, de escandalosa parcialidade (...). Esse trabalho não sofreu contestação.(...)”<sup>(120)</sup> O próprio historiador da Conjuração afirmou que ao se recolher e não responder imediatamente “a esse tiroteio se proclamou depois a minha derrota! Disseram que convicto das acusações me deixei julgar à revelia!”<sup>(121)</sup>

Joaquim Norberto também se envolveu em outra polêmica. De acordo com José Feliciano, em texto publicado em 1907, Varnhagen tinha um “teiró com Norberto”. Conforme informou em nota, essa “birra literária” entre os dois membros do IHGB surgiu na década de 1850 quando Varnhagen discutia se Bento Teixeira era o autor das obras *Diálogos das Grandezas do Brasil* e da *Prosopopéia*. Varnhagen afirmava que não. E Joaquim Norberto, ao confirmar a autoria de Bento Teixeira, aproveitou o ensejo e criticou Varnhagen, com isso, “tocou ao vivo em seu fraco, sublinhando e lamentando esse estranho modo de rejeitar testemunho sem outro documento além de sua melhor disposição para com

---

(118) *Idem, ibidem.*

(119) *Idem, ibidem, pp. 230 – 231.*

(120) Apud Hélio Gravatá. *Resgate Bibliográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação João Pinheiro, 1998, v. 1, p. 183.

(121) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, v. II, p. 231.

outro autor (...)”<sup>(122)</sup>

Ainda de acordo com José Feliciano, apesar dessa ‘birra literária’, Varnhagen a partir da segunda edição da sua *História Geral do Brasil*, utilizou os textos de Joaquim Norberto como fonte, embora também o criticasse em algumas passagens. Feliciano vai mais longe, afirmando que muitas vezes “Varnhagen visivelmente copia Norberto” ou ainda

“(...) Varnhagen: – não conhecia toda a devassa, todos os depoimentos, não os estudara profundamente, pausadamente e servia-se do Brasil Histórico, e servia-se de Norberto, às vezes em suas mesmas interferências pessoais. Temos pois que as fontes de Varnhagen são M. Morais, confessadamente e J. Norberto, em alusões não confessáveis (...)”.<sup>(123)</sup>

Essa informação é facilmente verificável na obra de Varnhagen, e pode demonstrar um aspecto de divergência entre os procedimentos desse historiador em comparação com J. Norberto. Podemos observar que, por exemplo, Varnhagen dificilmente citava suas fontes e, quando muito, citava as obras consultadas, mas não a autoria das mesmas. Isso ocorreu em diversas notas, quando o historiador afirmou que retirara as informações do *Brasil Histórico*, mas sem citar Mello Morais.<sup>(124)</sup> Esse procedimento é muito diferente do utilizado por Norberto, que sempre fazia questão de demonstrar de forma completa as fontes utilizadas.

Em trabalho anterior à *História da Conjuração Mineira*, Norberto já havia escrito uma outra provocação. Ao final da última nota de sua *Notícia sobre Thomaz Antônio Gonzaga e suas obras*, o historiador fez questão de deixar um recado, que embora

---

(122) Cf.: José Feliciano, op. cit., p. 39.

(123) Idem, ibidem, pp. 39 – 41 e nota 2, p. 39.

(124) Rodolfo Garcia foi quem fez a revisão do texto e complementou as notas, identificando a autoria dos textos. A respeito, ver entre outras, as notas 18, 28 e 36 em: Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 5. ed. integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19 \_\_ ], tomo quarto, pp. 312 – 318.

não possua uma dedicatória, parece-nos que possui um endereço certo, muito provavelmente para o próprio Varnhagen. Norberto, ao se expressar a respeito das fontes por ele utilizadas, afirmou que percorreu os mesmos caminhos anteriormente trilhados por outros biógrafos do poeta árcade. E mais,

*“(...) vi-me na necessidade de basear as minhas asserções nos documentos que possuo ou consultei. Segui em tudo e por tudo a verdade histórica, (...).*

*Resta agora que o meu trabalho seja aproveitado por muitos que se não dignam de citar as fontes em que bebem. Para essas gralhas ficam à disposição mais estas penas de pavão. (...)*”(125)

Em certo momento de sua discussão sobre a Conjuração Mineira, Varnhagen tentou refutar algumas críticas que lhe foram feitas algum tempo após a publicação da primeira edição da sua *História Geral do Brasil*. O membro do IHGB não dirigiu as críticas diretamente a uma pessoa, mas nos parece que, em contrapartida, também estas foram dirigidas, de alguma forma, a Joaquim Norberto. Vejamos, então, uma parte dessa crítica

*“Repelindo, aqui (...), a injusta acusação de havermos sido contraditórios na sucinta narração desse sucesso (...), narração pela maior parte escrita, não pela ouvida das tradições,(...) não consiste o bom critério desta em juntar muitos fatos, nem muitas autoridades, mas sim em apreciá-los devidamente, apurando deles e delas a verdade.”*(126)

Lembremo-nos, ainda, de que o historiador da conjuração mineira fazia uso abertamente da tradição, não desprezando-a quando não fosse possível achar um documento que completasse a lacuna pesquisada. Essa opção pela tradição aparece algumas

---

(125) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Thomaz Antônio Gorzoga.....*, p.113, nota 111.

(126) A respeito, ver: Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 310.

vezes em suas obras. Para exemplificar, podemos citar o momento em que Norberto tentou explicar a antonomásia “Capitânia” do carrasco de Tiradentes. O autor, em nota, afirmou que não falavam “no seu alcunha, nem na sua cor as relações que tenho presentes mas sei-o por tradição.” Ou ainda, no texto em que escreveu uma resposta aos críticos do seu livro, ao comentar sobre as inúmeras fontes utilizadas, ele chegou a afirmar que “nem desprezei a tradição.”<sup>(127)</sup>

Em seu texto, Varnhagen também utilizava informações apresentadas por Joaquim Norberto, mas sem identificar seu autor. Como exemplos podemos observar a nota 42, na qual discordou da informação prestada “por um escritor”. Nesse caso também foi Rodolfo Garcia quem identificou que esse escritor a quem Varnhagen se referia era J. Norberto, utilizando como fonte a *História da Conjuração Mineira*.<sup>(128)</sup>

Podemos ainda utilizar uma outra seqüência do texto de J. Feliciano, no qual este demonstrou que foi Norberto “quem identificou em José Joaquim da Maia o famoso estudante, que em Nimes conferenciava com Jefferson”. Isso foi possível pois Norberto teve acesso a um apenso que compõe os *Autos da Devassa*, especificamente o “Auto de perguntas feitas acerca de uma carta escrita ao ministro dos Estados Unidos, por um estudante do Brasil que se achava em Montpellier”. Nesse auto estão, principalmente, os depoimentos do coronel Francisco Antonio e de Domingos Vidal Barbosa.<sup>(129)</sup>

De acordo ainda com José Feliciano, Varnhagen ao tratar desse mesmo episódio declarou, em nota, que todos “esses fatos constam do auto sumário feito aos presos, em 7 de julho de 1789, (...)” Mas se buscarmos essas informações junto a Joaquim Norberto veremos que Domingos Vidal foi preso somente em 19 de julho de 1789, sendo

---

(127) Esses exemplos podem ser consultados no v. II da *História da Conjuração Mineira*. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., v. II, p. 228 e nota 1193.

(128) Nesse ponto de seu texto Varnhagen está analisando o fato de Alvarenga realmente ter feito, dessa forma, “os votos para que o recém-nascido viesse um dia a empunhar o bastão de governador de sua pátria”, e não ‘fosse convidado a reinar’, como disse um escritor, que pelo nome não perca.” A respeito, ver: Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 319 e nota 42.

(129) Cf.: José Feliciano, op. cit., p. 40.

que o seu interrogatório mais importante ocorreu a 21 de julho de 1790. Para encerrar esses comentários, J. Feliciano afirmou que pelas citações vagas de Varnhagen pode-se perceber que ele “não tinha presente esse auto de Devassa de Minas. No seu tempo esses documentos não eram acessíveis, e por muitos anos, com a Devassa do Rio, estiveram em mãos de Norberto, seu feliz descobridor...”.<sup>(130)</sup>

Mas Feliciano não apresentou somente elogios para com o trabalho de Norberto. Em seu artigo, ele apontou algumas críticas a *História da Conjuração Mineira*, afirmando que Joaquim Norberto chegava muito próximo “do que realmente ocorreu”, quando o assunto não era de seu interesse imediato, mas se apresentava distorcendo leituras para chegar aos seus próprios fins. Feliciano chegou até mesmo a afirmar que adquirira no Rio de Janeiro um exemplar dessa obra e que devia ter pertencido ao próprio Norberto. O livro trazia

“(…) uma nota: ‘Este não o dou a ninguém, e está emendado para nova edição. J. Norberto de S. S.’ As emendas são de pouca monta: são limaduras nos pontos em que Gonzaga devia estar em cena, à custa de estilo e com detrimento da verdade histórica.(…) o que pode caracterizar a progressão com que Norberto ia alterando os documentos, para chegar a seus fins.”<sup>(131)</sup>

Outro autor que também não poupará críticas a Joaquim Norberto, embora assumidamente o utilize como fonte, chegando até mesmo a afirmar que “dele muito nos servimos, no nosso trabalho” foi Lúcio José dos Santos. Em seu livro de 1927, ao se referir à *História da Conjuração Mineira*, afirmou que o “o valor literário é pequeno. A maneira de escrever de Joaquim Norberto não condiz com a majestade da História. Há preocupações de estilo verdadeiramente contraproducentes.” Lúcio José chegou também a

---

(130) Idem, ibidem. A respeito das informações apresentadas por Varnhagen, ver: Francisco Adolfo de Varnhagen, op. cit., p. 306, nota 1. E, também: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 82 e 86, notas 869 e 884. Joaquim Norberto cita também o *Interrogatório de 21 jul. 90. Ap. 17, Dev. do R. J.*

(131) Cf.: José Feliciano, op. cit., p. 48.

afirmar que, após assinalar alguns problemas, pôde concluir que o representante do IHGB era “parcial e injusto, não apenas relativamente ao Alferes Tiradentes, mas em se tratando de outros personagens ou de outros fatos. Para ele, os Juizes são cruéis, os carcereiros estúpidos, os confessores hipócritas.”<sup>(132)</sup>

Mas, mesmo com esses senões, Lúcio dos Santos considerava a *História da Conjuração Mineira* uma obra de grande valor, já que seu autor “coordenou e examinou uma grande massa de documentos, preparando uma obra que, pelo fato mesmo de ser a causa de muitas controvérsias, provocou novos estudos sobre o assunto e lhes deu a devida importância.”<sup>(133)</sup>

Distanciando-nos de Lúcio dos Santos, veremos um outro trabalho que também traçou alguns comentários sobre a citada obra norbertina, além de utilizá-la como fonte. Estamos nos referindo ao já clássico livro de Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*. Frieiro assumiu que possuía uma “certa prevenção” contra a obra de Joaquim Norberto, oriunda de “extemporâneos melindres chauvinistas. E contra ele, como escritor. Norberto (...) havia entrado depois de sua morte, numa zona de relativo desfavor e esquecimento, do qual só agora começa a emergir. (...)”<sup>(134)</sup>

Nesse momento, podemos observar que Eduardo Frieiro levantou uma questão interessante. Referimo-nos ao fato de que um número considerável das críticas recebidas por Norberto ocorreram após a sua morte, coincidentemente também, após a ascensão do regime republicano, quando muitos dos membros do IHGB resolveram se ‘retirar’, momentaneamente, no cenário nacional.

Poderíamos fazer, nesse momento, uma pequena observação. Em 1989, a Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, publicou pela revista *Análise & Conjuntura*, uma série de textos referentes à efeméride que marca a Conjuração Mineira. Entre esses textos, Márcio Jardim participou com um denominado *Historiografia da Inconfidência*

---

(132) A respeito, ver: Lúcio José dos Santos. *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1927, pp. 60 e 64.

(133) Idem, ibidem p. 64.

(134) Cf.: Eduardo Frieiro. *O Diabo na Livraria do Cônego. Como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1957, pp. 141 – 142.

*Mineira*, em que realizou uma crítica que de uma forma muito intensa marcou a obra de Joaquim Norberto. Essa crítica clássica já foi repetida inúmeras vezes por autores que desejam fazer um balanço historiográfico do movimento ocorrido nas Minas Gerais.

De acordo com Márcio Jardim, a obra de Norberto

*“(...) tem importância capital no estudo da historiografia do movimento revolucionário de 1789. Partidário decidido da monarquia e amigo pessoal do Imperador, ocupando cargo na Secretaria de Estado, JOAQUIM NORBERTO não estava em posição própria para ser imparcial no relato da história. Foi um trabalho quase ‘encomendado’ para diminuir a crescente aspiração republicana da segunda metade do século XIX. (...) O livro, porém, é de reconhecer, tinha fôlego, (...)”*<sup>(135)</sup>

As idéias de um trabalho encomendado e do anti-republicanismo de Joaquim Norberto foram observadas também por outros autores, como Fábio Lucas e Maria Efigênia. De acordo com Fábio Lucas, a tradição depreciativa do movimento mineiro e de seu líder foi “gestada durante o período imperial, mormente através da obra de Joaquim Norberto.”<sup>(136)</sup>

Ao estudarmos os trabalhos produzidos no IHGB, tanto por Joaquim Norberto quanto por outros historiadores do mesmo período, observa-se que esta questão da

---

(135) A respeito, ver: Márcio Jardim. “A Historiografia da Inconfidência Mineira.” *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez 1989.

(136) Fábio Lucas também afirmou que os “(...) áulicos da Corte, por dever de cortesia ao Imperador, ou silenciavam sobre o episódio da Inconfidência, ou a tratavam com desinteresse ou, mesmo com desprezo. Tal é o caso de Joaquim Norberto de Souza Silva, cuja História da Conjuração Mineira, (...) está eivada de sentimento anti-republicano, pois era convictamente monarquista e de uma hostilidade irreprimível contra o Alferes Tiradentes.” A respeito, ver: Fábio Lucas, op. cit., p. 159. Pensando nessa questão de “trabalho quase encomendado”, é interessante observarmos a leitura que Maria Efigênia Lage de Resende fez de alguns textos produzidos no IHGB. De acordo com a pesquisadora, a história do Brasil e, portanto, a história da Conjuração Mineira, enquanto “aprisionada nos limites do IHGB”, foram tratadas “com a chancela da monarquia.(...)” Cf.: Maria Efigênia Lage de Resende. “Inconfidência Mineira: leituras e releituras....”, p. 88.

‘quase encomenda’ de trabalhos traz algumas sérias repercussões. Em 1992, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro editou uma série de artigos como comemoração do aniversário da morte do Alferes Joaquim José. Dentre esses artigos, diversos citam, de uma forma ou de outra, o trabalho de Joaquim Norberto. Alexandre Miranda Delgado escreveu um desses artigos e ao se referir ao texto *História da Conjuração Mineira*, afirmou que esse

*“(...) trabalho, que acreditamos tenha sido escrito animado de boa fé e honesto espírito crítico, serviu para divulgar a História do movimento, mediante um estilo literário inspirado, bem redigido, (...) Por outro lado o livro serviu para causar ao seu autor agressões morais, por ter negado valor à conspiração como movimento revolucionário e especialmente ao seu líder natural. Sua obra é até hoje objeto de críticas acerbas.”*(137)

Embora concordemos com a forma com que Alexandre M. Delgado apresentou a obra maior de Norberto, não podemos deixar de fazer uma ressalva. Ao nosso ver, as muitas críticas que Norberto recebeu não foram “por ter negado valor à conspiração como movimento revolucionário.” Na nossa opinião, essas críticas ocorreram, exatamente, por ter dado muito mais valor ao movimento em si do que ao papel desempenhado por Tiradentes dentro do movimento, como será comentado no próximo capítulo ao trabalharmos com as personagens norbertinas da conjuração mineira. No entanto, por hora, cabe observar que, para nosso historiador, o movimento da conjuração mineira foi consideravelmente importante pois demonstrou, para ele, que já existia no Brasil do séc. XVIII um sentimento de brasilidade e de pertencimento.

---

(137) Cf.: Alexandre Miranda Delgado. “A historiografia da Conjuração Mineira.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: a 153, n.º 375, abr./jun. 1992, p. 69.

Outro artigo que apresentou comentários sobre a maior obra norbertina, nessa mesma revista, é de autoria de Herculano Gomes Mathias, que também fez uma ressalva sobre as inúmeras críticas recebidas pelo membro do IHGB, após a publicação de seu texto. De acordo com Mathias, ao contrário do que muitos críticos pensavam, cabe destacar que a *História da Conjuração Mineira* “não se tratava de publicação editada pelo IHGB, que apenas proporcionou ao autor a consulta ao seu arquivo e onde foi feita a leitura iniciada em 1860 e interrompida pouco tempo depois” pelo próprio Norberto, que esperava outros documentos para a continuação de suas pesquisas<sup>(138)</sup> Para completar essa informação podemos lembrar que o trabalho de Joaquim Norberto sobre o descobrimento do Brasil foi estabelecido por D. Pedro II em uma das sessões do Instituto Histórico, mas esse não é o caso da *História da Conjuração....*, embora ele, enquanto representante da ‘cidade letrada’, e do IHGB especificamente, não fugiu das características dos representantes do instituto histórico.

Ainda, para fazer uma pequena ressalva à afirmação de H.G. Mathias, podemos dizer que, na verdade, o auxílio prestado pelo IHGB não foi somente o fato do Instituto ter facilitado o acesso aos seus arquivos, mas também ter facilitado o acesso a toda uma rede de pesquisadores que freqüentavam e desenvolviam atividades nos mais diferentes arquivos, tanto na capital do império, quanto em Minas Gerais ou até mesmo no exterior.

Sabe-se, contudo, que a leitura do texto sobre a Conjuração Mineira foi interrompida devido ao fato de que Norberto estava à espera de novos documentos necessários para a complementação de seu texto, como foi o caso, por exemplo, das propostas apresentadas ao IHGB pedindo documentos aos quais Norberto não tivera acesso anteriormente. Ou, talvez, podemos citar também o requerimento apresentado junto ao governo imperial requisitando que o “ministro plenipotenciário” do império brasileiro designado junto ao governo dos Estados Unidos buscasse informações sobre uma possível

---

(138) Herculano Gomes Mathias. “A documentação da Inconfidência Mineira.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: a. 153, n.º 375, abr./jun., 1992, p.93.

comunicação entre Jefferson e o seu encontro com Maia, nas ruínas de Nimes.<sup>(139)</sup>

É interessante ressaltar o fato de que, mesmo para os críticos severos da obra norbertina, esta apresentava importância, quer em seu pioneirismo, quer no destaque que deu à Conjuração Mineira em um momento em que os primeiros românticos buscavam ‘construir’ a história do nosso país, ainda sob a regência imperial. Ao se apresentar como pioneiro na discussão sobre o movimento ocorrido nas Minas Gerais, utilizando documentação até então inédita e sendo ainda hoje fonte para uma série considerável de trabalhos, quer para elogiá-lo, quer para criticá-lo, devemos, por tudo isso, ressaltar que o trabalho de Joaquim Norberto representa o **discurso fundador** da conjuração mineira.

---

(139) A referida proposta de Joaquim Norberto junto à diretoria, lida e aceita em agosto de 1860, foi a seguinte: “Proponho que se peça ao nosso ilustre consócio o Sr. Miguel Maria Lisboa, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Império junto à república Norte Americana, que se digne a examinar o destino que teve a comunicação feita ao congresso daquela república por Thomaz Jefferson a respeito do que se passara entre ele e José Joaquim da Maia no dia 2 de outubro de 1786, nas ruínas de Nimes acerca da independência do Brasil, como se vê não só da correspondência do mesmo Thomaz Jefferson como da devassa a que se procedeu na província de Minas Gerais no ano de 1789. Sala das Sessões do Instituto Histórico no paço imperial da cidade, em 30 de agosto de 1860.” Cf.: “9<sup>ª</sup> Sessão Ordinária em 31 de agosto de 1860.” RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 23, p. 640.

### **CAPÍTULO 3: HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO MINEIRA**

*“(...) Antes porém de ouvir a condenação da justiça daqueles tempos de trevas e ignorância, ouçamos a voz dos presos, as míseras vítimas interrogadas pelos seus juizes, os quais se compraziam com a causteridade de algozes.”*

*Joaquim Norberto de Souza Silva  
História da Conjuração Mineira*

## Conjuração X Inconfidência sob o olhar de Joaquim Norberto

Inicialmente gostaríamos de fazer uma pequena reflexão a respeito dos vocábulos **conjuração, conspiração e inconfidência** na obra fundadora de Joaquim Norberto de Souza Silva. Para tanto, nos preocupamos em observar algumas referências historiográficas que de certa forma trataram ou que, em sua maioria, não deram importância para a utilização desses vocábulos.

Neste momento, parece-nos importante destacar uma observação feita pela pesquisadora Eni P. Orlandi. Em seu texto, *Vão surgindo os sentidos*, ela comentou a importância de se denominar os acontecimentos ou os objetos, quando tratamos algo que não nos é familiar, pois é preciso nomear para dar sentido. Essa necessidade, para a pesquisadora, se justifica no fato de ser “preciso dar nomes, tornar visível, esclarecer (clarear) e domesticar o acontecimento que era esse encontro com o desconhecido (...) dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios (...)”, assim ao se denominar o movimento ocorrido nas Minas Gerais buscou-se dar sentido ao acontecimento.<sup>(1)</sup>

Essa questão também foi abordada por José Honório Rodrigues, que destacou a importância de se conhecer como algumas palavras, principalmente as que são carregadas de sentido político, adquiriram certo significado com o passar do tempo.

Assim, ao procurarmos a ou as formas como alguns historiadores se referiram ao movimento que se armou em Minas Gerais, observamos a formação de praticamente dois grupos. Um conjunto de historiadores, que, embora percebam a necessidade de uma escolha, utilizam uma série de diferentes denominações para o movimento, ficando-nos a impressão de que existiu uma certa dificuldade para se decidir qual a melhor, ou a mais correta referência. Por outro lado, temos um grupo de historiadores que não viram obrigatoriedade nenhuma em se discutir a denominação do movimento.

---

(1) Cf.: Eni Puccinelli Orlandi. “Vão surgindo os sentidos” In: Eni Puccinelli Orlandi (org.) *Discurso Fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas/SP: Ed. Pontes, p. 15.

Além disso, pudemos observar também que essa discussão não vem adquirindo novos adeptos entre os atuais historiadores, embora continue a ocorrer, de forma menos intensa, entre os estudiosos da história literária.

Mas, retrocedendo no tempo, e contemplando os estudos dos historiadores do séc. XIX, observamos que para Southey, por exemplo, em seu texto sobre a história do Brasil, o movimento mineiro foi uma **conspiração**, uma maquinação, nada mais do que uma intriga<sup>(2)</sup>: “(...) Alguns meses duraram estas maquinações, em que se acharam implicadas pessoas de considerável influência e elevada posição social (...)”.<sup>(3)</sup>

Mas, talvez tenha sido Varnhagen o historiador que teve maiores dificuldades em definir os acontecimentos em Minas Gerais. Para ele, o movimento nada mais era do que uma conversação hipotética, um conluio, sem que o mesmo fosse precedido de quaisquer conciliábulos, tanto que o capítulo em que tratou do movimento tem como título: “*Idéias e conluios em favor da independência de Minas*”.<sup>(4)</sup> Ele se referiu ao movimento afirmando que custava-lhe:

“(...) até o dar-lhe o nome de *conspiração*; (...). Não houve, porém, *conjurados* ou *conspirados* ajuramentados em regra; não foi a *resolução*

---

(2) De acordo com o dicionário Novo Aurélio – séc. XXI, o termo **conspiração** pode ser definido como sendo o “ato ou efeito de conspirar, maquinação, trama,” tendo como sinônimo: “conluio secreto”. A respeito, ver: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Aurélio séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa* 3. ed. – totalmente revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 535.

(3) Cf.: Robert Southey. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, [19\_\_], v. 3, p. 372.

(4) **Conluio**: “Combinação entre duas ou mais pessoas para lesar outrem, maquinação, trama, conspiração (...)”. Cf.: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, op. cit., p. 531. Podemos ainda destacar a definição de Antônio de Moraes Silva: “(...) trato de dois, ou mais, para fraudarem, e iludirem um terceiro, ou a disposição legal, (...)”. Cf.: Antônio de Moraes Silva. *Dicionário da Língua portuguesa dos vocabulários impressos até agora e nesta Segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ...* Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 448. Por outro lado, **Conciliábulos** representa: “(...) Assembléia secreta, de intenções malévolas. Conluio, conventículo. (...)”. Cf.: Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, op. cit., p. 520.

*precedida de conciliábulos tenebrosos (...) na única reunião, em casa do tenente coronel Andrada, em fins de 1788 ou princípios de 1789, que teve um pouco mais aparência do verdadeiro conventículo ou conluio, (...)”*<sup>(5)</sup>

Podemos observar nessa idéia de Varnhagen que, para o historiador, as personagens do movimento ocorrido nas Minas Gerais estiveram envolvidas, na verdade, em assembléias de intenções malévolas ou, pelo menos, em uma combinação para lesar outrem.

Varnhagen ainda justificou suas dúvidas, sobre como denominar o ocorrido em Minas Gerais, afirmando que as reuniões daqueles que fizeram parte nesse movimento aconteciam, praticamente, de uma forma aberta, sem que esses mesmos participantes se preocupassem em se esconder ou se proteger de uma forma sistemática. Conforme afirmou o historiador, isso viria a descaracterizar uma conjuração, que acontece sempre envolta em fortes segredos e em reuniões secretas. “Mas, repetímo-lo, tudo isto não passou de conversação hipotética (...)”<sup>(6)</sup>

Talvez o maior descaso para com a Conjuração Mineira tenha sido o de Capistrano de Abreu, que nem citou o episódio ocorrido em terras mineiras em seu livro *Capítulos de História Colonial*, quanto mais discutir a sua denominação.

De acordo com José Honório Rodrigues, pode-se observar que essa redução de importância do movimento para Capistrano ocorreu entre os anos de 1878, “quando criticava Varnhagen por considerar a Conjuração Mineira como uma cabeçada e um conluio”, e 1903, quando passou a defender uma importância maior para os movimentos dos Mascates e dos Emboabas, como também o dos Republicanos de 17, movimentos estes que, para ele, não foram somente conspirações, mas que considerava rebeldia e revolução.<sup>(7)</sup>

---

(5) Cf.: Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 5. ed. integral. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1952, p. 313, tomo 4.º.

(6) *Idem*, *ibidem* p. 314.

(7) Cf.: José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, pp. 44 – 45. Ver também: José Honório Rodrigues. “Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira.” *RIHGB*, Rio de Janeiro: tomo 221, pp. 120 – 138, 4º trimestre 1953.

Podemos ainda observar no relato de J. H. Rodrigues que Capistrano, em carta enviada a Mário de Alencar, afirmava que não havia escrito sobre Tiradentes, porque sua obra tratava-se de uma síntese e, como tal, não possuía espaço para apresentar a conjuração. Rodrigues afirmou ainda que a Conjuração Mineira não entrou no trabalho do historiador, não somente porque este se tratava de uma síntese e portanto não cabia, como também pelo fato desse historiador não ser subjetivista, e não escrever uma história que, segundo ele, não aconteceu porque

*“(...) não escrevia uma história das idéias e dos movimentos ideológicos. A Inconfidência não foi um fato, um acontecimento: foi um pensamento quase sem ação e, como tal, pertence à história das idéias formadoras da consciência nacional.(...)”*<sup>(8)</sup>

Podemos, indo além nas considerações de Rodrigues, observarmos que o historiador Capistrano desejava reconstruir os pensamentos e os motivos que ditaram a ação dos acontecimentos históricos, mas esses mesmos pensamentos e motivos que ficaram somente na ordem das idéias e não tiveram ação pertenceriam a uma história diferente daquela que ele desejava realizar.<sup>(9)</sup>

Na apresentação de seu livro para o IHGB, em 1873, Joaquim Norberto definiu o movimento ocorrido nas Minas Gerais como “um drama lúgubre”, que no pensamento de suas personagens representava uma conjuração patriótica. Para o historiador da conjuração mineira era “sublime o pensamento da independência nacional.”<sup>(10)</sup>

Uma conjuração patriótica para Norberto, uma conspiração para Southey,

---

(8) Idem, *ibidem* p. 45.

(9) “O que aquela minoria intelectual pensou, sentiu e agiu numa pequena roda só aconteceu na história intelectual, e não na história social e econômica que Capistrano escrevia (...)” A respeito, ver: José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil...*, p. 45.

(10) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos em originais existentes em várias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Rio de Janeiro: MEC – INL, 1948, p. 13, v. I e p. 223, v. II da mesma obra.

um conluio para Varnhagen ou até mesmo algo que não aconteceu segundo Capistrano. Um movimento que deu origem a tantas versões e que não param por aí. Podemos, por exemplo, lembrar que, de acordo com o dicionário Bluteau (séc. XVIII), o termo **conspiração** (união de muitos, que concorrem para o mesmo fim) tem como sinônimo a palavra **conjuração**, mas o mesmo não ocorre com o vocábulo **inconfidência** (uma não-confidência), que relaciona o fato a uma infidelidade ao príncipe. Esse dado pode ser igualmente observado em um outro dicionário da língua portuguesa, datado de 1832, de autoria de Luiz Maria da Silva Pinto. Podemos ainda, nesse mesmo recorte, citar o dicionário etimológico de Francisco da Silveira Bueno.<sup>(11)</sup>

Júnia F.V. Machado, em sua tese de doutoramento, fez uma profunda análise do discurso existente em todo o processo que ficou denominado como sendo os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Segundo Júnia, todo o processo é o testemunho de um confronto ideológico e lingüístico.<sup>(12)</sup>

---

(11) A respeito, ver: Padre D. Rafael Bluteau. *Diccionario da Lingua Portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, ano MDCCCLXXXIX, pp. 312, 315 e 707. Ver também: Luiz Maria da Silva Pinto. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. E ainda: Francisco da Silveira Bueno. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Lingua Portuguesa.* São Paulo: Ed. Lisa S/A, 1988. Para o Dicionário Houaiss o vocábulo **conjuração** tem como significado: “(...) uma associação de indivíduos, às vezes por juramento, para um fim comum. (...) C. Mineira – Hist. Movimento de fins do séc. XVIII pela independência da capitania de Minas Gerais, durante o vice-reinado português no Brasil, de cunho liberal e republicano, liderado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746 – 1792); Inconfidência Mineira. (...)” Para o mesmo dicionário o vocábulo **inconfidência** aparece com o seguinte significado: “(...) abuso de confiança, revelação de segredo; (...) infidelidade, deslealdade, esp. para com o Estado ou um governante. (...) Hist. M. G. Conjuração Mineira (...), indiscrição (...)” A respeito, ver: Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar. *Dicionário Houaiss da Lingua Portuguesa.* Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no Instituto Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Lingua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 804 e 1597.

(12) De acordo com Júnia Machado, ao analisarmos o discurso da Conjuração Mineira temos que ter sempre em mente que ele ocorre em três instâncias discursivas: “a do **nós** (sociedade civil – os mineiros), a do **eles** (sociedade política – o Estado português)” e a do **ele** (“o corpo presentificado e punido – Tiradentes”). Esse mesmo discurso existe também em dois níveis diferentes: “o das formações discursivas do **nós** e do **eles** que constituem o discurso histórico (ou o discurso **na** história) em termos da ocorrência dos fatos” e também “a formação discursiva do **ele**, como o ‘discurso da história’; cuja leitura é parte constitutiva da nacionalidade brasileira.” A respeito, ver: Júnia F.V. Machado. *Inconfidência Mineira – A história dos sentidos de uma história.* 1993, 313 f. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 22.

Segundo a autora, após os interrogatórios sofridos por Tiradentes, podemos observar que ocorreu um deslocamento do discurso, que deixou de ser dos inconfidentes (a instância discursiva do eles) para ser o discurso do Tiradentes (a instância discursiva do ele); com esse deslocamento o foro discursivo deixou o coletivo e passou a ser o individual. Dessa forma, o sentimento de traição ganhou maior importância por estar atrelado à figura do militar Tiradentes. O discurso anônimo, sem rosto, dos conjurados tornou-se a fala aberta e subversiva do Tiradentes e com o seu rosto. Assim, esse deslocamento transpôs a esfera do político para pertencer a esfera do criminal. Tendo como função exclusiva a de criar um suporte ideológico que neutralizasse toda a conotação política do movimento inconfidente, reinterpretando-o como o crime de um militar, um alferes fanático.<sup>(13)</sup>

Nesse quadro, as cartas-denúncias, e principalmente a carta-denúncia de Silvério dos Reis, construíram as bases desse discurso da traição militar, o que tornou possível enfatizar uma dupla traição: a da disciplina militar e a da submissão ao poder constituído.<sup>(14)</sup>

Joaquim Norberto, ao comentar uma das cartas-denúncias de Silvério dos Reis, apresentou uma informação que pode exemplificar como foi construída intencionalmente essa imagem de militar traidor. Com base no depoimento de Silvério dos Reis, o alferes Tiradentes, que se encontrava no Rio de Janeiro, resolveu que deixaria a capital do vice-reinado de qualquer maneira, com ou sem autorização do vice-rei e declarou, ao próprio denunciante, que “logo que chegasse à capitania de Minas Gerais se juntaria a alguns dos seus a dar execução ao projeto, sendo o governador Barbacena o primeiro sacrificado (...)”<sup>(15)</sup> Com isso, Tiradentes encarnou “a imagem de militar conspirador, historicamente foi-lhe outorgada a condição de sujeito da Inconfidência

---

(13) Idem, *ibidem* pp. 121 e 226.

(14) Idem, *ibidem* p. 76.

(15) A essa informação Norberto apresentou o seguinte comentário: “Era assaz leviano o Tiradentes, mas quem pode afiançar que não haja muita coisa nestas denúncias de pura invenção de Joaquim Silvério?” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *História da Conjuração Mineira.....*, nota 671, v. II.

Mineira, e de autor do discurso de libertação, (...).”(16)

Podemos, neste momento, destacar o fato de que Tiradentes divulgou suas idéias por muitos lugares e para muitos ouvidos, como foi citado no seguinte trecho da *História da Conjuração Mineira*: “No caminho entre a Rocinha do Fagundes e a Fazenda das Cebolas encontrou o alferes alguns tropeiros e como de costume não quis deixar de lhes falar no levante, na Independência de Minas (...).”(17) E através desse discurso, Tiradentes foi “condenado, mas, ao mesmo tempo é sua fala que o constrói publicamente como líder e como porta-voz histórico da fala da rebelião.”(18)

Assim, ao analisarmos o discurso de Tiradentes, percebemos que este apresentava uma conotação ambígua que, se por um lado representava o discurso da libertação aos ouvidos dos simpatizantes da causa defendida pelos conjurados, por outro lado representava o discurso da traição aos ouvidos dos representantes da coroa portuguesa.

Essa imagem de militar, suas idéias de ‘ativista’ da liberdade e o sentimento nativista de posse da terra e de suas riquezas tornaram Tiradentes o réu ideal para a Coroa. Isso devido ao fato de que, para Portugal, um problema maior do que um levante de pessoas importantes era o fato de existir um levante militar, por que isso sim representava “uma ruptura no sistema colonial que era mantido devido a fidelidade das tropas.” Dessa forma, ao construir-se o discurso de acusação do réu e qualificar seu crime como de ‘lesa-majestade de primeira cabeça’, seus acusadores caracterizaram a conjuração como o levante de forças militares que tinham a capacidade de desestabilizar a estrutura do poder

---

(16) Lembramos ainda que esse discurso de traidor militar se materializou após a carta – denúncia de Silvério dos Reis, pois as cartas – denúncias foram as testemunhas da arbitrariedade e da ameaça que as idéias que circulavam na colônia representavam para a Coroa. As cartas confirmavam também o pressuposto da “política de dominação, no qual o ideal de liberdade estava associado ao sentimento de traição e à expectativa de punição, (...)” Júnia Machado também destacou que: “discursivamente, esse ideal revolucionário foi associado a figura de Tiradentes, que simbolizava a sublevação militar, apoiada pela sociedade civil. Talvez esta seja a questão mais importante nos contextos das devassas (...)” A respeito, ver: Júnia F. V. Machado, op. cit., pp. 64 – 135 e 209.

(17) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 15, v. II

(18) Cf.: Júnia Focas Vieira Machado, op. cit., pp. 123 - 124.

metropolitano, portanto como inconfidência.(19)

Ao estudar o movimento ocorrido nas Minas Gerais e preocupado com o papel desempenhado pela justiça, Joaquim Norberto, em um certo trecho de sua obra, nos oferece um exemplo da maneira como eram tratados os réus cujos crimes eram considerados lesa-majestade. De acordo com o historiador da conjuração, após a prisão do coronel Alvarenga e do padre C.C de Toledo, o tenente Antonio José Dias Coelho levou os prisioneiros para o Rio de Janeiro, com uma formidável escolta e como “eram réus de lesa-majestade, e só a intenção do crime era punida naquela época com maior severidade foram algemados e cobertos de ferro, (...)” (20)

Para compreendermos melhor como foi a acusação contra os conjurados de Minas Gerais, podemos destacar um outro detalhe apontado por Joaquim Norberto. Ele afirmou que, em dezembro de 1790, chegou ao Rio de Janeiro a ‘alçada’ com poderes arbitrários e nomeou como advogado de defesa José de Oliveira Fagundes, o advogado da

---

(19) Idem, ibidem p. 211. Nos meados da última década do séc. XVI, entraram em vigor em Portugal as *Ordenações Filipinas*, “as chamadas *Ordenações* portuguesas constituíram o corpo legal de referência para todo o Reino e, mais tarde, também para suas conquistas (...)”, sendo que foram utilizadas de uma forma ou de outra até praticamente a segunda metade do século XX. As *Ordenações Filipinas* foram compostas com cinco livros, mas, no momento, o que nos interessa é o livro V, que foi “dedicado ao direito penal, estipulando-se os crimes e suas respectivas penas”, e que foi o de maior fama em todo o reino português. O crime de lesa-majestade representava a “traição cometida contra a pessoa do rei e seu real estado, (...) assim o erro de traição condena o que a comete e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.” Existem, nas *Ordenações*, oito maneiras diferentes de se incorrer no crime de lesa-majestade, a quinta forma possível de se caracterizar essa traição foi assim expresso: “(...) se algum fizesse conselho e confederação contra o rei e seu estado ou tratassem de se levantar contra ele, ou por isso desse ajuda, conselho e favor.” Nas *Ordenações* subentende-se também que os crimes poderiam ser considerados de lesa-majestade se fossem contra um representante do rei e, sendo assim, aqueles que o cometessem seriam considerados traidores. Sobre o que foram as *Ordenações* e o respectivo livro V e, ainda, o crime de lesa-majestade, consultar a recente publicação das *Ordenações*, com a organização de Silvia Humold Lara. A respeito, ver: *Ordenações Filipinas*. (org. Silvia Humold Lara). São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 19 – 48 e 69 – 79.

(20) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 67, v. II. Podemos também observar, em um outro momento, as reações que o movimento das Minas Gerais provocou. Ao comentar as denúncias feitas pelo coronel Alvarenga, durante o seu segundo interrogatório, Joaquim Norberto afirmou que o vice-rei “fazia cair sobre o Rio de Janeiro todo o peso de seu jugo de ferro e atulhava as prisões por meras suspeitas, sendo o da nacionalidade brasileira bastante por si só para tanto. (...)” Idem, ibidem p. 129, v. II.

Santa Casa de Misericórdia, com o curtíssimo prazo de cinco dias para estudar todo o processo e apresentar a defesa.(21)

Em sua tese de defesa o advogado fez questão de construir um discurso utilizando em um primeiro momento alguns pronomes indefinidos, como por exemplo **uns** e **outros**, assim enfatizando que toda a conjuração nada mais era do que algo hipotético sem réus qualificados. Houve ainda a preocupação de utilizar a palavra **delito** ao invés da expressão **crime**, o que juridicamente tem a função de atenuar os acontecimentos, e a preocupação em deixar claro que crime ocorre quando acontece a ação, caso contrário o mesmo não existe.(22)

Enquanto leitor dos Autos da Devassa, Joaquim Norberto observou na fala

---

(21) Para Maxwell alguns problemas gerados por duas devassas, os boatos que circulavam sobre os acontecimentos nas Minas Gerais e ainda a reputação de alguns dos prisioneiros, “exigiam algum ato público ou alguma demonstração de esclarecimento do assunto.” Dessa forma, para a Coroa portuguesa se fazia necessário tomar providências, por esse motivo “foi criado um tribunal de inquérito visitador, ou alçada. Era um recurso comum em casos de traição ou revolta; (...).” Esse tribunal especial deveria reunir-se no Rio de Janeiro, porque segundo Joaquim Norberto, “as devassas originais e a maior parte dos réus, e entre eles os principais chefes da conjuração deveriam ser processados e sentenciados os mesmos réus na sobredita capital.” Com esse intento Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho foi nomeado juiz da alçada e tendo como adjuntos Antônio Dinis da Cruz e Silva e Antônio Gomes Ribeiro. Vasconcelos Coutinho recebeu “autoridade especial” sobre todos os magistrados, atuando em acordo com o vice-rei. “Disposições especiais garantiam ao tribunal a necessária jurisdição” mas, mesmo com poderes tão amplos, ainda de acordo com Maxwell, “os juizes tinham pouco espaço de manobra: antes que deixassem Lisboa a culpa dos prisioneiros foi pré-determinada e estabelecidas as linhas gerais da sentença.” Sobre a nomeação da alçada e a preparação para o trabalho a ser realizado, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 174 – 175, v. II E a respeito do papel estabelecido para a alçada, ver: Kenneth R. Maxwell. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977, pp. 214 – 215. Joaquim Norberto nos informou ainda que a alçada concedeu licença para que qualquer advogado pudesse auxiliar J. Fagundes na tarefa de defender todos os réus, mas não “conservou a história nem a tradição os nomes dos advogados que concorreram à casa do Dr. José de Oliveira Fagundes para ajudá-lo na defesa de tantos réus, os quais contavam na cidade do Rio de Janeiro muitos amigos e mereciam as simpatias de seus compatriotas pelo acerbo rigor da sorte que tão fatalmente os perseguia (...).” Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 180, v. II. Podemos acrescentar ainda que o advogado de defesa foi nomeado em 31 de outubro de 1791, com um custo de 200\$000 réis pagos “pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, conforme resolução da Mesa de 21 de abril de 1793.” A respeito, ver: Herculano Gomes Mathias. “Introdução Histórica”. In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília - Belo Horizonte: Câmara dos Deputados – Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, p. 28 e 47.

(22) Cf.: Júnia Focas Vieira Machado, op. cit., pp. 220 – 221.

do advogado de defesa a tentativa de demonstrar a existência de uma grande distância entre a palavra e a ação, entre a cogitação e a consumação e também entre o abstrato e o concreto, assim descaracterizando o crime.<sup>(23)</sup> A defesa também procurou demonstrar que ocorreram apenas conversações e com tudo isso justificar o seu pedido de clemência.<sup>(24)</sup> Com base em nossas pesquisas julgamos ser possível considerar que se para Norberto não houve consumação não houve crime, portanto não ocorreu uma inconfidência.

No discurso da Conjuração Mineira, marcado por falas evasivas por parte das testemunhas e pela tentativa de manipulação dessas falas por parte dos representantes da coroa portuguesa e também por parte da defesa, podemos perceber que as expressões **conjuração** e **inconfidência** demonstram diferentes sentidos marcados pela repressão e pela dominação.

Em um primeiro momento, na devassa de Minas Gerais, a palavra mais

---

(23) A mais importante fonte primária existente sobre o movimento que ocorreu nos finais do séc. XVIII, em Minas Gerais, é representada pelos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM). Essa coleção de documentos compõem-se das duas devassas que foram realizadas uma no Rio de Janeiro, comandada pelo vice-rei, a partir de 7 de maio de 1789, tendo como juiz nomeado o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres; e outra em Minas Gerais, a partir de 12 de junho de 1789, comandada pelo governador, e tendo como juiz nomeado o ouvidor Pedro José Araújo de Saldanha. De acordo com Joaquim Norberto, a devassa teve início formal dos trabalhos em 11 de maio na casa do próprio juiz onde foi lavrado o auto e o corpo de delito sobre as cartas-denúncias de Silvério dos Reis, datada de 5 de maio, e a de João José Nunes Carneiro, com data de 10 de maio. Ainda conforme Joaquim Norberto, um ofício de 14 de junho de 1789, determinou que o juiz e o escrivão da Devassa do Rio de Janeiro se transferissem para as Minas Gerais a fim de apurar melhor todos os fatos a respeito da "horrorosa e geral conflagração" que ocorria na capitania. Por outro lado, Norberto também relatou que a base da devassa empreendida pelo governador das Minas foram seis cartas-denúncias: coronel Joaquim Silvério dos Reis, tenente coronel Basílio de Brito Malheiros do Lago, mestre de campo Inácio Correia Pamplona, tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, tenente coronel Domingos de Abreu Vieira. Até 18 de julho de 1789, quando os responsáveis pela Devassa do Rio de Janeiro chegaram à Vila Rica, somente 31 testemunhas haviam sido inquiridas, o que para Joaquim Norberto era um "número diminutíssimo para a devassa de uma conflagração geral" como queria o visconde de Barbacena. A respeito das duas devassas, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 94 – 103, v. II.

(24) Embora Norberto não tivesse como objetivo a análise do discurso do advogado de defesa, ele também demonstrou a preocupação que o advogado teve com o uso da palavra delito; o historiador, ao comentar a atuação de J. O. Fagundes, também assumiu a palavra delito. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 181, v. II.

utilizada para designar o movimento foi inconfidência, respaldada na imagem do militar indisciplinado, insano e sem condições materiais atribuída ao alferes Joaquim José da Silva Xavier.(25)

Por outro lado, para os representantes da coroa portuguesa, a conjuração, muito mais do que uma conspiração, significava um ato de traição levado a efeito por aqueles que, na colônia, representavam o poder português, principalmente se levarmos em consideração que um militar era tido como cabeça do movimento. Tudo isso, para a alçada, caracterizava o movimento das Minas Gerais como um crime de lesa-majestade.(26)

Assim, podemos perceber que na devassa de Minas Gerais, ocorreu a preocupação de ligar o movimento a um sentido de rebelião isolado, a um delito urdido por poucos indivíduos. Mas, com a chegada da alçada, esse discurso se voltou implacavelmente contra os conjurados. Assim, na segunda devassa do Rio de Janeiro, e na sentença conduzida pela alçada, a palavra conjuração aparece muito mais, pois a hipótese desse delito é ligada a um crime político “como uma conjuração contra o legítimo domínio da Monarquia Portuguesa (...)” (27)

Para a pesquisadora J. Machado, a palavra **conjuração** representaria um movimento contra a política absolutista

*“(...) da Coroa e sua política despótica, oprimindo e condenando aqueles que desejavam uma outra ordem política e social. Admitir que o*

---

(25) Júnia Machado expôs que um dos argumentos utilizados pela defesa dos conjurados para tentar atenuar o possível crime de Tiradentes foi afirmar que o réu era insano e sem condições materiais para enfrentar Portugal. Cf.: Júnia F.V. Machado, op. cit., pp. 216 – 217. Furtado demonstrou uma informação contrária a essa idéia recorrente, afirmando que “(...) não podemos ignorar que Tiradentes possui posição não de todo desprezível na sociedade em que se situava. Seu patrimônio total, da ordem de 807\$821 réis, não se afasta muito do padrão dos demais homens que ocuparam funções estatais, religiosas ou de ofício (...)” A respeito, ver: João Pinto Furtado. *Inconfidência Mineira – crítica histórica e diálogo com a historiografia*. 2000, 340 f. Tese de Doutorado – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 154.

(26) Cf.: Júnia F.V. Machado, op. cit., pp. 229 – 230.

(27) Idem, ibidem, pp. 239 – 240.

*movimento era uma conjuração, era admitir a existência do jugo português e justificar, ao contrário, o próprio movimento.(...)”*

enquanto a palavra **inconfidência**

*“(...) é o termo possível para falar de uma conjuração de modo a descaracterizá-la. Por um caminho extremamente tortuoso, um advogado, (...) da defesa reencontra o termo na devassa de MG. e que, historicamente, ficará associado ao episódio. Esse termo não é o que o sistema colonial usaria, minimiza os fatos, mas não a ponto de negá-los.”(28)*

Com base em vários dicionários do séc. XIX, podemos observar que o significado do termo conjuração provém do latim e “(...) significa então ‘jurar ao mesmo tempo’ (como os noivos, ou os soldados que prestam juramento à bandeira). Ao passo que em ‘in+confidência’ está presente desde o início, a idéia de má fê”.(29)

João Antônio de Paula, ao participar da publicação comemorativa do bicentenário da Conjuração Mineira, também escreveu sobre a melhor forma de designar o movimento ocorrido nas Minas Gerais. Ele observou que existe hoje uma insistência “em chamar o movimento de **Conjuração**, alegando ser a palavra **Inconfidência** expressão da perspectiva colonialista que assim designou e puniu o crime de lesa-majestade.” Nesse sentido pôde relacionar o termo **inconfidência** com uma designação oficial enquanto **conjuração** está descomprometido com o interesse português.(30) Este autor afirmou ainda

---

(28) Cf.: Júnia F.V. Machado, op. cit., p. 226. Para a pesquisadora, a transposição do termo **conjuração** para o termo **inconfidência** ocorreu “com a desjuridização da pena imposta a Tiradentes”, isto é, quando a pena imposta a Tiradentes deixou de ser vista somente como um ato do direito penal, e passou a ter uma forte dimensão simbólica. A respeito, ver: Júnia F. V. Machado, op. cit., p. 262.

(29) De acordo com Júnia Machado, também Bluteau reconheceu que a conjuração “diz respeito a um crime político e nesse sentido é que vai, no contexto da devassa judicial, distingui-la das outras palavras que veiculam o sentido de rebelião”. Cf.: Júnia F.V. Machado, op. cit., p. 243.

(30) Cf.: João Antônio de Paula. “A Inconfidência Mineira: Revolução e Limites.” **Revista Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 4, n.º 2 e 3 maio/dez. 1989, p. 39.

que, se a questão for tomada de uma maneira mais rigorosa, não existe uma forma mais correta que a outra, já que as autoridades utilizaram as duas designações. Mas, também vale destacar “o fato de que Joaquim Norberto tão pouco simpático ao movimento também o denomina conjuração, ao passo que Machado de Castro, seu até hoje maior entusiasta, fala da Inconfidência Mineira...”<sup>(31)</sup>

Diferentemente, com base em nossas pesquisas, não consideramos ser possível afirmar que Joaquim Norberto não era simpático ao movimento, muito pelo contrário, principalmente devido ao seu intenso envolvimento com os poetas mineiros conjurados. E, por outro lado, também podemos considerar que, se o historiador da Conjuração Mineira estava em busca das raízes brasileiras e de acontecimentos que caracterizassem a história nacional, foi significativa sua escolha por aquela que ele considerou como sendo a melhor designação.

Até onde nos foi possível observar na pesquisa com as fontes, nosso autor fez uma escolha ao se decidir pela utilização do vocábulo **conjuração**. Em um momento inicial, 1859, quando o historiador inscreveu seu trabalho para ser lido nas sessões do IHGB, ele usou o vocábulo **conspiração**. Após a leitura de um número maior de documentos, principalmente os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, Joaquim Norberto optou pela expressão **conjuração**, talvez devido ao fato de que na fonte primária a palavra **inconfidência** aparece em um número restrito de vezes, principalmente se levarmos em consideração a extensão das Devassas.<sup>(32)</sup>

Nesse caminho aberto por Joaquim Norberto também trilha o historiador Kenneth Maxwell. Em conferência no Instituto de Estudos Avançados da USP, durante as comemorações dos duzentos anos do movimento, o brasilianista iniciou a sua palestra afirmando que:

---

(31) Idem, *ibidem*, p. 39.

(32) Em uma nota no seu texto “Painel Histórico”, L. Figueiredo afirmou que, segundo o pesquisador Francisco Iglesias, as palavras **inconfidência** e **inconfidentes** aparecem, no máximo, vinte vezes em todo os ADIM. A respeito, ver: Luciano Figueiredo, *op. cit.*, p. XLVII, nota 38.

“(…) *Inconfidência Mineira*, designação de que francamente não gosto, e que não uso; a palavra *inconfidência* vem dos donos do poder e não da oposição. Vem da contra-revolução; e, enfim, (...) é uma revolução frustrada, não uma repressão bem sucedida. (...)”<sup>(33)</sup>

Também se posicionou sobre essa questão, em um artigo comemorativo, o professor Audemarano T. Goulart. De acordo com Goulart, podemos partir do princípio de que se a língua ordena o real, as palavras e seus ecos são de extrema importância. Em relação à palavra *inconfidência*, ele coloca que esse termo carregado de cunho ideológico foi entronizado em diversos estudos, e com isso conseguiram “até mesmo esconder o fato de que em Minas, no final dos setecentos, urdiu-se uma revolução”.<sup>(34)</sup>

Júnia Machado fez uma análise um tanto quanto diferente sobre o assunto. De acordo com a pesquisadora, com o passar do tempo o crime de lesa-majestade deixou de ser interpretado como traição. A partir do momento em que o ideal dos *inconfidentes* foi reivindicado como sendo o sentido legítimo da nacionalidade brasileira ocorreu um deslocamento do sentido de dominação e, com isso, a História da *Conjuração Mineira* passou a ser a História da *Inconfidência Mineira*.<sup>(35)</sup>

Audemarano T. Goulart foi além na discussão, quando afirmou que, de acordo com suas observações, até mesmo a muito utilizada palavra **conjuração** não possui o poder de abranger todo o sentido do movimento ocorrido nas Minas Gerais. Para ele, ainda pior do que a utilização desse vocábulo, foi ter sido entronizada uma outra designação, ainda mais carregada de certo conteúdo ideológico: ‘*Inconfidência*’. A “idéia de ‘*trair o soberano*’, contida no vocábulo, foi explorada ao máximo pelas autoridades

---

(33) Cf.: Kenneth Robert Maxwell. “*Conjuração Mineira: Novos Aspectos*” *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 3, n.º 6, maio/ago., 1989, p. 4.

(34) Cf.: Audemarano Taranto Goulart. “As palavras e os ecos de 1792.” In: *O Alferes. Edição Especial – Comemorativa do Bicentário da Morte de Tiradentes*. O Alferes, Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: v. 10, ed. especial, abr/1992, p. 30.

(35) Cf.: Júnia V.F. Machado, op. cit., p. 259.

lusas, daí o interesse em realçar o termo.”<sup>(36)</sup>

Ao participar da introdução de uma publicação dos *Autos da Devassa – Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro*, Marcus Felícus de Moraes também fez sua escolha pelo vocábulo **conjuração**. Em seu texto, embora tenha usado a tradição no título, afirmou que no caso “da Conjuração Mineira, agnome que melhor calha ao primeiro movimento revolucionário brasileiro sério, (...), não só produziu frutos no amplo histórico – cerca de trinta anos após a independência política do Brasil estava proclamada (...)”<sup>(37)</sup>

Como vimos, a questão da utilização desses diversos vocábulos citados não é encarada de uma maneira uniforme. Luciano Figueiredo considerou essa questão como sendo desprovida de relevância mas que ocupou, e ainda ocupa, a pauta do debate em torno do movimento ocorrido nas Minas Gerais nos finais do setecentos.<sup>(38)</sup>

Para Francisco Iglésias, o episódio da Conjuração Mineira é, ainda hoje, mal conhecido e cujas interpretações podem ser contestadas, a começar pelo nome. Para ele vulgarizou-se o uso do vocábulo **inconfidência**, sendo que existe uma tendência recente que “tenta invalidar esse uso, que implicaria uma posição colonialista, (...), pois significaria crime de lesa-majestade quando conviria falar antes em conjuração. Ora, o problema, além de irrelevante, é destituído de sentido.(...)”<sup>(39)</sup>

Iglésias, em seu texto, chegou até mesmo a afirmar que o termo **inconfidência** teve seu uso generalizado em Minas Gerais, “(...) pois é nota mais viva da mitologia local. Seja mantida, pois, se além de ser palavra corrente é carregada de sentido,

---

(36) Cf.: Audemarano Taranto Goulart, *op. cit.*, p. 29.

(37) A respeito, ver: Marcus Felícus Ayrosa F. de Moraes. “Inconfidência Mineira e Prisão dos Letrados no Rio de Janeiro. Alguns Aspectos Jurídico – Legais”. In: *Auto da Devassa. Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro – 1794*. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 1994, p. 17.

(38) Cf.: Luciano Figueiredo. “Painel Histórico.” In: Domicio Proença Filho (org.). *A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1996, p. XXV.

(39) Cf.: Francisco Iglésias. “Sobre a Inconfidência: história e mitologia.” *Revista do Brasil*. Número Especial Dedicado ao Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1789 - 1989. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Arte/Fundação Rio, ano 4, n.º 9/ dez. 1989, p. 6.

de beleza fonética, plena de rebeldia e de mistério.<sup>(40)</sup>

Mesmo não sendo unanimidade entre os historiadores, percebemos a necessidade de se apresentar a questão, que tem por base essas palavras fundamentais e que circulam nesses nossos lugares de memória, principalmente por considerarmos que para o historiador da conjuração essa foi uma questão sobre a qual ele também deteve o seu olhar, e que, de alguma forma, fez uma opção por determinado termo ao trocar o título de sua obra que inicialmente se chamava “conspiração mineira”, – ao inscrevê-la, em 1859, para ser lida nas sessões do IHGB – para *História da Conjuração Mineira*, no momento em que terminou de escrevê-la e a apresentou integralmente ao Instituto Histórico. <sup>(41)</sup>

Para finalizar, cabe ainda observar que, para nós, a busca da compreensão dos vocábulos foi importante para tentarmos entender, de uma forma mais circunscrita, a maneira como Joaquim Norberto considerou o movimento das Minas Gerais. Por que ele trocou o vocábulo **conspiração** por **conjuração**? Ou por que ele não utilizou de forma mais significativa a palavra **inconfidência**?

De acordo com nossas pesquisas, podemos pensar que se para Norberto o movimento acontecido nas Minas Gerais nos anos finais do séc. XVIII representou o germen do movimento pela independência e o surgimento dos primeiros mártires brasileiros, a escolha da definição do movimento não poderia recair sobre um vocábulo como **inconfidência**, que transmitia uma idéia de traição a Portugal. Dessa forma, o ato de ‘jurar ao mesmo tempo’, ou seja, ‘conjurar’ seria uma escolha que definiria melhor o pensamento norbertino.

---

(40) Idem, *ibidem*, p. 6.

(41) Podemos considerar, utilizando a noção desenvolvida por Pierre Nora, a Conjuração Mineira com sendo um lugar de memória. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. (...) são os marcos testemunhas de uma outra era (...). São os Bastiões sobre os quais [a memória] se escora (...). Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar de memória?(...)” A respeito, ver: Pierre Nora. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares.” Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC/SP. São Paulo: n.º 10, dez./93, pp. 13 – 24. (tradução Yara Ann Khoury).

## Método, fontes, notas e epígrafes na óptica norbertina

Ao fazermos um primeiro mergulho na obra norbertina encontramos, na verdade, outros dados que nos chamam a atenção. Por exemplo, seu trabalho está muito mais fixado na memória da história literária do que em qualquer outro campo. Assim, enquanto Maria Odila em seu texto nos informou que Southey teria seu lugar para a posteridade valorizado entre os historiadores e não entre os poetas, Joaquim Norberto, por vezes, é esquecido entre os historiadores.<sup>(42)</sup> Nosso objetivo, portanto, é ressaltar o Norberto historiador.

As experiências de Norberto junto à Biblioteca Pública da Corte e também junto à Secretaria de Estado dos Negócios do Império trouxeram para as suas atividades o amor à pesquisa, a preocupação com o armazenamento e conservação de dados/documentos e ainda, a constante busca de novos documentos. Esse amor, traduzido em informações, dados, notas explicativas e preocupação com a cronologia em suas mais diversas obras, lhe rendeu, por parte de Antônio Cândido, a metáfora: “*rato de arquivo*”.<sup>(43)</sup>

O papel desempenhado por Norberto está longe de ser somente aquele que se preocupou com os documentos, mas foi essa a preocupação que o tempo mais enraizou junto ao seu nome. Devemos lembrar que a simples cópia de documentos inéditos era um trabalho a que Norberto não gostava de se dedicar; para ele, o importante era a utilização que se fazia desses documentos. Essa informação ele mesmo expressou na introdução da *História da Conjuração Mineira*. De acordo com o historiador, logo após ter encontrado na Secretaria de Estado os originais dos Autos da Devassa, feliz com a descoberta de tais documentos e bastante impressionado afirmou:

---

(42) Sobre a missão de Southey enquanto historiador, ver: Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 43.

(43) “Norberto foi um rato de arquivo. A sua edição de Silva Alvarenga é um exemplo de paixão documentária. (...)” Antônio Cândido. *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 21. Sobre a metáfora de A. Cândido ver primeiro capítulo desta dissertação.

*“(...) dei-me os parabéns na idéia de poder trazer à presença do Instituto Histórico tão rico cabedal de notícias; lembrei-me porém, igualmente que a reprodução de tantos documentos por meio de cópia era trabalho meramente repugnante para mim, (...)”*<sup>(44)</sup>

Norberto também se lembrou, coincidentemente, que a vontade de sua majestade D. Pedro II, expressa na sessão do IHGB em dezembro de 1849, era não somente reunir trabalhos e documentos das gerações passadas como também reunir as próprias produções dos membros do Instituto Histórico.

Assim, para entendermos um pouco melhor as produções de Joaquim Norberto, seria interessante observarmos alguns aspectos que caracterizaram esses trabalhos.

Podemos começar observando que Norberto, ao iniciar o seu trabalho sobre a conjuração mineira, preocupou-se com as lacunas que não haviam sido preenchidas. “Ainda havia uma falta sensível; os fatos não estavam delucidados; julgava-se com os juizes, jurava-se em suas palavras sem ouvir-se os implicados, (...)”<sup>(45)</sup> Para ele era necessário ouvir os conjurados e para conseguir alcançar tal objetivo, Norberto saiu em busca de novos documentos que preenchessem essas lacunas.

Mas como conseguir ouvir os conjurados? Como ter acesso aos acontecimentos e preencher os espaços vazios? Para Norberto esse era um sério problema, já que o Brasil se encontrava na época do movimento

*“Sem imprensa, debaixo da pressão do despotismo colonial, que ostentava o seu poder com todo o aparato de sua alçada, com seus espias e delatores disfarçados sob a batina eclesiástica, ocultos nos confessionários; com suas masmorras secretas (...)”*<sup>(46)</sup>

---

(44) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 14, v. I

(45) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 11 – 12, v. I

(46) Idem, ibidem, p. 15, v. I

Joaquim Norberto também se questionava sobre quem, nessas condições, se atreveria a escrever sobre tais acontecimentos. Por isso apelava “para a tradição, se bem que gasta pelo tempo, como único recurso, (...)”<sup>(47)</sup> Assim, em várias ocasiões utilizou-se do recurso de preencher lacunas com informações colhidas na tradição, sempre em casos sobre os quais não havia encontrado outros documentos que o auxiliassem na comprovação dos acontecimentos.

Norberto utilizou a tradição, por exemplo, enquanto comentava os preparativos pelos quais Tiradentes passou antes da execução. Nesse momento, o historiador aproveitou para apresentar Capitânia, o algoz responsável por todo o procedimento do enforcamento pelo qual passaria o alferes Joaquim José. Em nota, o historiador fez questão de explicar também que sua alcunha e sua cor não apareciam em algumas informações que ele possuía, mas o sabia por tradição.<sup>(48)</sup>

Da mesma forma, ao comentar sua maneira de trabalhar e sua relação com os documentos e a tradição, Norberto afirmou que “a cada asserção minha antepus uma autoridade; citei por milhares de vezes mais de cem documentos, e nem desprezei a tradição pró ou contra o mártir da inconfidência.”<sup>(49)</sup>

A força do uso da memória e das tradições, por parte de Joaquim Norberto, declinou de sua intensidade após ter tido acesso, como dito anteriormente, aos Autos da Devassa e outros documentos oficiais encontrados, por ele, nos arquivos da Secretaria do Império, o que lhe permitiu sentir-se mais seguro em divulgar suas informações.

Além dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, outros importantes manuscritos fizeram parte de suas fontes, como por exemplo o anônimo *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1789*, oferecido ao arquivo do IHGB por

---

(47) Idem, *ibidem*, p. 15, v. I

(48) A respeito do exemplo citado, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 208 e nota 1193, v. II. Em outro momento que Norberto afirmou ter utilizado a tradição, foi também para explicar a antonomásia do ajudante de ordens Camilo Maria Tonelet. Idem, *ibidem*, p. 95 e nota 900, v. II.

(49) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo.” In: \_\_\_\_\_, *História da Conjuração Mineira.....*, p. 228, v. II.

Varnhagen e que jazia esquecido em seus arquivos; e também o manuscrito intitulado *Últimos Momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão* de autoria do Frei Raimundo de Penaforte encontrado pelo próprio Joaquim Norberto. (50)

Antes mesmo da publicação da *História da Conjuração Mineira*, Norberto nos assinalava a importância, para o seu trabalho, desses novos documentos. Em 1862, quando escreveu a apresentação para uma reedição do poema *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, o historiador afirmou que algumas das informações por ele apresentadas sobre o poeta árcade somente foram possíveis devido ao fato de que foram descobertos documentos oficiais que estavam esquecido, assim

“(...) com a sua luz posso penetrar nos segredos preparados, nas masmorras, hospitais e fortalezas do Rio de Janeiro; ouvir o interrogatório dos juizes dessa alçada tremenda, escutar o depoimento desses réus do patriotismo; desmascarar seus denunciantes e trazer à publicidade os pormenores desses desses acontecimentos(...).”<sup>(51)</sup>

Para seguir adiante em seu trabalho e apresentar um melhor conhecimento sobre a conjuração, Norberto utilizou também os próprios versos de Gonzaga. Assim, o historiador compreendeu, de uma forma mais completa, o que se passou nas masmorras em que o poeta conjurado permaneceu por tanto tempo até ser degredado. Podemos citar, por exemplo, que ao descrever as condições encontradas nas masmorras da Ilha das Cobras, Norberto afirmava que Gonzaga “tinha por leito uma cama dura, uma tarimba, onde mal dormia (...)”; para nos mostrar como chegou a essas informações Norberto nos remeteu, em nota, a uma das líras do próprio livro *Marília de Dirceu*, que ele estava prefaciando:

---

(50) Em nota, Joaquim Norberto esclareceu que obteve um cópia do texto sobre os *Últimos momentos...*, e que não sabia mais onde se encontrava o original escrito pelo frade franciscano. Este texto também foi alvo de críticas do historiador da conjuração, pois este julgava o documento parcial ao condenar a conjuração e aplaudir a sentença. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira ...*, pp. 15 – 16 e nota 25, v. I

(51) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras.” In: Tomás Antônio Gonzaga. *Marília de Dirceu*. Paris: Garnier Irmãos Editores, 1862, pp. 44– 45.

“Vou-me, ó Bela, deitar na dura cama,  
De que nem sequer sou o pobre dono:  
Estende sobre mim Morfeu as asas,  
E vem ligeiro o sono!”

e ainda a um outro poema do conjurado, em que podemos observar Gonzaga clamando por sua inocência. O historiador da conjuração para tanto citou o seguinte verso: “Ele pode livrar-me das injúrias. Do néscio, do atrevido ingrato povo;(...)”<sup>(52)</sup>

Outras fontes também foram muito utilizadas por Joaquim Norberto. Como exemplo, ao fazer a seguinte afirmação sobre como Tiradentes conseguiu “adquirir um sítio ao pé da Rocinha Negra, no porto de Meneses e barranco do rio Paraibuna, (...), no caminho novo para o Rio de Janeiro, (...)” o historiador da conjuração utilizou o *Auto de Seqüestro* feito em 15 de junho de 1789.<sup>(53)</sup>

Outro exemplo do uso das informações extraídas dos bens seqüestrados junto aos conjurados diz respeito à partida de Tiradentes para o Rio de Janeiro, destino para onde o alferes sempre voltava em busca de fortuna, ia sem nada, apenas com o seu estojo de dentista. Na nota 118 o historiador descreveu que colheu a informação no *Traslado dos Seqüestros* onde esse estojo foi descrito como “uma bolsa com uns ferrinhos de tirar dentes, (...)”<sup>(54)</sup>

---

(52) Em 1862, ao reeditar *Marília de Dirceu*, Joaquim Norberto utilizou documentos não só já publicados, como também inéditos, encontrados pelo próprio historiador no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Essa reedição foi estruturada como a maioria dos trabalhos de Joaquim Norberto para uma edição crítica, tendo como prefácio: I) Apresentação; II) Reflexão sobre as diversas edições; III) Juízo crítico dos escritores nacionais e estrangeiros; IV) Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras; V) Notas; VI) Peças justificativas (transcrição de documentos) e VII) Dirceu de Marília. Liras atribuídas a D.<sup>ª</sup> Maria Joaquina Dorotéia de Seixas. Norberto, além da obra de Gonzaga, comentou também com maior ou menor riqueza de detalhes as obras de outros importantes literatos brasileiros como Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Cláudio Manuel da Costa entre os árcades e, entre outros, os seus contemporâneos Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias. A respeito, ver: Tomás Antônio Gonzaga. *Marília de Dirceu*. Biografia e introdução de M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: Ediouro, São Paulo: Bibliofolia, 1997, parte II, lira XXXIV, p. 149 e parte II, lira II, p. 93.

(53) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira*...., p. 78, v. I e nota 110.

(54) Idem, p. 79, v. I. Outros exemplos interessantes do uso dos seqüestros de bens dos conjurados podem ser observados junto às páginas 166 no v. I e 218 no v. II da *História da Conjuração Mineira*.

De acordo com João Pinto Furtado, os autos que trazem os seqüestros dos bens dos conjurados foram pouco utilizados pela historiografia, mas são importantes por apresentar uma preciosa “fonte para as reflexões sobre a estrutura produtiva da região de meados ao fim do séc. XVIII. Dados referentes à dívidas e credores pessoais, número de escravos (...) permitiram digressões muito elucidativas sobre o panorama da época. (...)”<sup>(55)</sup> Para a nossa pesquisa foi importante saber que Norberto, enquanto realizador de um discurso fundador, também utilizou esses documentos.

Também podemos destacar um outro exemplo da forma com que Norberto trabalhava com as fontes. O historiador da conjuração, para demonstrar como o padre C.C. de Toledo ficou sabendo da delação de Silvério dos Reis, utilizou um número considerável de depoimentos extraídos das devassas, como também do traslado do seqüestro de bens, e cotejando-os conseguiu montar todo o cenário do acontecimento, chegando, até mesmo, a retratar a reação do padre Toledo ao receber a referida notícia.<sup>(56)</sup>

É possível perceber também que Norberto, para ter acesso a um número considerável de fontes inéditas contou, além de suas próprias pesquisas, com o auxílio dos membros do IHGB e também dos membros ligados à administração imperial. Como exemplo podemos citar um ofício expedido pelo visconde de Barbacena para o juiz da devassa do Rio de Janeiro requerendo uma certidão dos depoimentos de alguns conjurados. Esse ofício, datado de 23 de setembro de 1789, foi oferecido ao historiador da conjuração mineira pelo H. de Beaurepaire Rohan.<sup>(57)</sup>

---

(55) A respeito, ver: João Pinto Furtado, *op. cit.*, 85.

(56) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, pp. 63 – 64, v. II. Pode-se utilizar também o momento em que Norberto descreveu uma das várias reuniões de que participaram os conjurados. Para compreender o que ocorreu naquela reunião o historiador utilizou inúmeros depoimentos dos diversos conjurados envolvidos. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 115 e nota 222, v. I.

(57) Joaquim Norberto também aproveitou a oportunidade e transcreveu esse ofício, até então inédito. Cf.: *Idem, ibidem*, pp. 108 – 109 e nota 940, v. II. Um outro exemplo de utilização de fontes inéditas, desta vez encontrada pelo próprio Norberto, pode ser consultada na nota 1202. Norberto, ao comentar sobre os editais que convocavam as pessoas a iluminarem suas casas, por três dias, após a execução do Tiradentes, nos informou que ele o copiou dos livros de registro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e aproveitou a oportunidade para publicá-lo em nota.

Uma das fortes preocupações de Norberto como representante característico da geração romântica era documentar, da forma mais completa possível, todas as asserções que fossem feitas, porque somente assim, acreditava, chegaria o mais próximo possível da ‘verdade histórica’.

Ao encerrar as notas que compuseram o texto *Notícias sobre Tomás Antônio Gonzaga....*, Norberto deixou uma pequena afirmação dizendo que embora tenha utilizado um considerável número de notas não tivera como objetivo ostentar erudição. Muitas vezes desviando-se “do caminho trilhado pelos biógrafos de Gonzaga, fui guiado por outras luzes, e vi-me como que na necessidade de basear minhas asserções nos documentos que possuo ou consultei. Segui em tudo e por tudo a verdade histórica (...).”<sup>(58)</sup>

Em um outro momento, ainda ele explicou a sua preocupação com a ‘verdade histórica’. Ao justificar a maneira como descreveu os últimos momentos do Tiradentes, Norberto procurou esclarecer que havia deixado de lado suas inspirações patrióticas e, como historiador consciencioso, retirara as deduções dos documentos, “são as testemunhas da história em que me baseei, ou a bússola da verdade, que me apontou o caminho a seguir, por tenebroso mar durante treze anos de aturadas e pacientes pesquisas.” Para o historiador da conjuração, não seguir os documentos seria trair a história e também mentir para aqueles que foram contemporâneos aos acontecimentos e para alguns deles que eram testemunhas vivas do que se passara nas Minas Gerais.<sup>(59)</sup>

Ainda para apresentarmos um pouco mais a questão da ‘verdade histórica’ para Joaquim Norberto, podemos observar um parágrafo utilizado para finalizar o texto em que nosso historiador escreveu em resposta às críticas à sua obra e, principalmente, a imagem de Tiradentes que seu texto suscitou:

*“Uma obra, que nas suas quatrocentas e trinta páginas de texto contém 1211 notas e não sei quantos milhares de citações, nas quais firmam as*

---

(58) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras....*, p.115.

(59) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. “Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo....”, p. 228, v. II.

*minhas asserções, pode apresentar apreciações menos simpáticas, mas não falsidades e mentiras, que nem um interesse havia para deprimir um mártir.”*<sup>(60)</sup>

Ou ainda, podemos utilizar uma outra observação que o próprio Joaquim Norberto fez questão de afirmar na introdução da *História da Conjuração Mineira*. Ao ter acesso à extensa quantidade e diversidade de documentos, ele se preocupou em registrar, examinar e confrontá-los com todo o cuidado e esmero para não perder uma só circunstância e não deixar escapar uma única data, visto ser a cronologia uma outra séria preocupação do historiador Joaquim Norberto. Toda essa preocupação documental tinha como objetivo “confeccionar obra conscienciosa e baseada em tão preciosos monumentos.” Foi até “acabrunhador o trabalho que tive, mas não deixei de documentar uma só das minhas asserções. Pensar-se-á alguma vez que poetizei, que se lêem as páginas de um romance, mas aí estão as fontes donde emanaram.”<sup>(61)</sup>

Podemos ainda destacar, como característica das obras norbertinas, a preocupação com a ordem cronológica. Na introdução que fez para o livro *História da Conjuração Mineira*, Norberto afirmou que buscou ler outras obras que já haviam sido escritas sobre a “conjuração patriótica”, que ele fazia questão de informar que assim intitulava com base no depoimento dos próprios conjurados. E se surpreendeu em encontrar essas obras perdidas nos labirintos da sentença da alçada “sem datas, precioso fio de Ariadna, que poderia guiá-los” ou ainda Norberto considerava que todas as pessoas que, de alguma forma conheciam, por exemplo, a vida do poeta Gonzaga, desejavam conhecer maiores informações, “inteirar-se da história de suas desgraças e apenas a tradição incerta –

---

(60) Idem, *ibidem*, p. 235, v. II.

(61) “Possuidor de tantos e tão extensos documentos, escritos com a tinta do tempo, cheios de importância pelas suas revelações históricas, examinei-os com todo cuidado, confrontei-os com todo o esmero, tendo constantemente a pena na mão. Tomando notas que me pareceram necessárias, não perdi uma só circunstância, não deixei passar despercebida uma única data com o fim de confeccionar obra conscienciosa e baseada em tão preciosos monumentos. Foi largo, aturado, fastidioso e até acabrunhador o trabalho que tive, mas não deixei de documentar uma só das minhas asserções. (...) Juntei à narrativa numerosíssimas e curiosas notas e deixei de adicionar-lhes muitos e importantes documentos para não avolumar a obra. (...)” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, pp. 16 – 17, v. I.

hesitante – referia um ou outro acontecimentos vago – perdido – sem data!...”<sup>(62)</sup>

Outra característica norbertina é a utilização de notas explicativas. Em todos os textos, mesmo os que se classificam somente enquanto textos literários, Norberto impregnou-os com o seu trabalho de historiador. Por exemplo, a obra de Joaquim Norberto denominada *Cantos Épicos*, é composta por seis textos, entre eles podemos destacar um, denominado *A Cabeça do Mártir*, que possui esse detalhe que nos vem chamando a atenção, pela freqüência com que ocorre nas obras do membro do IHGB. Esse fato também foi observado por Carlos A. Baumgarten, que realizou uma pequena análise de algumas obras poéticas escritas por Norberto. Entre essas obras, Baumgarten se deteve também um pouco mais nos *Cantos Épicos*; segundo ele, através dessas notas Joaquim Norberto

*“(...) vai recuperando a trajetória de personagens e fatos da história brasileira. As notas por sua natureza, conferem ao conjunto dos poemas um tom pedagógico, uma vez que transforma a obra numa verdadeira aula de história. (...)”*<sup>(63)</sup>

Baumgarten afirmou ainda que nas notas finais que acompanham o poema, nosso historiador utilizou “as informações contidas no processo movido contra Gonzaga durante a insurreição mineira”, demonstrando a preocupação com a documentação que acompanha as obras norbertinas. Essa preocupação de Norberto também visava, ainda de acordo com Baumgarten, demonstrar que o Brasil possuía fatos e personagens importantes que poderiam ser cantados em verso.<sup>(64)</sup> Percebemos, uma vez mais, nesse momento, que o historiador da *Conjuração Mineira* trilhou o caminho traçado pelo romantismo brasileiro em busca do que era específico no Brasil.

---

(62) *Idem, ibidem*, pp. 10 e 14, v. I

(63) Cf.: Carlos Alexandre Baumgarten. “Joaquim Norberto: Quando o poeta se volta contra o historiador” In: Maria Eunice Moreira (org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p.89.

Outro aspecto que se tornou característica de Joaquim Norberto foi o uso constante de epígrafes. Na obra *O Livro dos Meus Amores* nosso historiador destacou epígrafes dos mais variados autores para acompanharem cada poesia que compõe a obra. Esse dado pode nos fornecer uma noção das suas leituras. Entre os autores utilizados estão : Victor Hugo, Dante Alighieri, Camões, Manoel de Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga... E a epígrafe que apresenta a introdução do livro dedicado a sua esposa, é de autoria de Shakespeare (All is true).<sup>(65)</sup>

Essa atenção dedicada às epígrafes também foi observada por José Américo Miranda, que na apresentação de uma nova edição do *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, de Joaquim Norberto, afirmou que uma das principais contribuições norbertina para a “nomeação e identificação da literatura brasileira, foi o de ter visto com clareza” e sensibilidade o objeto de que tratava. Ao se referir ao próprio texto que estava prefaciando, Miranda observou que nosso historiador apresentava

“(...) grau máximo de acuidade possível para seu tempo e para o estágio em que se encontravam as pesquisas, uma visão completa do objeto. Não é por acaso que seu trabalho traz a epígrafe de Horácio (Ep. 1,1,36): *Est quadam prodiere temus, si non datur ultra. Avançar até certo ponto, se não há como ir além.*”<sup>(66)</sup>

A questão das epígrafes também chamou a atenção da professora Silvia M. Azevedo. Esta, ao analisar a incursão de Joaquim Norberto “pelas águas da prosa de ficção”, traçou alguns comentários sobre o livro *Romances e Novelas*, que foi publicado em

---

(64) Idem, *ibidem* p. 85.

(65) J. Verissimo ao estudar a história da literatura brasileira citou alguns autores lidos por Joaquim Norberto. “Além dos portugueses e brasileiros lê o pseudo Ossian, Lamartine, George Sand (ainda então M.me. Du Devant, como a cita), A. de Vigny, Delavigne e Chateaubriand, Lope de Rueda, Victor Hugo, Parny, Ducis, Shakespeare.” A respeito, ver: José Verissimo. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4. Ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 170.

1852. Nesses comentários ela destacou que Norberto utilizou epígrafes e citações nas quatro narrativas que compuseram seu livro. Para Silvia Azevedo a “procedência desses textos é bastante variada, figurando, entre eles, em ordem decrescente, fragmentos de poemas, de peças de teatro e de textos de ficção.(...)”<sup>(67)</sup>

Silvia Azevedo, buscando uma explicação para o fato de Joaquim Norberto utilizar esse recurso narrativo, afirmou em seu texto que para o nosso historiador tanto as epígrafes quanto as citações apresentavam quase a mesma função, isto é, “traduzir em termos poéticos e/ou dramáticos aqueles momentos da história em que dominam a emoção, a dor, o sofrimentos das personagens”; um número considerável de exemplos de citações e epígrafes poderiam ser relacionados, “uma vez que Joaquim Norberto não mediu esforços para dar mostras da extensão e variedade de suas leituras, (...)” embora sempre declarasse que o uso de inúmeras citações não tinha por objetivo ostentar erudição. <sup>(68)</sup>

Não podemos deixar de observar que os textos utilizados como epígrafe foram extraídos, mais uma vez, das obras dos poetas árcades e que desfilavam normalmente em destaque nas obras norbertinas, talvez com a intenção de deixar registrada a importância que representavam para o historiador da Conjuração Mineira.

Mas se as epígrafes e as notas representam traços importantes na obra norbertina, não menos importantes são as personagens dos conjurados e os perfis criados pelo historiador em sua obra pioneira. Em nossa pesquisa percebemos que algumas das personagens destacadas por Norberto, são desconsideradas em detrimento daquelas que eram consideradas ‘cabeças’ do movimento; dessa forma, será interessante nos determos um pouco frente a estas personagens.

---

(66) Cf.: José Américo Miranda. “Apresentação” In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, pp. 12–13.

(67) Cf.: Silvia Maria Azevedo. “Joaquim Norberto e a invenção do folhetim nacional.” In: Maria Eunice Moreira (org.) *Falas Diversas: Quatro Estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001, p. 70.

(68) Idem, *ibidem*, pp. 70 – 71. Ver também: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícias sobre Tomás Antônio Górgaga e suas obras....*, p. 115.

## As Personagens da Conjuração Mineira

Joaquim Norberto sempre valorizou o fato de que Minas Gerais era a mais rica entre as capitanias brasileiras e, conseqüentemente, a mais ilustrada de todas. Essa ilustração “lhes infiltrava no coração o amor pela liberdade, lhes ensinava mais e mais afeição pelo solo natal”.<sup>(69)</sup> Essa idéia o levou a uma das suas questões mais perseguidas, aquela que nos remete à busca sobre quais foram os homens implicados na “horrorosa e geral conflagração” e, sem dúvida, quem seria o chefe do movimento que levaria o Brasil à independência<sup>(70)</sup>

Além disso, podemos considerar que, para o historiador da conjuração, o número dos implicados deveria ser prodigioso, se observássemos, como ele mesmo sugeriu, a quantidade “dos segredos preparados com tanta antecedência e com tanto aparato pelo governador e pelo vice-rei para as suas vítimas, (...)”<sup>(71)</sup> Os segredos “estavam prontos e podiam receber os seus ilustres hóspedes, os míseros réus do patriotismo, donde só tinham de sair depois de três anos de cruéis padecimentos para o exílio com escala em torno da

---

(69) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira.....*, p. 65, v. I

(70) “Tratou-se em seguida de eleger um chefe, que era na verdade a maior das dificuldades pelos perigos que a cercavam, mas buscou fazê-la desaparecer o coronel Alvarenga declarando que não se queria cabeça e sim muitas cabeças em um só corpo unido, (...). Pensava Alvarenga que assim dividia a responsabilidade por muitos, engano que o tempo tomou a si demonstrá-lo, pois ficou semelhante eleição à vontade dos ministros da alçada!” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 119, v. II

(71) Idem, ibidem p.117, v. II

força! (...)”<sup>(72)</sup> Mas, na realidade, o número de implicados era menor que a expectativa.<sup>(73)</sup>

De acordo com Norberto, eram oito os homens que pensaram, alguma vez, na real possibilidade de realizar um levante, considerados como personagens protagonistas: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e o tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade secundados pelo coronel Alvarenga, pelo vigário Carlos C. de Toledo, pelo padre José da Silva de Oliveira Rolim, pelo Dr. José Álvares Maciel e pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier.

Podemos perceber que os nomes que poderiam se encaixar como resposta à questão levantada por Joaquim Norberto sobre a liderança do movimento foram três: o tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e os ilustrados poetas Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa.

---

(72) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Tomás Antonio Gonzaga e suas obras...*, p.52.

(73) J. P. Furtado comentou, em nota, o método utilizado na inquirição das testemunhas durante as devassas. A respeito, ver: João Pinto Furtado, op. cit., nota 127, p. 74. Joaquim Norberto também comentando os interrogatórios, que foram realizados pelos juizes responsáveis pelas devassa, comparou-os àqueles interrogatórios promovidos pela inquisição, pois “(...) como no tribunal da Santo Ofício, era necessário que o réu adivinhasse o motivo de sua prisão! (...)” Os diversos réus foram ouvidos nas seguintes devassas: a) interrogados na Devassa do Rio de Janeiro: Tomás Antônio Gonzaga, Francisco de Paula Freire de Andrade, Carlos Correia de Toledo, Padre Manuel da Costa Rodrigues, Padre José Lopes da Costa, José de Resende da Costa (pai e filho), Joaquim José da Silva Xavier, José de Sá Bittencourt, Domingos Vidal de Barbosa, José Aires Gomes e outros co-réus. b) interrogados na Devassa de Minas Gerais: Cláudio Manuel da Costa, João de Araújo e Oliveira, João Francisco das Chagas, Antônio de Oliveira Lopes e outros co-réus. c) interrogados nas Duas Devassas: Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luiz Vaz de Toledo Pisa, José da Silva de Oliveira Rolim, Cônego Luís Vieira da Silva, João Dias da Mota. O nosso historiador também destacou aqueles que sobressaíram em seus interrogatórios, foram eles: Gonzaga, Alvarenga e o Tiradentes. Gonzaga pela tenacidade da sua negação, Alvarenga pela tentativa de subtrair-se de qualquer culpa e Tiradentes por ter atraído toda a responsabilidade para a sua própria cabeça, isentando todos os demais. Um outro fato nos chamou a atenção: ao observarmos a maneira como Norberto citou as personagens da conjuração, ou citou quem foi interrogado por qual devassa, ou, ainda, quem sobressaiu nos depoimentos, percebemos que ele sempre começava pelo nome do desembargador Gonzaga, o que talvez nos indique que Norberto preferia ver nesse poeta a liderança da conjuração. Para o historiador da conjuração, a existência de tantos réus também trouxe como consequência a antipatia brasileira contra o predomínio colonial. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *História da Conjuração Mineira...*, pp. 122 – 125, 151 e 164, v. II. Sobre os demais réus que, da mesma forma, foram ouvidos nas devassas, ver: notas 969 e 970, do mesmo trabalho.

Para Norberto a escolha do tenente coronel Francisco de Paula para a liderança da conjuração era perfeitamente aceitável, visto ser ele a segunda figura de Minas Gerais após o governador, por ocupar o cargo de imediato no regimento de cavalaria regular ou dos dragões da capitania. “Foi pois o mais ostensivo de todos os chefes do movimento.”<sup>(74)</sup>

Ainda para o mesmo historiador, também não havia dúvida na participação e liderança tanto de Cláudio Manuel da Costa quanto de Tomás Antônio Gonzaga, ambos nomes respeitáveis, não somente pela importância dos cargos que ocupavam, mas também pela ilustração que ambos apresentavam. Como para justificar a ilustração que o advogado C. M. da Costa possuía, fez questão de demonstrar que o velho poeta possuía a maior livraria entre as particulares, em todo o vice-reinado, com um total de 388 volumes impressos, e também a melhor em relação às obras que a compunham.<sup>(75)</sup>

Um outro papel reservado para C. M. da Costa na conjuração era o de colaborador na montagem dos códigos fundamentais do novo governo. Mas, para Norberto, todo o seu trabalho ainda devia estar armazenado em sua memória, “pois entre os seus seus manuscritos nada encontrou a confiscação a esse respeito que pudesse comprometê-lo.”<sup>(76)</sup>

O terceiro homem desse seletto grupo era Tomás Antônio Gonzaga, homem muito respeitado em toda a capitania, e que também por sua ilustração era considerado altamente capacitado para o governo que poderia surgir.

---

(74) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 66 – 67, v. I

(75) Sobre o total de livros seqüestrados na casa do conjurado C.M. da Costa, também com base nos ADIM, J.P. Furtado apresentou um outro número. Para Furtado, o número correto de livros existentes na biblioteca do conjurado foi de 246 volumes. Já no que se refere aos livros seqüestrados da casa de T. Antônio Gonzaga, tanto Joaquim Norberto quanto Furtado chegaram a um mesmo número, um total de 83 volumes encadernados de diversos autores. A respeito, ver: João Pinto Furtado, op. cit., tabela 6 (Resumo geral dos bens seqüestrados dos inconfidentes (1789 – 92), por natureza de bens e número de peças), p. 136.

(76) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 69, v. I O mesmo ocorreu com os papéis de T. Antônio Gonzaga, sendo que esses papéis diferentemente dos outros bens seqüestrados, permaneceram sob a guarda, de acordo com Joaquim Norberto, do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, o juiz da devassa de Minas Gerais. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p.52, v. II. E, também: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras...*, p. 56.

Os outros tantos que se viram envolvidos na conjuração, eram, para Joaquim Norberto, nada mais do que “comparsas, que mal sabiam o papel que representavam e que só pela barbaridade da legislação foram introduzidos nesse drama lúgubre”, na verdade, personagens secundárias. Entre os meros cúmplices, citados por Norberto, podemos destacar: o vigário Carlos Correia de Toledo, o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o cônego Luís Vieira, o Dr. José Álvares Maciel e também José de Sá Bittencourt.(77)

Para Norberto, também foi interessante dar um certo destaque aos jovens brasileiros que viviam na Europa, em fins do séc. XVIII, e que se viram contagiados pelas idéias que borbulhavam no velho continente. Corria o ano de 1786, e o “pensamento da independência nacional era o pensamento de todos eles”; assim surgiram, para o historiador do IHGB, as quatro primeiras personagens da conjuração, os estudantes José Joaquim da Maia, Domingos de Vidal Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro.(78)

Foi o sonho de liberdade que levou o jovem Maia a obter um encontro em Nimes (França) e a troca de correspondências com o ministro norte-americano Thomas Jefferson, na busca de auxílio da jovem nação para a possível independência do Brasil. Do ponto de vista prático, o contato com o representante norte-americano não produziu os resultados esperados por Joaquim J. da Maia, mas as idéias estavam lançadas.

Pouco tempo depois os quatro estudantes dispuseram-se a retornar ao Brasil, mas o jovem José da Maia faleceu antes do retorno. E dos três estudantes que retornaram à pátria, alguns anos mais tarde, dois se viram envolvidos na conjuração: Domingos de V. Barbosa e José P. Ribeiro. José Mariano Leal, embora também pertencesse ao mesmo grupo, não foi nem mesmo interrogado pelos juízes responsáveis pelas devassas, tanto a de Minas Gerais quanto a do Rio de Janeiro.

Norberto igualmente considerou algumas personagens como sendo réus obscuros, tanto pela posição que ocupavam quanto pela participação insignificante que

---

(77) Idem, *ibidem* pp. 117– 119, v. II.

(78) A respeito da participação dos estudantes brasileiros na conjuração, ver: Joaquim Norberto Souza Silva. *História da Conjuração Mineira ...*, cap. II – Os Estudantes Brasileiros, pp. 39 - 56, v. I.

tomaram na conjuração. Formavam esse grupo Salvador Correia de Amaral Gurgel, João Rodrigues da Costa, João Dias da Mota e Vicente Vieira da Mota, entre outros.<sup>(79)</sup>

Embora não tenha se expressado com a mesma clareza com que defendeu as personagens principais, os protagonistas da conjuração, Joaquim Norberto também citou o nome de personagens que representaram papéis antagônicos no movimento. Pensando nessas personagens, consideramos que podemos destacar, com base em suas idéias, o Visconde de Barbacena, Joaquim Silvério dos Reis e Inácio Correia Pamplona. O primeiro por ter encoberto algumas pessoas ricas da capitania e os outros foram destacados pelos papéis que representaram nas denúncias sofridas pelos conjurados.

Não podemos também nos esquecer que, em se tratando de uma obra de Joaquim Norberto, devemos pinçar algumas personagens femininas, personagens estas que, muitas vezes, desempenharam no decorrer da trama um papel de menor destaque mas, de forma alguma, passivas ante os acontecimentos. Podemos citar como exemplo dessas personagens destacadas pelo historiador: Bárbara Heliódora Guilhermina da Silva, Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, Hipólita Jacinta Teixeira e também Maria Isabel de Sá Bittencourt.

Conforme Norberto foi apresentando uma a uma as prisões das personagens da conjuração, também se preocupou em representar as cenas de desolação para a infeliz Vila Rica, principalmente com relação as separações das famílias e a miséria em que estas se encontravam após os seqüestros dos bens. Joaquim Norberto chegou até mesmo a citar o roubo jurídico no seio das famílias mineiras, procedido pela justiça, apreendendo tudo o que era possível, tirando-lhes não somente o teto, mas privando-os também “do pão, e a família aí ficava nua e faminta à face da terra e do céu por que mulher, filhos e netos eram

---

(79) Joaquim Norberto também descreveu os interrogatórios de cada uma dessas personagens, por ele consideradas obscuras. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 155 – 159, v. II. Nosso historiador citou igualmente os raros réus que retornaram para suas casas após alguns interrogatórios. São eles: Diogo Pereira de Vasconcelos; João de Araújo; os irmãos Rolim, Alberto e Plácido; Félix Correia de Toledo; José Inácio de Siqueira; Silvestre Dias de Sá; Francisco Vidal de Barbosa; o irlandês Nicolau Jorge e Crispiniano da Luz Soares. Idem, *Ibidem*, p. 163, v. II.

os lázaros políticos para os quais todas as portas se fechavam com medo da pecha de cumplicidade!”<sup>(80)</sup>

Joaquim Norberto trouxe de suas incursões pela literatura a preocupação de apresentar tanto o ambiente em que se passavam os fatos comentados, como também as reações das personagens envolvidas. Assim, ao buscarmos na obra norbertina as personagens que participaram, de uma forma ou de outra, da conjuração mineira, nos deparamos ainda com uma outra característica intensamente cultivada por nosso historiador.

Norberto observou que, até o momento em que escrevia a sua obra, os poucos historiadores que se dedicaram a estudar o movimento ocorrido nas Minas Gerais o fizeram somente julgando com os juizes, jurando com suas palavras, baseados na sentença e sem dar voz aos acusados, sem dar a cada cena os seus autores com suas fisionomias e pensamentos. Dessa forma, antes de chegar até a sentença, coerente com suas idéias, ele utilizou-se dos depoimentos buscando a voz dos acusados e colocando as personagens uma por uma na trama que envolveu Tiradentes. “Antes porém de ouvir a condenação da justiça daqueles tempos de trevas e ignorância, ouçamos a voz dos presos, as míseras vítimas interrogadas pelos seus juizes, os quais se compraziam com a austeridade de algozes.”<sup>(81)</sup>

O capítulo *As Duas Devassas* parece ter sido composto com a preocupação de analisar e cotejar as informações contidas nas devassas do Rio de Janeiro com as de Minas Gerais e, portanto, tendo contato com as informações sobre os conjurados que permaneceram esquecidos. Norberto ainda se preocupou em demonstrar a parcialidade da justiça durante todo o processo. “Perseguindo a uns ostensivamente, protegendo a outros escandalosamente teve a justiça suas veleidades de matrona ciumenta, e procurou por vezes inteirar-se da fidelidade de seus protegidos, (...)”<sup>(82)</sup>

---

(80) Idem, *ibidem*, p. 71, v. II

(81) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 119, v. II

(82) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, cap. XV - *As Duas Devassas*, p. 114, v. II

Essa questão da ação da justiça foi uma das importantes contribuições de Norberto para o estudo da conjuração, principalmente se levarmos em consideração o fato de o tema ter sido abordado nas circunstâncias em que a obra foi escrita, isto é, uma obra escrita por um membro do IHGB que possuía também um cargo no funcionalismo público. Podemos considerar ainda que surgiu dessa forma mais um elemento que reforçou o caráter de discurso fundador existente na obra norbertina.

Para o historiador, além da sua parcialidade, a justiça ao comandar as devassas também manipulou a Igreja. Assim, outro alvo das críticas norbertinas foi, sem dúvida, o papel desempenhado pela Igreja durante todo o processo da conjuração. Inúmeros são os exemplos dessa crítica, mas podemos citar um acontecimento referente à noite após a leitura da sentença. De acordo com Norberto, nunca os religiosos haviam demonstrado tanta caridade quanto naquela noite, eles já “não eram os sacerdotes que com a máscara da hipocrisia penetravam nas masmorras com o fito de servir mais à justiça do que a Deus.”<sup>(83)</sup>

Podemos também identificar na *História da Conjuração Mineira*, de maneira explícita, uma outra posição do autor, a manipulação de informações e a proteção realizada pelo Visconde de Barbacena. Segundo Joaquim Norberto, a justiça buscou envolver na conjuração, de forma rigorosa, um certo número de pessoas somente por pairarem leves suspeitas sobre elas, como ocorreu com as personagens enigmáticas que, para muitos, não passavam de uma criação da mente fértil de Tiradentes. Nesse caso podemos citar, como exemplo, o que sucedeu com Sá Bittencourt.<sup>(84)</sup> Mas, por outro lado, para a justiça, não existia consentimento para se aproximar de “certos sujeitos altamente protegidos pelo visconde de Barbacena e seus ministros.”

Mas nosso historiador fez questão de expressar que escrevia

*“longe do lugar, do tempo e das pessoas que assistiram a este lúgubre drama, ou nele tomaram parte, e nem posso recorrer às tradições por pouco fidedignas; mas vê-se algumas vezes no próprio processo levantar-se a ponta*

---

(83) Idem, *ibidem* p. 195, v. II

(84) Sua liberdade foi comprada a peso de ouro, fato tratado, com maiores detalhes, adiante nesta dissertação.

*do véu, e desses descuidos felizes se aproveita a história para patentear alguns desses mistérios sem temor de se ver contrariada.”* (85)

Na seqüência desse pensamento, um outro detalhe chamava a atenção de Joaquim Norberto. Qual ou quais motivos levaram o visconde Barbacena a prender os conjurados um a um, e não todos ao mesmo tempo? Ele não chegou a uma resposta conclusiva, mas expressou até mesmo sua total ignorância com relação ao fato, mas levantou uma hipótese de que havia em princípio um “desejo de poupar a alguns dos implicados, e que Gonzaga entrara nesse número; talvez também que [sic] seguro dos seus meios não se apressasse muito em pôr em execução as suas medidas (...)” (86)

Nas Instruções recebidas por Barbacena, provenientes do ministro Martinho de Melo e Castro, Norberto destacou que este ministro português estava preocupado com a “escandalosa proteção de que gozavam dos magistrados de Vila Rica certos magnatas que

---

(85) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 115, v. II. Embora nosso historiador assuma que escrevia já longe dos acontecimentos, ao lermos uma das mais de 1200 notas com que Joaquim Norberto completou sua obra, ficamos a impressão de que havia um certo desentendimento entre o historiador da conjuração e uma de suas personagens reais. Norberto narrou que entre Domingos de V. Barbosa e José de Resende Costa (filho) ocorreu uma acareação durante o processo judicial aberto contra os conjurados. O historiador supôs que, das contradições apresentadas por Domingos de Vidal, surgiu um ódio profundo entre os dois conjurados. E José de Resende “jamais deixou de mostrar o ressentimento que lhe ficara na alma. Tinham porém suas culpas para serem averiguadas.” À essa informação, Norberto somou uma questão que o incomodava demais. Comentando as transformações ocorridas na vida após a condenação de Resende Costa e Domingos de Vidal, ele explicou que o primeiro voltou ao Rio de Janeiro e o segundo morreu no exílio. Nesse momento, Norberto se questiona sobre o quanto Resende Costa saberia a mais e não havia delatado para a devassa. Podemos acrescentar a essa questão uma outra informação que muito indignava Joaquim Norberto: ele não conseguia entender por que Resende Costa (filho), já retornado ao Brasil após o degredo e recebido como membro do Instituto Histórico, se recusava a dar seu próprio testemunho sobre o movimento ocorrido nas Minas Gerais, por maiores que tenham sido os pedidos dos membros do IHGB. Essa recusa provocou, muito provavelmente, o desentendimento entre ambos, já que o historiador estava por demais preocupado em preencher as lacunas que existiam nos acontecimentos que envolveram a conjuração mineira. Isso sem falarmos da valorização que Norberto conferia às informações orais. Além disso, em nossa opinião, Norberto não se esquecia também do fato de que os Resende Costa haviam escrito uma carta-denúncia. Talvez, por esse fato, Joaquim Norberto tenha sido muito rigoroso ao questionar as atividades de Resende Costa. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 139, v. II e notas 1208 e 1209.

(86) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícias sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras...*, p. 53.

eram devedores de grossas somas à Fazenda Real”. O historiador da conjuração chegou a destacar, entre os magnatas citados por Martinho de Melo, o nome de João Rodrigues de Macedo, contratador da administração das entradas, que mesmo morando há pouco tempo em Vila Rica, contou indefinidamente com a proteção do governador.<sup>(87)</sup> Podemos também destacar que Norberto, no momento em que apresentou essa crítica ao comportamento da justiça, levantou uma discussão que mais tarde seria retomada por Maxwell, transformando-se, até mesmo, em uma das teses de seu livro *A Devassa da Devassa*.<sup>(88)</sup>

Joaquim Norberto não acreditava no fato de que com tantos implicados no movimento da conjuração, como os coronéis Alvarenga e José Aires e o padre Toledo, entre outros, freqüentando a casa de Rodrigues de Macedo, este nunca ouvira nenhum

---

(87) Em um encontro entre Vicente da Mota e Tiradentes, este último afirmou que tentaria sondar a opinião de Rodrigues de Macedo sobre o levante por ser o contratador, na opinião do alferes, bem quisto e dever grande soma à Fazenda Real; este seu intento foi impedido por Vicente da Mota. “Respondeu-lhe Tiradentes que nas Minas não havia homens, que eram todos uns vis, mas que armaria uma meada tal que não se desembaraçaria em vinte ou cem anos depois. (...)” Na seqüência da nota, Norberto ainda afirmou que: “Quanto à meada, foi profeta, pois são passados oitenta e quatro anos e mal a tenho desembaraçado, apesar de aturado estudo.” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, nota 302a, v. I.

(88) Idem, *ibidem* p. 115, v. II. Sobre essa proteção, assim se posicionou K. Maxwell: “(...) o sistema de propinas proporcionava uma cobertura ideal para o suborno e a corrupção especialmente para homens como João Rodrigues de Macedo, que muitas vezes atuavam como banqueiros do governador e que, invariavelmente em suas atividades mercantis e negócios em geral concediam facilidades creditícias aos ministros e funcionários da administração da capitania. (...)” Maxwell cita, como exemplos daqueles que faziam parte dessa grande troca de favores, nomes como o do coronel Alvarenga; Manitti, o ouvidor de Sabará; os governadores Rodrigo J. de Meneses e o Visconde de Barbacena, entre outros. A respeito, ver: Kenneth Robert Maxwell, p. 90 e nota 15. José Caetano César Manitti, ouvidor e corregedor da comarca de Sabará, chegou até mesmo a declarar para o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que por ser amigo íntimo do contratador, este prometeu-lhe que “em paga do seu silêncio torná-lo sob sua proteção e procurar salvá-lo”. Essa informação Joaquim Norberto extraiu a partir do primeiro interrogatório prestado por Francisco Andrade de Oliveira Lopes, em 21 de novembro de 1789. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 116, v. II. Joaquim Norberto também afirmou que José Caetano César Manitti pediu ao coronel Francisco Antônio que, em seu primeiro depoimento na devassa do Rio de Janeiro (21 de novembro de 1789), não fizesse referências ao mestre-de-campo Pamplona e ao contratador João Rodrigues de Macedo, mas falasse sobre José Correia, morador de Sabará, embora o coronel soubesse que não havia nenhuma relação dessa pessoa com a conjuração. Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 140, v. II.

comentário sobre a conjuração. Com surpresa, Norberto lembrou que somente o guarda-livros de Macedo, o tagarela Vicente Vieira de Mota, chegou a sofrer interrogatório e a ser preso. Ele identificou ainda o fato de que no momento em que alguns conjurados traziam o nome de Macedo “à tela dos depoimentos, pediam os juizes que não tocassem nele, (...)”<sup>(89)</sup> Norberto chegou até mesmo a afirmar que Macedo era “um dos contratadores mais felizes da Vila Rica, pela escandalosa proteção que gozava das próprias autoridades (...)”, sem falar no fato de que conseguira o contrato das entradas por preços altamente favoráveis para o seu próprio caixa.<sup>(90)</sup>

Pessoas que poderiam ter sido consideradas no mínimo como testemunhas, como foi o caso dos capitães Maximiliano de Oliveira Leite e Manuel da Silva Brandão, que pertenciam ao regimento comandado por Freire de Andrade e que, até mesmo, assistiram a algumas palestras dos conjurados, nunca foram intimadas a depor e, muito menos, encarceradas nas terríveis masmorras coloniais.<sup>(91)</sup>

Outro nome citado por Joaquim Norberto e que não apareceu em nenhum momento implicado como réu da conjuração, embora existissem testemunhas sobre o seu

---

(89) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 116, v. II.

(90) Em nota, o historiador da conjuração afirmou que: “Tão má vontade mostrou o V. de Barbacena à comissão devassante do Rio de Janeiro que não consentiu que jurasse na segunda devassa um dos seus mais formidáveis espões. No dia 10 de novembro de 1789 certificou o escrivão que deixara o mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona de jurar (...)” por ter partido em importante diligência por ordem do governador, o que mais tarde foi provado ser mentira. A respeito, ver: Joaquim Norberto Souza Silva, *op. cit.*, nota 918, v. II. Em 13 de julho de 1791, o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes foi novamente interrogado. Nesse interrogatório negou suas próprias acusações contra Pamplona e Macedo realizadas em depoimentos anteriores. Devido a essa negação, suas declarações anteriores foram consideradas perjuro. Conforme registrou Maxwell a “eliminação das declarações de Oliveira Lopes afastou o único testemunho contra Rodrigues de Macedo e Pamplona e contra as fraudes do próprio Manitti.” Maxwell também afirmou que Macedo era informado de todos os acontecimentos que se passavam no Rio de Janeiro. “(...) E alguns membros do tribunal parecem ter estado sujeitos a influências estranhas.(...)” Quando Maxwell escreveu sobre essas estranhas influências, referia-se, por exemplo, ao fato de Sá Bittencourt ter pago com ouro a sua liberdade e o coronel Alvarenga não ter sido interrogado pelo juiz da alçada e ter desfrutado um tratamento especial, podendo até mesmo se corresponder com sua esposa, que se tornara protegida de Macedo. A respeito, ver: Kenneth R. Maxwell, *op. cit.*, pp. 219 - 220.

(91) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, pp. 116, v. II.

envolvimento, foi Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, ouvidor geral e corregedor da comarca do Rio das Montes. Coincidentemente é a mesma comarca que, segundo João Pinto Furtado, participou com cerca de 90% dos recursos seqüestrados entre aqueles que se tornaram réus na conjuração.<sup>(92)</sup>

Como vimos, segundo Norberto, para a alçada Tiradentes era o réu perfeito. Não havia nascido em terras metropolitanas, reconhecidamente não possuía o poder econômico de um Rodrigues de Macedo, por exemplo, ou ainda, não tinha a influência de um coronel Francisco de Paula ou de um Gonzaga.

Essa ‘perfeição’ com que Tiradentes foi revestido, foi muito bem explorada pela alçada, tanto é que foi montado um espetáculo teatral com diversas cenas realizadas com o intuito de incutir o terror na alma do povo e exigir obediência às determinações reais. “(...) Causava geral desgosto o ver a cidade (...) convertida em teatro de tão terrível execução, oferecida como exemplar castigo (...)”<sup>(93)</sup> As principais cenas foram retratadas, com riqueza de detalhes, por Joaquim Norberto, começando por aquela que demonstrou como os réus foram preparados para ouvir a sentença:

*“Pelas silenciosas e altas horas da noite de terça feira 17 de abril foram tirados de seus segredos os presos tinham que sofrer a pena última. Havia-se de antemão preparado com todo o lúgubre aparato a sala do oratório da cadeia pública (...)”*<sup>(94)</sup>

O espetáculo estava começando, o autor destacou que “quatro escoltas com as armas abaionetadas conduziram onze dos inconfidentes escolhidos pelo tremendo tribunal da alçada, (...)”<sup>(95)</sup>

---

(92) A respeito, ver: João Pinto Furtado, op. cit., p. 109. Agradeço a amiga Maraliz, que através de uma discussão sobre a tese de João Pinto Furtado me chamou a atenção para a comarca do Rio das Mortes na tese de Furtado.

(93) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 198, v. II

(94) Idem, ibidem, p. 183, v. II

(95) Idem, ibidem, p. 184, v. II

Após a leitura da sentença e a comutação da pena de morte para o degredo da maior parte dos réus, Norberto passou a dedicar sua atenção a Tiradentes, que não havia sido poupado. O historiador seguiu descrevendo o espetáculo: “Amanheceu o dia 21 de abril (...). Tomou o governo colonial todas as precauções e cautelas, e lançou mão de todos os meios para tornar aparatosa a execução do Tiradentes.(...)”<sup>(96)</sup> Norberto não esqueceu de destacar que a peça teatral possuía até mesmo um palco, uma “elevadíssima forca, cuja escada numerava mais de vinte degraus”, local este onde ocorreria uma luta ignominiosa entre réu e algoz como “complemento do assassinato judiciário...”<sup>(97)</sup>

Não poderia Joaquim Norberto, tampouco, encerrar a descrição do espetáculo sem fazer um comentário sobre o papel desempenhado pelo clero. Assim, para o historiador da conjuração mineira não “terminou o espetáculo, sempre bárbaro, sempre indigno de uma nação e sempre aviltante para a humanidade, sem que frei Raimundo de Penaforte subisse alguns degraus do patíbulo (...)” aproveitando a oportunidade para realizar um sermão para a multidão que se encontrava presente. “Só então embainhou a justiça a sua espada gotejante de sangue.”<sup>(98)</sup>

Norberto terminou a descrição da execução de Tiradentes reforçando a idéia de que tudo não passou de um espetáculo tanto para a população da colônia, para que não repetisse o feito, quanto para desviar a atenção de algumas personagens que saíram impunes. Sem contar que procurou demonstrar também a insensibilidade do clero perante o trágico momento além de sua colaboração para com o espetáculo. Mas, caberia perguntar, pensando nessa cena final, qual momento permanece fixado pela historiografia?

Parece ter sido o momento em que Norberto contou, com pesar, que Tiradentes morreu como um cristão que foi preparado pelos sacerdotes e não como um grande patriota revolucionário, gritando por liberdade. Ao descrever a cena, da ‘peça teatral’ em que se transformara a execução do alferes, nosso historiador afirmou que após

---

(96) Idem, *ibidem*, p. 205, v. II

(97) Idem, *ibidem*, p. 206, v. II. E sobre o assassinato judiciário, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 211, v. II

(98) Idem, *ibidem*, pp. 211 e 212, v. II

soarem os clarins, a caminho da execução, o alferes se apresentava “sem que a serenidade da alma do Tiradentes se alvoroçasse, sem que o menor sintoma de susto lhe alterasse a fisionomia. (...) Conseguiu o cárcere, que o isolara por tantos anos, mudar-lhe o gênio e danificar-lhe profundamente a índole.”<sup>(99)</sup>

Ainda de acordo com Norberto, aquele que seria no imaginário brasileiro o maior dos mártires, morreria “não como um grande patriota, com os olhos cravados no povo, tendo nos lábios os sagrados nomes da pátria e da liberdade (...) , mas como um cristão, preparado há muito pelos sacerdotes (...)”<sup>(100)</sup>

O debate em torno da obra *História da Conjuração Mineira*, embora revestido sempre pela intenção da busca da ‘verdade histórica’, “foi sempre marcado pela luta em torno do mito de Tiradentes.” De acordo com José M. de Carvalho, nosso historiador sempre foi, e muitas vezes ainda é, acusado de ser um historiador oficial, “de tentar amesquinhar a Inconfidência.”<sup>(101)</sup>

Na análise de José Murilo, as revelações sobre a religiosidade fervorosa dos últimos momentos de Tiradentes feitas por Joaquim Norberto, mesmo fielmente alicerçadas nos depoimentos do Frei Raimundo de Penaforte e no autor da *Memória*, despertaram grande irritação na ‘cidade letrada’. Mas foi a partir dessas revelações, segundo J. Murilo, que “as representações plásticas e literárias de Tiradentes, e mesmo as exaltações políticas, passaram a utilizar cada vez mais a simbologia religiosa e a aproximá-lo da figura de Cristo.”<sup>(102)</sup>

Podemos ainda considerar que a historiografia guarda e reproduz, de forma recorrente, alguns aspectos da obra de Norberto referentes não somente à religiosidade, mas

---

(99) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 207, v. II

(100) Idem, ibidem, p. 211, v. II

(101) Cf.: José Murilo de Carvalho. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 62.

(102) José Murilo de Carvalho citou dois textos utilizados como fonte por Joaquim Norberto: *Memória do Êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro e Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*, este último de autoria do frei Raimundo de Penaforte. Idem, ibidem, pp. 63 – 64.

também à imagem de Tiradentes. Para o historiador da conjuração, com base nas descrições fornecidas em depoimento pelo conjurado Alvarenga, Tiradentes era “de estatura alta, de espáduas bem desenvolvidas, como os naturais da capitania de Minas Gerais. A sua fisionomia nada tinha de simpática”, muitas vezes podia até ser considerada “como uma figura repelente devido ao olhar espantado. Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se as mais das vezes com entusiasmo; (...)”<sup>(103)</sup>

Podemos lembrar também que na interpretação de João Pinto Furtado, Tiradentes foi vítima de um “processo de idealização anacrônica”, o qual muitos afirmam ser representativa a historiografia do IHGB. Mas, para ele, em Joaquim Norberto essa explicação não se aplica, embora o historiador da conjuração mineira tenha sido comumente “acusado de destacar alguns aspectos negativos da aparência e personalidade do alferes, retratando-o como homem irascível, indiscreto e repelente aos olhos de alguns de seus contemporâneos.” Concluindo, Furtado também afirmou que, tendo escrito “à luz da documentação”, Norberto criou uma figura bastante humanizada e relativamente diferente do quadro que seria “posteriormente traçado pela historiografia regionalista mineira.”<sup>(104)</sup>

Como exemplo da acusação por que passou Norberto ao traçar a figura de Tiradentes, podemos citar uma passagem do texto “O alferes mor do Brasil”, de autoria de Waldemar de Almeida Barbosa. Nesse texto, publicado na Revista **O Alferes**, Barbosa afirmou que Joaquim Norberto, não satisfeito “com as acusações encontradas. Foi além: deturpou alguns depoimentos, transcreveu trechos isolados de outros, com modificação total do sentido das palavras, deformou fatos, falsificou episódios.”<sup>(105)</sup>

Como vimos, a figura e o significado de Tiradentes no movimento ocorrido nas Minas Gerais se apresenta de uma forma bastante polêmica na historiografia.

---

(103) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 80, v. I.

(104) Cf.: João Pinto Furtado, op. cit., p. 38.

(105) Cf.: Waldemar de Almeida Barbosa. “O alferes mor do Brasil”. **O Alferes** – Edição especial – comemorativa do Bicentenário da morte de Tiradentes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: v. 10, abr./ 1992.

Acreditamos que a relação de Joaquim Norberto com essa personagem mereça um estudo mais detalhado, que foge às propostas desse nosso trabalho, no qual pretendemos apresentar outros aspectos da obra de Joaquim Norberto, que da mesma forma merecem destaque. Resolvemos ressaltar alguns comentários sobre outras personagens, que também foram apresentadas pelo historiador da conjuração mineira, e que pouco foram estudadas até hoje.

Vejamos, assim, alguns comentários do autor da *História da Conjuração Mineira* sobre determinadas personagens que tomaram parte no drama que se desenrolou nas terras das Minas Gerais, a fim de captarmos seu olhar sobre alguns outros conjurados:

### **José de Sá Bittencourt:**

Trinta e quatro anos, filho de Bernardino Luís Cardoso, nascera em Caeté (MG) em uma família de vários militares, mas no período da conjuração seus pais residiam na Vila do Rio das Contas (sertão da Bahia). Homem ilustrado, estudou em Coimbra, onde se formou bacharel em Ciências Naturais; voltou para a colônia em fevereiro de 1778.<sup>(106)</sup> Foi assim que Joaquim Norberto nos apresentou a este conjurado.

Sá Bittencourt, o último entre os implicados, foi preso por meras suspeitas por grande empenho do próprio visconde de Barbacena. Conforme relatou Norberto, o bacharel foi envolvido na conjura pelo boato divulgado por Tiradentes de que havia um doutor que morava pelos lados de Sabará também participando no movimento.<sup>(107)</sup>

---

(106) Joaquim Norberto fez questão de frisar, na nota de número 894, que os dados biográficos por ele utilizados foram extraídos do próprio depoimento do jovem Bittencourt; essa opção foi feita porque o historiador encontrou diferenças em relação a alguns fatos publicados na *RIHGB*. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 91, v. II

(107) Tiradentes mistificava inventando “nomes de conjurados, que nunca existiram senão na sua imaginação e como em terra de pouca gente todos se conheciam, usava então do subterfúgio de inventar pessoas enigmáticas, qual um doutor meio clérigo, muitos sujeitos do Rio das Mortes, um doutor pequenino de Sabará, um mendigo e outros.” A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, pp. 171 – 172, v. I

Após passar por Caeté, em maio de 1778, onde havia resolvido um contrato de casamento para uma irmã, Bittencourt decidiu se dirigir para a casa dos pais, o engenho do Aracatí na Bahia, optando por um caminho pouco utilizado por saber que uma patrulha procurava um foragido. Ao chegar em casa, seus familiares, por terem sido informados de que estavam em busca do jovem e por acreditarem em sua inocência, fizeram constar ao governo da Bahia que ele se encontrava em casa. Foi expedida uma ordem de prisão e, para tanto, foram utilizados mais de trezentos homens das tropas regular e auxiliar comandados pelo capitão Alexandre Teotônio. Preso, foi transferido para Camamu, depois para Salvador e finalmente para o Rio de Janeiro, onde foi encerrado nos segredos da cadeia da Relação.

De acordo com Joaquim Norberto, em um primeiro momento Bittencourt imaginou que o motivo de sua prisão se relacionava ao fato de ter fugido sem passaporte. Somente mais tarde, através das perguntas que lhe fizeram durante os interrogatórios, foi que percebeu que lhe atribuíam alguma participação na conjuração.

Norberto também afirmou que a família do jovem naturalista, com muito receio de seu destino, tentou de tudo para salvá-lo, utilizando tanto de meios lícitos quanto ilícitos. Consta que aquela que mais sentiu a prisão de Sá Bittencourt foi sua tia, Maria Isabel de Sá e Bittencourt. O historiador nos informou que a senhora, após chorar por um dia inteiro, foi dormir e sonhou com a Virgem do Bom – Sucesso, padroeira de Caeté, que lhe indicou um determinado lugar, em suas próprias lavras, onde ainda existia ouro. Ao amanhecer do outro dia, dirigindo-se ao local indicado pela Santa, cavou com suas próprias mãos e, em um prazo de alguns poucos dias, extraiu duas arrobas de ouro. “Eram o preço do resgate de seu sobrinho! Enviou pois à capital da colônia portuguesa tão atendíveis documentos.”<sup>(108)</sup>

Foi “o mais feliz de todos” quantos a justiça considerou culpados.

---

(108) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 92, v. II. No texto de Varnhagen, por exemplo, há somente a indicação de que Bittencourt conseguiu sair absolvido. O motivo dessa absolvição só foi descrito, em nota, por Rodolfo Garcia, responsável pela revisão da obra e pelas notas. A respeito, ver: F.A. Varnhagen, *op. cit.*, p. 318 e nota 37.

Ironicamente Joaquim Norberto afirmou que a Virgem do Bom – Sucesso havia produzido o milagre de atividade dos juizes nos interrogatórios do jovem naturalista. Para muitos réus os interrogatórios transcorreram em um espaço de dois anos, enquanto para Bittencourt os três interrogatórios a que foi submetido ocorreram em três dias seguidos, 9, 10 e 12 de setembro de 1791.<sup>(109)</sup> A justiça estava com tanta pressa de conhecer a relação de Bittencourt com os acontecimentos da província que convocou Álvares Maciel, C. C. de Toledo, Francisco de Paula e Luiz Vaz T. Pisa para serem inquiridos sobre a cumplicidade do jovem de Sabará.<sup>(110)</sup>

Para o juiz da devassa, fugir para a Bahia sem passaporte e desviando do caminho usual era visto como sendo uma admissão de culpa. Bittencourt confessou que desviara-se do caminho, mas que não considerava esse ato como uma fuga. Ao explicar que, como estudioso, gostava de viajar pelo sertão e por isso não optara por uma viagem pelo Rio de Janeiro, o juiz ponderou como fraca sua defesa, mas considerou-o sem culpa,

---

(109) “Se assim fosse a justiça tão expedita para todos, não gemeriam inocentemente nos cárceres os que ela mesma declarou isentos de toda a culpa sem lhes indenizar a perda do tempo e a privação da liberdade que sofreram.” Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 167, v. II. Joaquim Norberto citou também como exemplo o caso do padre C. C. Toledo, que sofreu sete interrogatórios no período de vinte meses, entre 14 de novembro de 1789 e 7 de setembro de 1791. Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., notas 1134 e 1135, v. II.

(110) Kenneth R. Maxwell também apresentou informações interessantes sobre Sá Bittencourt. De acordo com o brasilianista, Luís Pinto de Souza Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, ordenou, em 31 de maio de 1790, que dois jovens brasileiros e um português fizessem uma viagem de estudos à Europa, custeada pelo governo de Portugal. Os viajantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrade e Silva e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira deveriam, por dois anos, buscar “conhecimentos práticos de tecnologia de mineração”. Esse fato poderia passar despercebido se não fosse pela presença de José Bonifácio, que mais tarde se tornaria uma personagem relevante da história brasileira; e também por ser o cabeça da expedição, Manuel Ferreira da Câmara Bittercourt e Sá, irmão mais velho de José de Sá Bittencourt, que, ainda como escreveu Maxwell, “estabeleceu um laboratório em Caeté e forjara ferro, mandando algumas amostras aos colegas europeus. (...) Quando Manuel Ferreira recebeu as instruções de Luís Pinto para a viagem de estudos à Europa, Melo e Castro já sabia há uns três meses que seu irmão era suspeito de cumplicidade na inconfidência.” Maxwell também citou que Sá Bittencourt conseguiu se livrar do julgamento com o pagamento de duas arrobas de ouro; o brasilianista extraiu essa informação do trabalho de Marcos Carneiro de Mendonça “*O Inconfidente Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e Diamantes 1764-1835.*” A respeito, ver: Kenneth R. Maxwell, op. cit., p. 219 e nota 67.

dispensou-o e, em seguida, encaminhou-o ao vice-rei.

O conde de Resende, por intermédio do tenente José Lopes da Costa, do regimento de artilharia, ordenou que o pusessem em liberdade, “assinando, todavia o termo da obrigação de clausura”, onde ficava determinado que toda vez que fosse se ausentar de sua terra deveria apresentar-se ao governo com uma declaração sobre qual seria seu destino e, chegando a ele, também deveria participar a sua chegada à autoridade local.

Norberto terminou sua análise sobre a participação de Sá Bittencourt declarando que o mesmo pôde retornar ao lar para “rever sua família e sobretudo a sua amável tia” e pôde ainda prestar, por muitos anos, relevantes serviços à pátria, já livre das cadeias coloniais.<sup>(111)</sup>

### **Tomás Antônio Gonzaga**

Em 22 de maio de 1789, alguns amigos se reuniram na casa de Tomás Antônio Gonzaga: Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira (intendente de Vila Rica), José Caetano César Manitti (o ouvidor de Sabará, “que lhe invejava o talento poético”), o também poeta Cláudio Manuel da Costa e talvez, conforme relatou Joaquim Norberto, o padre Augusto Aguiar. Essa reunião, uma das muitas que ocorriam na casa do desembargador Gonzaga, tinha, entre outros objetivos, a intenção de tratar das prisões que estavam acontecendo naquele dia, em Vila Rica.

Com base nos depoimentos de Cláudio Manuel da Costa e do coronel Alvarenga, Joaquim Norberto descreveu as costumeiras noites de conversas entre amigos que ocorriam na casa do poeta T. A. Gonzaga.<sup>(112)</sup> E ainda, conforme esses depoimentos,

---

(111) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 169, v. II.

(112) Gonzaga, aproveitando essas oportunidades, durante os cinco meses que esperou pela licença de casamento, bordou com ouro o vestido de sua noiva. A respeito desse momento, que foi um dos destaques do texto norbertino, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 47, v. II.

conseguiu esclarecer que os assuntos que mais interessavam aos amigos eram as notícias trazidas da Europa sobre os acontecimentos da América do Norte.

*“A próxima derrama, que ia cair sobre a província – a chegada dos estudantes brasileiros, que viajaram pela Europa, com as suas narrações sobre o que se passava no Velho e no Novo Mundo – e o estudo apaixonado da história da nova república e de suas instituições livres – abalavam todos os ânimos, despertavam todas as atenções, quebrando a indiferença política. (...)”*<sup>(113)</sup>

Para Joaquim Norberto foi dessas conversações que surgiu a idéia de que em Minas era possível chegar aos mesmos acontecimentos que transformavam o mundo nos anos finais do século XVIII. Essa idéia fez adeptos e, assim, Tomás Antônio Gonzaga se viu à frente de uma conspiração sem perceber que assumira o papel de chefe. Para o historiador da conjuração, com a insistência do tema nas conversações amigáveis, Gonzaga começou a brincar com a hipótese de um levante e confiando na adesão popular, caso ocorresse a derrama, passou a acreditar no êxito que alcançariam.<sup>(114)</sup>

Negar mais tarde, em seus depoimentos, qualquer participação no movimento, nada mais foi do que uma forma de defesa, na qual tão habilmente Gonzaga se entrincheirou e, conseqüentemente, “se hesite em qualificá-lo como conspirador, mas os depoimentos do coronel Alvarenga, (...) e de Cláudio Manuel da Costa, que era o seu mais íntimo amigo, dão testemunhos de sua cumplicidade (...)”<sup>(115)</sup>

Preocupado em demonstrar o grau de comprometimento de Gonzaga em

---

(113) Idem, *ibidem*, op. cit., p. 105, v. I

(114) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 73 – 74, v. I Norberto também se expressou, dessa forma, em uma outra obra, sobre o papel destinado a Gonzaga: “(...) não era alheio à conjuração que se tramava, e se havia unido a Cláudio Manuel da Costa para a colaboração do código legislativo, procurava aplinar o terreno por onde tinham de rodar o carro da revolução.” Consultar também: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras...*, p. 48.

(115) Cf.: Joaquim Norberto Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, pp. 72 – 73, v. I

relação aos acontecimentos de Vila Rica, Joaquim Norberto buscou nos depoimentos das devassas alguns indicadores que poderiam ser utilizados. Assim surgiu uma observação que se tornou recorrente, nos estudos sobre a conjuração, e que se refere a um ataque de ‘cólicas biliares’ sofrido pelo poeta. Norberto descreveu, dessa forma, os acontecimentos ocorridos em uma certa tarde quando Gonzaga jantava:

*“(...) com seus amigos o coronel Alvarenga, o cônego Luís Vieira e o Dr. Cláudio Manuel da Costa. Pendeu a conversação para o lado político. Era sujeito Gonzaga a cólicas biliosas (...). No meio de suas agudas dores prosseguiu estoicamente na conversação que se tornara favorita, e que de outro modo nenhum encanto ou interesse lhe poderia oferecer em semelhante ocasião.”*<sup>(116)</sup>

Os acontecimentos estavam tomando seu rumo em Vila Rica e no Rio de Janeiro, enquanto isso o vice-rei L. de Vasconcelos escrevia para Lisboa dizendo “que bem conhecia ser o principal cabeça desta abominável maldade Tomás Antônio Gonzaga unido aos seus grandes amigos Inácio José de Alvarenga e Carlos Correia de Toledo.”<sup>(117)</sup>

Além de ser cogitado como chefe da conjuração, um outro papel também foi destinado aos amigos Gonzaga e C.M. da Costa. Foi muito comentado o fato de que ambos estavam encarregados da codificação das leis para o novo governo, um trabalho que teria levado cerca de dois anos. Embora nenhum papel comprometedor, ou até mesmo qualquer outra prova sobre essa possível codificação tenha sido encontrado nos vários seqüestros de bens que foram realizados em Vila Rica, ordenados pelo visconde de Barbacena e realizados pelo desembargador Pedro José Araújo de Saldanha. Nessas buscas nada foi encontrado que representasse alguma prova contra o conjurado, mas para Norberto, o grande mal dessa apreensão foi “a perda de numerosos manuscritos, que nunca mais lhe restituíram a estupidez e a inveja de seus juizes, a qual redundou toda em prejuízo da

---

(116) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 106, v. I

(117) Cf.: Luís de Vasconcelos, “Ofício de 16 de julho de 1789 dirigido a Martinho de Melo”, apud Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., nota 85, v. I

literatura de duas nações.”<sup>(118)</sup>

A derrama poderia cair “sobre o povo segundo as ordens vindas da Corte. Chegara a vez de Gonzaga encaminhar a conjuração pelas veredas ao resultado feliz que se lhe antolhara poder colher,” novamente é Gonzaga o cabeça do levante.<sup>(119)</sup> Era esse o momento aguardado pelos conjurados para o lançamento da revolta que, dessa forma, conseguiria o apoio popular. Mas o Visconde de Barbacena, dirigindo-se às Câmaras da capitania de Minas Gerais por intermédio de uma circular, informava que havia tomado a decisão de suspender o lançamento da derrama até chegar à conclusão da melhor forma possível de alcançar os números necessários para a prestação de contas para o governo real.

Essa suspensão da derrama tomou a todos os conjurados de surpresa, e se perguntavam sobre os motivos de tal decisão. Tornou-se necessário descobrir se Barbacena sabia dos planos para o levante. Para Norberto, a tarefa de levantar essas informações foi dada a um hábil conspirador; coube, assim, “ao desembargador Tomás Antônio Gonzaga tão espinhosa tarefa, o qual dirigiu-se imediatamente à Cachoeira; e procurou falar ao governador. (...)”<sup>(120)</sup>

Ao reunir novamente os amigos para um jantar, Gonzaga se viu em um determinado momento, questionado sobre o levante pelo cônego Luís Vieira. Gonzaga, que tivera oportunidade de conversar com o governador, respondeu “com aquela frase fria e lacônica que a história conservara: ‘- A ocasião para isso perdeu-se.’ E essa frase pôs fim à encetada prática, e bem provou o ânimo em que todos estavam depois da suspensão da derrama, a qual tirando o pretexto, desarmou a conjuração, e fez abortar o levante. (...)”<sup>(121)</sup>

Segundo Joaquim Norberto, Gonzaga foi preso e conduzido ao Rio de Janeiro pelo tenente-coronel Francisco Antonio Rebelo, em de maio de 1789. Foi encaminhado “(...) à prisão como chefe de uma conspiração que tinha por fim a liberdade

---

(118) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 53, v. II

(119) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 142, v. I

(120) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., p. 177, v. I E, também: Joaquim Norberto de Souza Silva, *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras...*, pp. 48 – 49.

(121) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, pp. 178 – 179, v. I Já na nota 984, Norberto detalhou, com base no auto de inquirição das testemunhas, os movimentos ocorridos dentro da casa do desembargador dias antes de sua prisão.

da capitania, a proclamação de uma república, não era o mártir popular apontado pelo povo como o seu herói, mas como o contrabandista de ouro e de diamantes!...”(122)

Sua prisão provocou largos e infundados boatos. Sofreu quatro longos interrogatórios na Devassa do Rio de Janeiro, sendo que, para Joaquim Norberto, Gonzaga foi um dos que mais se sobressaiu durante os interrogatórios, juntamente com Alvarenga e Tiradentes. Gonzaga sobressaiu-se pela tenacidade da completa negação, pois sua defesa estava em afirmar que nada sabia da conjuração. “(...) Entrincheirado nas negativas, obstinou-se em confessar que soubesse por qualquer forma do levante, e que só por hipótese tratara do estabelecimento de uma república. (...)”(123)

Após 5 meses e 25 dias de prisão aconteceu o primeiro interrogatório. No dia 17 de novembro de 1789 foi interrogado pelo desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, pelo ouvidor Marcelino Pereira Cleto e o tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo. O segundo interrogatório ocorreu em 3 de fevereiro de 1790; o terceiro, ocorrido em 1 de agosto de 1791, foi comandado pelo juiz desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, pelo escrivão desembargador Francisco Luiz Álvares da Rocha e pelo escrivão assistente José Caetano César Manitti, “que apesar de ser seu amigo nada pode fazer para salvá-lo”. O último interrogatório a que Gonzaga foi submetido ocorreu em 3 de agosto de 1791. Foram longos os seus interrogatórios. “Gonzaga insistiu sempre em negar que soubesse da conjuração, que não podia haver pessoa alguma que afirmasse o contrário dando razões certas de sua ciência, a menos que fossem seus inimigos ou pessoas convidadas por eles para isso. (...)” (124)

---

(122) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p.52, v. II.

(123) Idem, pp. 125 - 126, v. II. O próprio Tiradentes se admirou ao passar por tantas perguntas sobre Gonzaga e fez uma confissão generosa, na opinião de Norberto, quando afirmou que não sabia se o desembargador pertencia à conjuração. Ainda sobre a negação de Gonzaga em relação ao movimento, ver: “Entrincheirado por detrás das negações, Gonzaga declinou algum tanto de sua obstinação, negando todavia que diretamente se falasse em sua presença, mas confessando que não duvidava que alguma vez se falasse na possibilidade de um levante dos povos do Brasil e que bem poderia ele ter dito que se havia perdido uma boa ocasião em se publicar a derrama.” Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícias sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras...*,p.73. “Era Gonzaga entre todos os réus o que mais simpatias merecia, e também o que pela sua firmeza de caráter, e pelas suas respostas calculadamente estudadas, tornara a sua defesa mais fácil.(...)” Idem, *ibidem*, p. 79.

(124) Idem, *ibidem*, pp. 64 – 67.

Joaquim Norberto colocava-se a questão de saber se existia uma preocupação, entre os conjurados, com os ideais republicanos. Caso existisse, para Norberto, Gonzaga seria o seu mentor. Para o historiador nasceu na casa de “Gonzaga a hipótese da república, que foi abraçada como possível.” J.P. Furtado também destacou que em Norberto essa idéia de republicanismo estava presente entre os conjurados e que Gonzaga era seu autor.(125)

O historiador da conjuração mineira não escondia a admiração que dedicava ao poeta, não perdendo oportunidades para externá-la.(126) Como exemplo podemos citar a forma como o historiador se referia sobre a defesa do conjurado. “Foi Gonzaga talvez o único dos conjurados que se defendeu com mais energia de caráter (...)” Para Norberto, o talento de Gonzaga desnor-teou até mesmo o juiz da alçada, que substituiu o da devassa. Enquanto o poeta se defendia “mostrava o juiz que não o ouvia com agrado; armava o olhar de severidade, e negava o incendiado rosto; prosseguia nos seus meios e o juiz se

---

(125) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração mineira...*, pp. 70 – 72. Ver também: João Pinto Furtado, op. cit., p. 172.

(126) Essa admiração era reconhecida pelos representantes da ‘cidade letrada’. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que até hoje a imagem que conhecemos de Tomás Antônio Gonzaga pertence a um retrato a óleo, feito em 1843, por meio da idealização de João Maximiliano Mafra. Nesse período, segundo Eduardo Frieiro, era um “estreado como artista do pincel e que depois foi secretário da Escola Imperial de Belas-Artes e ideou a estátua equestre de D. Pedro I” Esse quadro histórico representa “o poeta na sua masmorra da fortaleza da Ilha das Cobras” – quando o poeta escrevia a sua obra prima tendo por pena um pedúnculo de uma laranja e como tinta o fumo da candeia que iluminava sua cela -- e foi oferecido pelo artista ao próprio Joaquim Norberto. Esse quadro acompanhará o historiador da conjuração mineira por muito tempo. Em 1862, Norberto usou uma litografia do mesmo para ornar a reedição do poema *Marília de Dirceu*. Mais tarde, ao escrever a *História da Conjuração Mineira*, Norberto usaria esse mesmo quadro, como fonte inspiradora, para que descrever os momentos que Gonzaga permaneceu encarcerado. E, por fim, essa mesma tela seria utilizada, em 1889, para ornamentar o salão do IHGB, no “extremo do salão fronteiro ao trono”, durante a festa do centenário da morte do poeta Cláudio Manuel da Costa. A respeito, ver: Eduardo Frieiro. *O diabo na livreria do cônego. Como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1957. Ver também: Tomás Antônio Gonzaga. *Marília de Dirceu. Lyras de Tomás Antônio Gonzaga precedidas de uma notícia biográfica e de juízo crítico dos autores estrangeiros e nacionais e das lyras escritas em respostas as suas acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva*. Paris: Garnier Irmãos Editores, 1862. Também pode ser consultada: “Ata da Sessão Solene em 4 de julho de 1889” RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 53, parte I, pp. 10 – 14, julho 1889.

perturbava, se alterava e deixava por fim a prisão.”<sup>(127)</sup>

Recluso na prisão do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, tendo por comandante da guarda o capitão de um dos regimentos de granadeiros, João Pedreira Duarte, Gonzaga foi transferido em 18 de julho de 1792, junto com os outros conjurados, quando apresentou-se o acórdão contra os réus, “uma farsa indigna de um tribunal encarregado de tão importante missão”. Gonzaga foi condenado ao desterro perpétuo para o presídio de Pedras (Angola), pena depois comutada para dez anos em Moçambique, partindo no navio Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal, em 22 de maio, com 48 anos. Para Norberto, o poeta conjurado morreu em 1807.<sup>(128)</sup>

---

(127) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva.. *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga....*, pp. 65 – 66. Norberto apresentou uma questão, talvez secundária, mas que nos trouxe algumas informações dos acontecimentos nos momentos iniciais do IHGB. O historiador da conjuração questionou qual quinhão de glória Gonzaga solicitaria caso sobrevivesse ao despotismo colonial, já que um dos conjurados, que negara a idéia e até mesmo havia delatado seus amigos, anos depois reclamou a glória de ter sido um dos iniciadores das idéias de independência para o Brasil. Neste caso, Norberto se referia a José de Resende Costa (filho), que em 1839 enquanto membro do IHGB publicava, na revista do Instituto, a tradução do trabalho de Southey. Esta não foi a única vez que Norberto apontou para Resende Costa com críticas, nem sempre veladas, sobre a sua atuação na trama de Minas Gerais, além da sua negação em esclarecer os acontecimentos, enquanto testemunha ocular dos fatos. Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira....*, p. 73, v. I

(128) A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira....*, nota 1163. E, também: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras....*, p. 82 e nota 92. Em pesquisas mais recentes, realizadas por Adolfo Gonçalves, podemos observar que, em 2 de maio de 1809, Gonzaga foi nomeado juiz interino da alfândega e, naquela altura, somente ele advogava na ilha de Moçambique, advogando para os grandes senhores negreiros, além de acumular os cargos de procurador da Coroa e da Real Fazenda, portanto um dos homens mais influentes da comunidade. “No inverno da velhice, (...), o inconfiante Tomás Antônio Gonzaga voltaria a sentir a inebriante sensação do mando. Deixaria sua assinatura em muitos documentos (...).” Para A. Gonçalves, o ex-conjurado Gonzaga poderia ser considerado, ao final da vida, um homem realizado. Além dos cargos ocupados, ele nunca deixara de lado as letras. “Das peripécias da época da conjuração mineira, só lembraria por que, ao seu lado, restavam dois participantes: o cirurgião-mor do regimento Salvador Carvalho do Amaral Gurgel e o armador e negreiro Eleutério José Delfim, (...)” Gonzaga ocupou o cargo de juiz interino da alfândega até a última semana de janeiro de 1810. Ainda de acordo com Gonçalves, o poeta conjurado permaneceu recolhido em sua residência durante o período em que se encontrava fazendo um tratamento para quem sofria de ressecamento dos intestinos. “A 24 de janeiro, ou no dia seguinte, Gonzaga teve uma recaída e a sua morte sobreveio entre a quinta-feira de 25 de janeiro e a quinta-feira de 1º de fevereiro de 1810.” A respeito das novas pesquisas sobre Tomás Antônio Gonzaga, ver: Adolfo Gonçalves. *Gonzaga, um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 448 – 459.

## Hipólita Jacinta Teixeira

Esposa do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes e filha do capitão-mor Pedro Teixeira. Recebeu como herança do pai “a casa de dois sobrados, que possuíam nesta corte à Rua do Rosário, com fundos para a de Detrás do Hospício. Rendiam nesse tempo, altos e baixos, 16\$000 réis mensais!”; essas informações foram extraídas por Joaquim Norberto do Translado dos Seqüestro.(128)

Joaquim Norberto possuía uma opinião elogiosa a respeito da senhora Hipólita Jacinta, mesmo considerando-a como sendo uma personagem menor dentro dos acontecimentos ocorridos nas Minas Gerais. Mas, segundo o historiador do IHGB, era “a ilustre fluminense dotada de mais vivacidade e talento do que o seu esposo, e decidiu-se a ir pessoalmente a presença do visconde general a fim de que lhe dissesse se seu consorte era ou não culpado (...)”.(129)

Joaquim Norberto ressaltou o fato de que o medo de ver a sua casa invadida para a realização de uma busca nos papéis do marido fez com que Hipólita ateasse fogo em todos os papéis, principalmente naqueles em que seu marido estava trabalhando para o registro dos acontecimentos, e que, mais tarde, deveriam ser entregues ao visconde de Barbacena, em forma de carta-denúncia. Por medo de que esses papéis tivessem muito mais contra seu marido do que como defesa é que ateou fogo aos mesmos.(130)

Hipólita recebeu das mãos de um meirinho um ofício do desembargador ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Pedro José Araújo de Saldanha, pedindo ao coronel que se dirigisse à presença do Visconde de Barbacena. Hipólita assegurou que seu marido receberia esse ofício, o que de fato ocorreu, e no momento que se apresentou frente

---

(129) Cf.: Joaquim Norberto Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, nota 811, v. II.

(130) *Idem*, *ibidem* pp. 67 - 68, v. II

(131) Oliveira Lopes escreveu sua carta-denúncia, com data de 19 de maio de 1789, entregando-a pessoalmente ao Visconde de Barbacena. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, pp. 56 e 68, v. II.

ao governador foi “encerrado num dos segredos da cadeia Pública” em Vila Rica.<sup>(131)</sup>

Norberto também citou, em nota, que Hipólita arrecadou de 10 a 12 mil cruzados para tentar salvar o marido da prisão. O historiador da Conjuração Mineira comentou o fato quando descreveu a história da tia de Sá Bittencourt que utilizou ouro para livrar seu sobrinho da prisão.<sup>(132)</sup>

### Visconde de Barbacena

Em determinado ponto de sua narrativa, Joaquim Norberto descreveu o episódio, que já rendeu inúmeras páginas entre os estudos que têm a conjuração como tema em que um vulto misterioso avisava aos conjurados, em Vila Rica, sobre a prisão de Tiradentes. Supõe-se que o objetivo era possibilitar que os conjurados se colocassem em um lugar seguro por que, mais cedo ou mais tarde, seriam presos.

Enquanto esses acontecimentos fervilhavam em Vila Rica, o visconde de Barbacena estava “entretido na criação de suas galinhas e vacas”, em Cachoeira do Campo e ordenou por carta, ao desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, que realizasse uma rigorosa busca e apreensão de papéis e bens de T. A. Gonzaga.

Ao descrever o momento em que Barbacena ordenou a prisão dos demais conjurados, que se encontravam em Vila Rica, Norberto fez um julgamento do caráter do visconde: “(...) Não era homem talhado para as grandes ocasiões, as quais exigem medidas enérgicas. Seu gênio mesquinho via tudo em ponto pequeno. (...)” Joaquim Norberto criticou a inércia do visconde, mas também a inércia de todos os conjurados que deixaram-se prender “sem gente que saísse ao brado de - Viva a liberdade! (...)”<sup>(133)</sup>No último

---

(132) Idem, *ibidem*, nota 898, v. II

(133) Idem, *ibidem* p. 68. Segundo Joaquim Norberto, em seu interrogatório, o coronel Francisco A. de O. Lopes foi por demais prolixo excedendo-se em suas asserções. Preso na Fortaleza de Villegaignon percebeu que seus serviços não haviam surtido o efeito que desejara. Norberto, em nota, utilizando como fonte um ofício do Visconde de Barbacena, afirmou que circulou até mesmo um boato em Vila Rica de que o conjurado estava em tal estado de ânimo que até mesmo pediu que lhe cortassem a cabeça. A respeito, ver. Joaquim Norberto de Souza Silva, *op. cit.*, p. 140 e nota 1031.

(134) Idem, *ibidem*, p. 50, v. II

capítulo de sua obra, Joaquim Norberto, ao fazer um balanço sobre os acontecimentos derradeiros da conjuração, comentou também sobre o papel do visconde de Barbacena enquanto personagem secundário dos acontecimentos, mas importante no desenrolar da trama.

Referindo-se ao fato de que Barbacena deixara o tenente-coronel Francisco de Paula livre por algum tempo, Joaquim Norberto afirmou que depois de um certo tempo havia soado a hora da desgraça do tenente coronel, “pois a liberdade de que gozava era apenas uma das veleidades do visconde de Barbacena. Alegrava-se o governador com as suas jaulas cheias, (...)”<sup>(134)</sup> Mas essa alegria não perdurou muito tempo, pois só no ano de 1789 Barbacena enviou por mais de sete vezes comboios com réus para o Rio de Janeiro.

O visconde de Barbacena pautava seus atos pelos do vice-rei; ambos se comportavam de forma semelhante e na melhor harmonia. “Tinham ambos os mesmos espíões; ambos haviam mandado fazer segredos por toda parte e, como o vice-rei, ordenara também o governador a inquirição de uma devassa (...)” Para Joaquim Norberto, o governador era mais severo que o vice-rei, sendo que Barbacena “estendia ampla rede de que ninguém no seu conceito poderia escapar, pois supunha a “*sublevação tão horrorosa como geral!*”<sup>(135)</sup> Essa expressão foi utilizada diversas vezes, quando Norberto se referia ao movimento, sempre colocando que a conjuração era muito maior na imaginação do visconde do que era na realidade.

Outra interpretação apontada por Joaquim Norberto refere-se ao fato de que Barbacena, após ter apressado o interrogatório dos réus que se achavam em Vila Rica “(...)e logo que se retiraram os juizes devassantes do Rio de Janeiro, ativou os seqüestros dos bens dos que jaziam nas prisões e contra os quais mais avultavam os indícios de criminalidade.(...)” Essa informação nos chamou a atenção, principalmente pelo fato de que Norberto, em diversos pontos de sua obra, comentou sobre a relação do visconde Barbacena com os poderosos da província.<sup>(136)</sup>

---

(135) Idem, *ibidem*, p. 83, v. II

(136) Idem, *ibidem*, pp. 99 – 100, v. II

(137) Idem, *ibidem*, p. 109, v. II

Após a lentidão acintosa com que o processo da devassa de Minas Gerais aconteceu, a mesma terminou em 9 de abril de 1791, quando o juiz devassante entregou para o visconde, nas palavras do historiador da conjuração, o monumento da iniquidade e vingança do governador.<sup>(137)</sup>

Em 6 de junho de 1790, o vice-rei Luís de Vasconcelos entregou seu lugar ao novo vice-rei conde de Resende, D. Luís José de Castro. Para Joaquim Norberto, o visconde de Barbacena teria provavelmente ficado aliviado por, finalmente, ter o governo da colônia passado para as mãos de alguém “cuja índole guardava tanta harmonia com a sua”, e também por se ver livre de alguém cujas relações estavam abaladas. Esperava, com o novo vice-rei, ser melhor vingado com o castigo já próximo dos conjurados que ousaram pedir por sua cabeça.<sup>(138)</sup>

Juntamente com a alçada chegou ao Rio de Janeiro o brigadeiro Pedro Álvares de Andrade, que viria comandar o regimento de Extremoz e seguiria, portanto, para Vila Rica. O brigadeiro Andrade faria com que o governador desse baixa ou afastasse do serviço aqueles oficiais que direta ou indiretamente tivessem se tornado suspeitos e deveriam ser encaminhados para serem processados. Para exemplificar esse acontecimento, Joaquim Norberto citou que estavam nessa situação “os capitães Maximiliano de Oliveira Leite e Manuel da Silva Brandão, os quais cobriu o visconde de Barbacena, com o manto de sua proteção.”<sup>(139)</sup>

Norberto questionou o quanto o visconde fez em prol do povo da capitania de Minas Gerais, que já era tão tributado “em nome da religião pelos padres, e em nome da coroa pelos contratadores do fisco.” O historiador considerou o governo de Barbacena como sendo um governo estéril, que nada de proveitoso realizou e uma pessoa cujo caráter era leviano e sem “tino administrativo, entregou-se a lavoura, deu-se à criação de gados” tudo em proveito próprio e da família em detrimento do Estado e do povo da província.<sup>(140)</sup>

---

(138) Joaquim Norberto chegou até mesmo a afirmar que a lentidão que moveu a devassa de Minas Gerais foi devida única e exclusivamente ao livre arbítrio do Visconde de Barbacena. A respeito, ver: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., pp. 111 – 113, v. II

(139) Idem, ibidem, p. 172, v. II

(140) Idem, ibidem, pp. 176 – 177, v. II e também nota 1152.

(141) Idem, ibidem, p.219, v. II

O próprio Martinho de Melo e Castro censurou os motivos que faziam o governador permanecer por tanto tempo na propriedade de Cachoeira do Campo e aconselhou-o a voltar a morar na residência de Vila Rica, pois isto se tornara de indispensável necessidade, o que tornaria mais fácil descobrir qualquer tipo de desordem e mais facilmente evitar que ganhassem corpo, o que não aconteceu, por exemplo, no caso da conjuração. No ofício que Melo e Castro enviou ao visconde de Barbacena, em 29 de setembro de 1790, afirmou ainda que não era de admirar que o visconde mantivesse em sua própria casa o jovem Maciel, que era “sócio e ao mesmo tempo espia dos conjurados.” (141)

Norberto considerava o comando de Barbacena sobre a província de Minas Gerais como uma nulidade, e que seu nome desapareceria entre os governos que dirigiram as diversas províncias brasileiras “se esse incidente político em que figurou pela sua categoria social e tempo, não lhe tivesse dado medíocre importância na história do nosso país, e uma cidade do Império não transmitisse a novas gerações o nome de um tirano.”(142)

### **Cláudio Manoel da Costa**

Norberto comentou que, ao tomar conhecimento do motivo da prisão de T. Antonio Gonzaga, viu o “pobre velho, conhecedor da legislação de seu país, ergueram-se contra ele os tormentos do martírio a que eram sujeitos os réus de inconfidência e, enchendo-se de grande terror, (...)”(143)

Cláudio Manuel da Costa estava apavorado durante seu interrogatório; embora afirmasse que não aconselhara ninguém sobre os possíveis planos, acabou, segundo Norberto, envolvendo alguns de seus amigos. E negou tomar parte na elaboração das leis.(144)

---

(142) Cf.: Martinho de Melo e Castro, *Ofício de 29 de setembro de 1790*. Apud in: Joaquim Norberto de Souza Silva, op. cit., nota 1223, v. II

(143) Cf.: Joaquim Norberto de Souza Silva. *História da Conjuração Mineira...*, p. 219, v. II

(144) Idem, ibidem, p. 85, v. II

(145) Idem, ibidem, pp. 159 - 160, v II

Descreveu também a forma com que o corpo de C.M. da Costa foi encontrado. De acordo com Norberto, pela manhã do dia 4 de julho de 1789, o juiz da devassa desembargador Pedro José de Araújo Saldanha - acompanhado pelo escrivão José Caetano César Manitti, pelo tabelião Antonio Joaquim de Macedo, pelo escrivão da ouvidoria José Veríssimo da Fonseca e, ainda, pelos cirurgiões Caetano José Cardoso e Manuel Fernandes Santiago e pelo Alferes Joaquim José Ferreira - se dirigiu para a casa do Real Contrato das Entradas.

O historiador da conjuração mineira acreditou, nesse momento, na hipótese de suicídio do conjurado, escrevendo que sabe-se “hoje, segundo as peças do longo processo, que espontânea fora sua morte.” Mas, se a morte foi espontânea por que, segundo Norberto, os cirurgiões já estavam presentes quando o corpo foi encontrado? E por que, em nota, Norberto ao citar o fato de que o visconde de Barbacena se viu obrigado a narrar o triste fim do poeta árcade ao Ministro do Ultramar, conclui “Bem lhe devia pesar a consciência.?”<sup>(155)</sup>

Outro aspecto também tratado pelo historiador foi o fim que levou o corpo de C. M. da Costa. Segundo ele, nos Autos consta que foi enterrado em chão profano, mas para os redatores do *Almanaque da Província de Minas Gerais* (ano 1º, nota 3, p. 53) citado pelo historiador da conjuração, o corpo foi desenterrado do chão profano e levado pelo vigário Vidal para ser enterrado no chão da matriz de Ouro Preto. Para Norberto, foi pouco provável esse acontecimento, visto o clima de terror que pairava sobre Vila Rica. Também foi observado pelo historiador que devemos levar em consideração que isso, da mesma forma, só seria possível caso a morte não tivesse ocorrido por meio de suicídio, pois os suicidas não podiam ter um enterro cristão.<sup>(156)</sup>

Para encerrar as informações sobre o poeta mineiro, Norberto fez questão de chamar atenção para uma interessante comparação. C.M. da Costa, que ele denominou como o primeiro mártir da liberdade do Brasil, morreu no dia em que os Estados Unidos festejavam o 13º aniversário de independência.

---

(146) Idem, *ibidem*, nota 1111.

(147) Idem, *ibidem*, p. 161 e nota 1110.

Podemos comentar ainda, com base em nossas pesquisas, que Joaquim Norberto, ao ter conhecimento das obras dos poetas árcades que se envolveram na conjuração mineira, obteve uma série de informações sobre a vida desses poetas. Com essas informações em mãos, Norberto tem um início para descrever a efetiva participação desses poetas no movimento ocorrido nas Minas Gerais nos finais do séc. XVIII.

Dentre os conjurados Norberto destacou o papel desempenhado por Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, que se dedicavam, de acordo com as informações do historiador da conjuração, à construção das leis para a nação que logo tornar-se-ia independente. E ao construir as leis para a nação outras personagens surgiram e Joaquim Norberto também deu voz a elas, visto ser este um dos objetivos propostos por ele, não julgar somente com a voz dos juizes, com a voz da alçada e portanto, dessa forma, tratar da conjuração. Em nossa opinião, Norberto, enquanto historiador, procurou dar voz também às personagens secundárias, para com isso compor os acontecimentos, cujo palco foi as Minas Gerais setecentista.

A grande discussão na historiografia brasileira envolvendo o nome de Joaquim Norberto diz respeito à imagem que ele pintou do alferes, mas consideramos que a maneira utilizada por Norberto representa apenas uma das leituras possíveis. Para nós, acima da intenção de reduzir a importância e o papel desempenhado por Tiradentes, nosso historiador – enquanto membro da ‘cidade letrada’ e nos compassos da historiografia que se iniciava no séc. XIX – tinha por objetivo primeiro dar voz a essas personagens e entre elas destacar o papel dos grandes poetas árcades. Em nossa opinião não havia por parte de Joaquim Norberto a intenção de valorizar algumas personagens e desvalorizar outra, mas o que nos parece ter existido foi uma escolha por destacar algumas personagens que representavam o seu principal interesse, isto é, os literatos Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(...) Senhores do verbo naquele amanhecer da pátria,  
eles fizeram história e fizeram poesia. Por uma e por  
outra imortalizaram-se.(...)”*

*Domício Proença Filho  
A poesia dos inconfidentes*

Nestas considerações finais nos preocupamos em retomar, brevemente, a grande questão que nos estimulou a iniciar este trabalho. Em um primeiro momento nos propusemos a tentar entender por que e de que forma Joaquim Norberto de Souza Silva olhou para as Minas Gerais do séc. XVIII e, mais especificamente, para a Conjuração Mineira, em um instante em que a Conjuração não era considerada como relevante no processo de conhecimento e da escrita da história do Brasil. Nossa proposta foi a de conhecer e assim, tornar conhecido o historiador Joaquim Norberto e sua obra mais importante e não realizar mais um estudo específico sobre a Conjuração Mineira.

Deparamo-nos com uma tarefa imensa ao mesmo tempo e muito gratificante e à medida em que a pesquisa ia se desenvolvendo, com idas e vindas aos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional, o homem Joaquim Norberto foi como que ‘tomando forma’ em nossa mente e percebemos que se fazia necessário ‘retirá-lo’ dos arquivos e trazê-lo para o nosso estudo, dar-lhe voz.

Foi nessas idas e vindas, por exemplo, que percebemos que Joaquim Norberto dividiu seu tempo, por muitos anos, entre suas atividades literárias, suas pesquisas históricas junto ao IHGB e a sua responsabilidade de chefe de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios do Império; dessa forma, em 1873, surgiu a primeira edição da *História da Conjuração Mineira*, a concretização de sua maior obra, na qual empregou mais de treze anos de pesquisas e dedicação, e que definitivamente uniu seu nome à história do movimento ocorrido nas Minas Gerais setecentista.

A esse trabalho do autor podemos unir outros e formarmos um conjunto de obras que apresentam como tema central a história da conjuração mineira. Citamos como exemplos desses trabalhos a apresentação para uma nova edição de *Marília de Dirceu* de Tomás Antônio Gonzaga, o poema *Cabeça do Mártir*, as biografias contidas no livro *Brasileiras Célebres* e um balanço para a solenidade realizada pelo IHGB para lembrar a morte do poeta conjurado Cláudio Manuel da Costa.

Ao dedicar tantos anos de sua vida aos estudos da Conjuração Mineira, em uma época em que pouco se falava nesses acontecimentos, Joaquim Norberto pôde ser considerado por nós como sendo **o historiador da conjuração**. Escrevendo em um tempo em que fatos como o descobrimento e a recente independência política se destacavam, Norberto preferiu voltar seus olhos para os ‘verdes mares de morros’ das Minas Gerais setecentista e foi buscar lá, no interior, exemplos e fatos que demonstrassem o que o Brasil ‘verdadeiramente’ significava.

Por realizar uma obra cujo tema apresentava aspectos desconhecidos, por se dedicar a um trabalho tão profundo e por utilizar fontes até então inéditas, podemos considerá-lo o responsável pelo discurso fundador da conjuração. Norberto, que já foi considerado um “rato de arquivo” e um “amante dos documentos”, recebeu assim mais uma designação. Devemos também ressaltar que Joaquim Norberto pode ser considerado como o responsável pelo discurso fundador da Conjuração Mineira por criar uma nova tradição, dar um novo significado aos acontecimentos mineiros. E foi a partir da sua obra *História da Conjuração Mineira* que novos estudos surgiram e consideramos que, ainda hoje, sua utilização como fonte seja de absoluta valia para inúmeros pesquisadores que se dedicam aos estudos da historiografia do séc. XIX, das representações e dos acontecimentos que tiveram como palco as regiões auríferas de Minas Gerais no último quartel do séc. XVIII.

Dois momentos ilustram a predileção que Joaquim Norberto dedicava, por exemplo, ao uso das fontes primárias. O primeiro ocorreu quando ele salvou de serem vendidos ou destruídos alguns documentos que se encontravam guardados na Biblioteca Pública da Corte. O outro momento refere-se ao período em que ele foi chefe do arquivo da Secretaria de Negócios, onde teve acesso a um número considerável de documentos, e aproveitando sua colocação, enviou alguns originais e alguns como cópias para o arquivo do Instituto Histórico.

Desses inúmeros documentos utilizados por Joaquim Norberto, sem dúvida os mais significativos são aqueles que formam um conjunto os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*, que foi a principal fonte utilizada por Norberto no decorrer

de sua obra. Podemos somar a eles dois outros que também foram importantes para nosso historiador: a anônima *Memória do êxito que teve a conjuração patriótica e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro* e também *Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu em confissão*, de autoria do Frei Raimundo de Penaforte. Esses dois últimos documentos foram publicados tanto na Revista do Instituto Histórico, em 1881, quanto na edição de 1948, da *História da Conjuração Mineira*.

Percebemos, em nossas pesquisas, que tendo por base essa trilogia documental, Norberto foi adiante em seu principal objetivo, isto é, preencher as lacunas que existiam em torno do movimento da conjuração; essas lacunas referiam-se aos anos de prisão dos conjurados. Norberto fazia questão de afirmar que utilizar somente a sentença contida nos *Autos da Devassa* era calar a voz dos acusados e julgar os acontecimentos de forma parcial, ouvindo somente uma das partes envolvidas. A referida busca no preenchimento dessas lacunas deu destaque ao historiador da conjuração, pois até então esses momentos não tinham merecido a atenção de outros membros da cidade letrada. Nessa busca por maiores informações ele requereu ao IHGB que, com sua influência junto à máquina administrativa imperial e eclesiástica, conseguisse-lhe o acesso a diversos documentos que, até aquele momento, ele não havia consultado.

As ligações que Norberto possuía junto às diversas secretarias e a simpatia que ele mesmo nutria pela família imperial fez com que, por muito tempo, ele fosse rotulado como sendo um historiador oficial. Mas, reagindo a essas críticas que seu trabalho suscitou, o historiador frisou, por diversas vezes, que ele apenas desejou preencher as muitas lacunas existentes sobre a conjuração, por isso ele perseguiu a ‘verdade histórica’ daqueles tempos de trevas.

Pudemos também observar que a publicação da *História da Conjuração Mineira* trouxe até seu autor manifestações antagônicas. Entre alguns representantes do IHGB ela foi aceita, com grandes elogios, mas um outro grupo de pesquisadores, já no final do séc. XIX, encararam a obra norbertina como tendo o objetivo de reduzir a importância do movimento mineiro.

Essas manifestações críticas foram rebatidas por Norberto em um texto publicado pela Revista do Instituto Histórico em dezembro de 1881, e também republicada em anexo à segunda edição da *História da Conjuração*.... Dessas críticas, possivelmente a que mais havia incomodado o historiador tenha sido publicada na *Reforma* e se referia à obra de Joaquim Norberto como o livro do literato do Instituto Histórico; essa questão da possível ‘oficialidade’ do historiador seguiu-o por muito tempo.

Essa questão da oficialidade de seu trabalho também era ressaltada por aqueles que viram, em suas opiniões sobre Tiradentes, uma maneira para diminuir a importância dessa personagem dentro da conjuração, embora em várias passagens Norberto tenha reconhecido as qualidades do caráter do alferes Joaquim José.

A admiração que Norberto dedicava aos poetas árcades, principalmente Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, ficou patente em diversas partes de sua obra. Pensamos ter sido por intermédio desses dois poetas que nosso historiador resolveu estudar com maior profundidade o movimento ocorrido nos finais do séc. XVIII, nas Minas Gerais.

Como já foi dito anteriormente, foram muitos anos de pesquisa, que se transformaram em uma obra que pode ser considerada matriz para o estudo da conjuração. Na *História da Conjuração Mineira*, Joaquim Norberto deixou marcado uma outra grande característica presente em seus trabalhos, que era explorar intensamente as notas de rodapé; nessa obra em especial, foram mil e duzentas e onze notas. Estas, de acordo com o próprio Joaquim Norberto, tinham como função esclarecer detalhadamente alguns acontecimentos além de demonstrar as fontes “donde emanaram” suas afirmações.

Mas foi ao dar “voz aos acusados” que Joaquim Norberto demonstrou, em nossa opinião, o grande papel desempenhado por ele enquanto historiador. Norberto foi aos arquivos e às fontes e trouxe para o seu trabalho personagens que, até aquele momento, não haviam sido consideradas. Podemos exemplificar essa situação lembrando que foi com o trabalho do historiador da conjuração que o papel de Tomás Antônio Gonzaga, como líder da conjuração, ganhou destaque. Foi também com Norberto que o papel desempenhado por personagens como Silvério dos Reis e Manuel R. de Macedo começou a ser questionado.

Ou ainda, se buscamos as maiores críticas que Norberto sofreu, perceberemos que elas diziam respeito à maneira como ele tratou a figura de Tiradentes. Talvez possamos nos arriscar, um pouco, e colocar que o próprio mito que envolveu o alferes começou a ser construído a partir da obra de Norberto. No momento em que o historiador apresentou Tiradentes, seu objetivo foi o de, simplesmente, expor mais uma das personagens envolvidas no movimento; supomos não ter sido seu intuito construir ou desconstruir essa imagem. Para nós, ele apenas se preocupou em torná-la conhecida e outros estudiosos disto se apropriaram e realizaram novas leituras.

Analisando dessa forma, talvez possamos considerar que Norberto, apresentando Tiradentes preso enquanto um palestrador e executado enquanto um cristão, ao invés de realizar uma redução do poder e do papel de Tiradentes, na verdade conseguiu construir os alicerces do mito. Basta lembrar que em sua obra Norberto descreveu todo o ritual de morte de Tiradentes e principalmente seus solilóquios com o crucifixo. E qual a grande imagem que a iconografia, mais tarde, recriou? Exatamente uma possível semelhança de Tiradentes com Cristo. Por isso, entre outros motivos expostos, é que achamos ser possível considerar Norberto enquanto o construtor do discurso fundador da conjuração mineira.

Não podemos também nos esquecer das personagens femininas destacadas pelo historiador da conjuração. Bárbara Heliadora, por exemplo, surgiu em suas páginas preocupada com o Brasil e com a sua família, não se deixou abater e lutou por muito tempo pelo que considerava como sendo seus direitos. Outro evento, muito bem descrito por Joaquim Norberto foi o episódio do milagre da Virgem de Bom Sucesso patrocinado por Maria Isabel de Sá e Bittencourt, quando esta, na tentativa de livrar seu sobrinho José de Sá Bittencourt das garras da alçada, entregou duas arrobas de ouro pela sua liberdade.

Com base em suas pesquisas, junto às mais diferentes fontes, Norberto ainda trouxe à luz outras personagens que, até então, não haviam sido destacadas. Podemos citar como exemplo os acontecimentos que envolveram os jovens brasileiros que estudaram na Europa, e que foram, em conversas com Thomas Jefferson, pedir auxílio dos Estados

Unidos para a nossa possível independência. Essas conversas, para Norberto, representavam as articulações iniciais do movimento.

É possível também considerar outras informações que Joaquim Norberto trouxe à tona com suas pesquisas. Por exemplo, podemos citar o papel desempenhado pela Igreja Católica, que o historiador criticou em diversas oportunidades, sempre demonstrando que a Igreja, naqueles momentos, realizou um trabalho muito mais submisso aos juizes das devassas, servindo para arrancar confissões dos prisioneiros, do que um auxílio às vítimas presas nas masmorras do governo português.

Um outro objetivo de Joaquim Norberto, que observamos com as leituras do conjunto de obras sobre a conjuração mineira, foi a busca empreendida por ele para demonstrar o papel realizado pela justiça durante toda a devassa. Dessa forma, em várias ocasiões, Norberto procurava destacar que muitos dos envolvidos na conjuração, na verdade, escaparam até mesmo de serem interrogados como testemunhas. Essa proteção aos mais ricos da capitania pode ser exemplificada, segundo o historiador da conjuração, através do fato de que mesmo tendo os conjurados freqüentado assiduamente a casa do contratador Rodrigues de Macedo, este de forma alguma foi inquirido, sendo que era também aconselhado aos envolvidos no movimento que nem mesmo pronunciassem o seu nome.

Ainda de acordo com nossas observações, pudemos perceber que por cinquenta anos Joaquim Norberto empregou muitas de suas horas nos trabalhos desenvolvidos junto ao Instituto Histórico; nesses anos ele ‘perseguiu’ e ocupou os mais diversos cargos nessa “Casa da Memória Nacional”. Para se perceber isso basta lançar os olhos pelas atas das eleições de diretoria e verificar as inúmeras vezes que Norberto se candidatou aos mais diferentes cargos dentro do Instituto. Até que, em 1886, ele realizou o que, talvez, possamos considerar um de seus maiores sonhos, assumiu a cadeira de presidente dessa agremiação.

Durante o período de sua presidência, Joaquim Norberto viveu, em nossa opinião, três acontecimentos que marcaram profundamente os últimos momentos de sua vida. O primeiro, em 4 de julho de 1889, diz respeito à realização de uma sessão solene

para marcar, de acordo com suas próprias palavras, “o centenário do imortal poeta mineiro e o primeiro mártir precursor da idéia da independência nacional” e “um dos mais distintos poetas brasileiros dos tempos coloniais”, Cláudio Manoel da Costa. Essa sessão, que foi idealizada e realizada pelo próprio Joaquim Norberto, contou com a participação de um número considerável de sócios do IHGB, e a presença de diversos convidados e do próprio Imperador D. Pedro II.

Outros dois acontecimentos que marcaram seus últimos dias no IHGB dizem respeito à Proclamação da República e ao banimento da família imperial. Pouco, ou melhor quase nada, restou desse período. A única reação a esse momento de transição, que ficou devidamente registrada, foi a revolta com que Norberto recebeu a indicação do Marechal Deodoro da Fonseca para a presidência honorária do Instituto Histórico.

Norberto, em seus últimos dias, escreveu com menor frequência, pois a presidência da agremiação lhe tomava muito tempo e, já velho e cansado, como ele mesmo fazia questão de afirmar, não resistiu a essas tantas mudanças e após anos de dedicação quase que exclusiva ao Instituto Histórico, o historiador da conjuração mineira faleceu em Niterói, em 14 de maio, na véspera de mais uma sessão daquele que era o seu Instituto.

Para encerrar estas nossas considerações, gostaríamos de lembrar as últimas palavras de Norberto na apresentação da *História da Conjuração Mineira* em dedicatória ao Instituto Histórico. Para o nosso historiador, o movimento ocorrido nas Minas Gerais setecentista pode representar “a origem para mais de um drama, assunto para mais de um poema e pormenores para mais de um romance” ou ainda mais de um trabalho acadêmico, exatamente como a sua própria vida. Futuras pesquisas sobre os estudos da historiografia do séc. XIX, as representações e a conjuração mineira ainda encontrarão material fértil para se desenvolver a partir de Joaquim Norberto. Acreditamos que esse nosso trabalho pode oferecer significativa contribuição para o entendimento não só da obra mas também da figura do autor e de seu papel na reconstrução da memória de um dos fatos considerados mais relevantes de nossa história.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes Manuscritas:

#### A) Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (AIHGB)

##### Biografias :

Biografia de Casimiro de Abreu, por Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, 3/6/1870, lata 115, doc.3.

Biografia de Dona Clara Filippa Camarão, por Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], lata 114, doc. 9.

##### Correspondências:

Correspondência enviada a Joaquim Norberto de Souza Silva: agradecimentos, solicitações, comunicações etc. AIHGB, [S.l.], 1835 – 1882, lata 845, pasta 54, Coleção Alencar Araripe, 30 docs.

Correspondência recebida por Joaquim Norberto de Souza Silva assinada por Manoel Ferreira Lagos, secretário perpétuo do IHGB. AIHGB, Rio de Janeiro, 1849, lata 845, pasta 54, Coleção Alencar Araripe.

Carta do Barão de Cairu a Joaquim Norberto de Souza Silva dando como membro da Comissão de História do IHGB, o seu parecer sobre o manuscrito de Antonio Gonçalves Dias, relativo aos indígenas do Brasil e da Oceania. AIHGB, 1853, Lata 574, pasta 15.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro sobre a ereção da estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva, na cidade de Santos. AIHGB, Rio de Janeiro, 22/11/1861, Lata 177, pasta 106, Coleção IHGB.

Correspondência do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva (minutas): assuntos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império; conclusão de sua obra *História da Inconfidência Mineira* de 1789 e construção de uma nova matriz em Itaguaí. AIHGB, Rio de Janeiro, 1867 – 1874, DL 845.51, Coleção Alencar Araripe, 5 docs.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Visconde de Sapucaí, apresentando-lhe o “ilustre poeta e ameno literato Machado de Assis que deseja uma coleção da Revista do IHGB”. AIHGB, 1871, Lata 574, doc. 30.

Carta e rascunhos do Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva sobre assuntos do IHGB. AIHGB, 1871, 2 docs., lata 360, doc. 8.

Carta do Conde d'Eu a Joaquim Norberto de Souza Silva dizendo-lhe não concordar a Princesa Isabel com a idéia de uma estátua comemorativa da Lei Áurea. AIHGB, 1888, lata 276, doc. 36.

Carta de Joaquim Pires Machado Portela ao Presidente do IHGB, Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva enviando cópia autêntica do seqüestro procedido nos bens de Cláudio Manuel da Costa, em Minas Gerais. AIHGB, 4/7/1889, lata 565, pasta 28.

Correspondências de Joaquim Norberto de Souza Silva sobre assuntos do IHGB. AIHGB, 1881, 1890 e 1891, 5 docs., lata 360, doc. 5.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, sobre a eleição do Marechal Deodoro da Fonseca para Presidente Honorário do IHGB. AIHGB, 1891, lata 360, doc. 16.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Conselheiro Alencar Araripe. AIHGB, Rio de Janeiro, lata 360, doc. 8.

Carta de Joaquim Maria Machado de Assis ao Conselheiro Joaquim Norberto de Souza Silva à respeito do empréstimo do retrato do Conselheiro Bellegarde. AIHGB, Rio de Janeiro, 2/4/1891, lata 320, Doc. 37.

Cartas do Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, Rio de Janeiro, [18 \_\_ ], IL 20.97.

### **Diplomas e Licenças:**

Diploma de sócio honorário conferido a Joaquim Norberto de Souza Silva pela Sociedade Ensaio Literários. AIHGB, Rio de Janeiro, 15/3/1861, 2 docs., lata 675, pasta 57.

Diploma do Conservatório Dramático Brasileiro. AIHGB, Rio de Janeiro, 20/7/1843, DA 2.4.15.

Diploma de Sócio Auxiliador conferido a Joaquim Norberto de Souza Silva pelo Instituto Episcopal Religioso. AIHGB, Rio de Janeiro, 16/12/1856, lata 675, pasta 59.

Título da licença concedida a Joaquim Norberto de Souza Silva para abrir escola de instrução elementar na Freguesia de São João Batista da cidade de Niterói. AIHGB, Rio de Janeiro, 6/10/1843, DL 845.49, Coleção Alencar Araripe.

Ofício da Imperial Associação Typographica Fluminense conferindo o título de Sócio Honorário à Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, Rio de Janeiro, 25/12/1863, lata 845, doc. 50.

Diplomas de sócio correspondente e honorário conferidos a Joaquim Norberto de Souza Silva pela Sociedade de Geografia de Lisboa e Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Carta da Sociedade de Geografia. AIHGB, Lisboa, 30/7/1877, Rio de Janeiro 27/9/1863, 3 docs. DA 3.1.66, Coleção Alencar Araripe.

### Documentos:

Correspondência enviada a Joaquim Norberto de Souza Silva: agradecimentos, solicitações, comunicações etc. AIHGB, Rio de Janeiro, 1835 – 1882, lata 845, pasta 54, 30 docs., Coleção Alencar Araripe.

Declaração de Ruy Barbosa sobre os vencimentos que competem a Joaquim Norberto de Souza Silva aposentado por Decreto de 17 de Dezembro de 1889, do lugar de chefe da Seção Adido à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. AIHGB, 5/2/1890, lata 458, doc. 2.

Documentos pertencentes a Joaquim Norberto de Souza Silva: notas, impresso sobre Manuel I. da S. Alvarenga. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], 8 docs., DL 845, pasta 55. Coleção Alencar Araripe.

Documentos referentes a Joaquim Norberto de Souza Silva: atestados, tempo de serviço, notas... 14 docs. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], lata 845, pasta 56. Coleção Alencar Araripe.

Ofício de Joaquim Norberto de Souza Silva sobre o plano de se ofertar um brinde aos médicos Drs. Semmola, Charcot e De Giovanni que trataram S.M. o Imperador D. Pedro II na grave enfermidade que o acometeu em Milão. AIHGB, 9/7/1888, lata 107, doc. 64.

Petição de aposentadoria de Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], lata 121, doc. 12, 46 p.

Documentos pertencentes a Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], documentos não catalogados

**Pareceres:**

Parecer de Joaquim Norberto de Souza Silva sobre o trabalho de Frei Egídio de Garesso, missionário para catequese dos índios do Pará, intitulado: "Relatório da Viagem ao Rio Negro." AIHGB, 1851, lata 342, pasta 21.

Parecer sobre o registro de documentos relativos à Conquista e administração da Guiana Francesa pelos portugueses. Por Cláudio Luiz da Costa e Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, 29/9/1854, lata 43, doc. 3, 35 fls.

Parecer sobre a introdução da vacina no Brasil. Por Joaquim Norberto de Souza Silva e Joaquim Manuel de Macedo. AIHGB, 23/9/1859, lata 42, pasta 13.

Parecer de 5 de junho de 1882 do Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva sobre limites de Alagoas e Pernambuco. AIHGB, [S.l.], 1882, lata 166, doc. 17. Coleção Azambuja.

**Programas, Propostas, Relatórios e Discursos:**

Discurso sobre Hans Staden. Por Joaquim Norberto de Souza Silva. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], Lata 50, doc. 4.

Memória de Joaquim Norberto de Souza Silva lida no IHGB sobre as tradições do Quilombo dos Palmares e Carta de Sesmaria do Urucu concedida ao Major Alexandre de Brito, em 1727. AIHGB, Rio de Janeiro, 22/8/1851. lata 177, Doc. 72, Coleção IHGB.

Notas diversas do Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva, quando presidente do IHGB. AIHGB, Rio de Janeiro, 1890, lata 360, doc. 7, 22 docs.

Papéis (rascunhos) do Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva, presidente do IHGB sobre assuntos do mesmo. Discurso para recepção de sócios. AIHGB, [18\_\_], Lata 360, doc. 9.

Programa apresentado sobre os meios mais convenientes de conseguir a reabilitação histórica dos Inconfidentes Mineiros. Programa apresentado sobre um Congresso de Geógrafos Americanos para denominação autônoma que compete a cada uma das (2) Américas. AIHGB, [S.l.], 25/5/1860, lata 177, doc. 104 – I e II, 2 docs.

Proposta de Pereira Pinto e Joaquim Norberto de Souza Silva para que o IHGB solicite ao Governo um fragmento dos restos mortais do Padre José de Anchieta, que se conservam na Província do Espírito Santo. E resposta (de Vitória, Espírito Santo) informando sobre a existência, na tesouraria da província, de duas caixas com ossos/reliquias, atribuídos a Anchieta e Nóbrega, sem formal identificação. AIHGB, [S.l.], 1855, lata 350, pasta 80.

Proposta de Joaquim Norberto de Souza Silva para que o consócio Miguel Maria Lisboa examine o que se passou entre Thomas Jefferson e José Joaquim da Maia em 2/10/1786, nas ruínas de Nimes. AIHGB, Rio de Janeiro, 1860, lata 574, pasta 20.

Propostas do Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva, Presidente do IHGB, para que seja criada a classe de Sócios Beneméritos. Acompanha parecer da Comissão de Estatutos. AIHGB, [S.l.], [18\_\_], lata 575, pasta 41.

Relatório do então Presidente do IHGB Dr. Joaquim Norberto de Souza Silva sobre as providências tomadas para melhor guardar o acervo do Instituto e melhoramentos na sua sede, sita à Praça Quinze. AIHGB, Rio de Janeiro, 1899, lata 575, pasta 61, 9 p.

Resumo publicado no Mosaico Poético em 1844 pelos Srs. Joaquim Norberto de Souza Silva e E. Adet seguido de breves notícias acerca de alguns poetas brasileiros de maior nomeada por João Rodrigues da Fonseca Jordão. (Estas notícias são inéditas e o resumo foi impresso mas é hoje raríssimo.) AIHGB, Rio de Janeiro, [18\_\_], lata 222, doc. 30.

## **B) Biblioteca Nacional Rio de Janeiro (BNRJ)**

### **Correspondências:**

Carta de Joaquim Mariano Augusto de Meneses a Joaquim Norberto de Souza Silva, felicitando-o pelo trabalho que pretendia apresentar, sobre “A conspiração mineira”, e prometendo ajudá-lo com alguns dados. BNRJ, Sessão de Manuscritos, original e cópia, Ouro Preto (MG), 23/12/1859, 8 folhas, 3 docs., II – 31, 31, 7.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro solicitando um exemplar do seu opúsculo, intitulado “Apontamentos Religiosos para a Biblioteca da Secção Eclisiástica do Império”. BNRJ, Sessão Manuscritos, Autógrafo, [S.l.], 23/6/1871, I – 3, 10, 69.

Cartas (2) de Joaquim Norberto de Souza Silva a José Alexandre Teixeira de Melo, pedindo-lhe informar quem vende sementes, flores, plantas em Campos. BNRJ, Sessão Manuscritos, Correspondência Avulsa, Niterói, 20/3/1873 e 17/6/1873.

Carta de Joaquim Norberto de Souza Silva a destinatário ignorado pedindo-lhe para mandar uma certidão com seu tempo de serviço. BNRJ, Sessão de Manuscritos, Correspondência Avulsa, [S.l.], 28/6/1882.

### **Censuras e Julgamentos:**

“O juiz de Paz da Roça” Censuras e julgamentos feitos por André P. Lima e Joaquim Norberto de Souza Silva, designados pelo presidente do Conservatório Dramático Brasileiro. BNRJ, [S.l.], 11/4/1844, 2 docs., I – 8, 1, 27, n. 1.

“Os mártires da liberdade ou a Conjuração de Tiradentes.” Censura e julgamento feitos por Joaquim Norberto de Souza Silva, designado pelo presidente do Conservatório Dramático Brasileiro. BNRJ, [S.l.], 30/12/1862, 1 doc., I – 8, 22, 71.

“Laura, ou três melros n’uma gaiola.” Censura e julgamento feitos por Joaquim Norberto de Souza Silva e José Pedro Xavier Pinheiro, designados pelo presidente do Conservatório Dramático Brasileiro. BNRJ, [S.l.], 13/1/1864, 2 docs., I – 8, 24, 2.

### **Documentos:**

Contrato de Direitos Autorais. BNRJ, Sessão de Manuscritos, Rio de Janeiro, 6/7/1.872, I – 7,9,28, 2p.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. BNRJ, Sessão de Manuscritos, Avisos 1839 – 40 (encadernado) – 25/10/1841 e Avisos 1833 – 44 (encadernado) – 30/01/1843 (Arquivo Histórico).

### **C) Arquivo Nacional Rio de Janeiro (ANRJ)**

SILVA, Manoel José de Souza e. ANRJ, inventário, processo 3361, caixa 14.

Ministério do Império. Códice 503, vol. 1.

## 2. Fontes Impressas

ALVARENGA, Manuel Ignácio da Silva. *Obras poéticas de Manuel Ignácio da Silva Alvarenga, colligidas, anotadas, e precedidas do juizo critico dos escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma noticia sobre o auctor e suas obras e acompanhadas de documentos historicos por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1864, 2 v.

AUTOS DA DEVASSA - *prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794.* Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976 – 10 v.

GONZAGA, Thomás Antônio. *Marília de Dirceu.* Biografia e introdução de M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: Ediouro, São Paulo: Bibliofolha, 1997.

“MEMÓRIA DO ÊXITO QUE TEVE A CONJURAÇÃO DE MINAS E DOS FATOS RELATIVOS À ELA ACONTECIDOS NESTA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.” In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., Tomo XLIV, parte I, 1881.

PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. *Obras poeticas de Inacio José de Alvarenga Peixoto, colligidas, anotadas, precedidas do juizo critico dos escriptores nacionaes e estrangeiros sobre o auctor e suas obras com documentos historicos por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

PENAFORTE, Frei Raimundo de. “Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., Tomo XLIV, parte I, 1881.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Amador Bueno ou a Fidelidade Paulistana.* Rio de Janeiro: Empresa Typ. Dois de Dezembro – de P. Brito, Impressor da Casa Imperial, 1855.

\_\_\_\_\_. *Brasileiras Celebres.* Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1862

\_\_\_\_\_. *Cantos épicos.* Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert, 1861.

\_\_\_\_\_. *Dirceu de Marilia. Lyras attribuidas á sra. D. M. J. D. de Seixas (Natural de Villa Rica).* Rio de Janeiro: Typ. De J. E. S. Cabral, 1845.

\_\_\_\_\_. *Episódios da Historia Patria contados a infancia pelo conego...* Obra adaptada pelo Cons. Director de Instrucção Publica Joaquim Norberto de Souza Silva e prefácio de Joaquim Caetano Fernandes. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1860.

\_\_\_\_\_. *Galicismos. Palavras e frases da língua francesa introduzidas por descuido, ignorância ou necessidade na Língua Portuguesa. Estudos e reflexões de vários autores coligidos e anotados por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: B.L. Garnier, Livreiro – Editor, 1877.

\_\_\_\_\_. *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independencia nacional baseados em numerosos documentos impressos em originaes existentes em varias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: MEC – INL, 1948, 2 v.

\_\_\_\_\_. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada provincia de per si tentados desde os tempos coloniaes ate hoje.* São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas – IPE, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Livro dos Meus Amores. Poesias Eróticas de Joaquim Norberto de Souza Silva.* Niterói: Typ. Fluminense de Lopes & Cia., 1849.

\_\_\_\_\_. *Mosaico Poético. Poesias brasileiras antigas e modernas, raras e ineditas, acompanhadas de notas, biographias e criticas e de uma introdução sobre litteratura nacional por Emilio Adet e Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: Typ. De Berthe e Haring, 1844.

\_\_\_\_\_. “Os Palmares. Fragmentos de um poema: Zumbi”. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC - RS.* Porto Alegre: v. 3, n.º 2, jun/1997, p. 47 – 58.

\_\_\_\_\_. “O Tiradentes perante os historiadores de seu tempo.” Memória por Joaquim Norberto de Souza Silva. *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro: Typographia de H. Laemmert & C., Tomo XLIV, parte I, 1881.

## **Biblioteca Central – Obras Raras – UNICAMP**

GONZAGA, Thomás Antonio. *Marília de Dirceu. Lyras de Thomás Antonio Gonzaga precedidas de uma noticia biographica e de juizo critico dos auctores estrangeiros e nacionaes e das lyras escriptas em respostas as suas acompanhadas de documentos históricos por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Paris: Garnier Irmãos Editores, 1862. (Coleção Alexandre Eulálio – Obras Raras)

Silva, Joaquim Norberto de Souza. *História da Conjuração Mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independência nacional baseados em numerosos documentos impressos em originaes existentes em varias repartições por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Paris: Garnier, 435 p. (Coleções Paulo Duarte – Obras Raras)

\_\_\_\_\_. *Modulações poéticas. Precedidas de um Bosquejo da História da Poesia Brasileira, por Joaquim Norberto de Souza Silva.* Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841, 164 p. (Coleção Aristides Cândido de Mello e Souza – Obras Raras)

\_\_\_\_\_. *Romances e Novellas.* Niterói: Fluminense, 1852, 224 p.. (Coleção Alexandre Eulálio – Obras Raras)

### **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB):**

#### **Artigos:**

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Biografia dos Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes etc.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 3, n.º 10, p. 222 – 227, jul. 1841.

SOUTHEY, Robert. “Conspiração em Minas Gerais no ano de 1788 para a independência do Brasil.” 2.ª ed. 1867. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 8, n.º 3, p. 296 – 355, 3.º trimestre 1846. (trad. José Rezende da Costa – filho).

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “O príncipe perdido. Balata dedicada a S.M. a Imperatriz pelo sócio efetivo o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva.” [2.ed.?] 1891. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, p. 38 – 40, dez. 1847. Volume suplementar.

\_\_\_\_\_. “Cântico pelo mesmo sócio” [2.ed.?] 1891. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, p. 41 – 45, dez. 1847. Volume suplementar.

\_\_\_\_\_. “Visão” [2.ed.?] 1891. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, p. 68 – 78, dez. 1847. Volume Suplementar.

\_\_\_\_\_. “Januário da Cunha Barbosa. Canto inaugural pelo Sócio correspondente o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva.” [2.ed.?] 1891. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, p. 266 – 275, dez. 1847. Volume Suplementar.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Sobre o Descobrimento do Brasil. Programa desenvolvido por Joaquim Norberto de Souza Silva.” [2.ed.?] 1888. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 15, n.º 6, p. 125 – 204, 2.º trimestre 1852.

\_\_\_\_\_. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 17, n.º 14, p. 71 – 532, 2.º trimestre 1854.

DIAS, Gonçalves. “**Reflexões** a cerca da memória do ilustre membro o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva.” [2.ed.?] 1896. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 18, n.º 19, p. 303 – 350, 3.º trimestre 1855.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza Silva. “**Refutação as Reflexões** do digno membro o Sr. Dr. Gonçalves Dias. Por J. Norberto de Souza Silva.” [2.ed.?] 1896. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 18, n.º 19, p. 351 – 421, 3.º trimestre 1855.

\_\_\_\_\_. “Extratos de Ensaio político e histórico cronológico de Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens; precedidos de uma notícia sobre o autor e sua obra pelo sócio efetivo o Sr. Joaquim Norberto de Souza Silva.” [3.ed.?] 1898. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 19, n.º 23, p. 475 – 508, 3.º trimestre 1856.

“Idéias de Independência no Brasil em fins do século passado (troca de correspondência entre Vendek e T. Jefferson)” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 47, parte I, p. 123 – 132, 2.º trimestre 1884.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Criação de uma universidade no Império do Brasil.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 51, parte II, p. 1 – 23, dez. 1888.

### 3. Bibliografia

#### Artigos, Livros, e Teses:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) Coleção Dirigida por Fernando Novaes *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2: Império.

ALKIMIM, Sérgio Vaz. *Inconfidência Mineira: a vida histórica do acontecimento*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira (séc. XVI – XX)*. 5. ed.. São Paulo: Ed. Saraiva, 1965.

ÁVILA, Affonso. “Inconfidência: projeto de uma nação possível.” In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez. – 1989, pp. 61 – 80.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “A Nova História Intelectual de Dominick La Capra e a noção de raça.” In: RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas/SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, 360 p. (Coleção Idéias 2), pp. 123 – 134.

AZEVEDO, Sílvia Maria. “Joaquim Norberto e a invenção do folhetim nacional.” In: MOREIRA, Maria Eunice.(org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001.

BARRETO, Fausto e De LAET, Carlos. *Antologia Nacional ou coleção dos principais escritores da Língua Portuguesa do 19º ao 16º séculos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1913.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “Joaquim Norberto: Quando o poeta se volta contra o historiador.” In: MOREIRA, Maria Eunice.(org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 33. ed.. São Paulo: Cultrix, 1994.

BROCA, Brito. “A Conjuração Mineira de Joaquim Norberto”. In: \_\_\_\_\_. *Machado de Assis e a política e mais outros estudos*. Prefácio de Silviano Salgado. São Paulo: Livraria e Editora POLIS, 1983.

\_\_\_\_\_. *Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos. Vida Literária e Romantismo no Brasil*. Obras Reunidas 1. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., MEC - Instituto Nacional do Livro, 1979.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. “Joaquim Norberto de Souza Silva, leitor de literatura latino – americana.” In: MOREIRA, Maria Eunice. (org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001.

CAIRO, Nilo. *Guia de Medicina Homeopática*. [S.l.]: Ed. Livraria Teixeira, [19 \_\_ ].

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1996.

CANO, Jefferson. *O Fardo dos Homens de Letras, o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. 2001, 390 f. Tese de doutorado - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 13. ed.. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1968.

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira, origens e unidade (1500 – 1960)*. São Paulo: Edusp, 2000, v. II.

CÉSAR, Guilherme. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: Edusp, 1996.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada. (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. *A literatura no Brasil*. 4 ed.. São Paulo: Global Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco; Southey, historiador do Brasil; um estudo dos valores do império do comércio livre*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974, (Brasiliana, v. 344).

DIAS, Fernando Correia. "A inconfidência Mineira em contextos de revisão." In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez. 1989.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. "O Almanaque Garnier (1903 – 1914). Ensinando a Ler o Brasil, Ensinando o Brasil a Ler." In: ABREU, Márcia (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo. São Paulo: Edusp, 1972.

FELICIANO, José. *Tiradentes e a educação cívica*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1907. Separata da Revista do Instituto Histórico de São Paulo, v. XII, 1907.

FIGUEIREDO, Luciano. "Painel Histórico." In: PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A Poesia dos Inconfidentes. Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Terra do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego. Como era Gonzaga? E outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1957.

FURTADO, Joaci Pereira. “Uma utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas leituras das Cartas Chilenas (1845 – 1940).” **LPH: Revista de História**. Ouro Preto/MG, n.º 5, 1995, Departamento de História/UFOP, pp. 138 – 143.

\_\_\_\_\_. *Uma república de leitores. História e memória na recepção das Cartas Chilenas (1845 – 1989)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira – crítica histórica e diálogo com a historiografia*. 2000, 340 f. Tese de Doutorado – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, Rodolfo. “V – Explicação – Transcrição do Prefácio da 1ª Edição.” In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Câmara dos Deputados, 1976, v. I.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOULART, Audemarano Taranto. “As palavras e os ecos de 1792.” In: *O Alferes. Edição especial - Comemorativa do Bicentenário da Morte de Tiradentes*. **O Alferes**, Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: v. 10, ed. especial, abr./ 1992.

GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado.” **Diálogos** – Revista do Departamento de História da universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR: v.5, n.º 1, 2001, pp. 11 – 47.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: n.º 1, 1988, pp. 5 – 27.

HOLLOWAY, Thomas H. “Comentário a ‘Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado’ de Richard Graham.” **Diálogos** - Revista do Departamento de História da universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR: v.5, n.º 1, 2001, p. 49 – 51.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa : jornalista e historiador*. São Paulo: Ed. Ática, 1977. (Ensaio, 31).

JARDIM, Márcio. *Síntese factual da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Codeser, 1988.

\_\_\_\_\_. "A historiografia da Inconfidência Mineira" In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3, maio/dez. – 1989.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita. Livro e Literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

LATIF, Mirian Monteiro de Barros. *As Minas Gerais : a aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a província*. Belo Horizonte: Livraria Cultural Brasileira, [19 \_\_ ].

LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatáhy.(orgs.) *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. 1. ed.. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas. Minas Gerais no sé. XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MACHADO, Júnia Focas Vieira. *Inconfidência Mineira – A história dos sentidos de uma história*. 1993, 313 f. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

MAXWELL, Kenneth Robert. "Conjuração Mineira: novos aspectos". In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: v. 3, n.º 6, maio/ago. 1989.

\_\_\_\_\_. *A devassa da devassa : a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

MILLIET, Maria Alice. *Tiradentes: o Corpo do Herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MIRANDA, José Américo. “Apresentação”. In: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995, v. II – Romantismo.

MOREIRA, Maria Eunice. “De árcades e românticos: os poetas mineiros e seu colega nacionalista.” In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) *Falas Diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias, PUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. “Um rato de arquivo: Joaquim Norberto de Souza Silva e a História da Literatura Brasileira.” In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC – RS*. Publicação do Centro de Pesquisas Literárias do Curso de Pós Graduação em Letras da PUC - RS. Porto Alegre: v. 1, n.º 2, jun./1995.

MONTES, Maria Lúcia. “1789: a idéia republicana e o imaginário das luzes.” In: *Anais do Seminário Tiradentes, hoje : Imaginário e Política na República Brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *Idéia e revolução no Brasil: 1789 – 1801*. Estudos das formas de pensamento. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500 – 2000). Formação: História*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” In: *Projeto Histórica. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUC/SP*. São Paulo: n.º 10, dez./1993, (trad. Yara Aun Houry).

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. 6. ed.. São Paulo: Hucitec, 1995.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: um estudo de historiografia*. São Paulo: Edusp, 1979.

OLIVEIRA, Almir de. *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1985.

- ORIEUX, Jean. "A arte do biógrafo" In: DUBY, G. *et.alii. História e Nova História*. Campinas: Ed. Unicamp.
- ORLANDI, Eni Puccinelli "Vão surgindo os sentidos." In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)* Campinas/SP: Ed. Pontes, 1993.
- PAULA, João Antônio de. "A Inconfidência Mineira: Revisão e Limites." **Revista Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte: v. 4, n.º 2 e 3 maio/dez. 1989, p. 37 – 49.
- PEIXOTO, Almir Câmara de Matos. *Direção em crítica literária (Joaquim Norberto de Souza e Silva e seus críticos)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1951.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- RENAULT, Delso. *Indústria, Escravidão, Sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "Inconfidência Mineira, leituras e releituras ou para ler a história da Inconfidência Mineira." In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: v.4, n.º 2/3, maio/dez., 1989.
- \_\_\_\_\_. "As Repúblicas" In: *Anais do Seminário Tiradentes hoje : Imaginário e Política na República Brasileira*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Memória, História e Historiografia*. Dossiê Ensino de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.13, n.º 25/26, set./92 – ago./93.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. São Paulo: Livraria Martins, INL, ME, 1976.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- \_\_\_\_\_. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 7. ed.. Rio de Janeiro: MEC - INL, 1980.
- RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANTOS, Lúcio José. *A Inconfidência Mineira : papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SCHAPOCHINIK, Nelson. *Letras de Fundação : Varnhagen e Alencar. Projetos de Narrativa Instituinte*. 1992, 245 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial : os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *As barbas do Imperador. D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. “Um debate com Richard Graham ou ‘Com Estado mas sem Nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política.’ *Diálogos* – Revista do Departamento de História da universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR: v.5, n.º 1, 2001, pp. 53 – 74.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas : forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4. ed.. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo. A História como ‘biografia da nação’*. 1981, 160 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 9. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, [ 19 \_\_ ], v. 3.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *Formação da Literatura Brasileira*. 5. ed.. São Paulo: Edusp, 1975, v. 2, [1836 – 1880].

\_\_\_\_\_. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira. I – Das origens do Romantismo*. 7. ed.. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro : a pobreza mineira, no séc. XVIII*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e (org.) “Cotidiano e vida privada na América Portuguesa”. In: coleção dirigida por Fernando Novais. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal*. 5.<sup>a</sup> ed. Integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952, tomo 4.<sup>o</sup>.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira : de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4. ed.. Brasília: Ed. UNB, 1981.

VOLOBUEF, Karin. *Frestas e Arestas. A prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil*. 1. ed.. São Paulo: Fundação Ed. da Unesp., 1999.

WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis/SC: Ed. Da UFSC, 1997.

WEHLING, Arno. *De Varnhagen a Capistrano. Historicismo e Cientifismo na construção do conhecimento histórico*. 1992, 602 p. Tese apresentada para professor titular de Metodologia da História do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WEINBURG, Felix. *La literatura argentina vista por un critico brasileño em 1844*. Rosário (Arg.), Universidad Nacional del Litoral, Facultad de Filosofia y Letras, 1961.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário (história da literatura brasileira)*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1955.

Zilberman, Regina. “A formação da Literatura Brasileira.” In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC - RS*. Publicação do Centro de Pesquisas Literárias do Curso de Pós - Graduação em Letras da PUC - RS. Porto Alegre: v. 1, n.º 2, jun./1995.

\_\_\_\_\_. “Liberdade só posso esperar. A Guerra de Palmares e a Literatura Brasileira”. In: *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC - RS*. Publicação do Centro de Pesquisas Literárias do Curso de Pós - Graduação da PUC - RS. Porto Alegre: v. 3, n.º 2, jun./1997.

\_\_\_\_\_. *O Berço do cânone*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, [19 \_\_ ].

### Dicionários e Obras de Referência:

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 7. V.

BLUTEAU, Padre D. Rafael. *Diccionario da Língua Portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de MoraesSilva*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, ano MDCLXXXIX.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Lisa S/A, 1988.

COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante (direção). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, fundação de Assistência ao Estudante, 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DE HISTORIADORES, GEÓGRAFOS E ANTROPÓLOGOS BRASILEIROS. Preparado por Vicente Tapajós e Pedro Tórtima. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1993, v. 4 – sócios falecidos entre 1881/1920.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. – totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa: Editorial Enciclopédia Ltda., [19 \_\_].

GRAVATÁ, Hélio. *Resgate Bibliográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento/Fundação J. Pinheiro, 1998.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2925 p..

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. [S.l.]: Artlivre, [19 \_\_].

MARIZ, Vasco. *Dicionário Biográfico Musical. Compositores, intérpretes e musicólogos.* 3. ed. revista e aumentada. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Villa Rica, [19 \_ \_].

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários.* 8. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

MORAES, Marcus Felícus A. F. de. “Inconfidência Mineira e Prisão dos Letrados no Rio de Janeiro. Alguns Aspectos Legais.” In: *Autos da Devassa. Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro.* Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. (org. Silvia Hunold Lara). São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa dos vocábulos impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por....* Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

VAINFAS, Ronaldo. (direção) *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808).* Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras (1664 – 1897).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

### **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB):**

#### **Artigos:**

MATHIAS, Herculano Gomes. “A documentação da Inconfidência Mineira.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: a . 153, n.º 375, abr./jun. 1992, p. 80 – 114.

\_\_\_\_\_. “Novos documentos sobre a Inconfidência Mineira.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: a . 153, n.º 375, abr./jun. 1992, p. 114 – 194.

RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: tomo 221, p. 120 – 138, 4.º trimestre 1953.

WEHLING, Arno. “As fontes da História do Brasil colonial como memória e história. Retrospectiva e Perspectiva.” Conferência do I. Seminário Internacional sobre Fontes Documentais para a História do Brasil Colonial. **RIHGB**, Rio de Janeiro, a. 160, n.º 402, p. 31 – 40, jan./ mar. 1999.

**Atas das Sessões do IHGB:**

“67ª Sessão em 6 de julho de 1841.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 3, n.º 11, pp. 349 – 354, out. 1841. Suplemento.

“74ª Sessão em 4 de novembro de 1841.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 3, n.º 12, pp. 493 – 498, dez. 1841.

“126ª Sessão em 22 de agosto de 1844.” 2. ed. – 1865. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 6, n.º 23, pp. 382 – 385, out. 1844.

“136ª Sessão em 19 de junho de 1845.” 3. ed. – 1931. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 7, n.º 26, pp. 257 – 259, jul. 1845.

“145ª Sessão em 8 de março de 1846.” 2. ed. – 1867. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 8, n.º 1, pp. 144 – 152, 1º trimestre 1846.

“172ª Sessão em 10 de julho de 1847.” 2. ed. – 1869. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, pp. 412 - 419, 3º trimestre 1847.

“177ª Sessão em 2 de setembro de 1847” 2. ed. – 1869. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, pp. 439 – 442, 3º trimestre 1847.

“178ª Sessão em 16 de setembro de 1847.” 2. ed. – 1869. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 9, pp. 442 – 444, dez. 1847.

“220ª Sessão em 25 de outubro de 1850.” 2. ed. – 1872. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 13, pp. 530 – 531, 4.º trimestre 1850.

“224ª Sessão em 5 de dezembro de 1850.” 2. ed. – 1872. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 13, pp. 529 – 531, 4º trimestre 1850.

“223ª Sessão em 22 de agosto de 1851.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 14, pp. 490 – 492, 4º trimestre 1851.

“Sessão em 9 de dezembro de 1853.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 16, pp. 609 – 610, 4º trimestre 1853.

“Sessão em 26 de maio de 1854.” 2. ed. – 1894. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 17, n.º 16, pp. 618 - 620, 4º trimestre 1854.

“Sessão em 25 de novembro 1854.” 2. ed. – 1894. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 17, n.º 16, pp. 639 – 640, 4º trimestre 1854.

“12ª Sessão em 19 de setembro de 1856.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 19, pp. 27 – 35, 4º trimestre 1856. Suplemento.

“6ª Sessão em 6 de agosto de 1859.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 22, pp. 648 – 653, 4º trimestre 1859. Suplemento.

“10ª Sessão em 7 de outubro de 1859.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 22, pp. 663 – 666, 4º trimestre 1859. Suplemento.

“13ª Sessão em 18 de novembro de 1859.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 22, pp. 671 – 676, 4º trimestre 1859. Suplemento.

“1ª Sessão em 11 de maio de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 603 – 612, 4º trimestre 1860. Suplemento.

“2ª Sessão em 25 de maio de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 612 – 618, 4º trimestre 1860. Suplemento.

“3ª Sessão em 8 de junho de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 618 – 621, 4º trimestre 1860. Suplemento.

“4ª Sessão em 22 de junho de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 612 – 626, 4º trimestre 1860. Suplemento.

“9ª Sessão Ordinária em 31 de agosto de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23.

“12ª Sessão em 26 de outubro de 1860.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 646 – 648, 4º trimestre 1860. Suplemento.

“12ª Sessão em 24 de outubro de 1862.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 25, pp. 686 – 688, 4º trimestre 1862. Suplemento.

“4ª Sessão em 8 de maio de 1863.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 26, pp. 851 – 861, 4º trimestre 1863. Suplemento.

“1ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1882.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 45, parte II, pp. 437 – 441, dez. 1882.

“2ª Sessão Ordinária em 6 de julho de 1883.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 46, parte II, pp. 571 – 574, dez. 1883.

“6ª Sessão Ordinária em 20 de agosto de 1886.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 49, parte II, pp. 446 – 451, 4º trimestre 1886.

“1ª Sessão Ordinária em 1 de março de 1889.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 52, parte II, pp. 373 – 378, dez. 1889.

“1ª Sessão Ordinária em 6 de março de 1891.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 54, pp. 163 – 173, dez. 1891.

“4ª Sessão Ordinária em 17 de abril de 1891.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 54, pp. 180 – 188, dez. 1891.

“6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1891. Presidência do Sr. Conselheiro Olegário Herculano d’Aquino e Castro” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 54, parte II, pp. 194 – 195, dez. 1891.

“2ª Sessão Ordinária em 2 de abril de 1892.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 55, parte II, pp. 269 – 279, 3º e 4º trimestres 1892.

### **Discursos, Elogios e Relatórios:**

“Sessão Pública Aniverária em 15 de dezembro de 1854. Relatório do Primeiro Secretário o Dr. Joaquim Manoel de Macedo.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 17, pp. 643 – 693, 4º trimestre 1854. Suplemento ao tomo 17.

PINHEIRO, Cônego Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do primeiro secretário interino Cônego J. C. Fernandes Pinheiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: tomo 22, 4.º trimestre 1859.

FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. “Relatório do Segundo Secretário o Sr. Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 23, pp. 658 – 685, 4º trimestre 1860. Suplemento.

PINHEIRO, Cônego Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do Primeiro Secretário o Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 25, pp. 707 – 717, 4º trimestre 1862. Suplemento.

PINHEIRO, Cônego Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do Primeiro Secretário Cônego J. Caetano Fernandes Pinheiro.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 36, parte II, pp. 611 – 623, 4º trimestre 1873. Suplemento.

AZEVEDO, Manoel Duarte de. “Relatório do Primeiro Secretário Manoel Duarte de Azevedo.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 44, parte II, pp. 437 – 448, 4º trimestre 1881.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Sessão Magna Aniversaria do IHGB no dia 15 de dezembro de 1886. Discurso do Presidente Interino o Sr. J. Norberto de Souza Silva.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 49, parte II, pp. 489 – 497, 4º trimestre 1886.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Sessão Magna Aniversaria do IHGB no dia 15 de dezembro de 1887. Discurso do Sr. Presidente o sócio laureado Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 50, parte II, pp. 391 – 396, dez. 1887.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Discurso de Abertura da Homenagem ao Quinquagenário do Instituto Histórico pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza Silva.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, suplemento ao tomo 51, pp. 5 – 13, 21 de outubro de 1888.

FONSECA, João Severiano da. “Sessão solene em 4 de julho de 1889.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1889, tomo 53, parte I, pp. 10 – 14.

AQUINO e CASTRO. “6.ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1891.” **RIHGB**, Rio de Janeiro: 1891, tomo 54, parte II, pp. 194 – 195.

ALVES, José Luis. “Elogio dos sócios falecidos desde 15 de dezembro de 1890 até hoje.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 55, parte II, pp. 453 – 539, 3º e 4º trimestres 1892.

BLAKE, Sacramento. “Monsenhor Manoel da Costa Honorato” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 56, parte II, pp. 63 – 72, 3º e 4º trimestres 1893.

VIEIRA, Damasceno. “Notícia sobre Joaquim Norberto de Souza Silva.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 56, parte II, pp. 35 – 39, 3º e 4º trimestres 1893.

SILVA, Plínio Doyle. “Joaquim Manoel de Macedo no Instituto Histórico.” **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 291, pp. 162 – 175, abr./jun. 1971.

## **ANEXOS**

## Anexo 1:

### CRONOLOGIA DE JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SILVA

#### 1820:

- 6/jun - nasceu no RJ
- pais: **Manoel José de Souza e Silva** (9/11/1776 - 6/10/1853)  
**Emerenciana Joaquina da Natividade Dutra e Silva** (8/9/1791 - 7/1/1833)

#### 1838/1840:

- publicou vários opúsculos - um deles era a **História da Literatura Brasileira** e lhe abriu as portas do IHGB

#### 1841:

- publicou **Modulações Poéticas** e também as **Balatas**.
- 6/jul. - na 67ª Sessão do IHGB surgiu o parecer da Comissão de Geografia para a sua admissão como sócio correspondente do Instituto. Em 12/ag. - 68ª Sessão - foi aceito no IHGB.
- 04/nov. - sua primeira participação efetiva no Instituto.
- 25/out. - contratado como praticante na Biblioteca Pública da Corte.

#### 1842:

- 1/out. - casou-se com Maria Thereza Alves Pereira de Souza e Silva.

#### 1843:

- 30/jan - foi dispensado do trabalho de praticante na Biblioteca da Corte.
- 7/ag. - nasceu sua primeira filha - Leonor Albertina de Souza e Silva (mais tarde Castro)

#### 1844:

- 6/mar à 5/set. trabalhou na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, no cargo de praticante na Contadoria.

#### 1846:

- 7/mar - entrou, por concurso, na Secr. da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro

#### 1847:

- 2/set - propôs, juntamente com Manuel Araújo de Porto Alegre e Manuel F. Lagos, a criação da Sessão de Arqueologia e Etnografia do IHGB.

#### 1849:

- 15/dez. - D. Pedro II distribuiu tarefas aos presentes na sessão do IHGB. A J. Norberto coube escrever sobre a intencionalidade ou não do descobrimento do Brasil.

#### 1850:

- 22/out. - nasceu a filha Júlia Norbertina de Souza e Silva.
- 5/dez. - começou a ler seu tratado sobre o **Descobrimento do Brasil**.

#### 1851:

- 29/nov. - nasceu o filho Oscar Guanabario

**1852:**

- 5/out. - tornou-se oficial na Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro.

**1853:**

- 6/out. - morre o pai de J. Norberto - maior período de ausência de nas sessões do IHGB
- dez. - iniciou a polêmica com Gonçalves Dias sobre o descobrimento do Brasil.

**1854:**

- saiu publicada na revista do IHGB seu trabalho denominado **Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da província do Rio de Janeiro.**
- 7/set. - nomeado membro da comissão encarregada de erigir na corte a estátua equestre do fundador do Império.

**1855:**

- 13/out. - iniciou a leitura de sua **História da Literatura Brasileira.**

**1857:**

- 3/ag. - a Câmara Municipal de Niterói propôs Norberto para membro da comissão encarregada de demarcar os limites da cidade para a cobrança da taxa de escravos.

**1859:**

- 5/mar. - nomeado 1º Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Império como chefe da 9ª Seção (Arquivo).
- **se inscreveu no IHGB para apresentar no próximo ano uma memória sobre a Conjuração Mineira.**

**1860:**

- começou a ler, no IHGB, a sua obra **História da Conjuração Mineira.**

**1861:**

- 15/mar. - agraciado com o título de Sócio Honorário da Sociedade Ensaios Literários (RJ).
- 5/jul. - nomeado pelo IHGB como secretário da comissão encarregada em erigir a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva, na cidade de Santos.

**1862:**

- 20/ag. - Norberto e B.L. Garnier estipulam um contrato de direito autoral.

**1863:**

- 25/dez. - recebeu o título de sócio honorário da Imperial Associação Tipográfica Fluminense.

**1864:**

- foi diretor do Teatro Lírico da Corte

**1868:**

- na Secretaria do Império elaborou importantes trabalhos incluídos no Relatório do Império - recebendo de D. Pedro II o **Oficialato da Ordem da Rosa.**

**1868:**

- 12/ag. - elevado à sócio honorário do IHGB (segundo dicionário do IHGB)

**1870:**

- 15/mar. - incumbido de examinar informações enviadas pelas diferentes províncias relativas ao censo da população e completar essas informações com documentos da própria Secretaria.

**1872:**

- 6/jul. - J. Norberto e B.L.Garnier celebraram contrato de direitos autorais, por um conto de réis.

**1873:**

- publicou a primeira edição da **História da Conjuração Mineira**.

**1874:**

- 6/jun. - devido à uma reforma na secretaria tornou-se adido.
- 11/jul. - é designado membro da comissão encarregada dos trabalhos de organização dos catálogos da Biblioteca Pública da Corte.

**1876:**

- 6/jun. - morreu a esposa Maria Thereza.

**1878:**

- 4 a 15/jun - convidado a participar de um congresso de Literatura Internacional.

**1880:**

- nomeado, por aclamação, primeiro secretário da comissão organizadora da Conferência de História e Geografia do Brasil.

**1882:**

- 28/jun - requereu seu tempo de serviço como praticante na Biblioteca Nacional.

**1886:**

- foi agraciado por D.Pedro II com o grau de **Comendador**.
- **chegou a presidência do IHGB**
- 1/ag. - morreu seu irmão mais velho João José de Souza e Silva Rio.

**1888:**

- entrou com o pedido de aposentadoria.

**1889:**

- 4/jul. - recebeu uma cópia autêntica do seqüestro dos bens do inconfidente Cláudio Manuel da Costa.

**1890:**

- 5/fev. - a declaração de Ruy Barbosa, então presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, que determina a aposentadoria de J. Norberto.
- 4/jun - propõe para o IHGB a criação da categoria de sócios Beneméritos.

**1891:**

- 1/maio - última sessão do IHGB presidida por Joaquim Norberto.
- 14/maio - morreu, em Niterói, onde foi enterrado no *mausoléu da família*, no Cemitério São Pedro Muruhy.

21

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO  
FUNDADO SOB OS AUSPICIOS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECCÃO

DE

S. M. I. O SENHOR D. PEDRO II.

ILL.<sup>mo</sup> Sr.

Tenho a honra de fazer entrega a V. *Sa* do Diploma de Socio *correspondente* Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para cuja cathegoria foi V. *Sa* approved em Sessão de *12 de Agosto de 1844.*

Espero o mesmo Instituto do bem conhecido zelo litterario de V. *Sa* que se digue coadjuval-o com as suas luzes e produções scientificas nos trabalhos desta Associação, emprendidos em honra das Lettras.

Deos Guarde a V. *Sa* Rio de Janeiro, *2 de Novembro de 1844.*

ILL.<sup>mo</sup> Sr. Joaquim Norberto de Sousa Silva,  
Membro correspondente do Instituto  
Historico e Geographico Brasileiro.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRASIL.

FUNDADO A 19 DE AGOSTO, E ESTATUIDO A 25 DE NOVEMBRO DE 1838.

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECCÃO DE S. M. I. O SENHOR D. PEDRO III.

O *M.<sup>mo</sup> Sr. Joaquim e Roberto de Souza Silva*, chamado por maioria de votos a fazer parte do Instituto Historico e Geographico do Brasil, como *Membro (correspond.)*, foi admittido em sessão de *19 de Agosto de 1844*.

Para clareza expede-se o presente Diploma.

*Rio de Janeiro 2 de Novembro de 1844.*

O PRESIDENTE,

*Candido José de Araújo Vianna.*

O SECRETARIO PERPETUO,

*Conj.<sup>o</sup> J. da C. Barbosa.*

### Anexo 3:

Joaquim Norberto de Souza Silva. *O livro de Meus Amores. Poesias Eróticas de Joaquim Norberto de Souza Silva*. Niterói, Typ. Fluminense de Lopes & Cia., 1849.

#### 1ª parte - *Visão*

p.23 *Amor é sina que inspira*  
*No peito celeste flama,*  
*Que tudo que aí respira*  
*Tarde ou cedo sempre ama.*

#### 2ª parte - *Carlina*

p.82 *Queres que te atenda,*  
*E que te obedeça*  
*Oh céus que te esqueça?*  
*Oh céus isso não,*  
(...)  
p.83 *Queres que em teus lábios*  
*Apague um desejo*  
*Que te oferte um beijo?*  
*Oh céus isso sim!...*

#### 3ª parte - *Armia*

p. 233 *Alma bela e caríssima*  
*Amar-te é meu destino*  
*Missão santa e puríssima*  
*Que deu-me o ser divino.*  
(...)  
p. 242 *Vivamos pois venturosos*  
*Nossa existência de flores*  
*E contaremos ditosos*  
*Nossos dias por amores.*

Apresentado no esp. de 25 de Maio de 1860

## Programma

O facto da realisação da independencia nacional rehabilitou por si só a memoria dos reis da inconfidencia de Villa Rica de 1789?

No caso negativo será necessario uma medida especial? De que natureza deve ser? Ha precedentes na legislação do imperio? Como a poderá conseguir o Instituto historico em veneração ás pragmas da historia das primeiras tentativas da lucta independencia ainda manchadas com o fervere da infamia da legislação portugueza bem virtuose da sentença da alçada que a condemnou.

Sala das sessões do Instituto historico e geographico Brasileiro em 25 de Maio de 1860.

J. M. Barbosa de Brito

App. em sessão  
em 31 de Ag.<sup>to</sup>

Pr.

25-28 - 1860

Proponho que se peça ao nosso illustre consocio o Sr. Miguel Maria Lisboa, ministro plenipotenciario e enviado extraordinario do imperio junto a republica norte-americana, que se digno de examinar o destino que teve a communicacão feita ao congresso d'aquella republica por Thomas Jefferson a respeito do que se passara entre elle e José Joaquim da Maia no dia 2 de Outubro de 1786, nas ruínas de Nimes, acerca da independencia do Brasil, como se vê nas es da correspondencia do mesmo Thomas Jefferson como da devassa a que se procedeu na provincia de Minas Geraes no anno de 1789.

Sala das sessões do Instituto historico no Paço imperial da corte do Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1860.

J. Roberto de Souza

**Anexo 6:**

**TABELA DOS DIAS DE SEMANA EM QUE EU E MINHA MULHER TEMOS FEITO ANOS**

Terça	1820	1826	~~~~~	1837	1843	1848	1854	~~~~~	6 veze
Quarta	1821	1827	1832	1838	~~~~~	1849	1855	1860	7 veze
Quinta	1822	~~~~~	1833	1839	1844	1850	~~~~~	~~~~~	5 veze
Sexta	1823	1828	1834	~~~~~	1845	1851	1856	~~~~~	6 veze
Sábado	~~~~~	1829	1835	1840	1846	~~~~~	1857	~~~~~	5 veze
Domingo	1824	1830	~~~~~	1841	1847	1852	1858	~~~~~	6 veze
Segunda	1825	1831	1836	1842	~~~~~	1853	1859	~~~~~	6 veze

Em quarenta anos deixei de fazer anos em duas terças feiras, uma Quartas-feiras, duas Quintas-feiras, uma Sexta-feira, dois Sábados, um Domingo e uma Segunda-feira.

**TEMPO DE SERVIÇO DE JOAQUIM NORBERTO**

	Anos	Meses	Dias
Bib. Púb.	2	2	24
S. Guerra	~~~~~	5	~~~~~
S. Proval.	12	10	6
S. Imp.	23	6	~~~~~
Total	37	24	30
Geral	26	1	24
Prov.	12	10	6
Total	38	11	30
	39		

Fonte: Joaquim Norberto de Souza Silva. *Documentos referentes a Joaquim Norberto de Souza Silva: atestados, tempo de serviço...* 14 docs. AIHGB, [18 \_\_ ], lata 845, pasta 56. Coleção Alencar Araripe.